

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

JEANICE JUNG DE ANDRADE

**OS VALORES E AS MOTIVAÇÕES NO PROCESSO DE TOMADA DE
DECISÃO DOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO
LIVRAMENTO/RS**

**PORTO ALEGRE
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JEANICE JUNG DE ANDRADE

**OS VALORES E AS MOTIVAÇÕES NO PROCESSO DE TOMADA DE
DECISÃO DOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO
LIVRAMENTO/RS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado

**Série PGDR – Tese nº
PORTO ALEGRE
2010**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências
Econômicas da UFRGS

JEANICE JUNG DE ANDRADE

**OS VALORES E AS MOTIVAÇÕES NO PROCESSO DE TOMADA DE
DECISÃO DOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO
LIVRAMENTO/RS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado (*Orientador*)
Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS

Prof. Dr. Mário Conil Gomes
Departamento de Ciências Econômicas da UFPEL

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil
Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS

Prof. Dr. Marcelino de Souza
Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS

Prof. Dr. Cláudio Marques Ribeiro
Centro Ciências da Economia e Informática da URCAMP

DEDICATÓRIA

Para meu pai, Theno Jung que me deu amor, respeito e liberdade para sonhar e voar muito longe e, para minha mãe, Loureine Jung, *in memorium* que me deu a vida para sonhar e voar.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado da colaboração, parceria e entusiasmo de muitas pessoas. Agradecer a cada um também é parabenizá-los pela importância que tiveram na consecução deste trabalho e na minha vida.

Assim meus agradecimentos à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela oportunidade, desde a minha graduação em agronomia, em continuar percorrendo os corredores desta instituição durante o mestrado e presente doutoramento.

Meu obrigado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) que oportunizou o convívio com uma comunidade acadêmica docente qualificada e que soube instigar a busca de novos olhares sobre o mundo rural; à comunidade discente pelo companheirismo, parceria e pelas amizades formadas e aos funcionários pela gentileza e amizade demonstrada.

Agradeço ao meu esposo pelo apoio e respeito à minha liberdade de buscar novos horizontes e às minhas filhas pelo companheirismo, apoio e incentivo constante.

Obrigado aos amigos, quase irmãos que acompanharam esta trajetória, incentivando e compreendendo as ausências da sempre fecunda amizade.

Aos colegas da Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Salgado Filho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento obrigado pelo apoio e coleguismo.

Agradeço de forma especial à equipe do escritório municipal da EMATER pelo companheirismo, profissionalismo e trocas de idéias. Também, meu agradecimento aos funcionários da Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento pela presteza em colaborar.

Aos produtores rurais de Sant'Ana do Livramento que com paciência e entusiasmo não se furtaram em responder ao questionário, meu sincero agradecimento.

Finalizo agradecendo de forma especial ao meu orientador, Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado pela habilidade em respeitar as peculiaridades desta orientanda, encaminhando-a com paciência e objetividade à finalização do presente trabalho.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo identificar e entender o processo de tomada de decisão dos produtores rurais de Sant'Ana do Livramento considerando os seus fatores motivacionais e critérios de escolhas. Para tanto, foi estudado a gênese histórico-social de ocupação da região pesquisada, a evolução das teorias de gestão organizacional, bem como o processo de tomada de decisão como elemento fundamental da gestão organizacional.

Baseado nos fundamentos e princípios da Teoria da Decisão, na abordagem dos sistemas agrários e no estudo de Ruth Gasson (1973) sobre as orientações decisórias no âmbito dos produtores rurais elaborou-se o tripé para o desenvolvimento e compreensão da análise dos resultados obtidos junto aos produtores rurais de Sant'Ana do Livramento/RS/Brasil.

Os dados evidenciaram uma estrutura agrária alicerçada em pequenos, médios e grandes produtores. A maior presença de pequenos produtores não alterou o sistema agrário pecuária de corte e ovinocultura como principal fonte de renda (56%). A pecuária de corte é a principal fonte de renda para 54,9% dos pequenos produtores, 94,3% para os médios produtores e 93,6% para os grandes produtores. A análise permitiu identificar o predomínio da pecuária de corte em áreas que as condições morfológicas dos solos impossibilitam a agricultura em larga escala, no entanto está presente em todos os distritos políticos do município.

A informação é um elemento fundamental para o processo decisório e foi constatado que 67,86% dos produtores acessam algum meio de informação diariamente. Os meios de informação mais acessados são a televisão (28%) e o rádio (22,3%). A principal fonte de informação apontada foi os *demais produtores rurais*, (27,8%). As principais limitações para a expansão dos negócios residem nas estradas, crédito de custeio e comercialização.

A análise permitiu identificar no processo de tomada de decisão que os fatores motivacionais não são somente de ordem econômica, mas também de ordem expressiva, social e intrínseca, conforme Gasson (1973). Os motivos que norteiam as decisões dos produtores são de ordem econômica (33,9%), entre estes predominando a motivação de transmitir os negócios para os filhos; contudo com valores próximos estão os motivos expressivos (32,7%), como o da satisfação em trabalhar na atividade rural; sequencialmente os motivos de ordem social (19%) e os de ordem intrínseca (13,7%), onde se ressalta como a quinta motivação mais relevante entre todos os produtores a *qualidade de vida*. Conclui-se que existe um processo cognitivo racional lógico que determinou uma racionalidade decisória dos produtores rurais, amparada no nível de conhecimento, valores e crenças e na capacidade e hábitos desenvolvidos.

Palavras-chave: Tomada de decisão. Fatores motivacionais. Sistemas agrários. Produtores rurais.

ABSTRACT

This thesis aims to identify and understand the farmers' decision-making process in Sant'Ana do Livramento, considering their motivational factors and selection criteria. Therefore, the social-historical genesis of the occupation of the researched region, the development of organizational management theories, and the decision-making, the latter as a crucial element for the organizational management, were studied.

Based on the fundamentals and principles of the Decision Theory, in approaching agrarian systems, and on Ruth Gasson's study (1973) about the decision-making guidelines of the farmers' scope, the tripod for the development and understanding of the analysis of the results obtained with the farmers from Sant'Ana do Livramento, RS, Brazil, was, then, prepared.

Data evidenced an agrarian structure grounded in small, medium and large farmers. The greater presence of small farmers did not change the agrarian, beef cattle and sheep husbandry system as the main income source (56%). Livestock farming is the main income source for 54.9% of the small producers, 94.3% for medium-sized producers, and 93.6% for large farmers. In addition, the analysis allowed identifying the predominance of beef cattle in areas that morphological soil conditions prevented large-scale farming, although being present in all political districts of the municipality.

Moreover, information is a fundamental element for the decision-making process and it was found that 67.86% of the farmers access some media daily. The most accessed media are: television (28%) and radio (22.3%). The main source of information mentioned was *other farmers*, (27.8%). And the main constraints for business expansion occur on the roads, operating credit and marketing.

The analysis also allowed identifying that in the decision-making process the motivational factors are not only from the economic order, but also from the expressive order, social and intrinsic, according to Gasson (1973). The reasons that guide the farmers' decisions are from the economic order (33.9%), predominating, among them, the motivation of transmitting the business to their children; however, the expressive reasons demonstrate approximate values (32.7%), such as the satisfaction of working in the rural activity; subsequently, the social reasons (19%), and those from intrinsic nature (13.7%), where it emerges as the fifth most relevant motivation among all farmers, *the quality of life*.

Finally, there is a logical-rational cognitive process that determined the interim rationality of the rural producers, sustained in the knowledge level, values and beliefs, and in the ability and habits developed.

Keywords: Decision-making. Motivational factors. Agrarian systems. Farmers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1	Fundamentos teóricos para compreensão do processo decisório	27
Gráfico	1	Pessoal ocupado no setor rural brasileiro – 1970 a 2006	28
Figura	2	A organização como um sistema formado de subsistemas. ...	39
Quadro	1	Abordagem dos elementos de gestão nos distintos momentos históricos das organizações	42
Figura	3	Os fundamentos da organização necessária	45
Quadro	2	Elementos determinantes do processo decisório	52
Quadro	3	Panorama dos momentos históricos mais relevantes do processo decisional	58
Quadro	4	Tipos de decisão quanto à racionalidade	62
Figura	4	Triângulo da racionalidade de SIMON	64
Quadro	5	Características comportamentais e sua influência no processo de tomada de decisão	66
Figura	5	Modelo decisório da racionalidade limitada	70
Figura	6	As fases do processo decisório: um <i>continnum</i> indivisível	71
Figura	7	Etapas do processo decisório	72
Figura	8	Modelo de decisão de Pereira e Fonseca	73
Figura	9	Modelo de decisão de Motta e Vasconcellos	73
Quadro	6	A família como um sistema social: indica as trocas (entradas e saídas) entre os subsistemas funcionais e entre a família e outros sistemas sociais	81
Quadro	7	Tipologia dos produtores rurais conforme Gasson (1973) de acordo com a orientação de valores	82
Figura	10	Modelo de tomada de decisão para alternativas de desenvolvimento para os negócios da propriedade	90
Quadro	8	Hierarquia de valores nas decisões dos produtores rurais da microrregião de Campo Grande/ Mato Grosso do Sul comprado com a tipologia de Gasson (1973)	92

Figura	11	Matriz quadrante das dimensões dos objetivos: importância e satisfação para os produtores rurais	94
Quadro	9	Grau de relevância dos fatores motivadores em duas localidades do Mato Grosso do Sul	95
Quadro	10	Comparação dos fatores de análise de Bergevoet et al com a tipologia de Gasson (1973)	99
Quadro	11	Resumo dos aspectos relevantes do processo de tomada de decisão dos produtores rurais de acordo com os estudos analisados	102
Mapa	1	Presença dos guaranis junto às margens e florestas nos três estados do sul do Brasil	113
Mapa	2	Distribuição dos aterros ou cerritos na Banda Oriental do Rio Uruguai, Rio Grande do Sul e Uruguai, concentrados nas zonas mais úmidas e alagadas	116
Mapa	3	Localização dos charruas e minuanos no sul do Brasil e bacia do Prata	117
MAPA	4	Processo de ocupação do território gaúcho	119
Quadro	12	Caracterização da estância de sesmaria à estância capitalista	126
Gráfico	2	População e grupos étnicos no RS – 1930	146
Quadro	13	A contribuição dos povos à formação do gaúcho	148
Mapa	5	Mapa dos solos em Sant’Ana do Livramento	157
Mapa	6	Localização município de Sant’Ana do Livramento/RS	164
Mapa	7	Localização do Bioma Pampa no RS.....	167
Foto	1	Vinhedos da Vinícola Cordilheira de Sant’Ana e o Cerro de Palomas	168
Foto	2	Mapa de capacidade de uso dos solos de Sant’Ana do Livramento	169
Foto	3	Rede hidrográfica de Sant’Ana do Livramento	171
Gráfico	3	Produção de pastagens nativas em Sant’Ana do Livramento.....	172
Foto	4	Localização da APA do Ibirapuitã	173

Foto	5	Visualização da rede ferroviária pós I Guerra Mundial	179
Quadro	14	Tipologia das estâncias existentes em Sant'Ana do Livramento	187
Gráfico	4	Distribuição da amostra dos P, M e G produtores rurais de acordo com o distrito municipal	196
Gráfico	5	Distribuição dos produtores rurais por faixa etária	198
Gráfico	6	Local de residência dos pequenos, médios e grandes produtores	200
Gráfico	7	As três principais fontes de renda dos P, M e G produtores	201
Gráfico	8	Número de pessoas em atividade nos estabelecimentos rurais	204
Gráfico	9	Nível de escolaridade dos P, M e G produtores	205
Gráfico	10	Tempo de experiência gerencial dos P, M e G produtores	206
Gráfico	11	Nível da <u>não participação</u> em organizações e movimentos sociais	207
Gráfico	12	Considerações para ser um produtor de sucesso	209
Gráfico	13	Projeção próximos 10 anos: produtor e a família	211
Quadro	15	Hierarquia de motivações dos produtores rurais	211
Quadro	16	Hierarquia de motivações dos pequenos, médios e grandes produtores	212
Quadro	17	Meios de informação dos P, M e G produtores de acordo com os distritos municipais	218
Gráfico	14	Frequência de acesso aos meios de informação pelos produtores	219
Gráfico	15	Frequência de acesso aos meios de informação dos P, M e G produtores	220
Gráfico	16	A relevância das informações para o processo decisório	222
Gráfico	17	Definição racial dos rebanhos bovinos de corte entre os P, M e G produtores	224
Gráfico	18	Produção diária de leite dos pequenos produtores	226

Gráfico	19	Porcentagem dos P, M e G produtores com agricultura	227
Gráfico	20	Índices de uso de maquinário agrícola entre os P, M e G produtores	227
Gráfico	21	Principais práticas de conservação ambiental	229
Gráfico	22	Fatores limitantes para a expansão das atividades produtivas	231
Quadro	18	Síntese dos resultados	232

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Determinação das amostras por distrito e tamanho da propriedade no município de Sant'Ana do Livramento/RS	160
Tabela 2 -	Evolução da população rural e urbana de Sant'Ana do Livramento: 1970-2007	164
Tabela 3 -	Distribuição do número de imóveis, segundo a categoria de imóvel rural no município de Sant'Ana do Livramento/RS	165
Tabela 4 -	Evolução do rebanho bovino e ovino de 1940-1989 ...	183
Tabela 5 -	Presença da mão de obra familiar nos estabelecimentos rurais	203
Tabela 6 -	Produtor rural bem sucedido	208
Tabela 7 -	Projeção próximos 10 anos do produtor e a família	210
Tabela 8 -	Fonte de renda X orientação no processo decisório ..	214
Tabela 9 -	Orientação decisional dos produtores de Sant'Ana do Livramento de acordo com a tipologia de Gasson (1973)	215
Tabela 10 -	Relevância das fontes de informação	221
Tabela 11 -	Importância da pecuária de corte em Sant'Ana do Livramento	223
Tabela 12 -	Práticas de conservação ambiental utilizadas pelos produtores rurais	229
Tabela 13 -	Fatores limitantes para a exploração das atividades produtivas dos produtores de Sant'Ana do Livramento	230

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDEF	Associação Nacional de Defesa Vegetal
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASPES	Associação Santanense Pró Ensino Superior
ASPROUVA	Associação dos Produtores de Uva de Sant'Ana do Livramento
COCAMARC	Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda
COOPERFORTE	Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste de Sant'Ana do Livramento
COSULATI	Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios Ltda
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEE	Fundação de Economia e Estatística
fMRI	Functional Magnetic Resonance Imaging
GST	General Systems Theory
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	INTL Business Mach
INCRA	Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária
IRGA	Instituto Riograndense do Arroz
ISO	International Organization for Standardization
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MIT	Massachusetts Institute of Technology

SITAGRO	Sistema de Informações tributárias sobre a Agropecuária do Rio Grande do Sul
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
URCAMP	Universidade da Região da Campanha
ZALF	Agricultural Landscape Research

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	19
1.1 Definição do problema	27
1.2 Objetivos	30
1.2.1 Objetivo geral	30
1.2.2 Objetivos específicos	31
1.3 Justificativa	31
1.4 Estrutura da tese	32
2. TEORIAS DE GESTÃO E DE DECISÃO	34
2.1 Teorias de Gestão	34
2.2 Teoria da Decisão	44
2.2.1 Elementos decisórios	47
2.2.2 O processo decisório	53
2.2.3 A racionalidade na decisão	60
2.2.4 Tipos de decisão	68
2.2.5 Modelos decisoriais	69
2.2.6 A organização rural: o produtor rural e as decisões	74
2.2.6.1 A organização rural	75
2.2.6.2 O produtor rural e as decisões	76
3. A CONSTRUÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS: UMA ABORDAGEM SISTÊMICA DO HOMEM, SUAS ATIVIDADES E O SEU ENTORNO	103
3.1 Abordagem sistêmica	103
3.2 As bases da Teoria Geral dos Sistemas e os Sistemas agrários ..	107
3.3 A forma de ocupação do espaço físico do Rio Grande do Sul (RS)	112
3.3.1 A população indígena	112
3.3.2 Os portugueses	120
3.4 A estância e o gaúcho	122
3.4.1 O cerne das “estâncias” – a estância dos jesuítas	123
3.4.2 As transformações das estâncias e o espaço da agricultura	130
3.5 O tipo humano: a identidade construída do gaúcho	136
3.5.1 Identidade	136
3.5.2 A identidade do gaúcho	138
3.5.2.1. A formação de uma identidade	138
3.5.2.2 A contribuição dos índios	139
3.5.2.3 A contribuição dos negros	142
3.5.2.4 A contribuição dos portugueses e espanhóis	143

3.5.2.5 Os imigrantes europeus	146
3.5.2.2 A identidade do gaúcho: referencial construído e reconstruído	148
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	154
4.1 Metodologia da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados ...	154
4.1.1 Desenvolvimento da pesquisa	156
4.1.2 A unidade de análise	161
4.1.3 Fontes utilizadas para a coleta de dados	161
4.1.4 Instrumentos de coleta de dados	162
4.1.5 O tratamento dos dados	163
4.2 O contexto da pesquisa – Sant’Ana do Livramento	163
4.2.1 Origem e formação	165
4.2.2 Considerações físico-geográficas	166
4.2.2.1 Bioma Pampa e formação geológica	166
4.2.2.2 Solos e relevo	167
4.2.2.3 Clima	170
4.2.2.4 Hidrografia	170
4.2.2.5 Vegetação	171
4.2.3 Sistemas agrários	174
4.2.3.1 Indígenas	174
4.2.3.2 Dos indígenas à cavalo- Missões jesuíticas (1536-1780)	175
4.2.3.3 Das charqueadas os frigoríficos (1780-1900)	177
4.2.3.4 Industrialização (1900-1970).....	179
4.2.3.5 A diversificação dos sistemas agrários: nova configuração? (1970 até os dias de hoje)	184
4.2.4 Sant’Ana do Livramento e a condição de fronteira	193
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	195
5.1 Produtor rural	196
5.1.1 As características socioeconômicas	197
5.1.2 Experiências decisórias	205
5.1.3 Características psicológicas na decisão	208
5.2 As informações no processo de decisão	216
5.3 Sistemas produtivos	222
5.4 Síntese dos resultados	231
6. CONCLUSÕES	233
REFERÊNCIAS	243
APÊNDICE A - Questionário	260
APÊNDICE B - Síntese dos fatores limitantes ao desenvolvimento das atividades rurais de acordo com os produtores rurais de Sant’Ana do Livramento/RS.....	266

APÊNDICE C - Síntese da hierarquia de motivações decisoriais dos produtores rurais de Sant'Ana do Livramento/RS.....	267
APÊNDICE D - Síntese da hierarquia das motivações decisoriais de acordo com os pequenos, médios e grandes produtores rurais de Sant'Ana do Livramento/RS.....	269

1 INTRODUÇÃO

Desde os viajantes da época da conquista, Luccock, Dreys, Saint-Hilaire, Isabelle, Debret, Darwin, Baguet, Rivet, May, Garibaldi, Sarmiento, Sá Brito, Annes Gonçalves alguns entre os muitos que aqui estiveram, até os historiadores, investigadores, naturalistas e os pesquisadores atuais, muitas páginas têm sido escritas para conhecer os mecanismos que deram origem ao povo rio-grandense, a sua forma de reprodução social, as peculiaridades e singularidades do *gaúcho*. A gênese da cultura foi registrada e auxiliou para compreender e explicar as formas de organização como os sistemas de produção. Aliado às peculiaridades do homem, a natureza protagonista em seu modo de vida foi alicerce e mantenedora do sistema agrário da pecuária.

A natureza – o bioma Pampa, segundo Suertegaray e Silva (2009, p. 44) são as planícies gaudérias que se estendem por “*um mosaico de paisagens onde se contorce o minuano*”. Os mesmos autores descrevem o Pampa como um manto de vegetação dominada por formações campestres, com a presença de matas densas nas encostas dos chapadões de arenito ou cerros, matas ciliares e de galeria junto aos rios e arroios. A “*riqueza do banco de sementes é uma das maiores já registradas nas formações vegetais de gramíneas*” (GARCIA, 2009, p. 85) constituindo-se desde o passado um marco excepcional para o desenvolvimento da sociedade gaúcha.

A apropriação do espaço agrário do Rio Grande do Sul se caracterizou por diferenciais no âmbito das questões socioculturais e, a ocupação tardia do território é um dos fatores. A ocupação do atual território gaúcho despertou o interesse somente quando houve a necessidade, para dar continuidade à exploração das jazidas de ouro em Minas Gerais, de meios de transporte e alimentação para os escravos das minas. A existência de gado bovino, cavalos e muares nas estâncias jesuíticas foram a razão maior para os bandeirantes iniciarem a preação de índios, gado bovino e animais de transporte. A Coroa portuguesa decide então de forma efetiva a ocupar seu território. A tensão

gerada entre portugueses e espanhóis foi o caldo formativo da sociedade meridional.

O atual território gaúcho foi então colonizado por militares ligados à Coroa portuguesa, que receberam grandes áreas de terras, denominadas de sesmarias. As pessoas que foram contempladas com as sesmarias tinham a função geopolítica de realizar a proteção das fronteiras do território que estava sendo formado. Como consequência a forma de ocupação e posse da terra na região foi de ordem política, enquanto a natureza por meio de suas características regionais e locais originou uma lógica de processos e fluxos dinâmicos fracos nas unidades produtivas – estância (FERREIRA FILHO, 1965; GOULART, 1978; HEIDRICH, 2000; CAGGIANI, 1983; BARBOSA, 1985; REVERBEL, 1986; GOLIN, 2002, 2004; HAESBAERT, 2006).

Conforme Heidrich (2000) nas estâncias, a base econômica era a pecuária, o grupo dominante eram militares com atividades pastoris e a identidade cultural-ideológica era de grandes espaços ocupados vinculado às práticas sociais inerentes. Assim, as estâncias constituíram-se em estruturas identificáveis socioeconomicamente e foram a base de reprodução da sociedade.

Favorecidos pelas condições naturais para o desenvolvimento de sistemas agrários baseados na pecuária, as estâncias consolidaram a função de defesa (principalmente) e povoamento do território da Coroa portuguesa. No contínuo dos movimentos espontâneos e litigiosos de fixação dos limites dos portugueses e espanhóis formou-se um substrato humano e geográfico com características similares, segundo Golin (2002) exceto a fronteira política, as fronteiras econômicas, sociais, culturais e ambientais são pouco perceptíveis. Sendo esta uma das razões da identificação cultural das populações fronteiriças do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina.

O objetivo de defesa das estâncias e a disponibilidade do Pampa para o aumento dos rebanhos, sempre concentrou o olhar dos estancieiros-militares nas planícies ocupadas, assim a chegada dos imigrantes europeus, iniciada com os alemães (1824) e posteriormente com os italianos (1875) e poloneses (GRITTI, 2004), pouco alterou os sistemas de exploração econômica na Campanha gaúcha. Os imigrantes alemães localizaram-se próximos de Porto Alegre enquanto os italianos na encosta nordeste do RS, os poloneses foram

instalados próximos à região central, sendo o foco principal Ijuí e arredores. A necessidade de investimentos e maiores dificuldades para o desenvolvimento de atividades produtivas nas áreas ocupadas pelos imigrantes, nunca despertou maior interesse dos estancieiros.

Assim a chegada dos imigrantes foi uma grande alegria, para o presidente da Província preocupado com o despovoamento de grandes áreas de terras e com o abandono a que estava relegada a lavoura rio-grandense. Uma vez que, os gaúchos das estâncias concentravam suas atividades na criação de gado e na elaboração do charque que eram lucrativas. Além do mais os filhos dos açorianos também se tornaram criadores de gado, abandonando as atividades de lavoura (FERREIRA FILHO, 1965).

A nova configuração social e econômica implantada pelos imigrantes europeus corresponde a uma forma de produzir e uma forma de sociabilidade intrínseca, de acordo com Schneider (2004), um modo de vida. Os imigrantes europeus também se destacaram em suas atividades artesanais, primórdios dos processos de industrialização. Segundo o autor, referindo-se aos colonos alemães, as atividades artesanais eram complementares às atividades agrícolas no país de origem, isto é, uma continuidade do modo de vida de suas origens. O mesmo verifica-se nas áreas ocupadas pelos imigrantes italianos com a industrialização da uva em vinho.

O terceiro grupo em número de pessoas, os poloneses oriundos da antiga Prússia, aqui aportou para ocupar lotes de terras adquiridas, no entanto, desenvolveram-se de forma tardia, em parte pela localização das colônias agrícolas que eram de difícil acesso, pela qualificação da mão de obra, poucos eram agricultores e pelo descaso administrativo das autoridades responsáveis em fornecer as condições básicas para o início das atividades (sementes, víveres, etc) (GRITTI, 2004).

Na região da campanha do RS, a bovinocultura de corte continuou sendo a principal atividade de produção econômica, favorecida pelas facilidades de comercialização, pela existência de uma rede de escoamento dos produtos via férrea da fronteira produtiva brasileira ao porto de exportação no Uruguai, pelo acesso aos melhoramentos da atividade produtiva, por meio dos países do rio da Prata e pela mão de obra qualificada, conhecedora das lidas “campeiras” da matriz produtiva. As características do sistema agrário

aliado aos fatores de ocupação, função e posse da terra criaram uma identidade cultural territorial definida por Abramovay (2003, p. 14) como uma *“trama de relações, de significados, de conteúdos vividos pelos indivíduos que permite a construção de modelos mentais partilhados subjacentes ao sentimento de pertencer a um lugar comum”*.

O homem do sul, o gaúcho, que tem a sua estância como trincheira e a concentração de tropas em seu território como condição de fronteira, deu continuidade à característica combativa do gaúcho (RIBEIRO, 2006) concluindo-se que a individualidade e a desconfiança são a materialização identificável deste aspecto.

A identificação do homem com o cavalo, com a criação de gado e com a paisagem forja o gaúcho “vaqueano”, que segundo Braz (2002, p. 13), *“são talhados para este trabalho pois são exímios laçadores, boleadores, carneadores e artesãos de produtos de couro necessários a montaria, são pouco exigentes e parecem se divertir no trabalho mais duro”*.

Estas características influenciam inclusive os filhos de colonos, que querem ser como os gaúchos, verificado por Saint-Hilaire (1987) em suas andanças pelo RS.

Com o ingresso dos imigrantes europeus, pós Independência do Brasil, inicia um processo de abasileiramento (RIBEIRO, 2006), em vista da ativação econômica com o desenvolvimento da agricultura e um maior intercâmbio destes produtos com as demais regiões do Brasil. Concomitantemente o processo de industrialização iniciado na região ocupada pelos imigrantes estabelece o marco inicial das desigualdades, norte-sul do Estado.

A dinâmica dos sistemas agrários alicerçados na bovinocultura de corte, marcada pela especialização produtiva e setorial (frigoríficos), se mostrou dependente das oscilações dos mercados mundiais, em face do grande volume ser comercializado como *commodity* e com pouco valor agregado. Na década de 1980, o fato agravou-se com o fechamento de inúmeros frigoríficos na região e especificamente no foco deste estudo – Sant’Ana do Livramento. As disparidades econômicas também podem ser atribuídas pela pouca ênfase dada ao que Ribeiro CM (2009) denominou de pecuária familiar, no contexto de programas e projetos de crédito e desenvolvimento até poucos anos atrás.

Em estimativas realizadas por Ribeiro CM (2009), em 2001 e 2003 na região da Campanha e Fronteira Oeste do RS, era de 8.000 famílias o contingente que se dedica à bovinocultura de corte em combinação com outras atividades, utilizando predominantemente a mão de obra da família. O autor refere-se à categoria de pecuarista familiar como “*sempre identificados como atrasados e como entraves ao desenvolvimento e ao progresso*” (2009, p. 20). Contudo é altamente significativa a presença do “pecuarista familiar” vide a representatividade do elevado número de pequenas propriedades observado nos censos do IBGE (1998, 2006) e os apresentados no escopo deste trabalho.

Identificadas as características de ocupação, posse e função do espaço territorial, as características do homem que habita este território e os sistemas agrários predominantes, foi proposto como foco do presente trabalho: o processo decisório dos produtores rurais, como uma forma de compreender as formas e lógicas decisórias e suas consequências no desenvolvimento socioeconômico, especificamente no espaço político do município de Sant’Ana do Livramento localizado no território do bioma Pampa.

O processo decisório é analisado além das fronteiras preestabelecidas da racionalidade econômica como explicativo do estado socioeconômico da sociedade, enfatizando as abordagens comportamentais iniciadas com os estudos de Herbert Simon (1970). O autor em seus estudos de economia e administração pública aborda o processo de decisão como uma escolha (s) fundamentada (s) nas crenças, valores, atitudes e em face das limitações humanas, a escolha será uma escolha satisfatória. Isto é, a racionalidade é elaborada conforme os termos de referência conhecidos. O desenvolvimento de seus trabalhos amplia a abordagem adotada com estudos na área de psicologia cognitiva, informática, sociologia econômica e filosofia.

A escolha racional então será “*em função de um modelo da situação real,... produto dos processos psicológicos e sociológicos que incluem as atividades da pessoa que fez a escolha e as de outros integrantes do ambiente*” (MARCH e SIMON, 1970, p.196).

Pesquisadores como Kahnemann (2002) demonstraram que as decisões são balizadas por um sistema intuitivo individual, baseado no modo de vida do decisor e um sistema baseado na razão.

Os trabalhos de Gasson (1973) analisam sob uma nova perspectiva os processos decisoriais dos produtores ingleses. Para a autora as formas de produção e a gestão dos estabelecimentos rurais são determinadas pelos valores e metas do produtor. O processo de decisão passa a abranger o modo de vida, as experiências passadas, suas relações com o meio interno e externo da propriedade rural. É uma perspectiva mais holística, uma vez que considera as razões e motivações das inter-relações no processo decisório.

Esta ótica também consta na obra de Morin (2000) sobre a complexidade das organizações. O autor considera a organização uma unidade complexa, com inter-relações em seu ambiente interno e com o todo, isto é, com o meio onde está inserida. Para Morin (2000) trabalhar no contexto de uma ótica holística pressupõe as inter-relações organizacionais.

Considerando as propriedades rurais como sistemas abertos em contínuo estado de inter-relações, permite pressupor que as informações, em função de sua utilidade intrínseca e da credibilidade das fontes, são fundamentais para as decisões (MACHADO, 1999).

A concepção da propriedade rural como organização, caracterizada como um sistema aberto que utiliza as informações de acordo com a racionalidade limitada (SIMON, 1970) do decisor e que atenta para a existência de múltiplos fatores influenciando o processo decisório, permite uma melhor compreensão da dinâmica de gestão deste tipo de organização.

O processo decisório entendido como um processo sistêmico, pressupõe a influência do ambiente e da memória coletiva e individual das decisões já realizadas (*feedback*), memória que se torna um parâmetro de configuração das decisões futuras. Simon (1965) faz referência ao comportamento presente como influência às possibilidades futuras e as decisões futuras sendo balizadas pelas decisões do presente.

Os estudos de Gasson (1973) atentam para as diferentes concepções de gestão dos decisores rurais, em função da hierarquia de valores atribuída aos elementos decisórios. Assim, os produtores ajustam suas decisões por aspectos diversos que Gasson agrupou em quatro orientações decisoriais:

- Orientação instrumental – baseada em algum tipo de benefício oriundo da atividade;

- Orientação social – pressupõe que as inter-relações pessoais na atividade é o mais relevante na atividade agrícola;
- Orientação expressiva – o juízo de valor do decisor está ligado à satisfação pessoal advinda do exercício da atividade;
- Orientação intrínseca – valorização da atividade agrícola como atividade em si mesma.

O estudo inicial de Ruth Gasson (1973) serviu para o desenvolvimento de uma linha de estudos na área rural, inclusive no Brasil. Segundo Andreatta (2009), *“na década de 1990, principalmente, um conjunto de pesquisadores vinculados à Universidade de Edimburgo (UK), não só dão continuidade, como dão maior visibilidade à perspectiva de Gasson (1973)”*.

Assim como Simon (1970) referiu-se aos aspectos comportamentais das organizações, Gasson (1973) dedectou os aspectos sociais e comportamentais nos decisores rurais.

Analisar o processo decisório, considerando os estudos acima, presume estudar o comportamento dos indivíduos diante de escolhas, neste caso o ambiente psicológico também é um fator a ser descrito, pois envolve a dinâmica do produtor e sua família, bem como os efeitos das decisões tomadas no comportamento, no grupo e nas demais organizações (BEACH, CONNOLY, 2005). Os autores atentam para a relevância das origens e dos caminhos pelos quais chegam as informações ao decisor.

Assim é preciso compreender que o processo psicológico compromete o planejamento do processo decisório, isto é, na determinação dos critérios importantes para as decisões, assim como, as incertezas e os riscos do ambiente interno e externo estão presentes, conformando um panorama de complexidade organizacional (SIMON, 1964; BEACH, CONNOLY, 2005; VIACAVA, PEDROZO, 2007).

A percepção do processo decisório do produtor rural é apreender as práticas de gestão interna do agricultor, perguntando-se: como os produtores realizam seus controles? Quais os fatores que levam em conta? Como determinam suas prioridades? O que pensam estar fazendo? Quais as razões deste comportamento? A otimização de uma função utilitária, com retorno econômico é o mais importante? As questões levantadas e a perspectiva de

tantas outras mostram a complexidade e a natureza de multicritério das decisões.

Nas propriedades rurais constata-se a família como elemento básico nos processos decisórios e, se verifica uma tentativa de equilíbrio entre os critérios de interesse no momento das decisões, entre os negócios e a família propriamente dita. Neste contexto, a família como um sistema social é abordado por Rushton, Shaudys (1967) observando que existe uma subordinação dos interesses da propriedade ao sistema família. A propriedade é vista como um subsistema do sistema família, e cabe a ela a determinação dos critérios de como atender os objetivos familiares com as entradas e saídas da 'propriedade firma'.

O processo de gestão do produtor rural envolve a definição de objetivos e metas com a participação dos membros da família, fato que exige instrumentos de negociações e relacionamentos equilibrados, esta última a parte crítica. As metas, objetivos e decisões devem atender as expectativas e necessidades dos membros da família. Pois se todos os membros não estiverem envolvidos com as necessidades básicas, alcançar os objetivos pode ser difícil ou impossível. O cenário posto, conclui-se que é necessário um consenso sobre as regras e critérios na consideração das expectativas e valores em uma estreita conexão entre o sistema de produção e a família.

No âmbito da compreensão dos processos decisórios nas organizações, os estudos de Simon (1970) e de Ruth Gasson (1973) são os norteadores da análise da tomada de decisão no contexto dos produtores rurais. E, frente à peculiaridade da formação e ocupação das terras nas fronteiras do RS, onde se localiza o recorte desta pesquisa, os fundamentos da abordagem dos sistemas agrários (DUFUMIER, 1989; CHONCHOL, 1994; MAZOYER, ROUDART, 2001) são aplicados para entender a trajetória social, histórica, política e econômica das atividades agrícolas ali implantadas. O ambiente rural do estudo considera os produtores pequenos, médios e grandes, reconhecendo suas especificidades e diferenciações produtivas, culturais, históricas e sociais (Figura 1).



Figura 1. Fundamentos teóricos para compreensão do processo decisório.

Fonte: elaborado pela autora, 2010.

1.1 Definição do problema

A atividade agropecuária é de suma importância para o desenvolvimento econômico e social das nações, em vista do significativo número de mão de obra ocupada na atividade, fato gerador da manutenção de muitas famílias e manutenção do próprio negócio e responsável pela produção dos alimentos. É uma atividade próspera, com um relativo grau de segurança e rentabilidade.

No Brasil, com clima diversificado, com energia solar abundante e com quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, existe 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais cerca de 20% ainda não foram exploradas. Esses fatores fazem do país um lugar com vocação natural para a agropecuária e as demais atividades relacionadas à mesma. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a atividade agropecuária responde por um em cada três reais gerados no país.

O Gráfico 1, baseado nos dados do IBGE, mostra a população ocupada no setor rural nos últimos 36 anos, com o forte indicativo de decréscimo no número de trabalhadores no campo, que pode levar a cenários futuros no campo produtivo e decisório mais complexos.

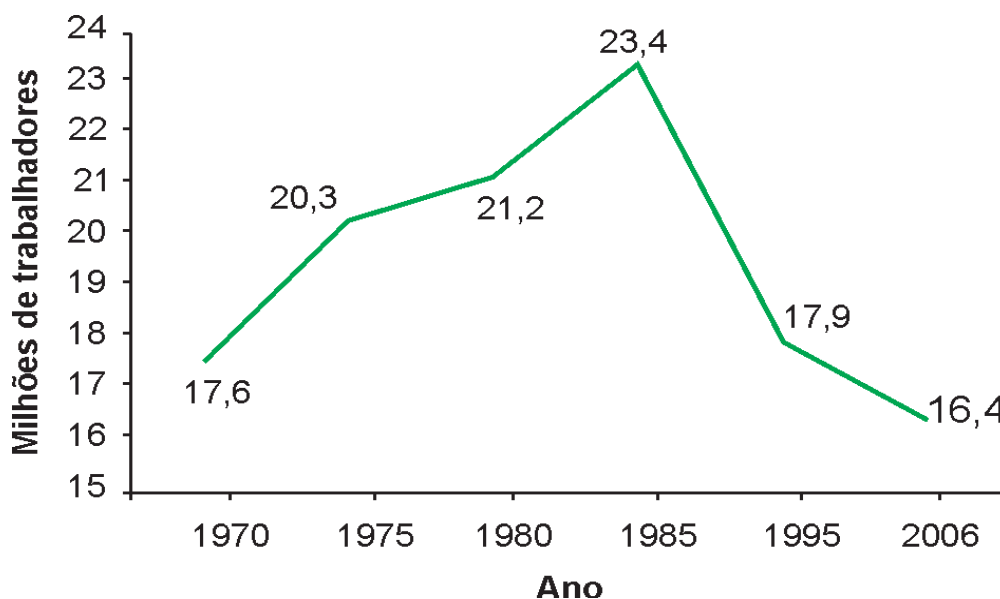


Gráfico 1. Pessoal ocupado no setor rural brasileiro – 1970 a 2006.

Fonte: Alves, E.; Marra, R. (2009).

Os estudos sobre o produtor rural e seus sistemas agrários têm uma conotação predominantemente de ordem econômica, como forma de reprodução social do segmento de produção de alimentos. Mais recentemente outros fatores explicativos têm sido abordados em face das limitações explicativas da abordagem econômica.

A incerteza e os riscos no desenvolvimento das regiões agrícolas não residem somente no contexto econômico, mas também quanto às atuais e futuras alterações de ordem social, cultural, biogeográfica, política e até mesmo ecológica. Todavia, a complexidade do homem e suas interações é o ponto de injunção para a análise do desenvolvimento em função dos comportamentos resultantes.

Alguns autores apontam como fator explicativo a dificuldade de associação positiva entre o uso de técnicas de gerenciamento e o sucesso econômico, como uma das deficiências primordiais, inclusive por parte dos profissionais que trabalham com a assistência técnica e extensão rural (CANZANI, 2001). Em referência à pauta levantada pelo autor, constata-se uma deficiência na bibliografia focada na área de gestão rural comparativamente a diversos estudos na área de economia rural.

Os conhecimentos de gestão são empregados para compreender e analisar as decisões, na perspectiva de abranger o todo complexo, tendo o homem gestor como mola propulsora de todos os processos.

Os produtores rurais são os agentes de domínio no processo decisório, pois são eles que comunicam, selecionam e adotam estratégias de ação. Esses produtores concebem os cenários agrícolas: baseado nas alterações e limitações do uso do solo, nas alterações climáticas, no uso de tecnologias, nas mudanças de políticas, nos mercados, nas redes sociais, nos valores individuais e do grupo familiar, na função da cidade em suas atividades agrícolas, entre outros fatores, para apreender as conseqüências das decisões tomadas.

O processo decisório envolve a área cognitiva e psicológica e tem sido estudado por pesquisadores considerando o ponto de vista social (SIMON, 1970, 1986; KAHNEMANN, 2002; BEACH, CONNOLLY, 2005; TENBRUNSEL et al, 2009) inclusive com a simulação de processos cognitivos. O fato é que o processo decisório apresenta aspectos não-lineares, de multidimensão e até mesmo com um sistema de auto-organização. Aprofundar os estudos na compreensão da lógica de reprodução no campo comportamental e psicológico é necessário para compreender as motivações das escolhas, em um tempo futuro e em função da utilidade das escolhas.

O problema posto da presente tese, tomada de decisão dos produtores rurais, busca as justificativas e o conhecimento das motivações, atitudes e valores como norteadores nas escolhas decisórias, pois constituem a possibilidade de explicações do processo de reprodução social, ou não, das diferenças socioeconômicas de distintos territórios agrícolas no RS, especificamente no recorte da pesquisa – Sant’Ana do Livramento.

Os questionamentos apresentados na sequência foram elaborados para balizar o presente estudo:

1. Percebe-se uma transmissão cultural de crenças e valores de uma geração para outra nos produtores rurais criando uma estratégia de normas e comportamentos nas escolhas? Os estudos sobre capital social (TABELLINI, 2007) indicam que em ambientes de cooperação, onde a recompensa aumenta pela cooperação, há uma expansão do

âmbito de cooperação e transmissão de valores de uma geração à outra.

2. A concepção do processo decisório em certa medida reflete aspectos externos, internos e individuais?

O comportamento e as intenções no processo decisório são determinados por fatores externos como localização física da propriedade, tipo e fonte de informações? As atitudes do produtor e do seu grupo familiar no exercício das atividades agrícola balizam as decisões? Os objetivos individuais e os traços de personalidade estão inseridos nas escolhas decisórias?

Segundo Guiso, Sapienza e Zingales (2007), investigações já realizadas sugerem que a personalidade do indivíduo tem um importante papel nas suas tomadas de decisões, incluindo o tipo de atividade agrícola. Para os autores é uma variável essencial na avaliação dos processos de tomada de decisão e nos planos de desenvolvimento.

3. As lógicas de utilização das propriedades estão inseridas nas lógicas de apropriação e manutenção das terras e das fronteiras políticas da região?

A gênese da estrutura social e econômica, como fato explicativo da identidade do gaúcho é elaborada por muitos historiadores, sociólogos e estudiosos da área (SÁ BRITO, s/d; FERREIRA FILHO, 1965; LOVE, 1975; GOULART, 1978; BARBOSA, 1985; PESAVENTO, 1994; ORNELLAS, 1999; GOLIN, 2002; HOLANDA, 2006; RIBEIRO, 2006; FLORES, 2006; GOMES, 2009; SUERTEGARAY, SILVA, 2009), pressuposto passível de nortear as reflexões e considerações no desenvolvimento do presente trabalho.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo geral a identificação, caracterização e análise dos fatores motivacionais e critérios de escolha nas decisões realizadas pelos produtores rurais do município de Sant'Ana do Livramento/RS.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Compreender a gênese histórica de apropriação e ocupação do território rio-grandense, bem como a formação da identidade do gaúcho, com o intuito explicativo dos fatores que interferem no processo de tomada de decisão dos produtores rurais nos dias de hoje.
- b) Identificar as variáveis sociais, econômicas e culturais relevantes no processo de tomada de decisão.
- c) Determinar a hierarquia de relevância dos fatores decisoriais.

1.3 Justificativa

Teoricamente a relevância do presente estudo está na possibilidade de conhecer, compreender e analisar os elementos que configuram o processo de tomada de decisão dos produtores rurais e a perspectiva explicativa do desenvolvimento socioeconômico local. Parte-se do pressuposto que a origem histórica da região e a construção da identidade do gaúcho são condicionantes do arcabouço decisório vigente.

Dessa forma justifica-se o tema e o estudo proposto:

- a) para ampliar o conhecimento na configuração do processo de tomada de decisão e suas conseqüências e implicações no desenvolvimento rural;
- b) contribuir para uma análise do conhecimento e do comportamento existente dos produtores rurais;
- c) para conhecer a forma como as decisões são tomadas nas propriedades rurais, proporcionando embasamento para análise, percepção de níveis de importância e direcionamento de ações para o aprimoramento e sustentabilidade do desenvolvimento;
- d) para avaliar o nível, a intensidade, as fontes e a relevância das informações nas decisões;
- e) outro aspecto importante, que justifica o estudo é a localização dos produtores pesquisados, o bioma Pampa, ecossistema natural com elevada diversidade de espécies vegetais e animais. É a principal fonte das espécies forrageiras para a atividade produtiva - a pecuária de corte. Aprofundar o conhecimento sobre as decisões destes produtores é

também uma forma de ampliar a compreensão sobre as formas de produção praticadas e que têm mantido a biodiversidade e sustentabilidade dos campos.

Investigar o tema, tomada de decisão dos produtores rurais em um ecossistema específico, pode colaborar para a elaboração de políticas direcionadas à racionalidade dos indivíduos que vivem e produzem de acordo com uma identidade construída por subjetividades tanto individuais como coletivas, imantadas a um dado território.

1.4 Estrutura da tese

O pressuposto deste trabalho é admitir que o processo de tomada de decisão dos produtores rurais não está solidificado nos conceitos mecanicistas que reduzem a análise das ações humanas aos aspectos econômicos. A construção do processo decisório é complexa e resultado de interações e, não está baseada somente na otimização de funções utilitaristas com o retorno econômico.

Outra ancoragem do presente estudo é o homem rural, sua origem, formação e cultura como elemento decisivo no processo decisório, pois é ele o agente que faz as escolhas e as coloca em ação. É o produtor rural de Sant'Ana do Livramento, o amálgama da interação dos diversos aspectos históricos, sociais, políticos, culturais, biogeográficos, ecológicos e porque não paisagísticos o ponto de partida de análise do processo de tomada de decisão.

Em função disto, a estrutura da tese foi iniciada com uma explanação dos rumos e contexto do ambiente da pesquisa, incluindo a definição do problema, balizada pelos objetivos, justificativas do interesse do tema escolhido e elaboração de marcos norteadores.

No capítulo dois foram resgatadas as teorias de gestão e sua evolução para acompanhar a complexidade das organizações. No mesmo capítulo a teoria de decisão, como balizador do tema, foi tratada em relação aos elementos que influenciam o processo decisional e estrutura do processo de decisão. A racionalidade nas decisões é analisada no âmbito de seus limites e satisfação dos objetivos. Os tipos e modelos decisórios são apresentados de acordo com os fundamentos teóricos de diversos estudos. O capítulo finaliza com a definição de organização no contexto rural e como o ambiente de

decisão do produtor rural. Neste capítulo são apresentados e sintetizados os conceitos teóricos das teorias de gestão e decisão nas organizações.

O capítulo seguinte desenvolve os conceitos de sistemas agrários, com sua abordagem holística do homem, suas atividades e entorno. Para tanto é abordado a ocupação do espaço físico da região deste trabalho, do tipo humano e a identidade que se formou, finalizando com a característica e especificidade do sistema implantado: as estâncias gaúchas.

No capítulo quatro discorre-se sobre os procedimentos metodológicos bem como o campo empírico da pesquisa: Sant'Ana do Livramento – origem e formação, características físico-geográficas e situação de fronteira política, os sistemas agrários predominantes e o elemento humano.

O capítulo cinco apresenta a análise dos resultados obtidos. Foi considerado o produtor rural quanto às suas características socioeconômicas, psicológicas e experiência decisória, bem como a relevância das informações e dos sistemas produtivos no momento das escolhas realizadas. O capítulo é encerrado com uma relação da identidade cultural e os resultados obtidos.

O capítulo final aborda as conclusões da pesquisa.

CAPÍTULO 2. TEORIAS DE GESTÃO E DECISÃO

2.1 Teorias de Gestão

As relações sociais e econômicas contemporâneas estão em constante estado de mudanças e reconfigurações a guisa de uma reestruturação da sociedade pelo mercado. O momento histórico estabelece a discussão das interações dinâmicas entre os seres humanos, as organizações, as sociedades e o meio ambiente, viabilizada por uma perspectiva de análise do todo. E, a perspectiva holística é a forma de compreender as transformações e as dinâmicas relações.

Historicamente, o homem nas diferentes civilizações criou arcabouços e formas de organizar, com vistas a atingir seus objetivos, tanto de forma individual como coletiva. A viabilização de formas de organização que permitam a utilização dos recursos tangíveis e intangíveis tem sido uma procura constante do homem. O interesse do estudo das organizações e a conseqüente criação de teorias para melhor compreender e atuar sobre a complexa realidade tem conduzido a uma dinâmica evolução da gestão organizacional.

A evolução das organizações e de suas formas de gestão perpassa por uma visão inicial mecanicista até a atual visão sistêmica e holística. Nas primeiras teorias de gestão, no início do século XX, a concepção era de análise, previsão e total controle operacional das organizações. Atualmente, diante da instabilidade e imprevisibilidade do ambiente interno e externo das organizações tornou-se complexo uma forma de gestão fundamentada na previsibilidade e controle.

O desenvolvimento da industrialização do século XIX devido às invenções mecânicas, elétricas e hidráulicas reflete-se no estudo sistemático de teorias de gestão a partir do século XX. Em termos de teorias administrativas a organização e empresa moderna nascem com a Revolução Industrial, principalmente em consequência da quebra das estruturas corporativas da Idade Média, do avanço tecnológico aliado às novas formas de energia e ampliação de mercados e, à substituição do tipo artesanal por um tipo industrial de produção (CHIAVENATO, 1999; DAFT, 1999).

Com o advento da revolução industrial instaurou-se uma visão mecanicista. A revolução industrial, no âmbito organizacional, acelerou a formação de grandes corporações e as mudanças no modo de vida das sociedades, bem como a forma de olhar o ser humano no contexto operacional das organizações. A concepção reducionista do homem, qualificando-o como fonte de força física, constituía a forma mecanicista de conduzir as organizações da época. A subutilização das potencialidades do ser humano é uma concepção do indivíduo como parte de uma máquina, o que restringe as possibilidades de seu desenvolvimento e contribuição ao contexto produtivo. Na práxis social, o reducionismo econômico, político e científico atrelou-se a uma estrutura totalitária em que pessoa e mundo são definidos como objetos de manipulação.

Na medida em que ocorria o crescimento acelerado da economia e das unidades de produção em todos os setores, os problemas de desperdício e ineficiência salientavam a força de trabalho desqualificada, gestão despreparada e apreensão dos novos conhecimentos de forma não estruturada.

Uma forma de abordar a evolução das teorias administrativas é considerar o tempo histórico das escolas e as abordagens que surgem para equacionar os desafios. As diferentes abordagens, considerando o tempo histórico não apresentam divisores conclusivos e mostram que várias abordagens de formas de gestão coexistem no contexto considerado. A gestão com fundamentos científicos ocorre a partir dos anos de 1900, com a difusão das idéias de Frederick Taylor. (CHIAVENATO,1987,1999; MOTTA,1970; ROBBINS,2000; MOTTA, VASCONCELOS, 2002; LACOMBE, HEILBORN, 2003).

A abordagem mecanicista das Teorias Clássicas nasce com as idéias formatadas por Frederick Winslow Taylor e Henry Fayol objetivando a eficiência e operacionalizando regras, procedimento, instrumentos e máquinas para o melhor desempenho. Na obra "*The principles of Scientific Management*" (1911), Frederick W. Taylor apresenta os princípios para uma organização eficiente. Henry Fayol, autor da obra "*Administration industrielle et générale*" (1916) estruturou as funções do gestor e definiu as suas características no exercício da gestão das organizações.

A abordagem de Max Weber focalizou o controle baseado no conhecimento de regras e procedimentos como um sistema formal de relações. A estrutura organizacional proposta por Max Weber partiu de uma ótica em que as relações acontecem dentro de um sistema formal e a autoridade emana de regras (racional e legal) e, os limites de ação de cada indivíduo são determinados pelas funções, direitos e deveres do cargo ocupado, bem como pelo conhecimento técnico (WEBER, 1999, 2001).

Em face das limitações do modelo burocrático, que considerava a organização como um sistema fechado. Os estruturalistas introduzem a perspectiva de sistema aberto para as organizações (CHIAVENATO, 1987). Pode-se dizer que a abordagem é múltipla ao contemporizar as contribuições das abordagens clássicas e humanísticas.

As abordagens humanísticas desenvolveram-se com a crise de 1930, principalmente nos Estados Unidos, onde o movimento das relações humanas reuniu as idéias sobre a relevância dos processos sociais e dos grupos humanos no desenvolvimento e crescimento das organizações. A teoria das relações humanas, personificada por Elton Mayo e identificada pela experiência de Hawthorne (1924 a 1933) teve alguns precursores, como Robert Owen no século XVIII que se preocupou com a melhoria das condições de trabalho. No início do século XX, H. Munsterberg mostrou a importância dos incentivos econômicos e das relações sociais no ambiente de trabalho. Mary Parker Follet mostrou a relevância dos grupos nas organizações, seus relacionamentos e condutas de ética (FOLLET, 1997). Chester Barnard contribuiu em suas obras sobre a importância da tomada de decisão e considerou a organização como um sistema aberto (BARNARD, 1956). Entre os autores do movimento das relações humanas cabe mencionar Dale Carnegie que com sua obra, *“Como fazer amigos e influenciar pessoas”* (1936) motivou o princípio da cooperação na prática gerencial (CORNEGIE, 1965).

No âmbito da teoria das relações humanas a Teoria Comportamental (Behaviorista) tem uma forte contribuição das idéias de Chester Barnard que ampliou a perspectiva das organizações ao considerá-las um sistema aberto, onde as pessoas necessitavam de cooperação nas atividades exercidas. Duas obras suas: *The Functions of the executive* (1938) e *Organization and*

Management (1947) ressaltam a tomada de decisão como essencial na gestão; o autor também desenvolve um conceito amplo e inovador de autoridade.

Herbert Simon com as obras, *Comportamento Administrativo* (1945) e *Teoria das Organizações* (1958) é o expoente do behaviorismo por considerar a organização um sistema de decisões elaboradas pelo homem com o objetivo de corresponder aos interesses de quem decide e não necessariamente da organização. O posicionamento de Simon refere-se a uma racionalidade decisória, no âmbito da complexidade das condições do ambiente, como de fatores inerentes às características cognitivas do decisor (SIMON, 1970).

A abordagem comportamental é enriquecida com os trabalhos de Herzberg sobre atitudes; com os estudos de McGregor sobre a diferenciação dos empregados sob a ótica dos gestores e as capacidades e competências do gestor e, de Maslow, *Motivation and Personality* (1954), que elabora uma pirâmide das motivações humanas com hierarquia de importância (DAFT, 1999). Para Maslow (2001), as atitudes das pessoas em condições favoráveis no ambiente do trabalho determinam que “*estes indivíduos altamente evoluídos incorporam o seu trabalho como identidade, ou seja, o trabalho torna-se parte inerente da definição que eles fazem de si próprios*” (p.1). Outros autores relevantes são Elliot Jacques (1951), Chris Argyris (1957) e Rensis Likert (1961). Elliot Jacques realizou seus estudos analisando a interação entre estrutura social, cultura e personalidade. A contribuição de Argyris foi sobre o comportamento humano na organização e, Likert (1961) faz referência à importância dos diferentes aspectos que influenciam os resultados finais na organização, como as habilidades, motivação, capacidade de interação, comunicação, lealdade e processo de decisão.

O desenvolvimento da informática, de novas tecnologias e a criação de sistemas de informação permitiu uma visão quantitativa das variáveis administrativas. A partir da década de 40 do séc. XX, a pesquisa operacional passa a ser utilizada nos processos de decisão dos gestores. Neste período ocorre o desenvolvimento do uso dos meios de informação pelos gestores, contudo não exclui do processo o gestor como o analista e intérprete das informações para as decisões (LACOMBE, HEILBORN, 2003).

As abordagens pragmáticas surgem em 1930 e intensificam-se na década de 1950 com pessoas ligadas aos processos de gestão organizacional e preocupadas em definir e delimitar regras práticas de gestão.

São consideradas abordagens pragmáticas a Teoria Neoclássica e Administração por objetivos. O enfoque da Teoria Neoclássica é fundamentado na inovação e na adaptação da empresa ao ambiente do mercado. O mercado é o regulador das decisões dos gestores, que procuram identificar as oportunidades e operacionalizar nas organizações as possibilidades de aproveitá-las. Com a ênfase no mercado é o período em que ocorre um desenvolvimento das práticas de marketing (DAFT, 1999).

Na Administração por objetivos o destaque é o acordo de objetivos, entre os trabalhadores e seus superiores. Pressupondo uma definição de objetivos compartilhada, torna-se uma forma de motivação e controle na organização com o autocontrole do trabalhador, gestão planejada, trabalhadores avaliados de acordo com as metas pré-estabelecidas, foco nos objetivos setoriais para atingir os objetivos globais, prioridade para atingir os objetivos globais. É uma administração pela eficácia organizacional (DRUCKER, 1989; DAFT, 1999).

A abordagem sistêmica evidencia-se a partir de 1930 com os trabalhos de Chester Barnard sobre a organização como um sistema aberto em interação com o ambiente externo, contudo somente na década de 70 a abordagem é retomada. A racionalidade sistêmica aliado a uma gestão científica é o foco desta abordagem.

A Teoria dos Sistemas reconhece a interação dinâmica do sistema com seu ambiente. O sistema é retroalimentado tanto pelo processo de transformação, como pelos produtos finais na perspectiva de gerar um melhor desempenho do sistema.

Conforme Bertalanffy (1973), sobre a Teoria dos Sistemas:

“trata-se de uma transformação nas categorias básicas de pensamento da qual as complexidades da moderna tecnologia são apenas uma – e possivelmente não a mais importante – manifestação. De uma maneira ou de outra, somos forçados a tratar com complexos, com ‘totalidades’ ou ‘sistemas’ em todos os campos de conhecimento” (p.19).

A organização é visualizada como uma interdependência das partes e finalidade do sistema. A interação necessária dos diferentes setores torna a organização um sistema complexo. A Figura 2 esboça a complexidade da organização como um sistema configurado por subsistemas, que devem ser olhados de forma sistêmica pela interdependência das partes, sinérgico, pois o todo é maior que a soma simples das partes, em um estado de equilíbrio dinâmico, com os diferentes ambientes, resultados obtidos e a retroalimentação do sistema (BERTALANFFY, 1973; LACOMBE, HEILBORN, 2003).

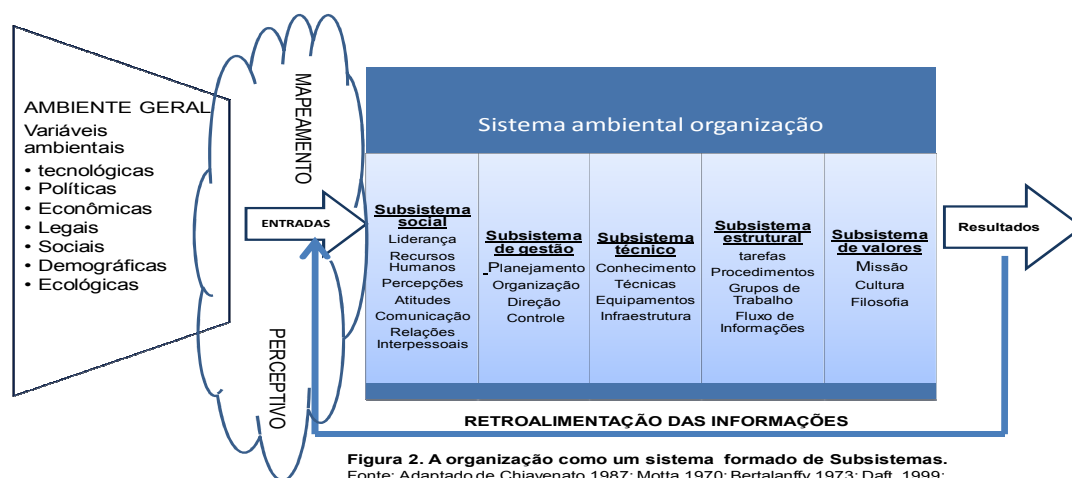


Figura 2. A organização como um sistema formado de Subsistemas.
 Fonte: Adaptado de Chiavenato, 1987; Motta, 1970; Bertalanffy, 1973; Daft, 1999; Motta, Vasconcelos, 2002.

A partir dos anos 60 a abordagem contingencial toma impulso como uma forma não reducionista de gestão, isto é, não existe uma solução única e verdadeira. A gestão contingencial incorpora os processos quantitativos, comportamentais e ambientais construindo um elo entre as diferentes teorias e a prática (LUTHANS, STEWART, 1977).

A importância do enfoque contingencial é o não invalidar as contribuições anteriores na gestão organizacional, mas sim ponderar sobre o uso combinado dos conhecimentos e abordagens precedentes, aliado à identificação das variáveis do contexto e do ambiente onde está inserida a organização, para a realização de ajustamentos na estrutura e na forma de gestão. Não existe a melhor configuração estrutural, mas o desenho mais adequado para atender os fatores contextuais (ROBBINS, 2000).

Outras abordagens complementares são desenvolvidas como a *gestão da qualidade* (“*Total Quality Management*”), incorporada como uma estratégia

global da organização, para atender as maiores exigências dos clientes nos serviços e produtos nos mercados internacionais. A abordagem propõe um ajustamento da cultura interna ao ambiente organizacional, onde os funcionários bem sucedidos são aqueles nos quais os atributos e estilos estão de acordo com a cultura. As culturas fortes funcionariam como “*mecanismos informais de moldagem dos comportamentos dos funcionários*” (ROBBINS, 2000, p. 500).

As tendências recentes de gestão incorporam novos conceitos e formas de diagnóstico e percepção das organizações, proporcionando novos contornos à gestão. A *teoria do caos* mostra a complexidade, como resultado da interação de situações simples, passíveis de desencadear situações complexas. A obra de James Gleick, *Caos: a criação de uma nova ciência*, 1987 é o referencial para compreensão da teoria proposta.

No contexto das tendências recentes a *aprendizagem organizacional* (*Learnig Organizations*) é o resultado de um novo olhar da teoria dos sistemas, baseado na obra de Peter Senge (1998), *A Quinta Disciplina* (*The Fifth Discipline*) aponta como principal problema de gestão a ausência de um escopo aglutinador que conduza e coordene o empenho de cada indivíduo, como parte de um todo na organização.

As idéias de Taylor (gestão científica) retornam com a *reengenharia*, sob a ótica de uma reestruturação das organizações. Pode-se dizer que nos anos 90 a reengenharia constituiu-se em uma racionalização radical da organização controlando os resultados finais e centrando as ações no cliente, no equilíbrio econômico e nas tendências de mercado (LACOMBE, HEILBORN, 2003, p. 483-8).

O movimento *slow Europe*, é norteado pela redução de horas de trabalho, maior número de dias de férias e maior segurança na manutenção do trabalho. Os bons resultados do *interim management*, atividades dos gestores baseado em projetos, permitindo um equilíbrio entre o tempo disponibilizado para a vida profissional e pessoal tem reforçado o princípio do *Slow Europe* (CORRÊA, 2009).

O *Family Friendly* é um movimento iniciado nos Estados Unidos, com o objetivo de criar programas específicos para reduzir as faltas dos trabalhadores. O excesso de trabalho provocado pelas metas organizacionais

tem levado ao problema de stress no trabalho pelo pouco tempo de convívio com a família. Algumas organizações estão implantando horários flexíveis de trabalho com o intuito de atender o trabalhador sem provocar uma descontinuidade nas atividades organizacionais. São as denominadas jornadas atípicas de acordo com Lacombe, Heilborn (2003).

Percebe-se que as diferentes abordagens de gestão percorreram inicialmente um caminho de evolução e integração dos diferentes elos para o funcionamento das organizações e, na medida em que novas situações e problemas surgiam, perspectivas eram propostas e implantadas para uma solução de continuidade. No horizonte das teorias de gestão constata-se uma evolução das estratégias e procedimentos, para atender as novas configurações organizacionais em um contínuo estado de busca de soluções aos problemas postos.

Inicialmente, coube à gestão organizacional encontrar a solução de problemas estruturais e de operacionalidade dos sistemas de produção. Neste contexto predominantemente de objetivos econômicos, o ser humano era um apêndice mecânico do processo como um todo. O surgimento de problemas relacionados ao ser humano tanto nos aspectos físicos, como psicológicos e sociais provocaram um redirecionamento dos objetivos da gestão organizacional. Os estudos, no âmbito da teoria comportamental e da abordagem sistêmica proporcionam a compreensão necessária para revelar a importância do ser humano nos processos de gestão bem como as consequentes repercussões em todas as áreas da sociedade.

No presente estudo, os fundamentos da abordagem comportamental e da abordagem sistêmica são utilizados para nortear a análise dos objetivos propostos. As demais abordagens são apresentadas com o intuito de expor e permitir a compreensão das perspectivas explicativas, diante das transformações contínuas da sociedade.

Elaborou-se um resumo histórico para visualizar os elementos de gestão e os autores relevantes no decorrer dos tempos (Quadro 1).

Quadro 1: Abordagem dos elementos de gestão nos distintos momentos históricos das organizações.

Período Fases das Organizações	Autores	Elementos
Artesanal 4000 a.C. a 2000 a.C.	Egípcios	Reconhecimento da necessidade de planejar, organizar e controlar. Descentralização na organização. Ordens escritas. Uso de staff.
1800 a.C.	Hamurabi (Babilônia)	Controle escrito. Estabelecimento do salário mínimo.
1491 a.C.	Hebreus	Conceito de princípio escalar, princípio da exceção.
600 a.C.	Nabucodonosor (Babilônia)	Controle de produção e incentivos salariais.
500 a.C.	Mencius (China)	Reconhecimento da necessidade de sistemas e padrões.
400 a.C.	Sócrates (Grécia)	Enunciado da universalidade da Administração.
	Ciro (Pérsia)	Reconhecimento da necessidade de relações humanas.
	Platão (Grécia)	Enunciado do princípio da especialização.
175 a.C.	Cato (Roma)	Uso de descrições de funções.
20	Jesus (Judéia)	Unidade de comando. Regulamentos. Relações Humanas.
284	Diocleciano (Roma)	Delegação de autoridade.
1436	Arsenal de Veneza	Contabilidade de custos.
1525	N. Machiavelli (Itália)	Princípio do consenso. Coesão na organização. Enunciados de liderança.
Início da Industrialização		
1767	Sir James Stuart (Inglaterra)	Fonte de autoridade. Impacto da automação. Diferenciação dos trabalhadores pela especialização.
1776	Adam Smith (Inglaterra)	Princípio da especialização. Conceito de controle.
1799	Eli Whitney (EUA)	Método científico. Controle de custo e de qualidade.
1800	James Watt e Matheus Boulton (Inglaterra)	Padronização de operação. Planejamento. Incentivo salarial. Gratificação natalina. Tempos padrões.
1810	Robert Owen (Inglaterra)	Treinamento de operários. Plano de casas para operários.
1832	Charles Babbage (Inglaterra)	Abordagem científica e especialização. Divisão do trabalho. Estudo dos tempos e movimentos. Contabilidade de custos. Efeitos das cores na eficiência dos operários.

1856	Daniel C. McCallum (EUA)	Organogramas para mostrar a estrutura organizacional.
1886	Henry Metcalfe (EUA)	Arte e ciência da Administração.
Desenvolvimento Industrial	Frederick W. Taylor (EUA) Fayol (França),	Ênfase nas tarefas. Administração científica. Administração de pessoal e salário. Organização funcional. Princípio da exceção. Estudo de métodos e tempos. Planejamento e controle.
1900 - 1914		
Gigantismo Industrial	Barnard (EUA) Max Weber (Alemanha), Elton Mayo (EUA), Mary P. Follet (EUA), Dale Cornegie (EUA) Simon (EUA)	1ª abordagem organização um sistema aberto Ênfase nas estruturas Ênfase nas pessoas Grupos humanos nas organizações Comportamento humano.
1914 - 1945		
Fase moderna	Chester Barnard (EUA) Herbert A Simon (EUA) Herzberg (EUA) Maslow (EUA) Drucker (EUA) Elliot Jaques (Canadá, Inglaterra) Chris Argyris (EUA) McGregor (EUA) Rensis Likert (EUA) Bertalanffy (Canadá) Lawrence e Lorsch (EUA) W. Deming (EUA, Japão)	Ênfase nas estruturas Ênfase nas pessoas Ênfase na tecnologia Ênfase no ambiente Diagnóstico da situação Qualidade como estratégia
1945 – 1980		
Fase da incerteza (pós-moderna)	P. Drucker (Inglaterra,EUA) H. Mintzberg (Canadá) M. Hammer (EUA) Peter Senge (EUA) E.F. Schumacher(Alemanha, Inglaterra) Schein (EUA)	Ênfase no ambiente Ênfase nas interrelações sistêmicas dos subsistemas do ambiente organizacional e ambiente externo. Diagnóstico contingencial da organização Teoria da Contingência Administração por objetivos Administração participativa Teoria do caos/ complexidade Slow Europe / tempo profissional e humano Reengenharia/controlado dos resultados econômicos Aprendizagem Organizacional Family Friendly (jornadas atípicas)/ Trabalho por projeto
1980 – 1990		

Elaborado pela autora (2009).

2.2 Teoria da Decisão

A Teoria da Decisão no presente trabalho pondera sobre a explicação do comportamento humano, isto é do gestor, nas decisões organizacionais.

Os behavioristas introduzem o desenvolvimento de atitudes analíticas e experimentais inspirados por Lewin sobre climas sociais, estudos capitaneados por White e Lippitt sobre o comportamento dos trabalhadores com liderança autocrática e democrática (MOTTA, 1970; MOTTA, VASCONCELOS, 2002).

As obras de Herbert Simon, *Comportamento Administrativo* (1945) e *Teoria das Organizações* (1958), esta última escrita em parceria com James March são os marcos da Teoria da Decisão, pois abordam o processo de tomada de decisão e os limites da racionalidade. Cabe ressaltar a influência de Chester Barnard sobre os trabalhos de Herbert Simon (CHIAVENATO, 1987; MOTTA, 1970; MOTTA, VASCONCELOS, 2002).

Os demais estudiosos incorporados no pensamento behaviorista são Elliot Jacques, Chris Argyris, Rensis Likert, Douglas McGregor.

Elliot Jacques, psicólogo organizacional canadense foi quem estabeleceu o princípio das melhores condições de trabalho como forma de proporcionar uma produção mais eficiente e um estado de equilíbrio entre trabalho, salário e capacidade do trabalhador. Elliot estabeleceu correspondências entre certas formas de comportamento, de modo de agir e de atitudes, reconhecendo que apesar das diferenças individuais, existem reações que são típicas de cada categoria (JAQUES, 1951). A sua obra, *A General Theory of Bureaucracy*, contém os fundamentos de suas idéias e estudos. Foi difusor da *organização necessária*, ou essencial (Figura 3). São três os campos de concentração da organização: na *estrutura organizacional*, nos *processos organizacionais* baseados nas práticas de liderança, no desenvolvimento das potencialidades e valores organizacionais e no *ambiente de trabalho das pessoas* quanto aos seus valores e capacidade individuais. São objetivos desenvolvidos pelo Instituto Tavistock de Relações Humanas (Inglaterra), do qual foi um dos fundadores (1946).



Figura 3: Os fundamentos da organização necessária.

Fonte: Baseado nos trabalhos de Elliot Jaques.

<http://www.requisiteorganization.com/main.html>. Capturado em 14/1/2010.

O trabalho inicial de Chris Argyris foi na área da ciência comportamental. A obra publicada em 1957, *Personality and Organization*, tornou-se um dos textos clássicos nesse tema. Argyris argumenta que as empresas dependem fundamentalmente das pessoas e do seu desenvolvimento individual. A tarefa de uma empresa consiste em assegurar que as pessoas estejam motivadas e que maximizem todo o seu potencial. A conjugação de seu posicionamento sobre as responsabilidades das pessoas e da organização levou-o a defender necessidade da aprendizagem organizacional (ARGYRIS, 1957; LACOMBE, HEILBORN, 2003).

As pesquisas de Rensis Likert demonstraram que os supervisores que não aprisionavam os seus subordinados aos ciclos pré-determinados de trabalho eram melhores sucedidos, pois incentivavam a formação de grupos de trabalho e o desenvolvimento da amplitude do controle. Atentou ainda que a finalidade dos decisores é uma avaliação adequada e acurada dos fatos para tomada de decisão, pois determina a qualidade da gestão. O decisor precisa estar totalmente identificado com a organização, seus objetivos e motivações para buscar as melhores soluções para a consecução dos objetivos (1961, p. 211). Os demais focos de estudo relacionavam-se com os tipos de

organização, liberdade de comunicação e sua percepção e comportamento das pessoas.

Os estudos de McGregor estavam relacionados com a diferenciação dos empregados sob a ótica dos gestores em dois tipos, denominados pelo autor de Teoria X e Y. Enquanto a primeira considerava como as principais motivações do trabalhador as recompensas econômicas e caracterizava o trabalhador como um indivíduo avesso ao trabalho, a segunda versava sobre uma maior participação e comunicação com os trabalhadores, fato que permitia compartilhar responsabilidades. Na Teoria Y de McGregor cabe à administração a responsabilidade de organização dos recursos, proporcionar boas condições de trabalho, o desenvolvimento da motivação potencial dos trabalhadores para assumir responsabilidades e direcionar o comportamento para a consecução dos objetivos organizacionais (CHIAVENATO, 1987; MCGREGOR, 1970).

O gestor ao tomar as suas decisões está sob a ação de quatro variáveis e da complexa relação entre as mesmas, e de acordo com McGregor (1970) são:

“as suas características pessoais; as atitudes, necessidades e outras características pessoais dos subordinados imediatos; as características da organização, como as suas finalidades, a sua estrutura, a natureza dos trabalhos a executar e o ambiente social, econômico e político. A implicação das quatro variáveis significa que as qualidades do tomador de decisão não são propriedades do indivíduo, mas uma relação complexa entre estas variáveis” (1970, p. 249).

Com o advento da Teoria da Decisão o gestor é amparado por dados que permitem compreender o conhecimento: dos eventos futuros, bem como a distribuição de probabilidades dos eventos futuros; as alternativas de ação disponíveis e suas conseqüências; de regras que determinam uma hierarquia de objetivos e preferências. Os aspectos subjetivos e relativos da racionalidade, de acordo com March e Simon (1970) devem ser tratados e previstos pela teoria.

O agente decisor baseado em seus processos cognitivos e efetivos, isto é, em suas preferências e experiências, resultado de seu processo de

socialização, define o cenário para as decisões (SIMON, 1986; ROBBINS, 2000; MOTTA, VASCONCELOS, 2002).

2.2.1 Elementos decisórios

Os diversos estudos apresentam elementos relevantes e determinantes ao processo decisório. Segundo Barnard (1956), as decisões conscienciosas dependem de aspectos como idéias, convenções, instituições, hábito social e equipamentos.

A união de medidas adequadas com participação no processo decisório pode proporcionar à organização uma dupla vantagem de acordo com Likert: decisões melhores baseadas em informações acuradas e maior motivação para implantar as decisões (1961, p. 212).

Para Simon (1970) existem elementos no processo decisório que influenciam e determinam a ação de escolha da alternativa mais satisfatória. O autor afirma que frente às circunstâncias complexas, à restrição do tempo e ao poder mental da computação inadequado o tomador de decisões é submetido a um estado de 'racionalidade limitada'. As decisões economicamente racionais aconteceriam se fosse possível ter acesso às informações suficientes. No momento da seleção de dados e informações para a tomada de decisão está inserida no processo, uma série de influências, tanto do ambiente interno quanto do ambiente externo da organização. Outro elemento presente no processo decisório é a capacidade do decisor, isto é, o decisor deve apresentar competência para apreender os dados e informações significativas para a solução do problema.

Para o autor, a consideração de uma determinada restrição acontece porque sua relação com o processo decisional é que molda o curso de ação; tornando a decisão mais satisfatória. Em termos organizacionais, as restrições por um curso satisfatório de ação estão associadas com as regras organizacionais e indiretamente com os motivos individuais em assumir regras. A estrutura hierárquica formal de uma organização também determina distintos níveis de restrições e objetivos, sendo importante conhecer o mecanismo do processo de decisão como um sistema de interdependências. No processo de decisão as restrições econômicas compreendem as maiores limitações, no entanto estas restrições podem estar presentes nos subsistemas decisoriais

por caminhos indiretos (1964).

Em outro trabalho, analisando o comportamento administrativo, Simon (1970) enfatiza a capacidade cognitiva do decisor como limitante no processo de decisão. Nesta linha de abordagem, Macadar (1998) analisa o processo decisório partindo das características individuais e coletivas dos tomadores de decisão e mostra como é possível identificar a elaboração das decisões a partir destas características.

Os fluxos de informações e a rede de comunicação são apontados por March e Simon (1970) como um dos principais componentes do programa organizacional. Para os autores o programa determina e coordena as estruturas, funções, hierarquia, os canais formais e informais de informação e permite perceber os aspectos comportamentais da organização, das pessoas e do decisor. Os aspectos cognitivos estão presentes nas decisões pois *“o que uma pessoa deseja e aprecia influencia o que vê; o que ela vê influencia o que quer e aprecia”* (MARCH, SIMON, 1970, p. 212).

Conhecer o processo de decisão parece ser de particular importância para compreender o comportamento geral da organização. Quanto à tomada de decisão, Bass (1983) considera as limitações como uma força norteadora ou como uma força restritiva, exógena ao processo decisório que modifica o processo (p. 115) e, menciona as limitações das decisões estratégicas como sendo a geografia, as externalidades, a idade do decisor e o poder de sua experiência, bem como o tamanho da organização. Finaliza identificando três tipos de exigências para iniciar um processo de decisão: maior autoridade, subordinados e o decisor.

O decisor só poderá efetivar a tomada de decisão se tiver uma visão clara na análise do problema e quais os resultados que pretende alcançar. A análise do problema efetivamente clara acontece quando o decisor tiver as informações, de acordo com Kepner e Tregoe (1976), *“a respeito do mundo que o cerca, a respeito de sua organização e seus planos, a respeito do desempenho daquele segmento da organização em que ele é responsável pela execução dos planos, a respeito das pessoas, coisas e condições”* (p. 45). Os autores apregoam a necessidade de um sistema organizado para o processamento da informação, de um sistema em que certos passos sigam os demais, uma ordem fixa.

O processo decisional para Davis (1988) é considerado uma arena onde diferentes interferências determinam as decisões. No âmbito dos *fatores operacionais* estão inseridas as habilidades, capacidades e recursos necessários; enquanto *as regras organizacionais* determinam a estrutura, a política, a imagem, o comportamento humano; *as condições externas* determinam o direcionamento do mercado, a competição, os aspectos legais, a regulação e as preferências do consumidor; *os fatores informacionais* referem-se às fontes de informação quanto à segurança, acessibilidade, veracidade e aos custos de acesso às informações; e são *os objetivos organizacionais* que direcionam os ganhos, performance, qualidade, crescimento potencial, motivação, resolução, clareza dos objetivos e área de influência (p. 33). Os objetivos também são citados por Simon (1970).

Para Drucker (1989) a legitimação do decisor é necessária para que as decisões sejam de valor autêntico e, aceitas na organização (p.174-5), enquanto a informação e a comunicação são consideradas fatores decisórios responsáveis.

As crenças e o julgamento intuitivo são abordados por Kanemann, Slovic, Tversky (1991) como elementos relevantes no processo decisório, pois direcionam tendências, análise e avaliação das informações.

As decisões organizacionais, de acordo com Freitas (1993) são influenciadas pelos objetivos; pelos critérios de racionalidade e de eficácia; pelas informações em relação ao excesso ou falta, pela situação de incerteza, complexidade e conteúdo; pelo raciocínio; pelos valores e pelos recursos disponíveis.

Para Pereira e Fonseca (1997) os paradigmas são rotinas de uma cultura e exercem grande influência nas decisões, pois as pessoas decidem embasadas em modelos mentais específicos. E quando as *“informações e contextos quase encaixam nos nossos paradigmas fluem com facilidade, enquanto outros têm grande dificuldade de serem aceitos porque nossos modelos conceituais tendem a reforçar nossas crenças e valores habituais”* (p.5).

O ser humano julga as informações recebidas (relevantes, irrelevantes, verdadeiras, falsas, prioritárias, não prioritárias, etc) antes de colocá-las na memória. A ordem de chegada destas informações são importantes pois

podem ser combinadas com informações anteriores, gerando uma nova informação; podem ser rejeitadas por conflitar com as anteriores; podem ser aceitas da forma como chegaram eliminando as anteriores segundo Bethlem (1998).

O julgamento das informações ocorre em função das informações já contidas na memória do decisor e seguem uma escala de valores e critérios de relevância individual, limites de racionalidade, objetivos pessoais e pelos objetivos do grupo do qual faz parte; pelo estilo de liderança e, pelas limitações percebidas do ambiente interno e externo (SIMON, 1970; BETHLEM, 1998).

As decisões estratégicas, de acordo com Bethlem (1998) são influenciadas pelos valores dos indivíduos, isto é, a percepção e o processamento do conhecimento sofrem a influência da cultura. Cultura entendida como *“formas tradicionais e reguladoras de fazer as coisas (costume) e as normas, papéis e valores* (BETHLEM, 1998, p. 57).

O relevante da escala de valores no processo decisório é que está imantado na memória individual e determina as decisões ao longo da vida. Esta escala não é imutável, ela é modificada por outras influências ideológicas, passível de ser ampliada e consolidada.

Conforme Bethlem (1998, p.21) *“O comportamento de um indivíduo é explicado em termos de interação contínua e recíproca entre as cognições do indivíduo e seu ambiente e é assim constantemente sujeito a ajustamentos em função da interação”*. Assim, aqueles decisores com escala de valores distintos da sociedade em que se encontram terão dificuldades para agir, pela resistência oferecida. A escala de valores, da estrutura do poder que domina tem enorme ingerência na formulação de estratégias e decisões, pois determina os objetivos da organização e a precedência entre eles.

O risco é mencionado por Robbins como elemento determinante nas decisões. As decisões realizadas em situação de risco possibilitam calcular a probabilidade de alternativas ou resultados. A probabilidade conferida *“pode ser decorrente de experiência pessoal ou de informações secundárias”* (ROBBINS, 2000, p. 59). O autor faz referência à abordagem racional do risco, quando é determinado um valor monetário aos resultados positivos ou negativos da alternativa escolhida.

A certeza, a incerteza e os riscos são elementos constantes no processo de decisão. As decisões tomadas com o conhecimento futuro dos resultados ocorrem em situações de certeza. No entanto são em condições de incerteza que os decisores escolhem as alternativas. São situações onde não existe disponibilidade de informações ou são insuficientes para avaliar as alternativas e os riscos. A incerteza e o nível de risco são elementos decisórios computados pelo tomador de decisão, que pela dinamicidade do ambiente externo nem sempre define as melhores soluções.

Para Maslow (2001), o conhecimento de forma clara das metas, diretivas e propósitos mais amplos da organização torna mais simples as demais questões técnicas para adequar os meios aos fins. Na mesma medida em que as metas, diretivas e propósitos são confusos, completamente ou parcialmente compreendidos, toda a discussão das técnicas, métodos e meios será de pouca utilidade.

As fronteiras limites do decisor, conforme Motta e Vasconcellos (2002) são os interesses, as preferências, os distintos valores, os interesses políticos, coalizões; a mudança de critérios com as alterações na estrutura de poder; os níveis de incerteza; a influência do presente e passado (efeito de posição – acesso às informações de acordo com a posição na organização); o efeito de disposição, que corresponde às características mentais cognitivas, afetivas do indivíduo, em parte pré-formada na sua socialização passada. É um conjunto de elementos interferindo no processo decisório, onde “*os fatores psicológicos e emocionais – pressões afetivas, motivações, metas de realizações, expectativas pessoais e ambições, influenciam no processo de tomada de decisão*” (p. 109). Muitos desses elementos podem ser inconscientes, mas estruturam a percepção dos indivíduos em dado momento.

Os indivíduos frequentemente são influenciados pelas reações emocionais frente às conseqüências das alternativas decisórias. Estas reações emocionais são afetadas pelas normas e valores culturais relativos à importância das conseqüências. Os fatores culturais também afetam a percepção das probabilidades das conseqüências (FONG e WYER Jr, 2003). Segundo esses autores, as diferenças culturais podem ser rastreadas e

resultados alternativos propostos diante das reações emocionais dos indivíduos, baseadas em seus valores culturais.

Para Liu e Aaker (2007) a natureza da construção mental e a representação dos eventos determinam o julgamento e a tomada de decisão. O impacto das experiências vividas adquire importância pelo julgamento precedente, sendo determinante em estratégias adotadas, na hierarquia dos objetivos e satisfações dos indivíduos no processo decisório pessoal e organizacional.

A forma como é distribuído o conhecimento e seus efeitos nas organizações foi o foco de estudo de Ginkel e Knippenberg (2009) sobre elementos decisórios. No estudo realizado observaram que as informações distribuídas por indivíduos que se conhecem, provocam uma interação das representações cognitivas da equipe com resultados nas tarefas. Indica que informações distribuídas na equipe pela equipe permitem desempenhos mais favoráveis.

O Quadro 2 relaciona os elementos decisórios descritos de acordo com os autores acima citados.

Quadro 2. Elementos determinantes do processo decisório.

ELEMENTOS	AUTORES
Tempo	Simon (1970)
Informações	Simon (1970), Davis (1988), Likert (1961), Drucker (1989), Freitas (1993), Kepner, Tregoe (1976), Bethlem (1998)
Rede de informações	March e Simon (1970)
Participação na decisão	Likert (1961), Ginkel e Knippenberg (2009)
Tamanho da organização	Bass (1983)
Ambiente interno (regras, cultura)	Freitas (1993), Barnard (1956)
Ambiente externo	Bass (1983), Freitas (1993)
Capacidade do decisor (características individuais), aptidão e experiência	Simon (1970), Bass (1983), Macadar (1998), McGregor (1970)
Objetivos organizacionais	Simon (1970), Barnard (1956), Maslow (2001), Freitas (1973)
Estrutura hierárquica	Simon (1970)
Restrições econômicas	Simon (1970)

Capacidade cognitiva do decisor, fatores psicológicos e emocionais	Simon (1970), Freitas (1993), Bethlem (1998), March, Simon (1970), Kanemann, Slovic, Tversky (1991), Mota, Vasconcellos (2002), Fong, Wyer Jr (2003), Liu, Aaker (2007)
Crenças, valores	Kanemann, Slovic, Tversky (1991), Bethlem (1998)
Julgamento intuitivo	Kanemann, Slovic, Tversky (1991)
Características coletivas	Macadar (1998), Ginkel e Knippenberg (2009)
Risco, incerteza	Freitas (1993), Robbins (2000)
Empregado, recursos e meios de produção	Davis (1988), Barnard (1956), Freitas (1993), Kepner, Tragoe (1976)
Legitimação do decisor	Drucker (1989)
Critérios de racionalidade e eficácia	Freitas (1993)

Elaborado pela autora (2009).

2.2.2 O Processo Decisório

A história revela os caminhos diversos e curiosos do processo decisional e sua racionalidade. Inicialmente as decisões baseavam-se na interpretação da fumaça, consulta aos oráculos entre outras formas. Confúcio (séc. 6 a.C) enumera características da tomada de decisão, como a benevolência, reciprocidade e piedade. Em Atenas as decisões caracterizavam-se pelo uso do voto (democracia) e para Aristóteles a informação gerada por meio dos sentidos e do raciocínio dedutivo era a base do conhecimento para as atitudes humanas.

A abordagem do processo decisório ocorre com maior ênfase na área da administração, mas os recentes estudos da neuroeconomia de um grupo da Universidade Duke, nos Estados Unidos, encabeçado por Vinod Venkatraman e Scott Huettel, estudam as diferenças individuais no uso de estratégias durante a tomada de decisão. As técnicas utilizadas para o estudo de tomada de decisão incluem experimentos comportamentais, eye tracking (caminho do escaneamento), genética e fMRI (*functional Magnetic Resonance Imaging*). O objetivo é desenvolver um modelo que capture a interação entre as regiões do cérebro envolvidas em diferentes aspectos da tomada de decisões, e usar este modelo para prever as decisões posteriores.

As interpretações do processo decisório divergem de acordo com a intenção explicativa, incluindo os aspectos racionais, organizacionais, políticos, psicológicos e intuitivos.

O processo decisório consiste em uma sequência de ações com o intuito de uma solução frente a um problema ou circunstância posta. Caracteriza-se pela complexidade, pela indefinição de seus limites e pela interdependência dos elementos decisórios.

O processo decisório pode ser definido como o curso de ações escolhidas e determinadas como mais eficientes à disposição para o alcance dos propósitos previstos na situação presente (SIMON, 1970). Ou seja, é uma solução selecionada depois da verificação de várias alternativas, escolhida porque o decisor raciocina como sendo o caminho mais eficaz para o cumprimento das metas programadas, além de ser o que traz menos objeções e conseqüências mais propícias.

Os modelos decisórios das organizações espelham a sociedade da qual fazem parte. Assim, os indivíduos apresentam usos, costumes, valores e objetivos do grupo social do qual fazem parte, carreando para a organização esta bagagem que é relevante e influencia o comportamento na forma de tomar as decisões. Por outro lado, cada organização tem sua cultura específica, influenciada pela sua história, fundadores, líderes, mercado e pela contribuição de cada indivíduo que a compõe, moldando uma cultura própria determinante no processo decisional.

Segundo Simon,

"[...] as decisões são algo mais que simples proposições factuais. Para ser mais preciso, elas são descrições de um futuro estado de coisas, podendo essa descrição ser verdadeira ou falsa, em um sentido empírico. Por outro lado possuem, também, uma qualidade imperativa pois selecionam um estado de coisas futuro em detrimento de outro e orientam o comportamento rumo à alternativa escolhida. Em suma, eles possuem ao mesmo tempo um conteúdo ético e um conteúdo factual."
(1970, p. 48).

Os processos decisórios ocorrem no âmago das organizações, local onde o homem passa a maior parte de sua vida e é o ambiente do qual emergem forças que moldam e desenvolvem qualidades e formas de vida. É onde as pessoas influenciam e são influenciadas. O equilíbrio da organização

ocorre na medida em que o comportamento do indivíduo torna-se parte do sistema de comportamento da organização, para tanto é necessário uma relação de motivação pessoal com os objetivos que orientam a atividade da organização.

Neste contexto, Simon (1970) faz referência às influências da organização no processo decisório:

- a) formação do pessoal com uma conduta de atitudes, hábitos e estado de espírito que o induzem a tomar decisões para a organização, configurando lealdades focadas na eficiência e no treinamento;
- b) imposição ao grupo de decisões, exercício da autoridade.

As organizações afetam muitos aspectos da sociedade, segundo March e Simon (1970) e “*os integrantes das organizações têm necessidades, motivos e impulsos, sofrem limitações em seus conhecimentos e em sua capacidade de aprender e resolver problemas*” (p. 192).

A definição da situação precisa ser suficientemente simples para poder ser apreendida pela mente humana, é o que os autores denominam de “*fatorar o problema*”, com uma análise de meios-fins, onde os meios assumem o papel de sub-objetivos. Os sub-objetivos são analisados pelos mecanismos cognitivos do indivíduo, por meio da percepção seletiva e racionalização, filtrando e validando de acordo com os temas de referência. O mecanismo dos sub-objetivos na organização é construído pelo conteúdo da comunicação entre os grupos e pelos canais de comunicação social. As percepções do conhecimento veiculado pelas informações são influenciadas pela divisão do trabalho e pela identificação profissional (MARCH, SIMON, 1970).

Os autores referem-se ainda à diferenciação de objetivos operacionais e não operacionais como determinante de processos qualitativamente distintos. Quando os objetivos operacionais são comuns aos indivíduos, o processo de decisão é racional e analítico; quando os objetivos e sub-objetivos não são operacionais comuns, ou quando os objetivos comuns não são operacionais as decisões são tomadas por meio de um processo de negociação.

A decisão racional econômica ótima acontece quando se têm disponibilizado todos os conjuntos de alternativas; cada alternativa tem em seu

bojo o conjunto de conseqüências, e o decisor inicia o processo de decisão estabelecendo uma função-utilidade e escolhendo a alternativa de acordo com as conseqüências de sua preferência (MARCH, SIMON, 1970).

A análise do processo de decisão para Rheault (1975) refere-se aos parâmetros de certeza, risco e incerteza. Para o autor a tomada de decisão ocorre em condições de certeza se cada curso de ação possível conduz inevitavelmente a um resultado específico, ocorre em condições de risco se cada alternativa possível conduz a uma gama de resultados específicos com probabilidades conhecidas, e diz-se que as condições são de incerteza quando as probabilidades desses vários resultados específicos são totalmente desconhecidos ou carecem de sentido.

As decisões compreendem uma situação de complexidade em face das incertezas futuras, cenário de consecução do processo decisório; processo que Kepner e Tragoe (1976) apontam como difícil,

“porque envolve não apenas experiência, conhecimento, bom senso e julgamento, mas também uma grande quantidade de incertezas futuras que podem ameaçar a ação que se decidiu tomar. Uma abordagem sistemática à tomada de decisão é, por isso, tão valiosa quanto uma abordagem sistemática à análise do problema. Seu valor está em proporção direta à crescente complexidade da tarefa” (p. 154).

A tomada de decisão é o núcleo da responsabilidade administrativa, pois decisões são adotadas para solucionar os problemas, preencher necessidades e atingir os objetivos (CHIAVENATO, 1987). O aspecto relevante do fato é que as decisões só acontecem em situações de conflito, quando há a necessidade de escolhas. Contudo, a ação de não escolher é também uma decisão, pois resulta em conseqüências de uma não ação.

A complexidade do processo decisório é retomada por Pereira e Fonseca (1997) em função dos efeitos gerados sobre todos os sistemas sociais. E cada sistema social é composto por percepções, valores, decisões e as ações dos indivíduos que afetam e são afetados pelas decisões. Isto sucede pela imbricagem entre os indivíduos e organizações que se influenciam intensamente e não sobrevivem uns sem os outros.

A análise de Pereira, Fonseca (1997) enquadra as decisões como atos de poder, pois alocam recursos, definem estratégias, conduzem o destino da

organização e das pessoas, onde os gerentes assumem uma dimensão política muito semelhante a um governo.

Seja qual for o tipo e finalidade da decisão, constitui um processo caracterizado pela seqüência de etapas que vai desde a identificação da situação até a escolha e colocação em prática da ação ou solução. A decisão corresponde às etapas de avaliação, julgamento, comparação e escolha de alternativas. O normal é que essas alternativas sejam escolhidas por meio de informações quantitativas e eventualmente pela intuição do decisor, desconsiderando-se praticamente todas as informações ou variáveis qualitativas que pertencem ao ambiente (FILIPPINI, 2003, p. 52).

O processo decisional para Bazerman (2004) deve atender três aspectos: *primeiro*, deve ser claro para não incorrer em erros onde são necessárias as melhores estratégias; *segundo*, a decisão ótima às vezes depende do comportamento de outros, isto é, os outros podem reagir de forma crítica ao comportamento do decisor e a escolha certa pode não atingir os resultados esperados; *terceiro*, existem muitas recomendações sobre o processo decisório, mas as pessoas não apreciam a necessidade de aperfeiçoar o processo decisório, e decisões continuam acontecendo mais por intuição. Este aspecto acaba prejudicando a vontade do decisor para cálculos e análises mais acuradas para a escolha ótima entre as alternativas.

A decisão resultante geralmente ignora toda a gama de possíveis conseqüências. Ao invés de examinar todas as possíveis alternativas, a escolha se dá por aquela aceitável ou razoável, ou seja, que proporciona um nível aceitável de performance, em detrimento da melhor opção, o já abordado e concluído por Simon (1970).

Para Buchanan e O'Connell (2006), as informações são reunidas para tomar as decisões 'boas o bastante' e não raro são tomadas decisões contrárias aos interesses econômicos, mesmo cientes disso. Os autores construíram uma relação dos momentos históricos com o processo de decisão, adaptado no Quadro 3.

Quadro 3. Panorama dos momentos históricos mais relevantes do processo decisional.

ANO	FATO RELEVANTE
1654	Blaise Pascoal e Pierre Defermat – conceito de cálculo de probabilidades para eventos aleatórios.
1660	Pascoal – as conseqüências do erro e não erro nas probabilidades.
1670	Francis Bacon – superioridade do raciocínio indutivo.
1738	Daniel Bernoulli – base da ciência do risco, em função do que se deseja.
Século 19	Carl F. Gauss – cria estrutura para compreender a ocorrência dos eventos aleatórios (curva do sino).
1880	Oliver W. Holmes – decisões devem considerar também as experiências.
1886	Francis Galton – valores, no tempo tendem voltar a média, embora no processo aleatório se afastem. Conceito de regressão à média.
1900	Sigmund Freud – decisões são influenciadas por causas ocultas da mente.
1907	Irving Fischer – valor presente líquido como ferramenta de decisão.
1921	Frank Knight – distingue o risco da incerteza.
1938	Chester Barnard – diferencia a tomada de decisão pessoal da organizacional.
1944	John von Neumann e Oskar Morgenstein – base matemática para decisões econômicas, julgam esta ótica ser racional e coerente.
1947	Herbert A. Simon – racionalidade limitada, rejeição à noção de perfeita racionalidade. As decisões são boas o bastante (satisfatórias).
Déc. 1950	Carnegie Institute of Technology e MIT – primeiras ferramentas informatizadas de apoio à decisão.
1951	Kenneth Arrow – teorema da impossibilidade, não existe um conjunto de regras para tomada de decisão social que atenda a toda sociedade.
1952	Harry Markowitz – demonstra como decidir para retornos consistentes.
Déc. 1960	Edmund Learned, C. Roland Christense, Kenneth Andrews – análise SWOT.

1965	Sistemas informatizados para gestão (IBM). Roger W. Perry – estudo sobre a função dos dois hemisférios do cérebro.
1968	Howard Raiffa – Decision Analysis, técnica de decisão e valor esperado da informação.
1970	John B. C. Little – teoria para sistemas de apoio à decisão.
1972	Irving Janis – tomada de decisão que prioriza o consenso em detrimento do resultado.
1973	Fischer Black, Myron Scholes e Robert Merton – como avaliar opções de ações com aplicação em gestão de riscos. Modelo Vroom-Yelton – estilos de liderança de acordo com os problemas.
1979	ArcosTversky e Daniel Kat- na teoria do prospecto modelo econômico racional é impossível avaliar a tomada de decisão em situações de incerteza. John Rockert – necessidade de informações para desenvolver sistema de informações para os decisores.
1984	W. Carl Kester – conceito de opções para decisões. Daniel Eisenberg – planejamento mais a intuição com grau elevado de incerteza.
1989	Richard Dresser – métodos analíticos decisórios sofisticados.
1992	M. Bazerman e M. Neale – conexão entre decisões comportamentais e negócios.
1996	Anthony Greenwald – teste de associação para revelar atitudes e crenças inconscientes que podem influenciar o julgamento.
2005	Malcoln Gladwell – tese: decisões instantâneas podem ser melhores do que as de longas análises racionais.

Fonte: Adaptado De Buchaman e O'Connell (2006).

Esses estudos evidenciam que as decisões são tomadas baseadas em uma seleção de ações, fisicamente possíveis e de forma intuitiva pelo principal elemento – o decisor, para ser operacionalizado pelos indivíduos sobre os quais ele exerce influência e autoridade – o poder, componente político da decisão.

Nas organizações existe uma hierarquia de decisões, relacionada com uma hierarquia de objetivos organizacionais que determina a tomada de decisão e, quanto mais ampla uma decisão, maior o número de decisões resultantes nas áreas específicas da organização. As decisões acontecem na tentativa de alcançar o equilíbrio entre valores, objetivos e critérios da

organização, diante das variáveis organizacionais, suas inter-relações e relações do sistema com o ambiente externo (SIMON, 1970; TENBRUNSEL et al, 2009).

O risco e a incerteza são elementos presentes em todas as escolhas, escolhas que acontecem com uma racionalidade intencional e limitada de acordo com o comportamento dos seres humanos.

2.2.3 Racionalidade na decisão

Na teoria econômica o pressuposto da racionalidade é que sendo conhecidas *a priori* as ações possíveis, a alternativa mais eficiente será a escolhida. Ou seja, a escolha se dará por aquela que maximiza o resultado para dado insumo, ou que minimiza o insumo para dado resultado. Simon (1970) mostra que na teoria da decisão, o problema se reduz à questão de selecionar, dentre um conjunto de alternativas, aquela que proporcione as melhores conseqüências em termos de utilidade, que nas condições normais precisam ser descobertas e analisadas. A racionalidade decisória é em relação a um conjunto de dados de determinada situação.

A racionalidade nos processos decisoriais foi intensamente estudada por Simon, que afirmou que a mesma compreende “*a seleção de alternativas de comportamento preferidas de acordo com algum sistema de valores que permite avaliar as conseqüências desse comportamento*” (1970, p.78). Sugere que o julgamento individual é o limite da racionalidade e que o melhor entendimento e explicação de uma decisão seria tornar racional a análise decisória. Para Simon, o campo de decisão implica no estudo do modelo prescritivo e no modelo descritivo. Os modelos matemáticos são um exemplo dos estudos com o modelo prescritivo, pois o que se procura são as decisões ótimas.

A decisão racional econômica ótima só é possível em situações de certeza, quando o conhecimento das conseqüências é completo. A alternativa ótima pressupõe a existência de padrões que permitam a comparação de todas as alternativas e que a alternativa escolhida seja a melhor de acordo com os padrões (MARCH, SIMON, 1970).

Em situações de risco e incerteza a racionalidade possível é delimitada pelo conhecimento do decisor, a racionalidade então será concebida de acordo com os termos de referência conhecidos. A alternativa satisfatória pressupõe a existência de padrões que estabeleçam requisitos mínimos para uma alternativa e a alternativa escolhida atende os requisitos mínimos ou excede estes requisitos.

As escolhas racionais são realizadas pelo decisor “*em função de um modelo da situação real, restrito, aproximado e simplificado, e os elementos da definição da situação não são dados [...] são o produto dos processos psicológicos e sociológicos que incluem as atividades da pessoa que fez a escolha e as de outros integrantes do ambiente*” (MARCH, SIMON, 1970, p. 196).

Fundamentado em Simon (1970) constata-se que as limitações da racionalidade limitada referem-se ao processo cognitivo e à capacidade do cérebro humano de processar todas as informações e os aspectos subjetivos inerentes ao decisor. O modelo de racionalidade limitada é caracterizado: por decisões satisfatórias, não necessariamente ótimas; pela limitação do ser humano em ter acesso e processar cognitivamente todas as opções; por considerar a otimização das decisões uma impossibilidade; pela inviabilidade material de obter todas as informações, dados, problemas de tempo e custo; pelas pressões afetivas, familiares, culturais e jogos de poder. O conjunto destas características determina o conceito das decisões realizadas.

Para Kahnemann (2002) as decisões são norteadas por dois sistemas, um sistema intuitivo individual, rápido, automático, implícito e emocional (*sistema 1*) e um sistema baseado na razão, mais lento, consciencioso, explícito e lógico (*sistema 2*). O modo de vida do decisor sugere que as decisões sejam influenciadas principalmente pelo *sistema 1*. Contudo nem todas as decisões exigem o *sistema 2*, pois são decisões rotineiras. Os objetivos fundamentais do decisor deveria apreender as situações nas quais as escolhas seriam mais adequadas com o *sistema 1 ou 2*.

A racionalidade intencional e limitada, descrita por Simon (1970) no âmbito da autoridade, comunicação, lealdade e identificação na organização refere-se ao comportamento humano para alcançar a solução possível.

O mesmo autor identifica e caracteriza os tipos de racionalidade conforme esquematizado no Quadro 4.

Quadro 4. Tipos de decisões quanto à racionalidade.

Decisão	Característica
Objetivamente racional	Representação do comportamento correto para maximização de retornos.
Subjetivamente racional	Maximização com o pleno conhecimento do assunto.
Conscientemente racional	Meios e fins estão ajustados de acordo com um processo consciente.
Deliberadamente racional	Ajustamento provocado entre meios e fins, pelo indivíduo ou organização.
Organizativamente racional	Escolhas norteadas pelos objetivos da organização.
Pessoalmente racional	Escolhas dirigidas pelos objetivos do indivíduo.

Fonte: Elaborado com base em Simon (1970).

A análise da racionalidade acontece sob três regras: a natureza da racionalidade afirmativa, a ortogonalidade da racionalidade e o egoísmo ou possibilidade do altruísmo. A racionalidade é muito mais complexa do que é retratado nas teorias neoclássicas e teorias de escolhas públicas, e muito menos pode ser derivada de pensamento dedutivo suposto pelos expositores destas teorias. Um importante aspecto é a conclusão que se verificou na teoria da escolha pública, isto é, são requeridos sólidos fundamentos dos fatos empíricos sobre a natureza dos objetivos econômicos e sobre o processo para que as pessoas racionalizem em razão de suas ações e valores (SIMON, 1995).

O julgamento de irracionalidade sobre as decisões alheias acontece, por exemplo, quando não se compreendem as razões, ou as razões apresentadas são diferentes daquelas dadas pelas pessoas ditas como normais. Nestes casos para quem analisa as razões, parece que as mesmas estão baseadas em afirmativas incorretas e/ou que existem outras fortes razões e valores não estabelecidos nas ações.

O autor esclarece que as ações expressam o significado das razões das pessoas em uma conexão entre ações e objetivos – valores, funções de

utilidade. É possível que o comportamento racional apresente uma lacuna entre ação e objetivo; *primeiro*, porque as informações podem ser incompletas e erradas sobre dada situação e que mudanças potenciais podem ocorrer na passagem do tempo; *segundo*, se a informação é completa o indivíduo pode ser incapaz de computar todas as conseqüências; *terceiro*, as pessoas geralmente têm mais de um objetivo que podem ser compatíveis ou interferir um no outro; *quarto*, pode existir uma ignorância no curso de ação ou o recurso utilizado é mais demorado que o uso que o outro faz.

A decisão é somente racional se é suportada por melhores razões e de acordo com as melhores possibilidades de rendimentos em termos de objetivos. Quando *“objetivo é caracterizado como razoável com ganhos máximos, a evidência revela que o decisor tenta um ganho satisfatório, medido pelas experiências passadas e aspirações”* (SIMON, 1995, p. 50).

Os indivíduos muitas vezes identificam seu bem-estar econômico com o bem-estar do grupo ao qual pertencem (etnia, raça, linguagem, religião e o formatado pela história). Para compreender o comportamento humano, especialmente em um contexto social, é preciso ter um amplo conhecimento, sobre a mente das pessoas, o que elas pensam e no que acreditam, o que desejam, o que pretendem prontamente atender, como estruturar o mundo ao redor. As crenças e as convicções sobre a legitimidade e a confiabilidade das pessoas devem ser consideradas nos diferentes canais de informação, que os informa ou os influencia. Para as previsões sobre o comportamento humano, o estado da mente é tão importante como as conseqüências deduzidas de uma definição formal da racionalidade (SIMON, 1995, p. 60).

Max Weber (1999), que viveu em um contexto histórico no qual a racionalidade funcional era o critério fundamental para a organização dos negócios políticos e sociais, qualificou o sentido da ação social como racionalidade. O processo de racionalidade adquire um espaço na vida social, com forma própria e imprevisível, pois as ações humanas adquirem a forma do contexto sócio-histórico vivido. O autor refere-se à ação social como orientada de modo racional quanto aos fins; de modo racional quanto aos valores (ético, religioso, estético ou outro entendimento); de modo afetivo (aspectos emocionais) e de modo tradicional (costumes). A ação social, oriunda de uma relação social é motivada pelo interesse de utilidade, pelos valores de seu

processo de socialização, pelas experiências emocionais vivenciadas e pelos aspectos culturais do coletivo humano do qual faz parte.

O autor subdivide a racionalidade em racionalidade funcional e racionalidade substantiva. A primeira é definida pela expectativa de resultados, fins calculados, enquanto a segunda é determinada independentemente das expectativas de sucesso, não caracteriza uma ação humana com o objetivo de consecução de resultados.

A racionalidade substantiva de Weber é uma racionalidade de valor porque está ligada à capacidade crítica que o homem tem de refletir sobre si mesmo e sobre suas ações (PEREIRA, FONSECA, 1997).

Para Simon (1970) existem limites da racionalidade, esboçado no que denomina o triângulo da racionalidade. São três áreas que circunscrevem os distintos níveis de racionalidade.



FIGURA 4 - Triângulo da racionalidade de SIMON.
Fonte: Simon (1970).

O conhecimento, base do triângulo, é definido em relação à praticidade que pode ser acumulada para uma melhor assimilação, pela especialização do conhecimento e estrutura do meio, tipos de conhecimento possíveis ou não, de difundir e pelo fluxo e difusão dos mesmos. No ambiente de escolha o conhecimento das conseqüências do comportamento é aspecto relevante nas preferências dos indivíduos e no processo decisional. A capacidade refere-se ao treinamento, a maior ou menor rapidez dos processos mentais e os hábitos como fator presente no desenvolvimento das capacidades. Valores e conceito

de finalidade estão conectados com os valores de lealdade, moral, liderança e iniciativas.

Cabe ressaltar que “*os limites da racionalidade são móveis, e o que é mais importante, a própria consciência de sua existência pode alterar esses limites*” (SIMON, 1970, p. 42).

O nível de conhecimento do indivíduo, em relação ao que o cerca é fator limitante da racionalidade individual. A partir deste conhecimento pressupostos são assumidos e as variações do comportamento do decisor estarão inseridas nos limites dos pressupostos. Assim, se situações são elaboradas com um número limitado de variáveis, o resultado também será limitado. Reportando-se ao ambiente organizacional, a racionalidade pode ser construída a partir de um recorte do ambiente decisional, com uma contextualização restrita e baseada em aspectos julgados importantes. É uma forma de direcionar o comportamento das pessoas facilitando os processos de coordenação.

A referência ao conhecimento remete ao que Polanyi (1967) descreveu como conhecimento tácito e explícito. O conhecimento tácito e explícito está presente no nível individual, coletivo e organizacional, resultado da criação e organização das experiências.

O conhecimento tácito refere-se às habilidades dos indivíduos de identificarem mais do que é expresso pela fala, é um saber não verbalizado, produto de processos de assimilação, observação, imitação, prática, experiência e erros. É um conhecimento composto de uma dimensão técnica (*know how*) e outra cognitiva, envolvendo modelos mentais, crenças e perspectivas postas, influenciam a forma de ver o mundo. O conhecimento explícito estrutura-se no objetivo e transmite-se pela linguagem (NONAKA, 1994).

Partindo do pressuposto que ‘racionalidade’ apreende o conhecimento completo das conseqüências exatas de cada escolha, Simon (1970) utiliza o termo racionalidade limitada, em vista do não conhecimento do todo, no momento das escolhas e suas conseqüências. O decisor retém somente uma relativa quantidade de informações em sua memória que aliado à limitação de inteligência e percepção dos erros restringe a habilidade de tomar decisões. Contudo, estas limitações na racionalidade decisória não explicam o julgamento individual, propenso ao diagnóstico direcionado de uma sistemática

específica. Segundo o autor, as características psicológicas adquirem importância no processo decisional, como forma de compreensão das escolhas racionais não objetivas.

As características comportamentais e sua descrição, apresentadas por Simon (1970) estão relacionadas no Quadro 5.

Quadro 5. Características comportamentais e sua influência no processo de tomada de decisão.

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO
DOCILIDADE	Ato de exploração, adaptação, experiência e aprendizagem.
MEMÓRIA	Abrange métodos psicológicos e associativos, bem como de índices artificiais para a acessibilidade às informações necessárias.
HÁBITO	Conserva os comportamentos úteis, facilitando a resposta aos estímulos. Torna possível a dedicação aos aspectos não comuns em situações que exigem decisões.
ESTÍMULOS POSITIVOS	<ul style="list-style-type: none"> - relacionados à atenção (conjunto de elementos que levam ao consciente); - a decisão é provocada por estímulos que dirigem a atenção em direções definidas; - estímulos definem decisões com maior probabilidade de acontecer e influenciam as conclusões.
MECANISMOS DE PERSISTÊNCIA DO COMPORTAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> - continuidade até as atividades chegarem ao ponto onde são usufruídos os valores obtidos pelos custos incorridos; - atividade cria estímulos; - grande parte são estímulos internos, caminhos de associação gerados na mente do indivíduo; - relacionado com os custos já realizados.

Fonte: Adaptado de Simon (1970).

A ampliação da compreensão do processo decisório considera o trabalho de Kahnemann, Slovic, Tversky (1991), sobre a simplificação das estratégias para a tomada de decisão. Compreendem princípios heurísticos, ou regras empíricas, que em geral simplificam o processo decisório. A capacidade heurística é uma característica dos seres humanos, que pode ser descrita como a arte de descobrir e inventar, ou resolver problemas mediante a criatividade e o uso do pensamento. Entende-se por heurística o método de tomada de decisão que se desenvolve por meio dos conhecimentos prévios do decisor para solucionar impasses semelhantes, a partir de sua capacidade de

análise e de síntese (KAHNEMAN,SLOVIC,TVERSKY,1991; BAZERMAN, 2004).

Ao analisar os fatos e valores no processo de decisão Subramanian (1963) afirma que as proposições éticas ou de valor não podem ser completamente reduzidas a proposições factuais ou vice-versa. Mostra que cada decisão é um imperativo lógico derivado de outro imperativo e fatos relevantes. Por sua vez, a análise de Simon sobre as conseqüências do elo significado-fim em ambas as direções, mostra como uma proposição é combinada com fatos relevantes e leva a uma proposição ética intermediária, que não pode ser traçada como um valor puro.

E, em se tratando de valor, Simon (1970) ilustra como pode ser combinado com fatos relevantes por uma lógica dada por outro valor derivado ou imperativo, e como isto pode ser expandido em valores derivados intermediários. O significado e o fim são proposições de valores de diferentes lógicas que são ligadas pela relevância do fato proposto.

Para Subramanian (1963), valores, fins, significados, alternativas e conseqüências têm a conotação de diferentes níveis. Há uma relação entre fatos, valores, significados, fins, alternativas, escolhas e conseqüências que limitam uma escolha racional.

A proposição de Max Weber, em edição revisada de 1999, de eliminar os aspectos irracionais e disfuncionais da sociedade e das organizações não alcançou a amplitude esperada em face da limitação humana em incorporar a racionalidade. Os trabalhos de Simon (1970), March, Simon (1970) procuraram mostrar que a irracionalidade descrita por Max Weber deveria ser analisada no sentido de compreensão das restrições da racionalidade pelos aspectos cognitivos do decisor.

A objetividade no âmbito da racionalidade é comprometida pois não se tem o conhecimento completo e antecipado das conseqüências, o conhecimento é parcial e fragmentado; a atribuição de valores às conseqüências e resultados só é possível de forma imperfeita; parte do pressuposto que todas as alternativas são analisadas quando somente algumas são consideradas; não há clareza total dos problemas; o tempo disponibilizado para as soluções é limitado e existem situações de ambigüidade (LACOMBE,HEILBORN, 2003; BAZERMAN, 2004).

A racionalidade e suas limitações é uma forma de apreender o comportamento cognitivo humano nas organizações e na sociedade, pois compreende uma lógica interiorizada pelos indivíduos de acordo com as normas organizacionais específicas de dado sistema social e que tem sentido comum para todos.

2.2.4 Tipos de decisão

A tipologia de Simon (1970) é polarizada entre as chamadas decisões programadas ou estruturadas, mais rotineiras, com procedimentos e normas já elaboradas para a sua execução; e as não programadas ou pouco estruturadas, relevantes e de natureza complexa. Ambas diferem no grau de complexidade.

As decisões estruturadas são freqüentes, rotineiras e repetitivas realizadas em ambientes de certeza, ou relativa certeza em face do conhecimento antecipado das variáveis envolvidas, e em geral são numerosas. São decisões operacionalizadas por meio de regras e procedimentos organizacionais, que na agilização das ações decisórias permitem uma continuidade das atividades. Contempladas com métodos e técnicas estabelecidas, são mais comuns no ambiente operacional das organizações. Caracterizam-se pela existência de dados escritos para a tomada de decisões. Os manuais de procedimentos internos constituem-se em um exemplo de procedimentos escritos para as decisões programadas.

As decisões não programadas abrangem as decisões novas ao decisor. Pela dificuldade imposta por este tipo de decisão pode ocorrer uma tendência para postergar o processo decisório. As conseqüências podem ser negativas quando é exigido prioridade de decisão. São decisões que demandam uma definição clara de prioridades, informações da ação decisional na organização. Caracterizam-se por serem pouco definidas, não existindo procedimentos conhecidos para solucionar o problema. Os critérios não existem, as alternativas são pouco claras. A definição do problema pode ser uma tarefa complexa e confusa diante de situações desconhecidas e inéditas.

Decisões programadas acontecem quando o estímulo é repetitivo, já experimentado no passado e a reação é automática, levam ao que March e Simon (1970) denominam de programa de ação. Decisões não programadas

acontecem quando o estímulo é novo, necessita de uma definição da situação para posteriormente provocar uma ação decisional.

As decisões não programadas, pela inexistência de dados completos e atualizados e pelas condições dinâmicas exigem maior empenho na definição e diagnóstico do problema. O julgamento pessoal é aspecto significativo neste tipo de decisão que está mais presente no nível estratégico e intermediário das organizações (SIMON, 1970; CHIAVENATO, 1987; DAFT, 1999; ROBBINS, 2000; LACOMBE, HEILBORN, 2003).

A classificação de Simon (1970) tem ampla aceitação no meio organizacional e científico, sendo base para outros trabalhos como os de Mintzberg et al (1976), Cornélio (1999), Maximiano (2000).

Para Mintzberg et al (1976), as decisões não programadas são chamadas de decisões estratégicas desestruturadas e referem-se somente àquelas relacionadas diretamente com os níveis mais elevados da organização. Os autores caracterizam estas decisões pela novidade, complexidade e por não ter fim, isto é, pelo desconhecimento da organização da solução e caminho a adotar. São decisões com forte ligação com o ambiente externo da organização e que para Cornélio (1999) é de alto grau de incerteza sendo os métodos de julgamento baseados na experiência, sensibilidade, intuição e criatividade.

2.2.5 Modelos decisoriais

Os **Modelos Racionais de Tomada de Decisão** compreendem os caminhos escolhidos pelos decisores, após considerar as opções e os níveis de risco possíveis. Os modelos, resultado das diversas concepções construídas, não são capazes de garantir que a decisão seja a melhor, mas tenta assegurar aos gestores que usam uma abordagem racional e sistemática uma maior probabilidade de obter soluções satisfatórias.

O modelo decisório de racionalidade limitada de Simon leva em conta os pressupostos da racionalidade limitada e a heurística. O processo decisório de acordo com Simon (1970) compreende quatro fases, indivisíveis e complementares, com um contínuo *feedback*.

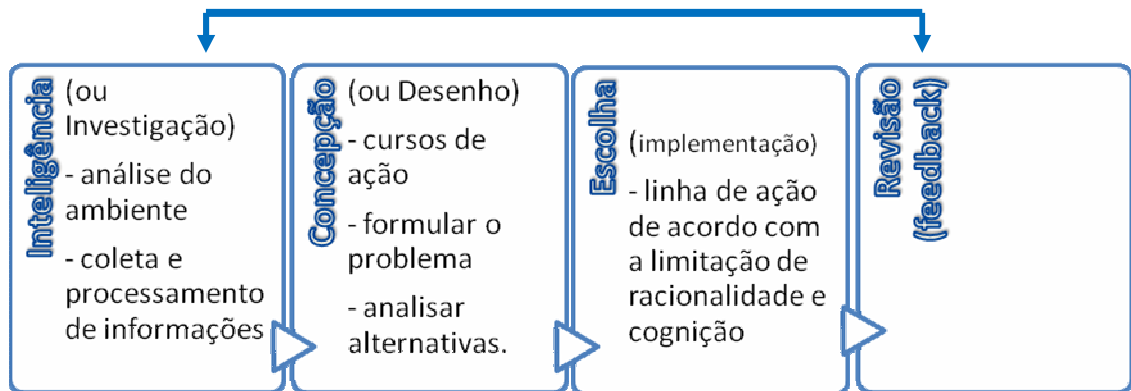


Figura 5. Modelo decisório da racionalidade limitada.

Fonte: Adaptado de Simon (1970).

Cada indivíduo percebe um problema de forma distinta, sua percepção depende do ambiente, experiência e condições psicológicas. A partir dessas premissas Davis (1988) elabora três modelos decisoriais:

- o modelo racional – caracterizado por um processo decisório estruturado onde os indivíduos ou o grupo reduzem o problema a fatores mensuráveis que influenciam os resultados;
- o modelo organizacional – no qual o decisor estabelece políticas e linhas de ação considerando os fatores relevantes em uma abordagem quantitativa. O comportamento do decisor é provocar ações e fazer escolhas que preservem sua posição na organização;
- o modelo político – neste as decisões são o resultado da interação do grupo com cada indivíduo exercendo suas habilidades ou poder organizacional para satisfazer objetivos subjetivos. Nem sempre as melhores decisões são tomadas, mas as soluções aceitáveis.

As decisões são realizadas basicamente seguindo a mesma linha de ação, em cinco etapas, embora o cenário e as dificuldades sejam distintos em cada caso. O processo decisório segue cinco passos até a decisão, iniciando com a identificação e formatação de alternativas, na sequência são examinados todos os fatores que interferem nos valores, riscos ou aceitabilidade de cada alternativa, para então avaliar e analisar cada alternativa de acordo com os objetivos e necessidades no âmbito econômico, de performance e de riscos; a quarta etapa compreende uma comparação e

ranqueamento dos resultados para cada alternativa, finalizando com a seleção da alternativa com melhor resultado ou os mais aceitáveis para o curso de ação (DAVIS,1988).

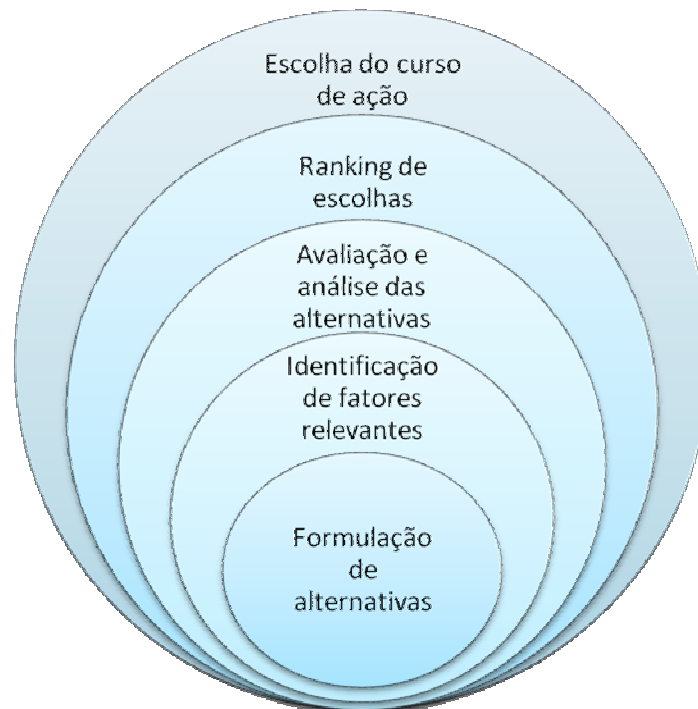


Figura 6. As fases do processo decisório: um *continuum* indivisível.

Fonte: Adaptado de Davis (1988).

A solução de problemas é um processo que segue uma sequência lógica, de acordo com Kepner e Tregoe (1976). Inicia com a identificação do problema e segue com a análise para a determinação da causa e tomada de decisão. A tomada de decisão só será efetiva se o decisor tem uma visão clara na análise do problema e quais os resultados que pretende alcançar.

Realizada a etapa de análise do problema, a tomada de decisão prossegue de acordo com os seguintes passos, apresentados na figura abaixo.

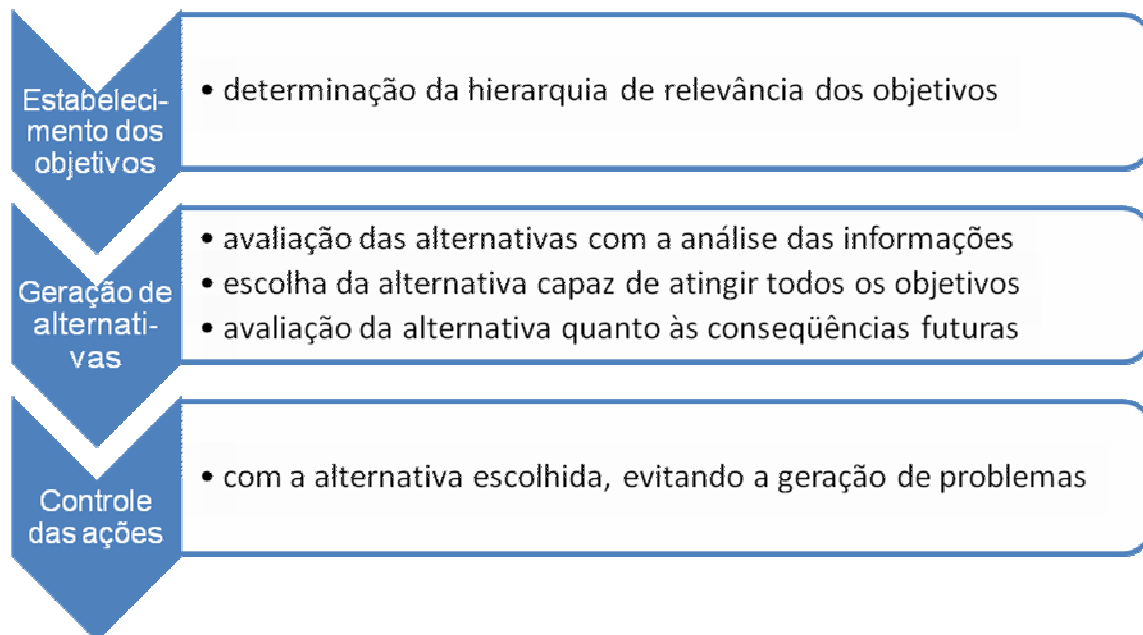


Figura 7. Etapas do processo decisório.

Fonte: Adaptado de Kepner, Tregoe (1976).

Para os autores o problema é sempre um desvio de alguma norma ou padrão desejado e a decisão sempre é uma escolha entre várias maneiras de se fazer algo ou de se atingir um determinado fim (p. 54). E, para o correto enunciado de um problema, o decisor deve responder qual o desvio observado, onde se localiza o desvio, quando o desvio aparece e qual a dimensão dos desvios.

O processo decisório é abordado por Pereira e Fonseca (1997) sob três ângulos: percepção do problema, fatores que direcionam a escolha das alternativas e as conseqüências nas organizações. Os autores apresentam um modelo decisório em três etapas: percepção do problema, análise do problema (consciência) e momento decisório (ação). O processo decisório complementa-se com a vivência das conseqüências da decisão, avaliação das conseqüências e identificação das necessidades de adaptação ou reciclagem da decisão (p. 249).

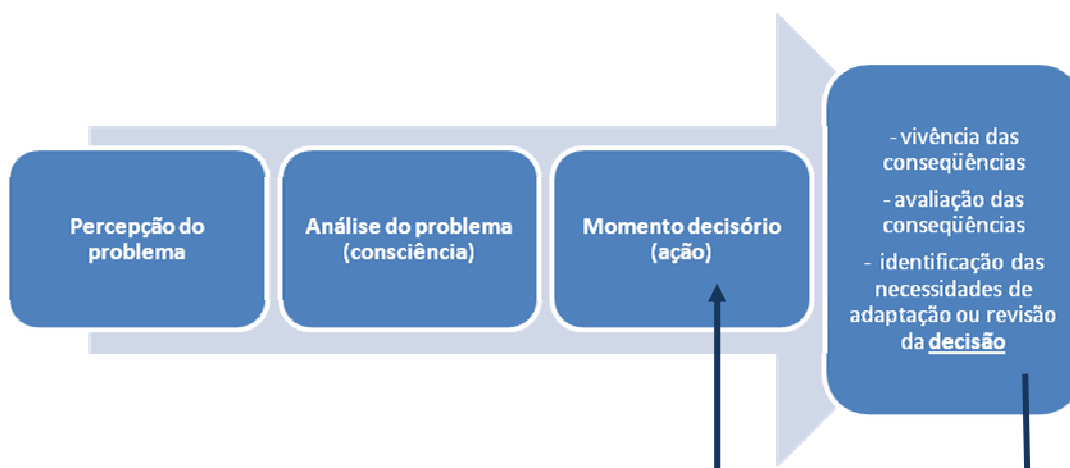


Figura 8. Modelo de decisão de Pereira e Fonseca

Fonte: Adaptado de Pereira e Fonseca (1997).

O modelo decisório da economia clássica e a racionalidade absoluta implicam em quatro etapas no processo decisório: a identificação e definição do problema a partir da análise, de oportunidades e ameaças do ambiente; a elaboração de diversas soluções possíveis; a comparação exaustiva das alternativas e decisões e a implantação da decisão ótima de acordo com os critérios previamente definidos (MOTTA, VASCONCELOS, 2002).

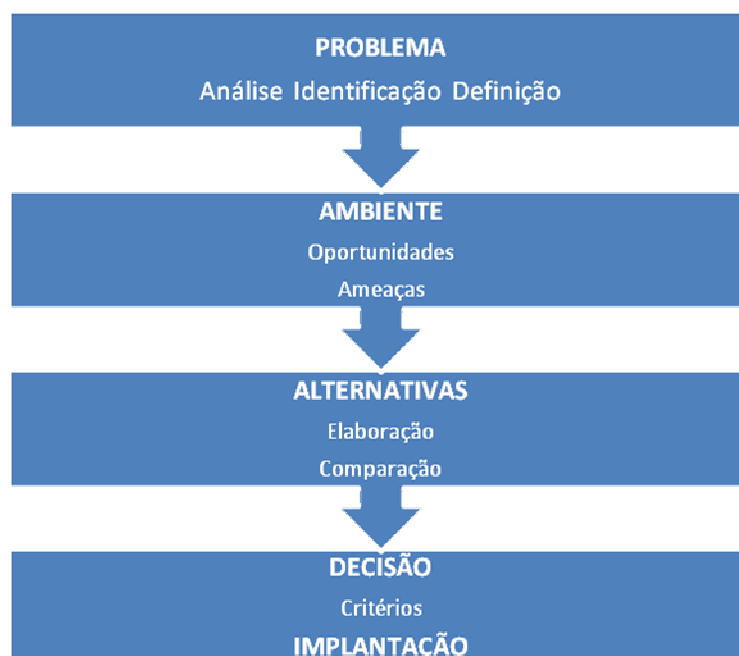


Figura 9. Modelo de decisão de Motta e Vasconcellos.

Fonte: Adaptado de Motta e Vasconcelos (2002).

O modelo comportamental das decisões segundo Cyert e March, e apresentado por Motta e Vasconcelos (2002) é caracterizado pela quase resolução dos conflitos, onde as inconsistências nas decisões são compensadas por reservas de recursos; pela tendência a evitar incertezas com o estabelecimento de rotinas administrativas; pela busca seqüencial de soluções de problemas, onde as soluções mais simples são as primeiras a serem implantadas com a gradual complexificação das decisões e pela aprendizagem organizacional, onde o grupo aprende com a experiência acumulada e pela comparação.

Os modelos decisórios concebidos são uma aproximação teórica que permite visualizar as abordagens construídas pelos diferentes autores. Atualmente a dinamicidade das relações sociais e econômicas das organizações e da sociedade como um todo, não permitem a escolha de uma única forma de decidir.

Neste contexto a aproximação é no sentido da racionalidade limitada de Simon (1970) e da heurística abordada por Kahneman, Slovic, Tversky (1991). A racionalidade limitada de Simon considera que o decisor não tem condições de levar em conta todas as informações e processá-las adequadamente para a decisão certa. Desta forma a escolha ocorre diante da melhor decisão, não necessariamente a decisão ótima (Simon, 1970; 1986).

As regras heurísticas desenvolvidas por Kahneman, Slovic, Tversky (1991) compreendem regras empíricas, isto é, pouco previsíveis e que não seguem padrões, mas fortemente influenciadas por tendências do contexto. Os autores definem esta característica heurística como uma forma de decidir baseada nos conhecimentos já adquiridos do decisor para resolver situações semelhantes, utilizando a sua habilidade de análise e síntese por similaridade de situação.

2.2.6 A organização rural: o produtor e as decisões

A organização é o cenário de confluência das teorias de gestão e do processo decisório elaborados pelo homem. É no ambiente organizacional e social que a configuração dos elementos decisórios resulta no presente e futuro uma nova situação com conseqüências racionalmente satisfatórias ou não.

2.2.6.1 A organização rural

Os estudos sobre organizações desde o início do século passado dividiam-se em duas correntes. A corrente administrativa enfatizando os aspectos operacionais e estrutura interna da organização; a corrente sociológica desenvolvendo uma análise sociocultural das relações organizacionais com o ambiente interno e externo. Nos dias de hoje, a sociedade moderna se transformou em uma ‘sociedade de organizações’. As pessoas estão trabalhando em organizações e ganham a sua vida em função da renda coletiva de uma organização. A construção de oportunidades profissionais e sucesso são avaliados no contexto organizacional. A definição de status social está umbilicalmente relacionada com o posicionamento do indivíduo nos quadros da organização (DRUCKER, 1989).

A organização na abordagem comportamental é concebida como um sistema cooperativo racional, onde as relações de conflito entre gestor – empregados cabem negociações, concorrem incentivos econômicos e psicossociais na perspectiva de resultados satisfatórios concebidos pelo homem da organização. A organização é visualizada de forma sistêmica.

Para Barnard (1956), as organizações sociais não são sociedades independentes, mas formas limitadas pelo crescimento social da maioria das sociedades das quais as pessoas fazem parte. Enquanto Simon (1970) identificou a organização como um complexo sistema de decisões, um sistema que caracterizou como cooperativo racional.

A organização foi concebida por Thompson (1976) como um sistema natural, ou seja, *“um conjunto de partes interdependentes que, juntas, constituem um todo porque cada um contribui com alguma coisa e recebe alguma coisa do todo que, por sua vez, é interdependente com um ambiente mais amplo”* (p. 49), sujeito a padrões de racionalidade.

A organização, segundo Pereira e Fonseca (1997) é definida como

“um sistema sociotécnico destinado a otimizar meios para alcançar objetivos, baseado na divisão racional e econômica do trabalho; instrumento perecível e descartável voltado para a realização de tarefas, otimização de meio e uso racional de tecnologias, destinados ao alcance de metas estabelecidas” (p. 120).

Esta definição enquadra-se como uma organização instrumental, isto é, aquela que otimiza os meios para cumprir uma tarefa ou realizar objetivos.

A organização para Bethlem (1998) é um organismo vivo em processo de equilíbrio (homeostase) que se ajusta de acordo com as características do ambiente em que está inserido e com base nas informações e disponibilidade de seus recursos.

Organizações são entidades sociais que são dirigidas por metas, são projetadas como sistemas de atividades deliberadamente estruturadas e coordenadas e são interligados com o ambiente externo; sendo seu principal elemento as pessoas e seus inter-relacionamentos (DAFT, 1999, p.7). Conforme o autor, para entender a organização como um todo é preciso vê-la como um sistema, como um conjunto de elementos interativos que recebe entradas do ambiente, transforma-os, e emite saídas para o ambiente externo (p.8).

As dimensões organizacionais descritas por Daft (1999) são denominadas de estruturais e contextuais. A primeira compreende a: formalização, especialização, padronização, hierarquia de autoridade, complexidade vertical e horizontal, centralização, profissionalismo e graus de pessoas. A dimensão contextual abrange o número de pessoas na organização, a tecnologia organizacional, o ambiente, as metas e estratégias definidoras do propósito e das técnicas, a cultura (valores, crenças, conhecimentos e normas essenciais).

No contexto deste estudo as organizações foco são as propriedades rurais e seus gestores, as formas de gestão e decisão.

2.2.6.2 O produtor rural e as decisões

Os estudos apresentados nesta seção referem-se aos aspectos do processo de tomada de decisão de produtores rurais. São apresentados sob a forma de uma ordem cronológica com o intuito de acompanhar a evolução dos estudos na área, no contexto da revisão do referencial teórico analisado.

Os produtores rurais em suas propriedades comportam-se como decisores, no âmbito de sua racionalidade, de objetivos e valores, conformando um sistema complexo em contínua interação interna e externa. Dentro da complexidade das decisões que se fazem necessárias, Johnson (1957) em seu

estudo com produtores rurais menciona a questão peculiar da decisão no meio rural.

Para o autor, a questão de definição do problema pressupõe que o gestor apresenta um comportamento individual com viés econômico, tanto no ambiente família como na propriedade, concebendo uma imagem de constructo mental da situação em que opera. Esta imagem envolve dois conceitos: o que é e o que pode ser.

O autor faz referência à importância do tipo e fontes de informação para que as alternativas escolhidas sejam viabilizadas, agrupando-as em sete categorias empíricas: preço, tecnologia existente, novas tecnologias, as instituições, ser humano, tecnologia adaptada pelos produtores e forma de utilização das informações.

No estudo, Johnson (1957) observou que as fontes de informações usadas pelos produtores rurais, subdividem-se em fontes não comunicativas (sem contato com outras pessoas verbalmente e escrito) e comunicativas, sendo que, a priori os dois tipos estão envolvidos nas informações. Na análise da interpretação das informações o autor conclui que o processo que ocorre é de ordem indutiva e dedutiva.

Os passos do processo de decisão é o tema do estudo de Crossmon (1958) com os produtores rurais. O autor enumera a observação do problema, análise do problema, decisão de um curso de ação, escolha e aceitação das conseqüências como as etapas necessárias para operacionalizar as decisões.

O comportamento do produtor, realçado pela existência das crenças e valores está presente em todas as etapas elencadas. São os valores que determinam a escolha final de ação. O trabalho evidencia que o importante é mostrar que as decisões abrangem mais que os aspectos econômicos e sociais, isto é, os aspectos subconscientes do comportamento também estão presentes.

A solução de um problema é um processo de decisão onde o resultado é um fenômeno observado, em grande parte e evidenciado por um comportamento planejado. A proposição é que o processo de decisão seja bem compreendido ou até bem descrito em detalhes (HEADLEY, CARLSON, 1963).

Estes autores classificam os modelos de processo de decisão em normativos e descritivos. Os primeiros são gerados com regras indicativas de

quais decisões devem ser tomadas, dadas as informações e os objetivos, mas não explicam o comportamento. Os segundos descrevem e predizem baseados nas observações e permitem induções. Os modelos descritivos são modelos humanos de pensamento onde são incentivados esforços e estratégias do decisor.

O propósito dos autores foi mostrar detalhadamente como os modelos descritivos ou modelos de simulação podem ser derivados e servir para complementar modelos normativos, pressupondo que, se o comportamento de um decisor pode ser simulado, as regras (estratégias) utilizadas podem ser identificadas, desta forma somando à teoria de gestão (p. 1220).

Para Headley, Carlson (1963), os inúmeros problemas permitem um elevado número de possibilidades de soluções, contudo o custo de triagem de cada possibilidade, mesmo se em pequeno número, é alto. Dois grupos de métodos são apresentados para as soluções: algoritmos e heurísticos. O primeiro garante a correta solução econômica. O método heurístico não garante a correta ou ótima solução, garante a melhor solução no tempo disponível.

“A farmer, for instance, may not be able to see all ultimate implications of a decision or may not have the information needed in an algorithm such as the equating of marginal revenue to marginal cost of output to maximize returns to fixed factors. He may instead use rules that correspond to routines for certain decisions and may break the problem into subproblem in a hierarchical fashion” (HEADLEY, CARLSON, 1963, p. 1221)

Nesta mesma linha de raciocínio Quenemoen (1965) questiona: quais os valores e objetivos dos produtores rurais que influenciam a sua gestão e quais os recursos utilizados e os resultados obtidos? E, a partir deste questionamento define sete comportamentos funcionais nas escolhas: identificação do problema, observação, análise, decisão, ação, responsabilidade e evolução.

Para tanto define valores como parte essencial da auto-sistema de regulação que espelha necessidades, padrões e interesses dos indivíduos e que inevitavelmente são testados nas situações de vida. Argumenta que o sistema individual de escolhas é influenciado pelo sistema cultural de sanções e aprovações (QUENEMOEN, p. 1440).

Os argumentos dos autores acima relacionados mostram que cada indivíduo trabalha para atender suas necessidades desenvolvendo uma

posição filosófica relativa aos seus valores. As observações e os dados são reunidos para identificação do problema e são influenciados subjetivamente pelos valores. Os julgamentos interferem nos tipos e quantidade das informações requeridas, enquanto os limites são estabelecidos e restrições impostas. Tudo é um reflexo de quem decide e de seus valores.

Nos procedimentos de análise, na definição dos problemas e no processo de solução dos mesmos são os critérios dos valores que os moldam. Assim, “[...] *the conditional normativist position taken many farm-management workers, in which goals (and values) are taken as given and solutions are determined for the ‘best’ way to achieve them [...]*” (QUENEMOEN, 1965, p. 1441).

Fato relevante colocado pelo autor é que o processo de decisão engloba um rol de valores que molda o foco de ação. Assim, riscos, liberdade, trabalho oneroso, tempo de lazer, prestígio e outras considerações de valor, muitas vezes incompatíveis são resolvidos e estão embutidos no processo de decisão.

As pesquisas de Rushton e Shaudys (1967) nos Estados Unidos (EUA) também foram direcionadas aos valores e objetivos dos produtores rurais como fatores preponderantes na configuração do processo de gestão nas propriedades rurais.

Os autores desenvolveram sua análise baseada em um modelo de sistema social. A *propriedade firma* é vista como um subsistema da *propriedade familiar*, a qual tem certos valores, objetivos e outros recursos. O sistema social é a unidade de interdependência e inter-relações. Sua estrutura refere-se ao arranjo ou relações das unidades com o sistema e para com os valores e normas que especificam como ocorre o arranjo estrutural. Uma das características do sistema social é que existem fronteiras através das quais as trocas acontecem. A fluidez de entradas e saídas através das fronteiras entre a propriedade familiar e a propriedade produtiva afeta o desempenho da propriedade firma.

Para Rushton e Shaudys (1967) são quatro os problemas para a sobrevivência do sistema social: latência (manutenção do padrão e grau de tensão, relativo aos valores), integração (ajustamento das unidades ao conjunto), adaptação (foco nos significados ou facilidades), objetivos (ênfase nos fins).

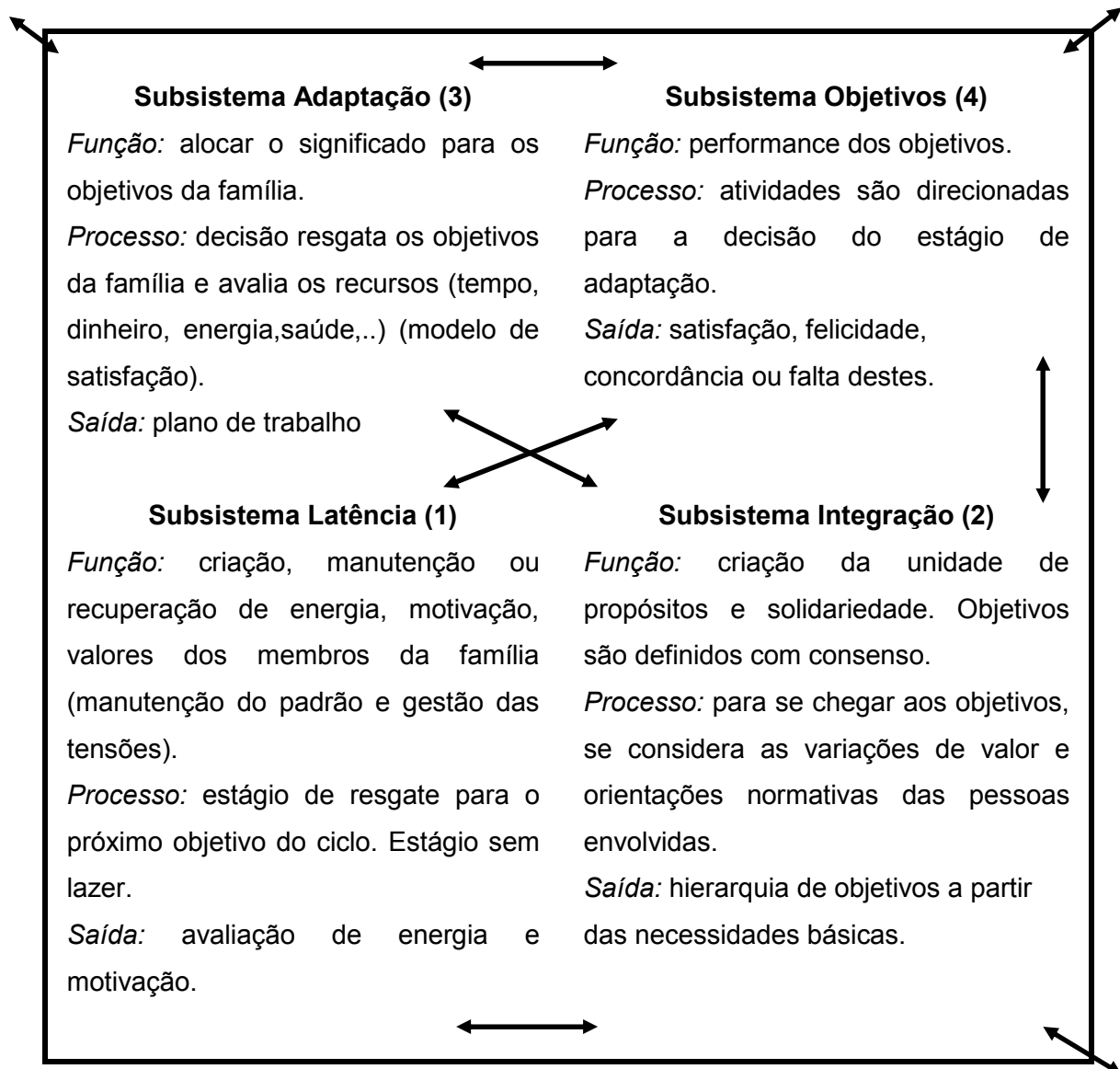
O sistema social é visto como um sistema dinâmico, onde as ações ocorrem de forma cíclica, iniciando com o subsistema de latência e finalizando com a consecução dos objetivos. Em termos de ação, a latência e a integração ocorrem na área das atividades expressivas, a adaptação e objetivos referem-se à área de atividades instrumentais.

A propriedade agrícola é definida como um sistema social no qual os fatores físicos de produção – terra, trabalho e capital, são combinados, por meio do processo de gestão, para satisfazer uma direção específica integrada e adaptada aos objetivos. As unidades do sistema propriedade firma são os estatutos sociais das pessoas envolvidas na complexa operação de decisão do produtor rural e as outras pessoas em posições de decisão. Integrar os objetivos é um problema de integração dos fatores físicos de produção, das pessoas da empresa firma em relação às necessidades, desejos, atitudes e valores do complexo processo de gestão e integrar a relatividade dos elementos físicos e humanos da propriedade.

Para Rushton e Shaudys (1967, p.55), *“There are several systems which have relevance to the farm firm. Among these are the economic system, the community system, the political system, the family system, and, in the case of a tenant, the landlord – owner system”*.

No Quadro 6 a seguir, os autores mostram a subordinação da propriedade firma ao sistema família. Não significa que os sistemas externos não afetem diretamente a propriedade firma, mas que as decisões são construídas a partir das considerações da família.

Quadro 6. A família como um sistema social: indica as trocas (entradas e saídas) entre os subsistemas funcionais e entre a família e outros sistemas sociais.



A propriedade como negócio é vista como um subsistema da propriedade familiar. Isto implica que os negócios da propriedade sejam controlados ou guiados pelas considerações da família e que as saídas dos negócios são usadas como forma de atender aos objetivos da família.

A existência de objetivos não puramente econômicos aparece também no trabalho de Gasson (1973), que parte da premissa de que o comportamento econômico não explica a totalidade das ações dos produtores rurais. Os objetivos não são puramente econômicos ou não econômicos.

A autora definiu os objetivos como fim ou estado o qual as pessoas desejam ser ou coisas que desejam realizar. Alguns são objetivos fins, outros são intermediários para objetivos mais amplos. Valores foram definidos como elementos mais permanentes, menos sujeitos a mudanças no tempo e nas circunstâncias. Nunca são inteiramente satisfeitos, são produtos culturais. Gasson afirma que os valores não existem de forma isolada, mas são organizados em um sistema ou “orientação de valores”, que permitem prever comportamentos, na medida em que se conhece a importância de um valor em relação aos demais (hierarquia de valores).

E para analisar o comportamento e atitudes dos produtores classificou os valores em quatro orientações: instrumental, social, intrínseca e expressiva. Uma orientação instrumental implica que as atividades rurais são vistas com um significado de obtenção de rendimentos e proporcionar segurança; uma orientação predominantemente social converge para as relações interpessoais no trabalho; a orientação intrínseca significa que as atividades são valorizadas como atividade em si mesmo e, uma orientação expressiva sugere que o exercício das atividades rurais proporciona realização pessoal.

Quadro 7. Tipologia dos produtores rurais conforme Gasson (1973) de acordo com a orientação dos valores.

Orientação dos valores	Características
Instrumental	<ul style="list-style-type: none"> - máximo rendimento, - rendimentos satisfatórios, - salvaguardando rendimentos para o futuro, - expansão dos negócios, - providenciar apropriadas condições de trabalho (horas trabalhadas, segurança, meio ambiente).
Social	<ul style="list-style-type: none"> - obter reconhecimento, prestígio como produtor rural, - pertencimento à comunidade agrícola, - continuidade da tradição familiar, - trabalhar com outros membros da família, - manter uma boa relação com os trabalhadores.

Expressiva	<ul style="list-style-type: none"> - sentimento de orgulho em ser proprietário rural, - auto-respeito pelo mérito do trabalho, - exercer habilidades e aptidões específicas, - oportunidade de ser criativo e original, - desafios, realização e crescimento pessoal
Intrínseca	<ul style="list-style-type: none"> - prazer nas tarefas da atividade rural, - valor à saúde, ar livre, vida no campo, - valor no trabalho duro, - independência, - liberdade de supervisionar e organizar, - controle do tempo em variadas situações.

Fonte: Gasson (1973).

Nas conclusões do universo pesquisado, Gasson constatou uma forte orientação ao trabalho (intrínseco). Os grandes produtores eram mais motivados economicamente, sendo a expansão dos negócios mais importante que a maximização dos rendimentos.

A questão final colocada por Gasson (1973): avaliar até que ponto as medidas de orientação dos valores são indicadores eficazes do comportamento decisional dos produtores rurais? Com este questionamento levantado a professora Ruth Gasson cumpriu um outro papel importante para esta área do conhecimento. Qual seja: a instigação aos estudos que aproximem respostas à questão e, algumas aproximações têm sido construídas pelos pesquisadores, não se esgotando o tema pela complexidade das decisões, capacidade, conhecimento e valores humanos.

Em 1974, Huffman pesquisou a dimensão educação, como uma habilidade no processamento das informações junto aos produtores rurais de Midwestern (EUA). O pressuposto da pesquisa foi que em ambientes com informações deficientes, a educação contribui com efeitos locais, junto aos produtores e trabalhadores. Nos efeitos locais está presente o processo de tomada de decisão, pois as pessoas tornam-se habilitadas para decodificar as informações de mercado e técnicas de forma mais eficiente. A escolaridade torna-se uma ferramenta para facilitar a interpretação da informação.

A avaliação foi realizada com produtores de milho na utilização de níveis de nitrogênio. Nos resultados obtidos, foi observado que os decisores com maior educação mudam mais rapidamente, ajustando-se às mudanças. Estes

produtores também avaliam melhor as informações na escala econômica de produção. Os produtores com nível mais alto de educação declinam do uso da extensão agrícola, no entanto, no ambiente dos trabalhadores, quando associada com a educação, foram obtidos melhores retornos econômicos. Não foi observado, junto aos trabalhadores rurais, um retorno de desenvolvimento social correspondente. A implicação prevista na pesquisa foi inserir a educação como uma contribuição no processo de decisão dos produtores.

No oeste da Austrália, empregando a tipologia de Gasson (1973), Kerridge (1978) realizou um estudo com 71 produtores rurais. Os resultados obtidos mostraram que nas pequenas propriedades existe uma maior inclinação para uma orientação de valores intrínsecos (gosto pela atividade, independência, estilo de vida). Nas propriedades maiores a tendência foi de expressarem os valores instrumentais (expansão dos negócios, rendimentos). O autor alerta que a orientação dos valores nas decisões e o tamanho da propriedade são aspectos críticos para considerar na implantação de efetivas políticas públicas.

No estado de Missouri (EUA), Kliebenstein et al (1980) enfocaram a percepção dos produtores sobre os benefícios da exploração agrícola, como efeito do processo de decisão. O estudo testa a importância relativa do valor benefício dos produtores por meio de uma análise discriminante. Os benefícios analisados foram os econômicos e não econômicos. Observou-se que os produtores priorizavam os níveis de segurança.

Em muitos níveis de decisão de uma empresa, a maximização dos rendimentos é importante, mas não é a única consideração que influencia o rumo das decisões. Pesquisas têm sido realizadas colocando a atenção para uma melhor compreensão dos múltiplos objetivos e as suas relações com o complexo funcionamento da organização que representam, desde a estrutura da agricultura industrial até os múltiplos objetivos da família dos produtores.

A maior satisfação na decisão é obtida quando o decisor, na avaliação da informação e no uso de sua capacidade de gestão, encontra alternativas viáveis de acordo com os seus objetivos. A satisfação da decisão pode ser similar ou diferente do estado de ótimo econômico.

Os autores referem-se às cinco necessidades de Maslow balizadas por uma hierarquia de objetivos, as necessidades físicas, de segurança, social, de

reconhecimento e auto-realização, sendo as necessidades físicas e de segurança as mais importantes. Relacionam com as necessidades da propriedade *firma* e da propriedade *família*, onde as necessidades e os objetivos pessoais do produtor influenciam a propriedade firma.

Para Kliebenstein et al (1980, p. 131-2), *"In a complex organization, individual goal interact and are instrumental in shaping the operational goals of the collectivity. For a family farm, only one person's or one family's goal are instrumental in shaping farm goal"*.

Na pesquisa com os produtores de Missouri, foram percebidos como importante nas decisões o fato de ser proprietário, incremento da segurança e a auto-expressão. Não foi possível categorizar os proprietários rurais em grandes, médios e pequenos de acordo com a percepção dos benefícios.

Os produtores recebem múltiplos benefícios da exploração agrícola e assumem o fato destes benefícios afetarem os objetivos da propriedade e da família. O objetivo de maximização de rendimentos é mais um objetivo da família rural, que pode estar relacionado com outros importantes objetivos. Os resultados mostram que a maximização da utilidade, baseada em múltiplos objetivos, explica o comportamento dos produtores mais acuradamente que a maximização dos rendimentos. Isto pode explicar porque políticas com procedimentos padronizados, tal como uma produção em linha, não são aceitáveis para o decisor rural.

A análise discriminatória indicou que o fluxo de caixa dos produtores é tão importante como ser dono do próprio negócio, como o incremento da segurança e o desenvolvimento de relacionamentos. São variáveis relevantes e distintas passíveis de serem incluídas em um modelo de decisão.

Os autores encontraram cinco benefícios relevantes: ser o dono do próprio negócio; incremento da seguridade; incremento dos rendimentos; desenvolvimento das relações sociais; reconhecimento. Foram percebidos como valores importantes: fazer alguma coisa que vale a pena; ser o próprio dono; providenciar bons rendimentos; venda no mercado livre; senso de segurança; trabalho fora da propriedade; possibilidades de expressar-se; encontrar-se com os bons produtores da atividade; tradição familiar; reconhecimento; ser identificado como produtor da atividade. E concluíram que existe uma correlação entre características da propriedade rural e proprietário

rural, da mesma forma como, tipo e tamanho da propriedade, idade de quem administra, nível de educação e como são adquiridos os recursos.

Em Indiana (EUA), Patrick, Blake e Whitaker (1983) analisaram a perspectiva multidimensional dos objetivos dos produtores rurais. Os estudos descritivos têm identificado objetivos e valores sob condições variáveis e com uma ótica hierárquica unidimensional. No entanto, uma escala unidimensional não reflete as diferenças entre os grupos e nem o que consideram ideal na dimensão escolhida. O modelo multidimensional permite hierarquizar os objetivos existentes em cada dimensão.

Na pesquisa com 91 (noventa e um) produtores rurais sobre os objetivos que influenciavam o rumo intermediário das decisões, a situação da propriedade e da família, bem como dos futuros objetivos, na análise multidimensional foi percebida diferenças nos objetivos entre os subgrupos. Estas diferenças podem ser definidas e mensuradas utilizando-se um modelo de ponto ideal multidimensional.

Os aspectos segurança e risco foram pesquisados por Tauer (1986) dentro da perspectiva de diferenças na gestão das propriedades rurais. Os estudos foram desenvolvidos com 72 (setenta e dois) produtores rurais de leite New York (EUA).

As características analisadas compreenderam a idade do gestor da propriedade, anos de educação, rendimentos anuais, valor do trabalho e gestão – esta considerada como medida do capital trabalho. As características dos produtores não explicaram as preferências de risco, mas afetaram as atividades de produção. Na avaliação das preferências de risco o autor citado anteriormente encontrou o seguinte resultado: 26% preferem riscos; 39% risco neutro; 34% têm aversão ao risco. O autor concluiu que existem outros fatores mais importantes que as preferências de risco interagindo nas ações e decisões dos produtores rurais.

Posteriormente, Johnson e Raskert (1995) concentraram sua pesquisa junto aos produtores localizados nos limites do Greater Yellowstone Ecosystem (EUA), objetivando a categorização de valores e o tempo de residência na região. O estudo diz respeito à influência dos valores econômicos e qualidade de vida na localização do negócio rural. Foram analisados os valores relevantes que influenciavam as decisões dos negócios locais (produtores

rurais): a qualidade do ambiente, paisagem, média criminal e oportunidades de recreação. Os valores foram enquadrados em quatro categorias: valores econômicos, valores qualitativos, valores comunitários e valores de recreação. A pesquisa compreendeu 500 participantes. A região caracteriza-se pela economia baseada na agricultura e processamento de produtos, principalmente madeira de construção e subprodutos de madeira.

Uma das observações finais é que os valores refletem a qualidade de vida do ambiente e determinam as decisões na localização dos negócios locais. Aqueles que residiam no local a mais de cinco anos apresentavam uma tendência maior de valorizar a qualidade de vida do que os residentes mais recentes. Isto implica no reconhecimento das políticas públicas, quando da expansão de negócios no local.

O estudo torna-se relevante em face das discussões acerca do desenvolvimento de regiões deprimidas socioeconomicamente, pois a tendência da população local é manter os negócios existentes e resistirem às mudanças. O que o estudo se propôs foi verificar a existência de diferenças significativas entre as características dos negócios locais e as variáveis entre os que estão mais recentemente residindo na região em relação àqueles que residem a mais tempo no local.

O modelo rural vigente sugere que as migrações acontecem para determinadas regiões na busca de emprego, logo estão associadas com o crescimento econômico. Mais recentemente as pesquisas têm mostrado um novo aspecto: a qualidade de vida, clima agradável e a oportunidade de recreação (JOHNSON E RASKERT, 1995, p.406). No estudo se verificou que o processo de gestão considerou as especificidades do local, amenidades e o local prazeroso como capazes de influenciar a produtividade, a decisão de localização e a permanência no local.

Na avaliação de localização dos produtores, os autores incluíram na categoria de *valores econômicos*: sistema de tributação, proximidade de universidades e os custos locais de produção. Na categoria dos *valores qualitativos* incluíram: a qualidade do ambiente, paisagem, proximidade a instituições públicas. Na categoria *valores comunitários*: baixa criminalidade, ambiente de cidade pequena, desejo de ter uma vida rural e o prazer de viver

em um bom lugar para educar a família. Na categoria de *valores de recreação*: oportunidades gerais de recreação no verão e inverno e vida selvagem.

Entre as conclusões, os autores perceberam que nenhuma estratégia de desenvolvimento econômico é bem sucedida se forem ignoradas as qualidades intrínsecas da população local. É forte o senso de pertencimento ao local. Os dados permitem indicar uma relativa importância dos fatores qualitativos com respeito aos fatores tradicionais, influenciando as decisões locais de negócios. Para os residentes a mais tempo, são mais claramente considerados, o desenvolvimento do ambiente como um todo, os relacionamentos com a comunidade e os fatores de recreação. Menos importante para os proprietários de seus negócios foram os fatores, tal como, custo de sua atividade, sistema tributário e proximidade a uma universidade.

Diante destas conclusões é preciso compreender os fatores que levam à localização e/ou permanência em determinada região quando da construção de um modelo de desenvolvimento baseado na diversificação e sustentabilidade econômica (JOHNSON, RASKERT, 1995, p. 414).

Em Vega de Córdoba (Espanha), Sumpsi, Amador e Romero (1996) pesquisaram os objetivos dos produtores rurais sob a ótica de multicritérios. A proposição foi formular um modelo de decisão para o planejamento agrícola, que considerasse a multiplicidade de objetivos e metas. A análise foi construída com objetivos que refletissem os valores econômicos (maximização da margem bruta, minimização do capital trabalho, minimização do trabalho sazonal, minimização da gestão das dificuldades, minimização dos riscos, retorno sobre o capital), de produtores familiares.

Os resultados confirmaram que um só objetivo não é capaz de explicar o comportamento dos produtores, mas são vários objetivos que desenham o comportamento. Embora houvesse diferenças no comportamento dos distintos produtores, o padrão dos objetivos era comum. O padrão comportamental dos produtores familiares mostrou ser semelhante aos obtidos em estudo anterior com grandes produtores, isto é, predominam as estratégias conservadoras nos negócios.

Foi rejeitada a hipótese de que os produtores familiares utilizam mais os recursos e que suas estratégias são mais conservadoras que a dos grandes produtores. Observou-se o conservadorismo nos produtores familiares e nos

grandes produtores. O que foi percebido é que nos produtores de grande porte o maior peso foi dado à minimização do trabalho sazonal.

A análise de Bowler et al (1996) junto aos produtores rurais de Norther Pennines (Inglaterra) foi avaliar as estratégias de trabalho nas propriedades familiares no período de transição pós-produtivista, com a introdução de fontes não tradicionais de trabalho (pluriatividade) nas atividades rotineiras. Dentro desta ótica, Damianos e Skuras (1996), realizaram pesquisa com 200 produtores rurais em Etolia-Akarnania (Grécia), estudo semelhante e concluíram que não só os aspectos econômicos, mas também os sociais determinam as decisões sobre a pluriatividade nas atividades rotineiras.

Foi constatado que um comportamento proativo, mais que um comportamento reativo, das instituições na disponibilidade de informações, recomendações, serviços técnicos e financeiros é que impactam o comportamento decisional nas propriedades familiares (BOWLER et al, 1996).

Os autores construíram um modelo de decisão destes produtores rurais, conforme a Figura 10.

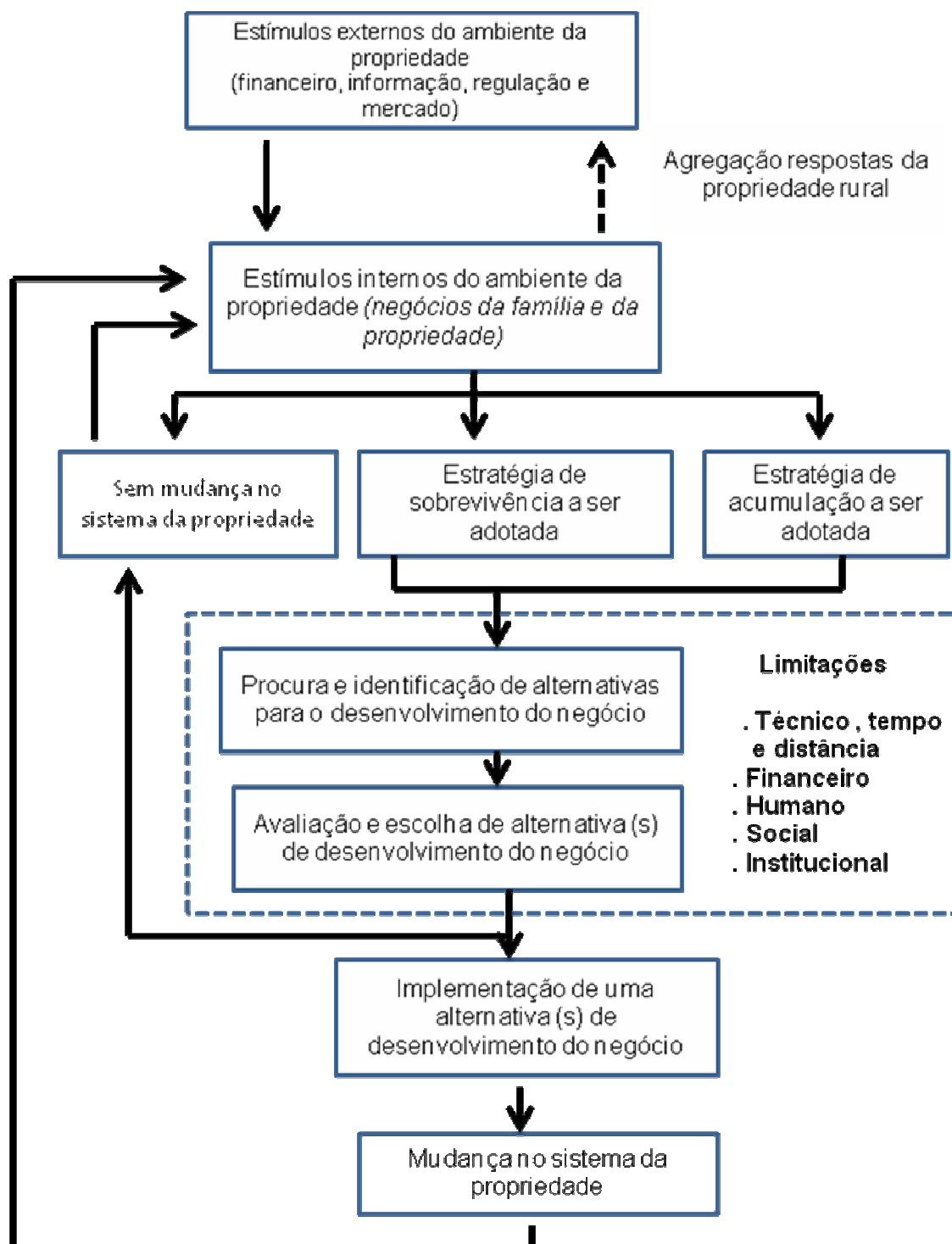


Figura 10. Modelo de tomada de decisão para alternativas de desenvolvimento para os negócios da propriedade.

Fonte: Adaptado de Bowler et al (1996, p.288).

O trabalho de Rodriguez Ocaña (1996) foi de uma proposta metodológica de análise do processo decisional. Para tanto conjugou os aspectos da exploração agrícola passíveis de influenciar o processo de tomada de decisão: a caracterização socioeconômica, a estrutura das explorações, os

valores de ser agricultor, opinião sobre as características que deve ter um bom produtor, critérios empregados nas decisões, plano de cultivos se não houvesse restrições de irrigação e dois aspectos referentes à Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia – critérios utilizados antes da entrada da PAC e decisões advindas dos custos da reforma da PAC.

O autor desenvolveu sua análise com o enfoque sistêmico, onde a exploração agrícola é composta por três eixos: o agricultor em si mesmo, a estrutura da exploração e os critérios de gestão, resultado da interação com os dois eixos anteriores. A decisão ocorreu então da conjugação dos eixos anteriores, com o meio normativo/institucional e do ambiente.

A pesquisa com 115 produtores em Palma del Rio e Fuente Palmera, Córdoba (Espanha), revelou que o produtor toma suas decisões de forma sistêmica, interagindo os elementos do sistema de exploração agrícola, os aspectos psicológicos, socioeconômicos, estruturais e geográficos. Para o autor os subsistemas: localização geográfica, caracterização do agricultor, valores, critérios e decisões estão sob a influência de subsistemas determinantes: subsistema de valores e subsistema de decisões.

Em suas conclusões, o aspecto mais determinante das decisões foi a caracterização socioeconômica, aliado à estrutura da exploração e à localização.

Na Inglaterra, Battershill e Gilg (1997) analisaram as atitudes de produtores rurais considerando os limites e oportunidades na condução das atividades e como determinavam as decisões. Os resultados apontaram para a importância de se conhecer quais as atitudes e valores dos produtores para compreender suas decisões e ambições em relação aos impactos de suas atividades.

Em Minnesota (EUA), Westra e Olson (1997) realizaram sua pesquisa com produtores rurais avaliando a adoção de políticas de conservação no preparo do solo. Concluíram que o processo de decisão não é exclusivamente econômico, de capacidade e de boa vontade na adoção da prática. A análise mostra uma combinação de fatores econômicos, capacidade, disposição e características da propriedade e do produtor como determinantes nas decisões. Os aspectos limitantes encontrados foram a dificuldade de obter informações específicas e elementos sobre a prática, bem como o engajamento em

programas de commodities. Operacionalmente, os fatores como tamanho da propriedade, importância da erosão na propriedade, nível de investimentos já realizados, instrumentos de gerenciamento empregados, como estão sendo direcionados os objetivos e se existem outros produtores aderindo à prática também foram considerados nas decisões para a adoção da prática.

No cerrado brasileiro, Costa e Rehman (1999), exploraram os objetivos dos produtores rurais em relação ao fenômeno de degradação dos campos com a bovinocultura de corte. A região do cerrado, cobrindo cerca de 2,7 milhões de quilômetros quadrados, na última década, pelo sistema intensivo de uso das pastagens apresenta cerca de 25 milhões de ha em processo de degradação.

O perfil dos 100 (cem) produtores da microrregião homogênea pastoril de Campo Grande apresentou 87% dos produtores com mais de 40 anos, 1/3 nascido e criado na área rural, mais que a metade tem outra fonte de rendimentos e cerca de 50% tem nível superior, sendo que 1/3 destes vivem na área agrícola. No Quadro 8 está esboçado a hierarquia de valores desses produtores em uma escala de importância decrescente de 1 a 7.

Quadro 8. Hierarquia de valores nas decisões dos produtores rurais da microrregião de Campo Grande/Mato Grosso do Sul comparado com a tipologia de Gasson (1973).

Objetivos	Hierarquia de valores dos objetivos	Categorização de Gasson (1973)
Manter a posse da terra	3	Instrumental
Transmitir a herança e um modo de vida para próximas gerações	1	
Benefício de segurança e liquidez do rebanho próprio	2	
Melhora da família e do padrão pessoal de vida	5	
Manutenção do status social como produtor de gado	7	Social
Ser reconhecido como um produtor progressista	6	Expressivo
Trabalhar na atividade rural, mantendo e criando seu próprio rebanho.	4	Intrínseco

Fonte: Adaptado de Costa e Rehman (1999).

Na análise os autores explicaram o paradoxo – importância de ser dono do rebanho como um fim e a liquidez e segurança como influenciados pelo período de alta inflação e fragilidade das instituições sociais e econômicas no Brasil. No sistema de produção posto, constata-se a relevância dos múltiplos objetivos, no processo decisional, salientando a necessidade de integrá-los no objetivo de maximizar o número de animais próprios com margem bruta ou otimização dos rendimentos, como um determinante definitivo do estado corrente do sistema agrícola existente (p. 145).

Na região do Valle Medio del Guadalquivir (Córdoba/Espanha) os estudos de Machado (1999) constataram a relevância da informação dentro da complexidade das decisões dos produtores rurais.

Se por um lado contata-se que a informação deve estar disponível, por outro, é mister que se desenvolvam formas de disponibilidade e acesso às mesmas, bem como capacitar as pessoas para o seu uso adequado.

Para o processo decisional as informações são imprescindíveis, desta forma o autor sob uma ótica sistêmica, participativa e construtivista, buscou analisar a interdependência decisão-informação considerando as fontes de informação e as características sócio-econômicas dos produtores da região.

Em suas conclusões constatou a valoração das informações técnicas, bem como a demanda por informações sobre temas que os produtores não dominavam – comercialização e mercado. O estudo permitiu identificar grupos relativamente homogêneos quanto ao acesso e tipo de informações utilizadas. As informações são buscadas com maior intensidade pelos produtores: com maior nível de escolaridade, maior área de exploração, maior diversidade de cultivos e com maior participação associativa.

Reportando-se aos estudos de Gasson (1973) os produtores são identificados com uma marcada orientação instrumental em suas decisões, tendo em conta as necessidades e experiências de cada um, momento de atuar e as interações, bem como as conseqüências de sua atividade na vida privada e no meio em que está inserido.

Resultados semelhantes são encontrados no estudo de Machado (1999),

“El agricultor continuará tomando sus decisiones considerando los aspectos: a) información; b) mayor o menor aversión al riesgo (más o menos calculado); c) experiencia; d) intuición; pero, la mayor disponibilidad de información útil ahorrará tiempo y contribuirá para disminuir la incertidumbre en el proceso decisório, lo que tenemos llamado de una mejor sistematización del proceso (informação)..”(p. 259).

A importância relativa dos múltiplos objetivos foi pesquisada por Harrison e O'Brien (1999) com os produtores de New South Wales (Austrália) bem como sua satisfação com a performance para cada objetivo. Salientam a existência de estudos que apresentam os objetivos econômicos como mais importantes que os não econômicos e vice-versa.

Os produtores sofrem intensa pressão para o aumento da produção, redução dos custos de produção e incremento da qualidade do produto na medida em que conservam seus recursos naturais, mantêm seu estilo de vida e atendem outros objetivos pessoais.

Para os autores *“Perhaps the difference lies in the relative prosperity of farming industry studied, farmer’s perception of their control over the variables relevant to each objective and expectations”* (p.9) e apresentam uma matriz para expressar o resultado obtido com os produtores rurais pesquisados (Figura 11), onde a importância e satisfação atingem índices mais elevados com os objetivos relacionados com a prosperidade e qualidade de vida.

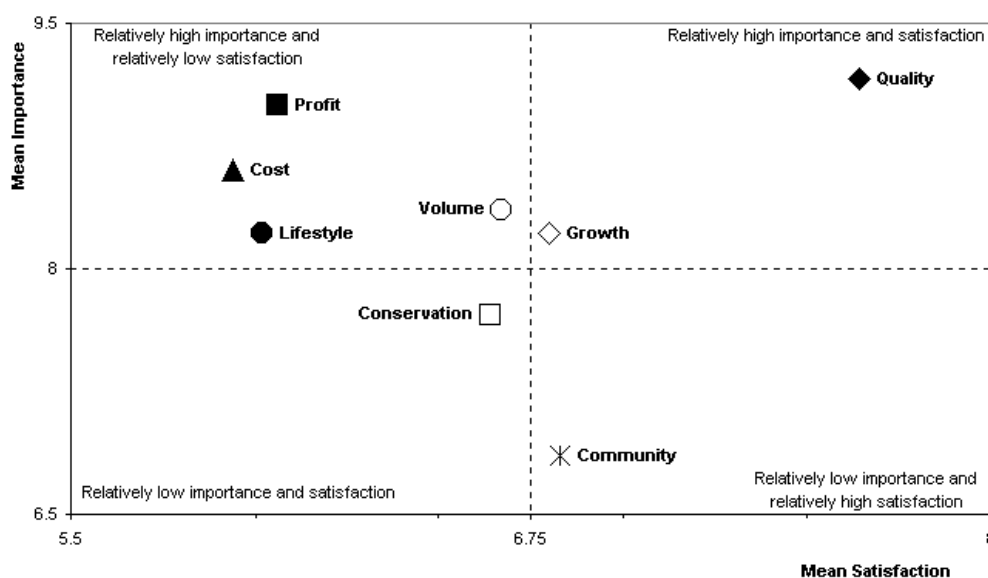


FIGURA 11. Matriz quadrante das duas dimensões dos objetivos: importância e satisfação para os produtores rurais.

Fonte: Harrison e O'Brien (1999, p. 9).

Os produtores rurais com atividade pecuária de Campo Grande e Pantanal no Mato Grosso do Sul (Brasil) foram o alvo das pesquisas de Cezar, Skerratt e Dent (2000). O objetivo foi avaliar um sistema participativo de geração e transferência de tecnologia da EMBRAPA Gado de Corte nas decisões dos produtores de alta renda.

A pesquisa revelou que 89,4% dos responsáveis pelas decisões são homens e 10,6% são mulheres, com idade média de 54 anos e com uma experiência de 25 anos na atividade.

O Quadro 9 mostra os fatores motivadores para ingressar e continuar na atividade pecuária dos produtores rurais pesquisados.

Quadro 9. Grau de relevância dos fatores motivadores em duas localidades do Mato Grosso do Sul.

Fatores	Ordem de relevância Campo Grande	Ordem de relevância Pantanal
Segurança no negócio	1º	2º
Estilo de vida	2º	1º
Tradição da família	3º	2º
Conhecimentos adquiridos	4º	3º
Negócio lucrativo	5º	5º
Negócio alternativo	6º	6º
Herança dos pais	7º	4º
Herança do cônjuge	8º	7º

Fonte: Adaptado de Cezar et al (2000, p. 144).

Obs: No Pantanal os fatores segurança no negócio e tradição da família igualaram-se em importância.

Os produtores elencaram vários objetivos, confirmando a multiplicidade de objetivos e que nem sempre expressam valores econômicos. A classificação de Gasson (1973) é utilizada para explicar a orientação dos sistemas de valores e crenças na tomada de decisão.

Os autores constataram que *“o processo de decisão não ocorre como uma atribuição única do fazendeiro por ele mesmo, e sim um processo*

desencadeado e operacionalizado com a participação de terceiros” (p. 147), corroborando o pressuposto do contexto social influenciando as decisões. Conclusão relevante deve-se à evidência *“de que o elo social é provavelmente a característica mais importante das redes de informação”* (p. 158). Evidências como o *“acesso à informação e o desenvolvimento do conhecimento e percepções variam de acordo com os atributos sociais como idade, educação, motivação, experiência, valores e crenças, integrados como uma rede”* (p. 161).

A informação como insumo fundamental no processo de decisões estratégicas foi o estudo desenvolvido por Doye et al (2000) com produtores rurais em Minnesota (EUA). Foi constatado a importância do fator humano e seu nível educacional, a preocupação com a atividade em si e a transferência das percepções e experiências pessoais para as gerações futuras.

Manter o sistema de informações foi atribuído à dimensão humana, com a expectativa que proporcionasse um melhor monitoramento da performance financeira, bem como boa produção e auxílio na comercialização. A importância dada ao ser humano como alicerce do sistema de informações, foi apoiado em face das motivações, estilo de aprendizagem e preferências, percepção dos riscos e valor dado às informações necessárias.

O trabalho de Wallace e Moss (2002) no norte da Irlanda realizou uma análise dos objetivos visando a maximização de rendimentos, frente às mudanças de modelos de exploração agrícola. As mudanças analisadas foram nos períodos de 1991/92 a 1997/98.

Os autores afirmam que muitos estudos modelam o procedimento dos produtores, no caminho clássico de objetivos simples de maximização de rendimentos, ignorando a *“reality that decisions of farmers are normally motivated by multiple, often conflicting, goals of which profit maximization is only one”* (p. 82).

A pesquisa examinou a orientação dos objetivos, levando em conta o comportamento dos produtores na utilização de programas estratégicos de planejamento. Os autores identificaram variações nas propriedades familiares, em relação aos objetivos: consumo da família, investimentos na propriedade, lucratividade, crescimento e fluxo de caixa. Os resultados confirmaram largas diferenças entre os grupos de produtores em termos de habilidades para

atender os objetivos de lucratividade, consumo familiar, investimentos, crescimento e fluxo de caixa.

O modelo proposto apresenta maior visibilidade para os grandes produtores. O limite para os pequenos produtores foi a escassez de capital e o baixo retorno das atividades.

Concluíram que para os produtores do Norte da Irlanda, o programa de análise de objetivos implica em objetivos conflitantes. Os objetivos preferenciais refletem a prioridade dos produtores em diferentes estágios de comportamento decisional e desenvolvimento das propriedades. O padrão de desenvolvimento reflete a disposição dos produtores em um dado momento do tempo com o compromisso de certos objetivos que os atendam. O resultado também indica a necessidade de precaução em usar um critério único de modelo de propriedades.

No Relatório Nacional do Reino Unido da Universidade Central de Lancashire, Toogood (2003) procurou expor os fatores sociais, culturais, psicológicos, econômicos, bio-geográficos, agrícolas e demais variáveis que influenciam as atitudes dos produtores e a pré-disposição para a cooperação com o desenvolvimento de políticas, programas e medidas públicas. O relatório foi articulado dentro do programa de pesquisa rural (ZALF) para a compreensão das atitudes, do conhecimento e tomada de decisão dos produtores rurais.

A disposição dos produtores demonstrou significativamente a motivação econômica, na participação de políticas públicas. Contudo, existem outros fatores, não econômicos, que interagem tornando-se relevantes, como a auto-identificação em relação ao conhecimento do ambiente, o futuro, as relações de conservação do conhecimento específico, os encontros com os vizinhos e a maior ou menor participação em eventos importantes.

Em Queensland (Austrália), Rolfe, Gregor e Menzies (2003) constaram junto aos produtores rurais que o uso do computador e da internet são percebidos como sendo *“more timely and better information for decision making, and greater clerical efficiency (less paperwork)”* (p. 35). As informações mais utilizadas foram as relacionadas com o clima e o mercado, seguidas pelas informações técnicas da atividade produtiva, não aparecendo com importância o seu uso social ou pessoal. O benefício maior para as decisões destes

produtores demonstrou serem aquelas orientadas por valores instrumentais de maximização de rendas e redução de custos.

O trabalho de Fráguas (2003) com 140 produtores da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda (COCAMARC) resultou em afirmativas que traduzem os objetivos e expectativas dos produtores, baseados em características sugeridas por grupos focais e organizadas de acordo com as funções gerenciais (planejamento, organização, direção e controle) para caracterizar um bom produtor rural.

Os resultados corroboraram as idéias teóricas que vinculam um produtor bem sucedido àquele que mantém o equilíbrio entre os aspectos pessoais e profissionais. Foram destacados pelos produtores os fatores ligados ao desenvolvimento da atividade agrícola, como conhecer a sua propriedade onde está produzindo, buscar solução para os problemas, saber economizar, saber fazer, saber trabalhar e com os recursos fazer um negócio rentável.

O acesso a qualquer tipo de informação que facilite a tomada de decisão também deve fazer parte da rotina, destacando-se a troca de experiência com os vizinhos e conhecidos, e ações de parceria. Aspectos relevantes do lado pessoal e familiar também foram registrados: liberdade e autonomia de decisão, tempo de lazer e fazer seu próprio horário, ensinar as atividades rotineiras à família, ser reconhecido e respeitado pela comunidade. Outro fator citado foi a preocupação com a preservação do meio ambiente.

Na Holanda, os produtores de leite foram o foco de Bergevoet et al (2004) em uma pesquisa utilizando um modelo empírico baseado na Teoria do Comportamento planejado para detectar as diferenças entre objetivos, metas e atitudes na determinação das estratégias. A teoria está fundamentada na premissa de que o comportamento das pessoas determina suas metas e intenções, atitudes, controle da percepção do comportamento e das normas sociais.

O trabalho revelou uma significativa relação entre comportamento, metas e intenções aliado ao tamanho da propriedade ou cotas de leite. A relação foi forte nas atitudes estabelecidas, normas sociais e percepção do controle comportamental. O tamanho da propriedade foi fator predominante no processo de decisão.

As variáveis foram reduzidas a um conjunto de sete fatores, reunindo-se as metas e desejos dos autores conforme, exposto no Quadro 10.

Quadro 10. Comparação dos fatores de análise de Bergevoet com a tipologia de Gasson (1973).

Fatores	Categorização dos objetivos de Gasson (1973)
Fator 1 – moderna e grande propriedade	Instrumental
Fator 2 – qualidade de vida e status	Intrínseco
Fator 3 – atividade agrícola como outra fonte de renda	Instrumental
Fator 4 – atividades agrícolas como uma forma de vida	Intrínseco
Fator 5 – propriedade familiar	Social
Fator 6 – propriedade com atividades pecuárias	Expressivo
Fator 7 – altos rendimentos	Instrumental

Fonte: Adaptado de Bergevoet et al (2004).

Conclusões dos autores: as metas, objetivos e atitudes determinam as estratégias de comportamento empreendedor. Confirmam que existem objetivos econômicos e não econômicos que norteiam as decisões.

Maybery, Crase e Gullifer (2005) realizaram uma pesquisa com 552 produtores australianos quanto aos objetivos e metas na manutenção de suas terras. Foram três os fatores mais relevantes que emergiram do estudo: econômicos, conservação e os valores do estilo de vida. O estudo foi importante porque mostrou que os valores dos produtores podem ser classificados em três distintos grupos com potencial significativo para formulação de políticas conservacionistas e passíveis de direcionar o desenvolvimento, de acordo com as atitudes dos produtores.

Em termos de comportamento individual os valores regem importantes regras, porque são representações cognitivas das necessidades e desejos individuais, sendo também uma demanda social (p. 62).

Nas conclusões verificaram que o produtor considera como mais importante, *“deixar minha propriedade em melhores condições que eu a encontrei, e gosto de olhar para a minha terra, trabalhando para mim, sem destruí-la”* (p. 66). Os resultados mostraram uma correlação significativa entre os três fatores: econômico, conservação e estilo de vida.

A separação clara entre os fatores econômicos e conservação, assumidos como valores, indicam diferenças ideológicas nas políticas, pois é necessário conhecer como influenciar as decisões dos produtores. O relevante é que o comportamento de conservação pode estar associado ou próximo do comportamento social e da saúde psicológica.

No cenário do Rio Grande do Sul, o Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinocultura de Corte do Estado do Rio Grande do Sul (2005) permitiu identificar, por meio de três conjuntos de variáveis, os seguintes critérios: 1) escolaridade, formação profissional, forma de obtenção da terra; 2) variáveis relacionadas com a sua racionalidade e perfil técnico associado com controle e gestão, acesso à assistência técnica, as principais motivações e percepções; 3) variáveis referentes à conduta, processo de tomada de decisão, investimentos, perspectivas e opiniões.

Cerca de 540 estabelecimentos foram pesquisados, resultando em 70% com acesso à terra mediante herança. A escolaridade encontrada entre os produtores: 41,5% possuem o grau médio ou superior, mas destes 65,3% não possuem formação técnica em área ligada à pecuária.

A motivação primordial para o exercício da atividade pecuária é a tradição (26,5%), enquanto 25,4% praticam a atividade por satisfação, 14,4% a consideram uma atividade segura, e somente 8,7% dos produtores são motivados pela obtenção de lucro.

A gestão utiliza informações do controle contábil, informatização e assistência técnica. A tomada de decisão em sua grande maioria é realizada pelo chefe ou responsável pela propriedade (72%) e em 15,6% as famílias participam do processo de decisão.

Em relação aos investimentos, 35,4% dos produtores optariam por aquisição de mais terras, 25,6% comprariam mais gado de corte e 16,9% iriam investir em atividade não agrícola. Relevante é o dado que confirma a satisfação com a atividade pois 85,7% tem plano de permanecer na atividade,

sendo que 68,7% tem a previsão de que algum membro da família continuará na propriedade. Referente às expectativas pessoais, 55,9% responderam que realizariam aperfeiçoamentos e 27% continuariam a fazer o mesmo.

Na Noruega, Daugstad, Ronningen e Skar (2006) realizaram uma pesquisa com produtores sobre a herança cultural conectada com as práticas agrícolas. A investigação foi sobre a conexão entre a herança cultural e agricultura, como expressão dos atores públicos e privados na definição de políticas de desenvolvimento. Analisado a partir de valores implícitos e explícitos de julgamento dos conceitos de herança cultural, agricultura ativa e agregação de valor.

A herança cultural é definida e percebida de múltiplas formas. A relação pesquisada é relevante por duas razões: combinação da agricultura como atividade econômica e sistema de uso da terra e, por outro lado, a herança cultural envolvida na conservação e limites de uso em face das mudanças contemporâneas.

Para os autores as variações culturais e expressão física são vistas como um objetivo importante no planejamento espacial e como instrumento de sustentabilidade da diversidade para manter a significativa relação de identidade e qualidade de vida (p. 73).

As conclusões mostraram a relação material e não-material da herança cultural. No sentido não material engloba os conhecimentos de tradições e práticas sendo transformadas em nichos de produtos com resgate de técnicas artesanais para o desenvolvimento do turismo rural. Por outro lado a herança cultural física também está nas construções, campos, pastagens são valores que dão um senso de identidade, resgate mental e enraizamento. A relevância dos objetivos não econômicos, associados à herança cultural pode explicar o comportamento dos produtores nas decisões tomadas.

Na revisão dos autores supra citados utilizou-se um critério cronológico de apresentação, o que permitiu a construção de um quadro resumo dos aspectos relevantes nos diferentes estudos realizados, no período considerado (Quadro 11).

Quadro 11. Resumo dos aspectos relevantes do processo de tomada de decisão dos produtores rurais de acordo com os estudos analisados.

Aspectos relevantes	Autores
Racionalidade comportamental nas decisões.	Chester Barnard (1938), Herbert A. Simon (1947).
Modelos econômicos decisoriais não explicam outras hierarquias de necessidades	Hurwicz (1946), Tauer (1986), Johnson e Raskert (1995), Bowler et al (1996), Buchanan e O'Connell (2006), Daugstad, Ronningen e Skark (2006).
Racionalidade limitada. Decisões influenciadas pelos aspectos sociais, valores e objetivos.	Herbert A. Simon (1947)
Interdependência qualitativa na relação decisão e informações. Transferência das informações.	Johnson (1957), Machado (1999), Fráguas (2003), Rolfe, Gregor e Menzies (2003).
Ação social como um comportamento de sentido subjetivo, influenciado pelos outros, pelas crenças e valores.	Crossmon (1958), Weber (1999).
Fatos e valores nas decisões não se reduzem em proposições factuais.	Subramanian (1963).
Construção de modelos de decisões: algoritmos e heurísticos.	Headly e Carlson (1963).
Multiplicidade de objetivos nas escolhas. Sistemas de valores orientam ações e decisões.	Quenemoen (1965), Gasson (1973), Kerridge (1978), Patrick, Blake e Whitaker (1983), Sumpsi, Amador e Romero (1996), Westra e Olson (1997), Battershill e Gilg (1997), Harrison e O'Brien (1999), Costa e Rehman (1999), César, Skerratt e Dent (2000), Wallace e Moss (2002), Toogood (2003), Fráguas (2003), Bergevoet et al (2004), Mybery, Crase e Gullifer (2005), IEPE/UFRGS (2005).
Valores e objetivos na gestão da propriedade firma e na propriedade familiar.	Rushton e Shaudys (1967).
Educação como habilidade de qualificar as informações para as decisões.	Huffman (1974), Doye et al (2000).
Níveis de segurança como elemento de decisão e tipo de posse da terra.	Kliebenstein et al (1980).
Exploração agrícola como um sistema de inter-relações (abordagem sistêmica).	Rodriguez (1996).
Conhecer o processo de construção das atitudes e valores para avaliar os limites sócio-econômicos.	Battershill e Gilg (1997).

Fonte: elaborado pela autora (2009).

CAPÍTULO 3. A CONSTRUÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS: UMA ABORDAGEM SISTÊMICA DO HOMEM, SUAS ATIVIDADES E O SEU ENTORNO.

3.1 Abordagem Sistêmica

Um dos principais aspectos do colapso do paradigma científico moderno está em sua própria natureza segmentada e particularizada, enquanto no ambiente do entorno os elementos são interdependentes e a natureza é um todo. Para Capra (1982) não é possível ordenar o mundo baseado nos princípios cartesianos, que segmenta e particulariza, é necessário um olhar da ciência acompanhando o fluxo dos acontecimentos históricos.

Na década de 1940 e 1950, segundo Checkland (1981) o pensamento sistêmico adquire relevância, difundindo a idéia de “sistemas” como uma forma de trabalhar a complexidade do ambiente. O novo paradigma científico caracteriza-se pela: emergência de uma nova propriedade do todo, resultado da interconexão de partes independentes; hierarquia de conjuntos interconectados, ou seja, a existência de subsistemas de um sistema maior; e uma comunicação interna que objetiva o controle do comportamento do conjunto, para manter a identidade no meio do qual faz parte.

As novas propostas conduzidas por Ludwig Von Bertalanffy centralizaram-se no desenvolvimento de uma Teoria Geral de Sistemas (*General Systems Theory*, GST) passível de ser expressa de forma matemática (BERTALANFFY, 1973; CHECKLAND, 1981). O objetivo era fornecer uma teoria e uma linguagem meta-disciplinar na qual os problemas de diferentes campos teóricos pudessem ser expressos e resolvidos, a fim de promover a unidade da ciência (BERTALANFFY, 1973).

Para compreender a natureza ordenada e não fortuita da complexa interação entre os elementos de um sistema, Bertalanffy (1973) criou os fundamentos da Teoria Geral dos Sistemas (TGS). O autor caracterizou a TGS como uma ciência da totalidade, para tanto formulou os propósitos da teoria, baseado em que: existe uma tendência geral no sentido de integração nas várias ciências naturais e sociais; a integração parece centralizar-se na TGS; a TGS pode ser um meio importante para alcançar os campos não físicos da

ciência; os princípios unificadores permeiam verticalmente o universo das ciências individuais, proporcionando um sentido de unidade da ciência e, possibilita a integração necessária na educação científica.

Os propósitos da TGS são complementados pelos princípios do esquema, estímulo externo e resposta do homem; do ambientalismo que se refere ao comportamento e personalidade como consequência das influências externas; ao princípio do equilíbrio (equilíbrio homeostático) e pelo princípio da economia (utilitarismo).

A TGS, em relação aos princípios de economia e do equilíbrio descreve um novo homem que reage em face de um sistema de personalidade ativa com *“a acentuação do lado criador dos seres humanos, da importância das diferenças individuais, dos aspectos não utilitários e situados fora dos valores biológicos da subsistência e da sobrevivência, isto é, muitas coisas mais, acham-se influenciados no mundo do organismo ativo”* (BERTALANFFY, 1973, p.256-7). Para o autor, os princípios não explicam as atividades humanas não utilitárias, porque são valores simbólicos mais que biológicos (*idem*, 1976, p.11).

Estes aspectos não utilitários, no âmbito da ciência social, segundo Bertalanffy são tratados no universo da cultura do homem, um universo simbólico; *“começando pela linguagem, (...) até as relações simbólicas com seus semelhantes”* (1973, p.262); e são complementadas pelo estado social, pelas leis, ciências, pela arte, pela moral e pela religião, entre outros, excetuando as necessidades básicas, determinam o comportamento humano governado pelas entidades simbólicas. E conclui que o homem com certeza é um ser, acima de tudo criador de símbolos e dominado por símbolos. Pela mesma razão, o espaço humano é mais do que uma auto-realização – é dirigido para objetivos e para a realização de valores (BERTALANFFY, 1973, 1976).

A noção de sistema, segundo Rosnay (1978) não é facilmente concebida em termos de uma definição, pois se trata de determinar princípios gerais, estruturais e funcionais aplicáveis à organização do conhecimento e realizar uma ação mais eficaz (p. 73). Para o autor, os princípios estruturais estão relacionados com a organização dos elementos do sistema, e compreendem os limites, os elementos propriamente ditos, o depósito (armazenamento de energia, informações e recursos) e uma rede de comunicação. Os princípios

funcionais referem-se aos fluxos de energia (informação), ao centro de decisão que recebe a informação e transforma em ação, à variabilidade da velocidade dos fluxos - característica do comportamento dos sistemas complexos, e o *feedback* ou retroalimentação das informações e resultados (p. 84-7).

Os conceitos fundamentais do enfoque sistêmico abrangem a interação, a totalidade e a organização dos elementos e, a complexidade como consequência da variedade e interação dos elementos.

A totalidade é abordada por Rapoport em sua análise matemática da TGS, como uma totalidade de relações integradoras. Enfatiza a complexidade organizada, isto é, *“na circunstância de que a adição de uma nova identidade introduz não apenas a relação dessa entidade para com as outras, mas também, modifica as relações entre todas as outras entidades”* (1976, p. 27).

Relevante é a aplicação do enfoque de Rapoport para a análise das propriedades rurais quando se refere à intensidade das relações, ao conceito de informação e de complexidade (1976, p.27- 41). O sistema é mais organizado quanto maior o estreitamento das relações, desta forma o grau de organização passa a ser o conceito central do ponto de vista da TGS. Enquanto a informação é considerada o conceito unificador subjacente ao funcionamento dos sistemas organizados.

A complexidade do sistema é tratada pelo número de variáveis, assim quanto mais complexo o sistema, maior o número de variáveis necessárias para descrever o(s) objetivo(s) do sistema. Os objetivos sendo um estado final para o qual o sistema tende, dependem da organização estrutural do próprio sistema.

A abordagem sistêmica apresenta dificuldades ao se buscar as delimitações, isto é, o término e o início de um ou outro sistema. Para Buckley (1976) cabe ao observador o arbítrio do entorno para a análise e para a identificação do nível de organização dos elementos do sistema.

Os limites do sistema, enquanto atividade passível de ser analisada em si mesma são dinâmicos, pois as estruturas definidas pelas relações e partes do sistema, determinam um comportamento dinâmico que se reflete em seus limites e em seu próprio desenvolvimento na interação: sistema e meio (BERTALANFFY, 1973; RAPOPORT, 1976).

Os sistemas dinâmicos são caracterizados como sistemas homeostáticos, onde os movimentos tendem para a manutenção de uma constância. O sistema reage e se adapta ao meio tentando manter-se estável (RODRIGUES DELGADO, 1986). Conforme o autor, os sistemas dinâmicos são abertos ao meio e as trocas de matéria e energia acontecem em diferentes níveis e graus de complexidade provocando internamente mudanças nos elementos constituídos.

Esses fatos possibilitam formalizar os sistemas como um jogo de variáveis inter-relacionadas em equilíbrio dinâmico, na tentativa de preservar as estruturas estabelecidas e compensar a ação do agente interno ou externo sobre o equilíbrio, segundo Rodrigues Delgado (1986, p.514-5). Em situações em que surge uma nova estrutura complexa em relação à anterior, que necessite mais energia, matéria, informação e outras fontes de recursos para manter o equilíbrio, tem-se o que o autor denomina de “*ordem através do caos*” (p. 515).

A situação descrita é visualizada em situações de mudanças dos sistemas de produção em uma propriedade rural. A nova situação gera a necessidade de uma resposta que incorpore as transformações sociais naquele tempo e espaço para o novo estado de equilíbrio.

A dinâmica das relações internas e dos limites de um sistema permite inferir que a análise das propriedades rurais e seu entorno pode ser realizada como um sistema aberto, pois permite uma análise da evolução dos “*estados de ordem e organização crescente*” (PORTO, 2003).

Para Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (2009), o rural é um rural que se confunde com o ambiente (natureza) e por esta razão a abordagem é interdisciplinar. Os autores ampliam o sentido da abordagem referindo-se ao paradigma bipolar, tradição e modernização – produtivo, econômico e, eventualmente social e cultural, com uma terceira via incluindo o desenvolvimento sustentável, como uma nova forma de apropriação da natureza.

A abordagem sistêmica é necessária para abarcar a crescente complexidade dos sistemas organizados, a gestão realizada pelo homem e a premissa de sustentabilidade. Esta nova situação exige que se considere uma

perspectiva de análise sistêmica e multidisciplinar para abranger os sistemas agrários.

As propriedades rurais como organizações podem ser definidas como um sistema complexo, aberto e com dinâmica interação com o ambiente, no intuito de alcançar os objetivos, operacionalizar as atividades nos distintos níveis de complexidade e desenvolver-se em um contínuo processo de interação e adaptação para atingir um estado de equilíbrio baseado em Bertalanffy (1973); Rapoport (1976); Rodrigues Delgado (1986); Porto (2003) e Toledo, Alarcón-Cháires e Barón (2009).

Considerando a necessidade de dar conta da complexidade e diversidade, de avaliar as semelhanças e as diferenças e por se constituir em uma forma de apropriação do passado, de compreensão do presente e das escolhas e decisões dos distintos futuros, a abordagem sistêmica e o conceito de sistemas agrários coaduna-se com os objetivos de análise e compreensão do empírico proposto neste trabalho.

3.2 As bases da Teoria Geral dos Sistemas e os Sistemas Agrários

A agricultura como um sistema de produção de alimentos, é um sistema tecnoeconômico e social, onde as forças ambientais, tecnológicas, econômicas e sociais interagem com o intuito de alcançar uma sustentabilidade. As forças ambientais disponibilizam com maior ou menor intensidade e variabilidade os recursos de solos, clima, relevo, água, fauna, flora entre outros. As forças tecnológicas são responsáveis pelo conjunto de instrumentos e meios de produção, técnicas de seleção, métodos de melhoramento dos recursos disponíveis, formas colheita e armazenamento. E, as forças econômico-sociais compreendem a logística de distribuição e consumo, as formas de organização social da produção, formas de apropriação da terra e a lógica de racionalidade e ideologia de produção agrícola (CHONCHOL, 1994, p. 22).

A construção conceitual de Chonchol (1994) parte do princípio que os sistemas agrários são conformados por uma base física, onde se articulam as formas de produção, empregando-se os componentes tecnológicos, associados aos elementos econômicos e sócio-históricos. As relações entre os elementos do sistema agrário são dinâmicas, alterando a hierarquia de importância de um ou outro, conforme o momento histórico vivido (p. 22-3).

Para o autor é importante levar em conta não somente as variáveis para explicar um sistema agrário, mas considerar também o histórico das propriedades rurais, dos produtores e seus familiares, bem como do meio do qual fazem parte, pois possibilitam resultados mais amplos e explicativos.

O princípio de utilidade norteando o comportamento dos indivíduos, com o objetivo econômico do lucro, não reflete a realidade de todos os sistemas agrários existentes. O que se observa é uma lógica de reprodução dos sistemas agrários baseada na lógica do produtor. Consequentemente os limites e possibilidades da racionalidade do produtor refletem-se na racionalidade do sistema agrário.

A racionalidade está conectada a uma motivação individual e não a um conjunto de indivíduos; o indivíduo ao tomar as suas decisões, o faz sob circunstâncias sociais, econômicas e de preferências individuais (cognitivas), segundo Simon (1970), e esta lógica de racionalidade permeia as formas de produção, comercialização, uso e nível de tecnologias de produção.

No entendimento de Carmo e Salles (1998), um sistema agrário compreende a conjugação e a inter-relação de variáveis específicas como a evolução e transformação histórica de recursos naturais; o uso dos instrumentos de produção; a força e a divisão do trabalho social; a forma como ocorrem as relações de posse e uso do recurso terra; o destino dos excedentes da produção e o contexto político.

A visão construtivista do *soft-system* de acordo com Pinheiro (2000) altera o foco de análise das características físicas dos sistemas de produção para as relações e interações do ser humano com o meio. A finalidade é compreender a estrutura interna, a construção das relações que ocorrem frente aos estímulos externos na estrutura interna. A concepção do *soft-systems* reporta à dinamicidade e complexidade dos sistemas abertos vistos em Bertalanffy (1973), Rodrigues Delgado (1986) e Porto (2003) e direciona ao entendimento do que vem a ser um sistema agrário.

Um modelo de sistema agrário para Porto (2003) é considerar no estabelecimento agrícola, “*como conjunto de objetos, a estrutura agrária, e, como um conjunto de estruturas, o sistema (local, regional, estadual ou nacional)*” (p. 101). A compreensão da diferenciação e da dinâmica interna das estruturas é obtido “*pelo padrão tecnológico, pelo contexto social e econômico,*

onde estão inseridas as estruturas, e, a própria desigualdade da sociedade tradicional” (p. 102).

Sistema agrário é um “arcabouço teórico”, elaborado para entender as “*relações sociopolíticas, culturais e tecnológicas*” (p.33) que acontecem dentro de um ecossistema em um determinado tempo histórico (FRANTZ; SILVA NETO, 2005).

Os sistemas agrários para Silva Neto e Basso (2005) são formados pelo sistema social produtivo e um sistema de produção. O sistema social produtivo abrange os aspectos técnicos, econômicos e sociais e é onde se encontra a categoria social dos agricultores e os sistemas de produção utilizados. A categoria social dos agricultores compreende as relações de produção, de propriedade e de troca refletindo um processo de acumulação. O sistema de produção refere-se ao formato organizacional das atividades no interior das unidades de produção.

Analisar um objeto complexo e dinâmico, sob o enfoque sistêmico é partir do pressuposto que o funcionamento é como “*uma combinação de funções independentes e complementares, que asseguram a circulação interna e as trocas com o externo: matéria, energia e valor*” (MAZOYER; ROUDART, 2001, p.40).

A concepção sistêmica é abordada pelos autores como “instrumento intelectual” – sistema agrário, que viabiliza captar a complexidade das distintas agriculturas desenvolvidas, suas transformações no tempo histórico e as imposições geográficas como diferenciadoras das ações humanas. Apreender o significado de sistema agrário é distinguir como a agricultura desenvolve-se. O objetivo é perceber o sistema agrário, como “*um objeto real de conhecimento, e, por outro lado, o que o observador pensa sobre esses objeto real, o que diz sobre ele, como um conjunto de conhecimentos abstratos*”, que no emprego de elementos metodológicos pode ser um “*objeto concebido, ou objeto teórico de conhecimento e reflexão*”, de acordo com Mazoyer; Roudart (2001, p.39).

A utilização do conceito de sistemas agrários vai além da análise de um sistema de produção utilizado pelo produtor, pois abrange “*o histórico das interações dos sistemas biológicos e socioculturais, resultado da aplicação de práticas advindas do conhecimento técnico e empírico acumulado pelo produtor*

e/ou familiares, e que responde às condições e necessidades sociais do momento” (PORTO, 2003, p. 105).

Para Frantz e Silva Neto, originalmente predominavam no Rio Grande do Sul dois sistemas: o pastoril e o agrícola, que se desenvolviam *“cronologicamente defasados e especialmente justapostos”* (2005, p. 31)

Aliando os conceitos de Mazoyer e Roudart (2001), as constatações de Goulart (1978) sobre a formação do Rio Grande do Sul exemplificam a evolução histórica dos sistemas agrários, onde é possível identificar o tempo histórico, as transformações a paisagem e a geografia na seguinte narração:

“Nos tempos em que todo o nosso território não tinha solução de continuidade, em que as estâncias estavam em comum, o rio-grandense no cenário aberto das enormes coxilhas que se estendiam a perder de vista, era mais aventureiro, mais instável, mais nômade.

Depois que os campos foram demarcados, medidos e cercados, depois que os trabalhos da indústria da criação se desenvolveram mais, tornou-se sedentário.

Ora, essa mudança profunda na maneira de vida teria a influir no curso dos acontecimentos, ... (p. 198),

e identificamos os aspectos tecnológicos e socioeconômicos na complementação do autor:

“É a pecuária que vai recuando ante a marcha vitoriosa da agricultura. Quantidade extraordinária de terras se retalharam em lotes coloniais, (...), e nelas cresceu uma população agrícola profundamente sedentária, fortemente presa ao solo, origem de futuras e prósperas cidades.

As terras cada vez mais valorizadas com o avanço da civilização, com o aumento do coeficiente demográfico, tornam pouco rendoso os lucros da fazenda. De qualquer maneira a agricultura oferece uma renda consideravelmente maior do que as dos grandes latifúndios mantidos pelos fazendeiros. Estes vêem-se na contingência de tudo aproveitar para evitar prejuízos” (p. 199).

Os sistemas bioecológicos são citados quando o autor afirma ao mencionar a fala do General João de Deus Martins,

“há cem anos atrás nossos campos de pastagens eram muito mais fortes, de pastos finos, oleosos, que melhor nutriam os rebanhos, muito mais numeroso que hoje em dia, Atribui, em grande parte, esta menor vitalidade dos pastos à prática das queimadas e às secas produzidas ao seu ver pela destruição das matas” (p. 200).

A concepção de sistema agrário deve-se à complexidade de análise dos aspectos resultantes da interação dos fatores biológicos, físicos, sociais,

culturais e históricos no cenário de atuação dos produtores rurais e familiares nas unidades de produção, em um tempo e espaço considerado.

Há muito tempo se reconhece que a exploração agropecuária pode ser visualizada como um sistema de produção aberto e complexo. A complexidade é função dos aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais e, das interdependências no espaço e no tempo dos aspectos considerados, bem como das ações resultantes que são refletidas no sistema como um todo. A relevância, em termos de estabelecimentos rurais é que a gestão realiza-se sob a ação de uma família com seus objetivos específicos (CHIA et al, 2003).

Analisar os sistemas agrários sob duas perspectivas: a de sua coerência interna com os objetivos do produtor e do ponto de vista da racionalidade econômica de acordo com os aspectos sociais é apresentado por Dufumier (1989) como uma forma mais adequada para elaborar propostas de desenvolvimento.

A coerência interna, ao qual o autor se refere, são as relações existentes entre os elementos do sistema, que mesmo dentro de um sistema de produção podem ser de natureza diferente; por exemplo, sucessivos cultivos iguais, em uma mesma área com o conseqüente efeito residual do cultivo sobre a estrutura do solo. Isto é, o mesmo sistema de produção repete-se, no entanto as relações são diferentes pelos efeitos da ação anterior. Os critérios econômicos variam não só em função das potencialidades e restrições agroecológicas, mas por razões socioeconômicas também.

Ao estudar os sistemas agrários é preciso considerar a adoção de tecnologias mais adequadas pelo produtor, subentendido os aspectos socioeconômicos. Quando uma informação chega ao produtor e alterações são introduzidas nos sistemas de produção, será a partir destas que novo passo será dado. É a percepção de possibilidades de expansão, seja no âmbito de utilização de recursos, seja no aperfeiçoamento das inter-relações. Esta construção de possibilidades insere-se na ampliação dos limites da racionalidade de quem decide (SIMON, 1970).

É necessário então ampliar o foco de análise, buscando uma interdisciplinaridade para compreensão e percepção de novos parâmetros, capazes de permitir análises cada vez mais *sistêmicas*. O presente estudo

concentra-se na concepção de sistemas agrários e na relevância dos processos decisoriais dos produtores rurais.

3.3 A Forma de ocupação do Espaço Físico no Rio Grande do Sul (RS)

Desde 1503 aportam em nossas costas naus portuguesas e espanholas. Historicamente, Gonzalo Coelho teria sido o primeiro a chegar à região de Torres. Cerca de dez anos após (1513) outra presença portuguesa é registrada, D. Nuno Manuel. Outros seguem, como João Dias de Solis em 1516, morto pelos índios charruas na entrada do estuário do Rio da Prata. O pouco interesse de povoar esta região perdurou por cerca de 200 anos e, a presença mais significativa foi dos jesuítas em 1550. O território ficou livre para as ações das bandeiras: “preação” dos índios e destruição das reduções do Tape no meio oeste do RS. No entanto no oeste do atual Estado desenvolveram-se as ações dos jesuítas sob os auspícios da Coroa da Espanha, e desde então coube aos índios das missões defenderem as fronteiras espanholas da ação dos portugueses (BARBOSA, 1985; GOLIN, 2002).

A ocupação portuguesa inicialmente manteve-se na planície costeira. De 1680 a 1756, a fronteira entre Portugal e Espanha no RS, era representada “pelo Sete Povos, pelos povoados e pelas estâncias e ervais missioneiros”. Após a Guerra Guaranítica (1756), os limites entre os dois impérios foram melhores traçados. A instalação da Colônia de Sacramento (1680) foi a presença efetiva dos portugueses na região. A ocupação portuguesa foi norteada pela ocupação de pontos equidistantes, entremeadas de grandes áreas territoriais (GOLIN, 2002).

A ocupação da fronteira oeste acontece com a instalação de um ponto avançado em Rio Pardo (1752) para evitar a expansão dos espanhóis, enquanto a já formada Vila de Rio Grande, desde 1751, prosperava com a chegada dos açorianos e outros colonizadores.

3.3.1 A População Indígena

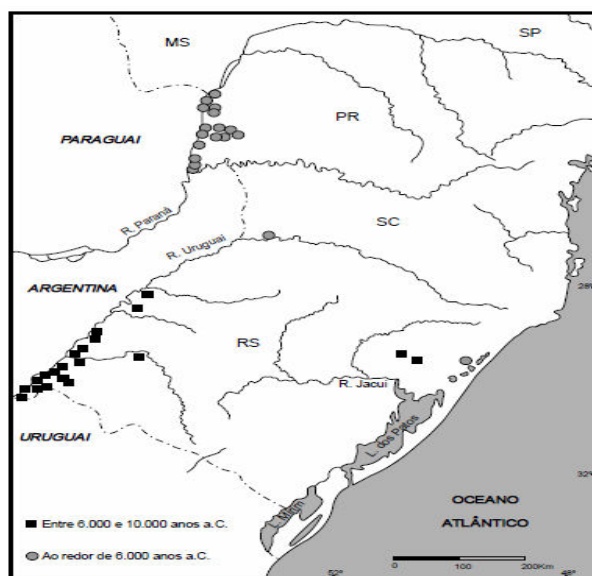
O território do Rio Grande do Sul (RS) originalmente era povoado pelos índios minuanos, charruas e guaranis. Os guaranis, como conquistadores, adentraram o RS margeando rios e florestas (Mapa 1).

As áreas da mata estacional eram ocupadas e exploradas, pelos índios Tupiguarani que pelo aumento populacional pressionaram outros territórios. Todavia, as outras regiões exigiam adaptações de cultivos e modo de vida, em função das diferenças ecológicas e conflitos para o exercício do controle das áreas. A opção estratégica foi a integração e a convivência, passível de proporcionar benefícios as três tradições ceramistas (Tupiguarani, Taquara e Vieira), segundo Schmitz (2006).

Com o Tratado de Tordesilhas em 1494, o que atualmente é o RS pertencia ao domínio da Espanha. Os conflitos eram constantes, com a presença dos portugueses no território espanhol e, o desfecho mais grave foi a ação dos espanhóis e portugueses que desconstruíram o território vivo dos indígenas, seja pela aculturação proporcionada pelos jesuítas portugueses e espanhóis, seja pela expulsão do seu território físico (FERREIRA FILHO, 1965; BARBOSA, 1985; BAGUET, 1997; GRAELL, 1998; ALBORNOZ, 2000; GOLIN, 2002; FLORES, 2004; GOLIN, 2004; OLIVEIRA, 2009).

A apropriação do RS pelos espanhóis e portugueses ocorre de forma demorada, ao se comparar com o restante do Brasil.

O RS originalmente era ocupado pelo grande grupo indígena tupiguarani concentrados próximos às matas e florestas. Os índios minuanos e charruas ocupavam o oeste e sul (BECKER, 2006).



Mapa 1. Presença dos guaranis junto às margens e florestas nos três estados do sul do Brasil.

Fonte: Becker (2006).

Pelo Tratado de Tordesilhas, a população guarani encontrava-se em território espanhol e boa parte era conduzida às reduções jesuíticas; as que estavam mais distantes foram “caçadas” pelos portugueses. Assim os guaranis foram aldeados nas primeiras reduções jesuíticas, posteriormente nas reduções definitivas, no entanto acabaram destruídos (SCHMITZ, 2006, p. 47).

De acordo com Schmitz (2006), em 1635 não se encontravam guaranis pelo interior ou costa do RS, pois estavam em plantações do Rio de Janeiro e São Paulo e nas reduções jesuíticas, consequência das incursões escravagistas.

Criado o chamado Trinta Povos Guaranis, civilização colonial local, de raiz indígena e predominantemente de hábitos europeus, oscila diante dos conflitos de fronteira e troca de hegemonia no Velho Mundo, “já não são eles que fazem a história” (p. 53).

A ocupação dos campos da metade meridional do RS não era adequada às culturas, exceto ao longo das lagoas litorâneas. As florestas desde o início foram ocupadas pelos tupis guaranis e os campos com os minuanos e charruas.

Assim a tradição (ceramista) Vieira conhecida como os minuanos e charruas desenvolveu os hábitos de caça, pesca e coleta estacionais e suplementação de alimentos cultivados, conseguidos de vizinhos e talvez alguns de produção própria. Caçavam capivaras (*Hydrochaeris hydrochaeris*), preás (*Cavia aperea aperea*), ratões do banhado (*Myocastor coypus bopariensis*), lebres (*Sylvilagus brasiliensis*), veado (*Ozotoceros bezoarticus*) e ema (*Rhea americana*). Coletavam também os ovos de ema, raízes, pequenos bulbos e certos frutos. A pesca constituía-se em atividade importante para a economia dos índios, visto a habilidade na construção das canoas. (SILVA NETO, 1994; SCHMITZ, NAUE, BECKER, 2006).

Conforme Schmitz, Naue, Becker (2006), “o sistema era efetivo, porque levou a um progressivo crescimento demográfico, mas limitado, não permitindo nunca ultrapassar o limiar da estacionalidade para um estágio sedentário” (p. 101-2).

Como caçadores e coletores viviam em pequenos grupos, que tinham a necessidade de movimentar-se para conseguir os alimentos, o que explica a

manutenção das reservas em um baixo nível de acordo com o grupo. Grupos grandes iriam exigir mais reserva de alimentos, ou divisão do grande grupo em grupos menores. Como grupos em movimento não são efetivamente donos dos recursos disponíveis, administram o uso de forma a dispô-lo quando necessário. O “depósito” dos alimentos é o ambiente. Os grupos não são fixos nos locais de fonte dos recursos, não desenvolvem ligações com as áreas freqüentadas. Não tem a posse, pessoal ou coletiva das áreas, fato que os libertam para a movimentação necessária a sua reprodução social (SCHMITZ, NAUE, BECKER, 2006).

Segundo os autores, a vida nômade constata-se pela não formação de aldeias, mas sim o retorno aos mesmos lugares, identificado pelos restos de cerâmica e da caça, esta última, indicando o predomínio da caça do veado (90% dos restos).

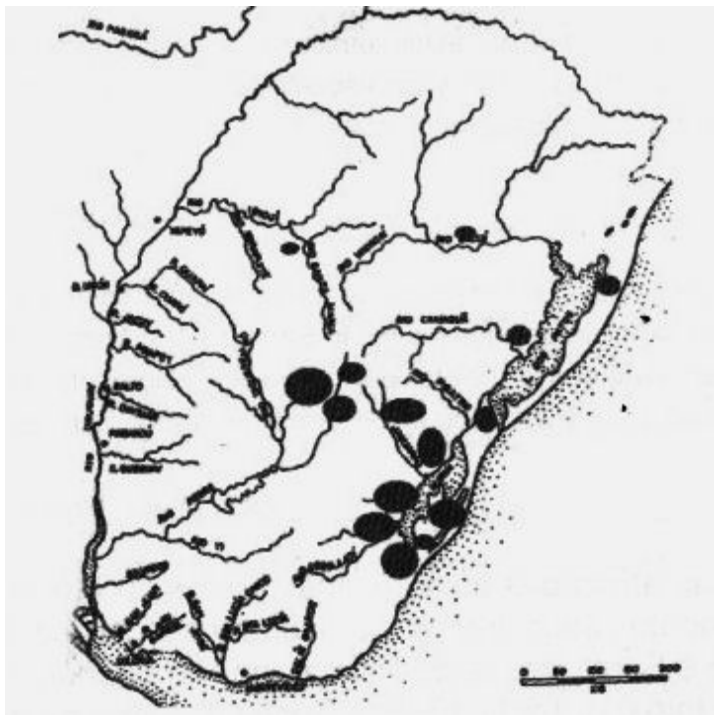
Os restos da cerâmica Vieira permitiram identificar as delimitações das áreas de circulação dos índios do RS, que corresponde à superfície que abrange o ambiente das grandes lagoas do Estado, os campos limpos e sujos do município atual de Tapes até o departamento de Rocha no Uruguai, do Atlântico até o Rio Negro no Uruguai e, na região do Ibicuí e Jacuí dentro de um diâmetro de 300 km. Isto é, uma vasta área da desembocadura do Rio da Prata, no território do Uruguai, até o Rio Jacuí no RS, no sentido norte/sul e, de leste a oeste, da costa atlântica do Brasil e Uruguai, na parte média e baixa do Rio Uruguai. O ecossistema é específico: campos da Campanha e do Escudo Cristalino e na região pampeana do Uruguai, nas áreas úmidas e alagadas do sudeste do RS e leste do Uruguai (SCHMITZ, NAUE, BECKER, 2006).

Os charruas e minuanos constituíam dois grupos distintos, tanto no aspecto físico, onde os minuanos eram mais baixos e menos robustos que os charruas, como no social e cultural, apesar de pertencerem ao mesmo tronco lingüístico.

Ambos os grupos eram caçadores, pescadores, coletores dos campos, e ocupavam a antiga Banda Oriental do Uruguai. Os charruas concentravam-se mais para o oeste e sempre estiveram mais em contato com os espanhóis. Os minuanos localizados nas áreas irrigadas das lagoas dos Patos, Mirim e Mangueira chegavam até Montividéu e seu contato mais amigável foi com os portugueses (BECKER, 2006).

Segundo Schmitz, Naue, Becker (2006) a conclusão é de “*como no ambiente, também na cultura, os grupos (indígenas) dos campos do sul devem ser afiliados às tradições platinas e não às brasileiras*” (p. 117).

São herança dos charruas e minuanos os “cerritos”, pequenas elevações do terreno, composto principalmente de terra e restos de alimentos que podem alcançar 100 metros de diâmetro e 7 metros de altura. São encontrados próximos de terrenos alagados e de banhados (Mapa 2). São conhecidos dos produtores rurais, pois se constituem em um local de refúgio do gado em época de enchentes (SCHMITZ, NAUE, BECKER, 2006; ROCHA, MONTICELLI, 2009). Atualmente, esses “cerritos” são usados para cultivar plantas de subsistência, porque a terra é mais fértil.

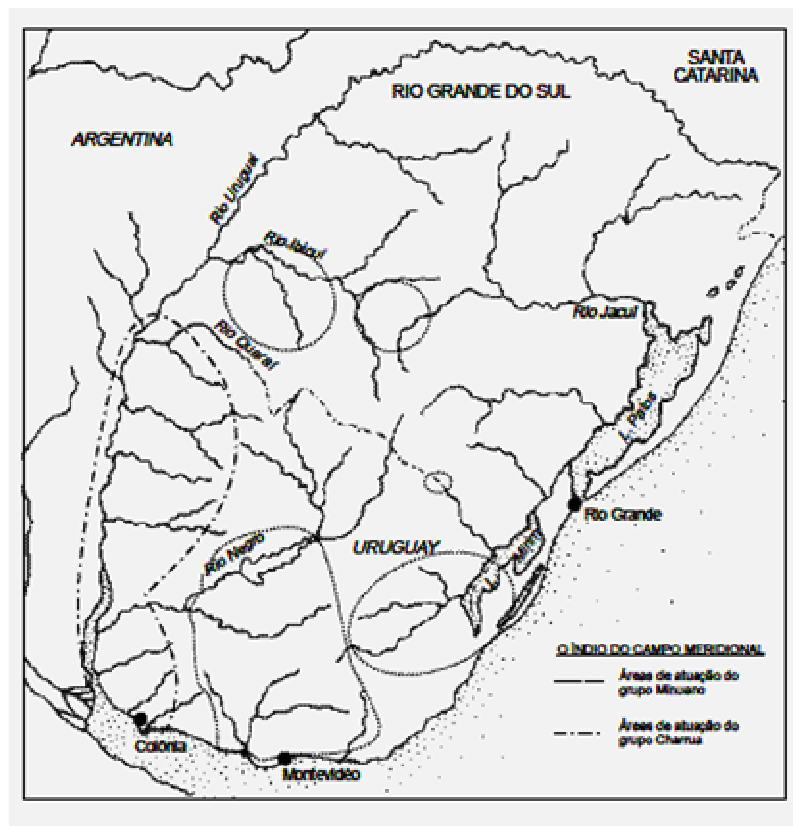


Mapa 2. Distribuição dos aterros ou cerritos na Banda Oriental do Rio Uruguai, Rio Grande do Sul e Uruguai, concentrados nas zonas mais úmidas e alagadas.

Fonte: Rocha e Monticelli (2009, p.1303).

Posteriormente, o pouco da agricultura que os charruas e minuanos exploravam é abandonada, tanto pela apropriação da terra pelos colonizadores, como também pela existência do cavalo, vaca e outras facilidades como mão de obra para os espanhóis e portugueses. A estrutura econômica e social no novo contexto já afastara os índios do modo de vida anterior à presença dos europeus.

As investidas dos colonizadores espanhóis e portugueses provocou vários deslocamentos, o Mapa 3 mostra os espaços tradicionalmente ocupados pelos dois grupos.



Mapa 3 – Localização dos charruas e minuanos no sul do Brasil e bacia do Prata.

Fonte: Becker (2006, p. 147).

As investidas dos colonizadores aos charruas e minuanos só se diferencia pelas características de cada grupo e do espaço geopolítico ocupado (BECKER, 2006, p. 136). Os missionários jesuítas chegam ao século XVII formado por padres mercedários, franciscanos e dominicanos para implantar atividades agrícolas, mas sem resultados em vista das áreas ocupadas pelos charruas e minuanos não serem as mais adequadas.

Apesar das penetrações portuguesas e espanholas, em territórios indígenas, os mesmos continuam com suas atividades de caça. *“Aos poucos, nos séculos XVII e XVIII, o colonizador vai se fixando de forma lenta e cada vez mais para o interior do território índio. Primeiro se fixa no lado espanhol, ao lado do rio Uruguai, em área dos charruas; depois, no lado português,..., em área dos minuanos”* (BECKER, 2006, p. 136).

Os charruas e minuanos são paulatinamente usados para as lidas com o gado, o que lhes proporciona um pouco de estabilidade; apesar disso continuam exercendo as atividades de caça, agora ao gado alçado, muitas vezes tornando-se pequenos criadores de gado. Não é um criador como o colonizador, que é preador de gado em larga escala, o índio é preador de gado em pequeno volume. À medida que o colonizador cresce vai dispensando os serviços dos índios e ampliando seu território sobre o território indígena. Para a subsistência os índios passam a roubar o gado, vendendo ora para os espanhóis, ora para os portugueses (FERREIRA FILHO, 1965; GOLIN, 2002; BECKER, 2006).

O território indígena no fim do século XVIII e início do século XIX é totalmente apropriado pelos portugueses e espanhóis. As “estâncias” se proliferam com exploração de gado de forma intensiva e extensiva, aumentando a exportação de couros e carne, tanto para o mercado interno como externo. Entende-se como estâncias, “*o estabelecimento rural que se dedica à criação de bovinos, eqüinos, muares e ovinos, tendo geralmente a extensão de uma ou mais sesmarias*” (FLORES, 2004, p. 13).

Charruas e minuanos paulatinamente foram sendo expulsos de seus territórios. A estratégia de sobrevivência dos índios remanescentes é engajar-se aos colonizadores em suas lutas de conquistas de território e para assegurar sua subsistência realizam pilhagens. Vivem de forma livre abandonando a vida tribal, são os gaudérios ou gaúchos (sinônimo de vagabundo na época). Percorrem os campos tropeando o gado e, bebendo o chimarrão (SILVA NETO, 1994).

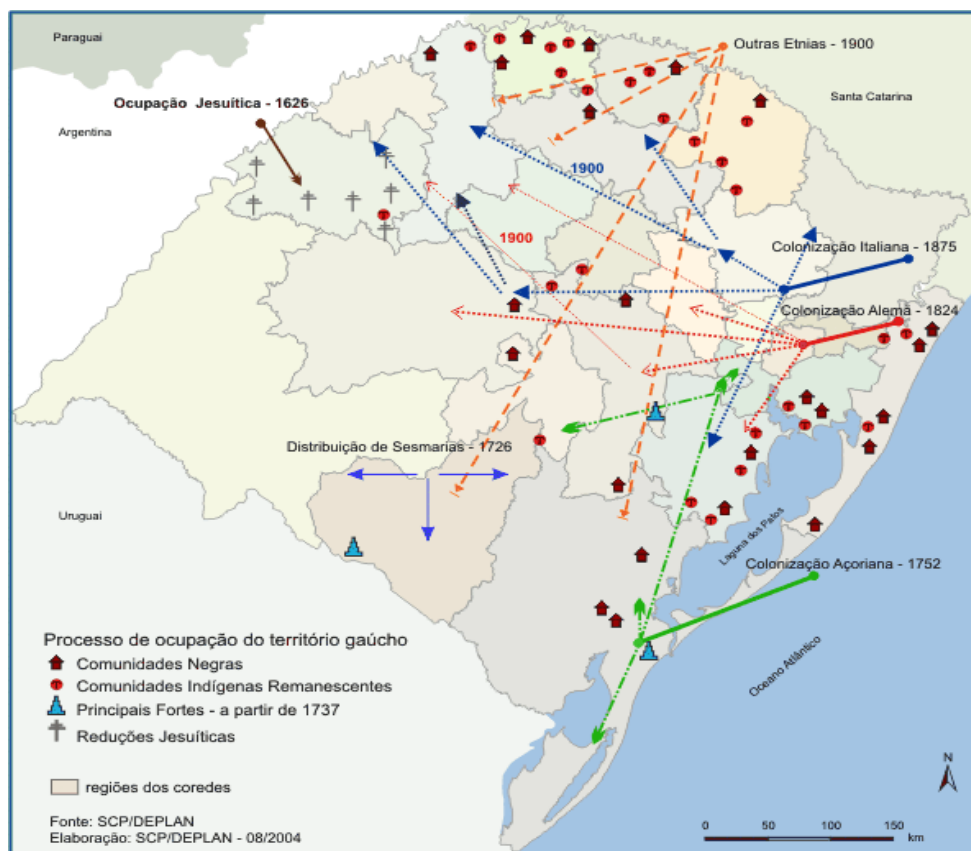
A formação das estâncias (os grandes domínios de criação bovina) deve-se a estes homens como principal parte da mão de obra como vaqueiros assalariados (MARCONTÔNIO, 1987).

Contudo os ataques às criações das estâncias multiplicam-se. E, em 1730 os dois grupos indígenas aliam-se contra os colonizadores e começam a ser perseguidos. Reduzidos em número pelos portugueses são dizimados pelas moléstias (varíola e gripe).

Em 1831 e 1832, os dois combates, Salsipuedes e Mataojos, exterminam com a população indígena que era de cerca de 2.000 para 30 indivíduos. Alguns citam a “distribuição” de índios em várias cidades,

confirmado por descendentes, em campos de Tacuarembó no Uruguai e Estância Rincão Bonito, em Sant'Ana do Livramento (BECKER, 2006).

Na Figura 12 visualiza-se a ocupação histórica do atual território do RS.



Mapa 4. Processo de ocupação do território gaúcho.

Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão/RS. Atlas Socioeconômico RS 2008. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov/ATLAS>. Acesso em 19/04/2008.

Assim o processo histórico dos atuais territórios do Uruguai, Argentina e Brasil (RS), segundo Prado (2003),

“é de que se tratava de uma região de fronteira múltipla. Castelhanos e portugueses conviviam com distintos grupos autóctones, bem como com os missionários jesuítas, que constituíam outro foco de interesses. Assim, a região platina da primeira metade do século XVIII era ao mesmo tempo um limite, uma separação. Mas era também o ponto de contato, interação e trocas recíprocas entre portugueses, espanhóis, jesuítas, índios tape, minuano, charrua, entre outros. Enfim tratava-se de um espaço fronteiro aberto, uma região que nesse momento incorporava-se ao mundo ocidental inserida em sociedades de antigo regime, como era o caso dos impérios ibéricos da primeira metade do século XVIII” (p.83).

Os povos indígenas demonstraram uma extrema adaptabilidade às condições ambientais bem como o uso equilibrado da natureza na expectativa da sustentabilidade das gerações futuras. A adaptabilidade às novas configurações com a presença dos conquistadores e colonizadores levou-os a novos papéis na sociedade em formação, incluindo-os na medida em que a sua sociedade se deteriorava.

3.3.2 – Os Portugueses

Os territórios do sul não eram interessantes economicamente aos portugueses, pois não era uma região rica em minérios e para a agricultura tropical. As incursões ocasionais de luso-brasileiros de São Paulo atinham-se à procura de índios para escravos e de bovinos para o aproveitamento do couro.

Assim no século XVIII, a exploração das minas de ouro em Minas Gerais provocou um importante aumento de demanda de escravos e animais de transporte (mulas). Os portugueses vislumbraram nos campos do RS as condições propícias para a criação de mulas (PRADO JUNIOR, 1998). As mulas são levadas para “*São Paulo e Minas Gerais, a serviço da extração de minérios, enquanto o gado bovino era abatido para o aproveitamento do couro, sebo ou graxa, perdendo-se a carne a favor dos urubus e graxains*” (BARBOSA, 1985, p. 74).

Os portugueses avançaram sobre o território espanhol, independente do Tratado de Tordesilhas e períodos de grande instabilidade ocorreram nas fronteiras onde, a efetiva apropriação e identificação não se consumavam por parte das nações envolvidas. A partir de 1818, a guisa das rivalidades entre os antigos colonos espanhóis, Portugal estende as fronteiras do Brasil até as margens do Rio do Prata, criando a Província Cisplatina. (PRADO JUNIOR, 1998; PRADO, 2003).

O ataque espanhol contra a colônia portuguesa do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680 e situada na bacia do Rio da Prata em frente à Buenos Aires, em 1735 chama a atenção do governo português ao RS. São aceleradas as doções de sesmarias para fixar posições dos colonizadores portugueses. As primeiras sesmarias são concedidas em 1732 para Manuel Gonçalves Ribeiro e Francisco Xavier Ribeiro no atual município de Tramandaí, ambos já estavam estabelecidos no local e dedicavam-se à criação de gado.

Numerosas sesmarias foram concedidas nos anos seguintes e em 1736, o Conde Sarzedas declarou que receberiam terras aqueles que viessem para O Rio Grande de São Pedro. Foram famílias inteiras além de tropeiros, estancieiros, soldados, comerciantes, aventureiros chegavam de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco da Colônia de Sacramento, até de Lisboa para ocupar o atual território do RS (BARBOSA, 1985).

Na mesma época a situação econômica dos açorianos degrada-se, pela destruição dos laranjais por moléstias, os vinhedos pelo fungo - oídio, a restrição de fabricação de álcool por Portugal e pela erupção vulcânica de Faial e Pico. A coroa portuguesa oportuniza então a vinda de famílias açorianas ao Brasil (SILVA NETO, 1994).

A coroa portuguesa desta forma resolveu dois problemas: a ocupação do sul do Brasil e os problemas econômicos de Açores. Organiza a vinda dos colonos açorianos instalando-os junto às rotas fluviais e consolida Rio Pardo como bastião do avanço da colônia portuguesa (LOVE, 1975; GOULART, 1978; BARBOSA, 1985).

Os colonos portugueses recebem 272 hectares e instalam seu sistema de cultura, com uma grande variedade de culturas: milho, mandioca, arroz, batata, fumo, legumes verdes, melão, cebola, melancia, açúcar mascavo, centeio, videiras, abóboras. A comercialização é realizada em Porto Alegre e transportada pelo rio Jacuí.

A fragilidade da agricultura açoriana é controversa, aportando razões como a especulação dos comerciantes, o não pagamento das subvenções, a ferrugem do trigo e uma orientação para a criação bovina (SILVA, 1979).

Para acelerar as ocupações do território português as milícias começam a receber terras. Os governos militares começaram a distribuir terras aos oficiais e, aos soldados ao término do engajamento. O compromisso era de engajarem-se nas milícias em caso de conflitos. A maioria era oriunda da Capitania de São Paulo e Minas Gerais. Dedicavam-se à criação bovina e de mulas (BARBOSA, 1985).

Nesta época, apesar da dominação da Espanha por Napoleão Bonaparte, ocorre uma incitação de movimentos de independência na América, no Peru, Venezuela, Nova Granada e na região do rio da Prata. O movimento provoca divisões internas em Montivideo que recusa a política de Buenos

Aires. A ocupação por tropas argentinas, de território uruguaio, provocou uma desorganização da indústria do charque na Argentina e Uruguai. O charque era destinado largamente aos escravos das plantações de açúcar e do algodão do nordeste e café no Brasil.

Diante das circunstâncias, as criações do RS desenvolveram-se rapidamente a partir dos anos de 1830, conseqüentemente a ocupação das terras foi acelerada, passando de uma dinâmica de 10% da população (1814) para 35% em 1822 (SILVA NETO, 1994)

Em 1830, com o fim dos conflitos na região do rio da Prata, com a criação do Uruguai (1828), com a concorrência do Uruguai e Argentina, aliado à abertura dos portos desde 1808, inicia um período desfavorável no RS para a criação e comercialização do charque.

3.4 A Estância e o Gaúcho

Em 1555, os irmãos Vicente e Cipião Góis introduzem em terras paraguaias nove cabeças bovinas. Alguns exemplares foram levados para a margem esquerda do rio Paraná e Rio da Prata. Posteriormente, oriundos do Peru, cavalares também são introduzidos na região. O resultado, no século XVII, é a presença de um imenso rebanho de bovinos e cavalares, segundo Ferreira Filho (1965).

As vacarias foram os primeiros sistemas de criação praticados no RS. As tropas de 500 a 2.000 cabeças procriavam-se livremente. O sistema utilizado pelos jesuítas, as vacarias, era formado pela vacaria do Pinhal e vacaria do Mar. A existência deste tipo de criação muito provavelmente deu origem as estâncias (SILVA NETO, 1994).

Mesmo com o desmantelamento das missões jesuíticas pelos portugueses no séc. XVII e os conflitos de fronteira, ocupando as milícias e colonos, os primeiros bovinos introduzidos através do Uruguai multiplicam-se sem controle nos campos rio-grandenses (ALBORNOZ, 2000).

A ocupação por concessão das sesmarias com o objetivo de povoar a região esbarrou no problema de mão de obra. Assim a força de trabalho apropriada foram os *gaúchos* presentes na região e a aquisição de escravos, para o funcionamento normal das estâncias e produção de outros alimentos, como grãos, devido a distancia dos centros produtores (CESAR, 1978).

De acordo com Silva Neto (1994, p. 85-6), para uma estância de 13.000 hectares era necessário uma equipe de dez pessoas, assim distribuídas: um capataz, cinco auxiliares e quatro posteiros localizados nos limites da propriedade para melhor controlar a criação e evitar a dispersão. Na época dos rodeios, para castração e marcação, somavam-se ao grupo mais quatro temporários e seis escravos eram utilizados para os trabalhos a pé. O trabalho a pé era refugado pelos gaúchos. Para o serviço eram mantidos trinta cavalos, quinze em serviço e quinze entre potros e fêmeas (geralmente sete). Explorações com 4.000 a 5.000 hectares exigiam vinte trabalhadores para o funcionamento em condições normais.

As primeiras incursões pelas terras do sul foram capitaneadas por Gonçalo Coelho, seguidas com sucesso por Cristovão Jaques, Martim Afonso de Souza e seu irmão Pero Lopes. No entanto o interesse dos portugueses ficou adormecido por um bom tempo, em vista das conquistas no Oriente pela Coroa Portuguesa. E os espanhóis que se aventuravam logo eram rechaçados pelos Charruas.

3.4.1 O cerne das “estâncias” – a estância dos jesuítas

A presença dos jesuítas ensejou o desenvolvimento das “primeiras estâncias” nas terras rio-grandenses. A vasta área das estâncias missioneiras abrangia desde as florestas do Rio Uruguai, Planalto médio e a Campanha, até o sul dos municípios de Rosário do Sul e S. do Livramento. Nesta área os missionários espanhóis estabeleceram e desenvolveram a rica e organizada sociedade guaraníca (FERREIRA FILHO, 1965).

Os índios das Missões jesuíticas “modernizaram” suas ferramentas agrícolas e adquiriram novos conhecimentos. A atividade pecuária inicialmente era desenvolvida com o objetivo de propiciar a alimentação às comunidades missioneiras, no entanto, a natureza fértil dos campos expandiu os rebanhos bovinos. A expansão dos rebanhos e a organização das vacarias proporcionaram a exploração da carne, graxa e courama (FERREIRA FILHO, 1965; REVERBEL, 1986).

Os bandeirantes vindos de São Paulo na busca de escravos e apossamento de novas áreas à Coroa Portuguesa, obrigou os jesuítas a se retirarem para a outra margem do rio Uruguai, acompanhados pelos índios

catequizados, permanecendo nos campos os rebanhos bovinos e cavalares (PESAVENTO, 1994).

O rebanho que se multiplicou, a partir dos animais que aqui ficaram, deu origem ao rebanho da “Vacaria Del mar”. O florescimento pastoril transformou o modo de vida dos Charruas que se tornaram hábeis cavaleiros. Oportunizou também, o aparecimento dos “faeneiros”, aventureiros espanhóis e portugueses que caçavam o gado xucro ou chimarrão, para o aproveitamento do couro e sebo (FERREIRA FILHO, 1965; TORRONTÉGUY, 1994).

A prática de rinconar o gado, complementava-se com o desjarrete, que consistia em seccionar “o garrão com uma espécie de meia-lua de aço cortante fixada na extremidade de uma taquara” (FERREIRA FILHO, 1965, p. 20). Após a sangria, era retirado o couro e o sebo.

Desta época são os changadores, tidos como habitantes clandestinos da Campanha, que juntamente com os Charruas produziam a graxa e courama, comercializando aos navios portugueses, ingleses e franceses que adentravam pelo estuário (FERREIRA FILHO, 1965; BRAZ, 2002).

O cenário das estâncias jesuítas é reconfigurado com o retorno dos jesuítas e dos indígenas ao RS (1682). O retorno ocorre por duas razões maiores: a econômica, pelo gado espalhado pelo território rio-grandense e por questões de ocupação territorial, pois os portugueses estavam avançando sobre os domínios espanhóis, culminando com a fundação da Colônia de Sacramento (OLIVEIRA, 2009).

Construído os Sete Povos das Missões, as estâncias jesuítas de Vacaria Del Mar e Vacaria dos Pinhais são estabelecidas, sendo a primeira situada ao sul e oeste e a segunda no nordeste do território rio-grandense, conforme Pesavento (1994); Graell (1998).

No período áureo dos Sete Povos das Missões as estâncias dedicavam-se à criação de gado para obtenção do couro, a industrialização da erva mate, “riqueza espontânea da região” (FERREIRA FILHO, 1965, p. 22), do qual os excedentes eram comercializados em Buenos Aires, de acordo com Pesavento (1994).

O sistema social era singular nas Missões. Todos os índios trabalhavam para a comunidade, recebendo o necessário. A organização estava presente na determinação dos horários de trabalhar, de lazer e de dormir. O sistema

social-teocrático desenvolvido naquele tempo histórico e analisado com o olhar contemporâneo é configurado como um ideal futuro materializado no passado (FERREIRA FILHO, 1965; BARBOSA, 1985; FLORES, 2006). Segundo Oliveira (2009) foi através do trabalho, com seu modelo urbano, com o crescimento da população e pelas grandes manifestações artísticas por meio da escultura, pintura, música e dança que esta sociedade alcança o apogeu.

As estâncias jesuítas, com a criação do gado e uso do solo foram o cerne criador dos sistemas agrários pastoris que se desenvolvem no território rio-grandense nos anos posteriores, tornando-se o lastro econômico da estrutura social que se formou.

Face às transformações que ocorreram nas estâncias jesuíticas: da estância das sesmarias, a estância mercantil e a estância capitalista. No Quadro 12 é possível visualizar a evolução da conformação das estâncias de acordo com os autores anteriores.

ESPECIFICAÇÕES	CARACTERÍSTICAS	FONTES
<p><u>ESTÂNCIA SESMARIA</u> <u>Origem:</u> efetiva ocupação do Território pela Coroa Portuguesa Início concessão: 1732 Início concessão na fronteira: 1801</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Terras devolutas da Coroa Portuguesa (1 sesmaria = 13.068 ha); • Distribuição de acordo com serviços prestados à Coroa Portuguesa; • Iniciou em terras do litoral para encaminhar o couro mais facilmente ao centro do país; • Concessão de terras aos: <ul style="list-style-type: none"> ○ tropeiros: destacando-se o atuante Cristovão Pereira, idealizador do caminho do Morro dos Conventos ao Planalto do RS. Reconhecidos pelo serviço prestado, alguns tornaram-se proprietários rurais, ○ agricultores açorianos: receberam áreas menores (272 ha), para implantar agricultura de subsistência. Alguns receberam sesmarias de campo, ○ militares: principais favorecidos, tornando-se os estancieiros-militares, criadores, povoadores e defensores do território; • Finalidade: criação de bovinos e construções de defesa das terras e da produção; • Os agregados: uma forma de rápida mobilização de peões-soldados para a defesa e mão de obra para o plantio e criação; • Posteiro: mão de obra com o objetivo de cuidar e vigiar os pontos mais distantes da sede da estância. Explorava junto com a família área com agricultura e pequenas criações; • Estâncias de sesmarias: grandes propriedades, criação extensiva, sem técnicas produtivas, dependente da fertilidade dos campos, sem cerca de delimitação ou manejo do gado, pouca mão de obra, baixo investimento; • Constituíam um poder econômico, social e político (pois só quem tinha propriedade, tinha acesso à sesmaria). 	<p>Ferreira Filho (1965); Caggiani (1983); Barbosa (1985); Pesavento (1986, 1994); Freitas (1993); Torronteguy (1994); Albornoz (2000); Cardoso (2003); Cesar (2005); Arend, Cário (2005); Ribeiro (2009).</p>

<p><u>ESTÂNCIA MERCANTIL</u> <u>Origem:</u> indústria do charque. Período: desde 1780</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da pecuária com a comercialização do <i>charque</i>; • Presença de escravos nas charqueadas; • Charque com altos tributos, estancieiros descapitalizados pela última guerra sem receber indenizações (uso de cavalos e cedência de animais para alimentar as tropas); • Guerra dos Farrapos, reforço do estancieiro-militar (proprietário de terras) e do peão-soldado (não proprietário de terras); • Lei das Terras (1850), proibição de adquirir terras devolutas. Fortalecimento da influência dos estancieiros estabelecidos, politicamente e militarmente; • Uso do arame, cercamento e divisões dos campos, melhor manejo do rebanho. Delimitação das estâncias por valos, cerca de pedras, entre outros; • Investimento em melhorias de técnicas produtivas, de organização do trabalho, regularização na comercialização, redução do uso de mão de obra. 	<p>Ferreira Filho (1965); Gonzaga (1980); Barbosa (1985); Pesavento (1994, 1996); Torronteguy (1994); Fontana (2000); Cesar (2005); Ribeiro (2009).</p>
<p><u>ESTÂNCIA CAPITALISTA</u> <u>Origem:</u> transformação dos métodos de trabalho; relações de assalariados; relações mercantis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cercamento das estâncias, construção de bretes, mangueiras e banheiros carrapaticidas, melhoria das raças, comercialização do gado em pé; • Distanciamento entre patrão e empregado; redução da mão de obra, definição das classes sociais; • Família do estancieiro estabelecida nas cidades; • Charqueadas definindo o preço do charque; • Instalação dos frigoríficos em 1917: estímulo à adoção de técnicas de produção com introdução de raças européias. 	<p>Ferreira Filho (1965); Pesavento (1994); Fontoura (2000); Albornoz (2000); Arend, Cório (2005); Ribeiro (2009).</p>

Quadro 12. Caracterização da estância de sesmaria à estância capitalista.

Fonte: Adaptado de Ferreira Filho (1965); Caggiani (1983); Barbosa (1985); Pesavento (1986, 1994, 1996); Freitas (1993); Torronteguy (1994); Albornoz (2000); Fontoura (2000); Cardoso (2003); César (2005), Arend, Cório (2005); Ribeiro (2009).

As primeiras estâncias de sesmarias foram distribuídas para Manuel Gonçalves Ribeiro e Francisco Xavier Ribeiro localizadas em Tramandaí (1732), segundo Ferreira Filho (1965) e Barbosa (1985).

Os mesmos autores citam as concessões seguintes de sesmarias, no ano de 1736 autorizadas a quem quisesse vir ao Rio Grande de São Pedro. Recebem a concessão de sesmarias próximas a Porto Alegre, Lagoa dos Patos e Mirim, Domingos Martins, Francisco Seixas, Manuel de Barros, José Silva, Manuel Gonçalves Brandão, Miguel Pereira, Francisco Xavier, Domingos Robalo e Fernando Ribeiro.

Em 1738, nos campos de Vacaria são concedidas sesmarias à Cristovão Pereira de Abreu, Francisco de Souza Faria (arrendada em hasta pública por morte, por João Batista Feijó) e Pedro da Silva Chaves.

Muitos açorianos já estabelecidos abandonam as atividades agrícolas e dedicam-se à atividade de criação de gado, em face da infestação da doença da ferrugem nas plantações de trigo e ao *“calote oficial das autoridades governamentais, que extorquiam o produto sem pagar o produtor”* (BARBOSA, 1985, p. 38).

Os posteiros são elementos importantes nesta fase das estâncias de sesmarias pois são os vigilantes de áreas distantes da sede e mão de obra de confiança do estancieiro. Muitos futuramente tornam-se pequenos proprietários, por indenização dos anos de trabalho e demonstração de confiabilidade e fidelidade (SÁ BRITO, s/d).

Para Ferreira Filho (1965), *“as vigas mestras da nascente sociedade eram a estância, a igreja e as milícias.”* E, *“em redor dos grandes estancieiros agrupavam-se parentes, amigos, protegidos, aventureiros, índios e mestiços. Isso tudo somado aos escravos pretos, formava reduto forte, dando ao chefe do clã poder semelhante ao antigo senhor feudal”* (p. 53).

E o autor continua explicando que o campo e o gado valiam pouco, o que obrigava o estancieiro a ter um padrão de vida semelhante aos seus peões e empregados. Esta descrição refere-se às estâncias de sesmarias localizadas na Campanha rio-grandense.

Nas estâncias localizadas no litoral, os fazendeiros instruídos e com hábitos de vida à moda européia, os filhos e filhas recebiam estudos e as residências *eram* finas casas.

Estes relatos mostram a diferença do desenvolvimento entre as sesmarias localizadas no litoral e na Campanha, permitindo inferir que a distância, a localização dos centros de comercialização, o acesso à instrução e melhores condições de vida foi um diferencial desde o início do povoamento rio-grandense, marco de desigualdades socioeconômicas e artífice de um modo de vida e identidade.

Com grande parte do território rio-grandense doado por meio de sesmarias, a concessão foi extinta em 1822. A estrutura fundiária existente, em princípio não sofreu maiores transformações, exceto por conflitos estabelecidos entre estancieiros, posseiros e tropeiros.

No período em que se desenvolveu a estância mercantil (RIBEIRO, 2009), iniciou a colonização alemã. Os colonos são instalados próximos a Porto Alegre, às margens do rio dos Sinos, via futura de escoamento dos produtos produzidos. Dedicam-se à agricultura e apresentam habilidades com o curtimento de couro e confecção de calçados.

A primeira leva de imigrantes alemães (1824) recebe 77 hectares e a partir de 1848, a área é reduzida para 48 ha. São estimulados para explorar culturas de alimentos essenciais (arroz, grãos, hortaliças) e processos artesanais de industrialização (maior período de conservação dos alimentos), de acordo com Pesavento (1994).

A Guerra dos Farrapos, no decorrer do período da estância mercantil (RIBEIRO, 2009), foi conseqüência de tributos elevados ao charque rio-grandense, descaso aos estancieiros que disponibilizavam condições de estadia e alimentação às forças imperiais, o abandono da província em relação às estradas, pontes, escolas e o total abandono das instalações dos quartéis do interior (FERREIRA FILHO, 1965).

De 1874 a 1889, os imigrantes italianos aportam no RS, estabelecendo-se na encosta superior do nordeste. Recebem lotes de 25 hectares. Uma nova estrutura fundiária de pequenas propriedades é criada (FERREIRA FILHO, 1965; PESAVENTO, 1994). É nesta região que habilidades industriais são desenvolvidas no futuro a partir das atividades profissionais dos imigrantes, criando uma região altamente industrializada.

Para Torronteguy (1994), a introdução do arame e o cercamento da estância originaram a sociedade de classes: os proprietários e os não proprietários, os limites

físicos de direito impuseram os limites sociais. Para Ribeiro (2009) é uma característica da estância capitalista.

A ocupação do Estado consolida-se ao final do século XIX na Campanha com as estâncias de criação pecuária; na região próxima a Porto Alegre e Serra com a colonização organizada dos imigrantes alemães e italianos com uma agricultura em pequenas propriedades e uso de mão de obra familiar e, no Planalto rio-grandense verifica-se a existência de grandes, médias e pequenas propriedades com atividades econômicas ligadas à pecuária e lavoura desenvolvida (FONSECA, 1983; PESAVENTO, 1988; AREND, CÁRIO, 2005; FRANTZ, SILVA NETO, 2005).

No início do séc. XX a implantação dos frigoríficos desenvolve novas relações de trabalho, adoção de práticas produtivas, introdução de raças européias para o melhoramento dos rebanhos e muitos estancieiros estabelecem suas famílias no centro urbano mais próximo e conveniente (ALBORNOZ, 2000, 2008; RIBEIRO, 2009).

Após o período de transformação estrutural, social e econômica das “estâncias”, verifica-se uma concentração do rebanho bovino, ovino e cavalares na região da Campanha. A presença dos ovinos, principalmente lã, torna o Estado, o maior produtor de lã e proporciona maior ocupação de mão de obra, em função da tosquia como também pelos maiores cuidados exigidos na criação ovina (NOCCHI, 2003).

3.4.2 As transformações das estâncias e o espaço da agricultura

As estâncias gaúchas capitalistas consolidam-se ao final do século XIX e início do século XX. Com a I Guerra Mundial, expansão dos frigoríficos e exportações, a pecuária vive um período de crescimento dos rebanhos e valorização do produto (carne), (PESAVENTO, 1978; 1994; ALBORNOZ, 2000).

Nesse período tem-se uma complementaridade do setor agrário com a indústria, o modelo econômico baseou-se no fluxo de fornecimento da matéria prima da agropecuária para a indústria, “*e ambas ofereciam gêneros ‘in natura’ ou beneficiados para o mercado regional e nacional*”, segundo Pesavento (1978).

O desenvolvimento proporcionado estimulou a adoção de investimentos na pecuária resultando em paulatinas transformações nas estâncias.

De acordo com Silva Neto (1994), com as importações surgiram as explorações especializadas de reprodutores – as cabanhas. A cabanha se constituía

em uma exploração em torno de 1.500 hectares, onde o produtor aplicava o capital em investimentos intensivos e mão de obra de melhor capacitação, condições indispensáveis para obter reprodutores de qualidade. Eram explorações onde se praticavam as técnicas de estabelecimento de forrageiras, fenação e ensilagem, utilizadas na alimentação e desenvolvimento dos animais. Foi um momento de transformações na pecuária. O autor salienta que o produtor mantinha de forma concomitante a cabanha e a forma tradicional de criação extensiva. Eram duas formas de exploração da atividade pecuária.

Concomitante às melhorias introduzidas na pecuária bovina, a criação ovina é alavancada com a elevação do preço da lã, após a I Guerra Mundial. Esta situação favorável perdura até a década de 90, com o auge na safra de 1988/1989 quando o quilo da lã foi comercializado por U\$ 3,83. O crescimento do rebanho ovino para lã de 6 milhões em 1940, passa para 13,5 milhões de animais em 1989, exigindo mais mão de obra especializada para este tipo de criação. A partir da década de 90 a crise instaurada com o colapso da URSS, há uma redução drástica do rebanho ovino gaúcho nos anos seguintes (NOCHI, 2003).

Segundo o autor, a criação ovina foi relevante para as estâncias por custear as atividades do estabelecimento, com a produção de lã e por ser uma opção de atividade produtiva em áreas de basalto, inviáveis para agricultura.

As melhorias nas atividades produtivas continuaram, apesar das crises econômicas e políticas. Em 1914 há a introdução dos banheiros carrapaticidas, junto com outras medidas na área de sanidade e manejo animal que conseguem reduzir o tempo de abate para 3 anos em algumas propriedades. Alguns produtores utilizam métodos de melhor aproveitamento das pastagens, como por exemplo o método Voisin (FONTOURA, 2005).

Em 1940 são introduzidos produtos para o controle de verminoses e em qualquer estância encontra-se um fosso (banheiro) para o banho do gado contra os ectoparasitas. Na década de 50 começa a utilização de vacinas contra brucelose, carbúnculo e aftosa. Em 1960 com o lançamento de produtos químicos, o uso se generaliza e ocorrem intoxicações dos animais com vermífugos a base de fosforados. Esses fatos fazem com que os criadores retornem ao uso de produtos a base de piretro (SILVA NETO, 1994).

A pecuária começa a reduzir sua participação nas exportações, cedendo espaço aos produtos oriundos da região colonial, exemplificado com a inversão de

participação do charque e da banha. Em 1890, o charque representava 30,3% do valor das exportações enquanto a banha participava com 11,6%, em 1927, o charque detinha 17,8% e a banha 19,7% (HEIDRICH, 2000).

Os produtores enfrentaram crises constantes desde a época das charqueadas e a superação sempre contou com a interferência do Estado. A dificuldade de gerenciamento e a transferência do valor da atividade pecuária para os setores urbanos, o parcelamento das terras por herança contribuíram para o desaparecimento de muitos produtores. No entanto aqueles produtores que diversificaram com a oferta de outros produtos, como a produção de terneiros ou a terminação de novilhos, ou mesmo a transferência de recursos da pecuária para bens de fácil liquidez tiveram melhores resultados (FONTOURA, 2005).

O futuro é mais alentador para a pecuária empresarial que mudou o paradigma da produção pecuária, segundo Fontoura (2005), ou seja, a mudança do sistema de produção, já em meados dos anos 1980, consolidado na década seguinte ao trabalhar de forma integrada as variáveis: manejo, sanidade, genética e alimentação. Com isso foi possível reduzir significativamente o tempo de abate e índices de produtividade. A redução do tempo de abate e o aumento dos índices de produtividade significam para o empresário da pecuária, menor tempo de investimento, maior rotação do capital empregado.

A agricultura existente desde o período colonial era uma produção complementar à economia regional (principalmente com a cultura do trigo), embora com volume e valor de produção, inferiores à atividade da pecuária. As transformações ampliaram-se na Campanha gaúcha com o aumento das áreas com agricultura, especialmente a cultura de arroz.

A cultura do arroz, introduzida pelos portugueses, com registro no ano de 1530 na capitânia de São Vicente e com lavouras comerciais a partir de 1904 na região de Pelotas, RS, é a cultura agrícola que mais se expandiu na região pastoril (BENETTI, 1994; HEIDRICH, 2000; FARSUL, 2009).

O sistema pastoril foi perdendo espaço na economia, apesar dos subsídios aos insumos como o sal, arame e ajuda aos frigoríficos instalados. E segundo Heidrich (2000, p.82),

“Do ponto de vista econômico, o novo contexto impunha a necessidade do melhoramento do processo produtivo para a sobrevivência da atividade. Muito embora já houvesse alguns casos de investimentos capitalistas na pecuária gaúcha, esta prática não era de modo algum generalizada. Na região das várzeas, observou-se a acomodação do estancieiro ao arrendamento de suas terras para os arrozeiros”.

Os pecuaristas começaram arrendando suas áreas para o custeio de suas atividades, desta forma mantinham seu padrão de vida. No entanto o baixo nível tecnológico e gerencial, não permitia melhores índices de rentabilidade.

Os produtores mantinham o custeio com recursos próprios, e a aversão ao risco limitava o nível de investimentos, seja para implantar novas atividades exploratórias, seja para empregar novas tecnologias. Em períodos nos quais o produto principal, o boi, reduzia o preço, as despesas também eram reduzidas, isto é, um dos fatores limitantes do nível de produtividade era o montante dos recursos financeiros disponibilizados. Outro fator limitante é o solo, pois a região da Campanha apresenta uma área significativa inadequada para lavouras. As dificuldades de transporte, comunicação e canais de comercialização para outros produtos são entraves para exploração de outras atividades produtivas (BANDEIRA, 1994).

Na formação dos solos, em área significativa da Campanha foi observada uma deposição de areais da Serra Geral, levados pelos ventos. Posteriormente, sobre o substrato arenítico ocorreram derrames de lava, com cerca de 30 m de espessura e, nas áreas mais altas *“por fendilhamento horizontal originaram solos de pouca profundidade,... com grande limitação agrícola, mas potencialmente bons para melhoramento de pastagens”* (RIBEIRO, 2009, p. 11).

As áreas agrícolas, principalmente com o cultivo do arroz, provocaram o surgimento de outro segmento de industrialização, os engenhos de beneficiamento de grãos. O tipo de indústria existente até então era a charqueada, com a ‘exportação’ de charque para as fazendas do centro do Brasil. Os frigoríficos, segundo momento de industrialização da carne, direcionou a produção para a alimentação dos soldados na I Guerra Mundial. O sistema de produção baseada na pecuária não permitiu uma industrialização diversificada.

As estâncias gaúchas com a expansão das áreas agrícolas (arroz, trigo, soja) iniciaram arrendando parte de suas áreas de pecuária para a agricultura. A relação

criada com as atividades agrícolas, pecuarista (proprietário) e lavoureiro (arrendatário) proporcionaram uma melhora no nível tecnológico da pecuária.

A introdução das lavouras criou outras relações de trabalho, como o arrendamento. Segundo Suertegaray, Silva (2009), *“a valorização da terra, a possibilidade de mais lucros via o arrendamento e a progressiva partilha das pequenas propriedades (chácaras) por herança viabilizaram uma transformação na forma anterior de apropriação da natureza (p. 56).*

A nova configuração da relação homem com a natureza, segundo os autores provocou o que denominam de ‘desertificação’ pela *“desterritorialização do homem do campo que em número foi sempre, nesta região, historicamente reduzido”* (p. 56).

A pecuária dita tradicional (extensiva) e a pecuária empresarial diferenciadas por Fontoura (2005) na “racionalidade da gestão” e nos tempos dos ciclos produtivos caracterizou as estâncias a partir dos anos 60.

Os anos 70, o crédito subsidiado incentivou a modernização da agricultura com adoção de novas tecnologias e provocou um aumento de renda da população. Na pecuária a modernização ocorreu por meio de práticas de armazenamento de pastagens, como a fenação e deferimento dos campos, implantação de pastagens hibernais em pequenas áreas das estâncias. Todavia estas práticas não ofereceram uma redução no tempo de abate, mas evitaram as perdas por morte, de acordo com Fontoura (2005).

O autor faz referência ao fato de que muitos produtores acessaram o crédito subsidiado e perderam seu patrimônio, por desconhecimento gerencial em um contexto de lógica racional capitalista. Este foi um fato gerador de rejeição dos criadores ao acesso de novos créditos e diversificação de investimentos.

A atividade pecuária continuou sendo uma das principais fontes de renda dos estabelecimentos rurais, independente do tamanho destas propriedades. Ribeiro (2009) corrobora a relevância da atividade pecuária e denomina de pecuária familiar as propriedades de pequeno porte.

Constata-se que convivem na mesma dimensão temporal:

- as estâncias com pecuária tradicional, ancoradas no tempo, reveses e benesses dos fatores da natureza no espaço físico disponível,
- a pecuária empresarial que desenvolve sistemas de produção baseados na adoção de tecnologias que permitem melhores índices de produtividade,

aliado à processos de gestão profissionalizados e capacitação da mão de obra.

A estância descrita por Ribeiro (2009, p. 131) é o resultado das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais anteriores, *“A estância do fim do séc. XX e início do séc. XXI se apresenta com uma formatação diversificada variando desde unidades mais tecnificadas e “modernizadas” até as mais tradicionais nas suas formas de gestão, de produção e de comercialização”* que se viu recentemente foco de uma proposta de reestruturação econômica com a silvicultura.

Apesar da implantação de áreas com florestamento, a dimensão inicialmente proposta não se consumou diante das dificuldades legais (áreas de fronteira) e pelas exigências de órgãos públicos de controle ambiental.

Para Suertegaray, Silva (2009, p. 56) a proposta homogeneizadora para a região do Bioma Pampa, *“contraria as propostas de manutenção da diversidade através do uso diversificado e de manutenção desse mosaico de paisagens, saberes e fazeres”* ainda não foi explorado como atividade econômica potencial e passível de um processo de gestão sustentável.

Se por um lado a economia pastoril das estâncias gaúchas foi o carro-chefe da Região da Campanha por um longo período, atualmente nas áreas onde os solos permitem, convivem com a cultura do arroz, soja, milho e lavouras de pequeno porte como mandioca, abóbora, melancia, frutíferas e de grande e pequeno porte de videiras com o objetivo econômico de comercialização.

Os registros de cultivo de videiras, segundo Lona (2006) são de 1930, nos municípios de Alegrete, Uruguaiana e Bagé. Com a instalação de empresa multinacional, a National Distiller, na década de 70 na Campanha gaúcha, paulatinamente ocorre o desenvolvimento desta atividade produtiva em diversos municípios da região, respaldado pelas condições edafoclimáticas favoráveis.

Seguindo a trajetória da pecuária, a vitivinicultura foi instalada em grandes áreas de cultivo. Contudo caracterizada pelo uso intensivo de tecnologia e mecanização, com alto valor de agregação à produção, pela utilização de castas de uva específicas para produção de vinhos diferenciados. Assim como a vitivinicultura, a fruticultura tem ampliado suas áreas na região das “estâncias gaúchas”, principalmente pêssegos e *citrus*.

No âmbito da pecuária há um retorno de investimentos e incentivos para a formação de rebanhos leiteiros, viabilizando atividades produtivas e diversificando as propriedades de pequeno porte, no entanto rebanhos com alto padrão tecnológico e zootécnico desenvolvem-se concomitante à pecuária de corte e ovinocultura para lã e carne principalmente.

As 'estâncias' estão adquirindo configurações diversas, embora alicerçadas na pecuária, cedem espaços às lavouras, fruticultura, silvicultura, vitivinicultura, pecuária leiteira e ao turismo rural. Este último resgatando as atividades diárias da pecuária tradicional, a estreita relação com os fatores da natureza e os usos e costumes do meio rural.

3.5 O Tipo Humano: A identidade construída do Gaúcho

3.5.1 – Identidade

A identidade atribuída ao gaúcho, ao habitante do Rio Grande do Sul, está lastreada nos marcos referenciais da formação do Estado, no conjunto dos fatos históricos, nas condições naturais, no povo que aqui habitava, nos povos que invadiram, nos povos que aqui escolheram para viver, na mescla de todos, no novo construído e reconstruído pelas interações.

Para Pesavento (2006), a identidade de uma cultura é a tradução dos significados para os indivíduos. A cultura pode ser compreendida como “*uma produção social e histórica, a se expressar, através do tempo, em valores, modos de ser, objetos e prática*” (p. 46). A cultura está na fala, na maneira de traduzir a realidade, segundo a autora.

A cultura compreende tanto o conhecimento como o comportamento de uma sociedade, segundo Flores (2006), enquanto para Nedel (2004), a identidade cultural tem em sua composição elementos geográficos, étnicos, históricos, folclóricos e sociais.

A construção das identidades implica em “*conflitos advindos das mudanças sociais, políticas e econômicas. Por se tratar de uma construção social, a identidade situa-se no âmbito das representações*”, acontecendo no íntimo dos contextos sociais, determinantes das posições dos atores e “*orientando suas intervenções e escolhas*” (MARANGONI, 2009).

A definição, a organização, os valores, os objetivos, as motivações e modo de vida dos pecuaristas de hoje são melhores compreendidos quando Pesavento (2006) explana sobre os traços culturais, “ *Traços culturais movem-se por entre grupos, as camadas ou as classes sociais, permitindo reelaborações contínuas, o que torna mais instigante a análise do passado, vindo o reaproveitamento e a reapropriação dos mesmos valores, que perpassam o tecido social, em novas criações do sentido*” (p. 48). Estas novas criações de sentido apropriadas dos valores de identidade histórica configuram lógicas de reprodução social, explicadas fora do contexto racional econômico, constatado por Ribeiro CM (2009) em seu estudo sobre o pecuarista familiar em quatro municípios da Campanha gaúcha.

Para Verhelst (1992), a cultura é viva, formada por elementos herdados (históricos) como por influências externas apropriadas e, tem funções sociais como auto-estima, uma condição fundamental para o desenvolvimento individual ou coletivo. Para o autor, cultura é um “ *conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa a fim de se adaptar ao seu ambiente natural e social*” (p. 37).

A dimensão de cultura viva, também é abordada por Cuche (1999, p. 143), “ *se cultura não é um dado, uma herança que se transmite imutável de geração em geração, é porque ela é uma produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si*”; para o autor, a cultura é composta de “ *continuidades e discontinuidades*” (p. 140).

Ao se analisar as continuidades e discontinuidades, de acordo com o autor, e as desigualdades e inclusões sociais pode-se considerar que a cultura ocorre no âmbito simbólico de produção e reprodução da sociedade, ao conceber e incluir os bens simbólicos e materiais na formação dos indivíduos.

A definição de um grupo está imantada às ligações estabelecidas no tempo, onde as identificações históricas e espaciais apropriam-se de um território; território que pode ser concreto ou simbólico, onde as práticas sociais são delineadas e norteadas (HAESBAERT, 2002).

A paisagem ou meio ambiente dentro dos conceitos teóricos de geografia, onde Berque (sociólogo francês) é o expoente, é um elemento de identidade, ao considerar a forma e a expressão física da paisagem e ao focar a percepção dos sentidos, do olhar individual.

Existem várias definições e aportes explicativos de cultura e identidade cultural, e de forma geral pode-se dizer que cultura é tudo que se relaciona com a vida do ser humano, desde suas tradições, costumes, festas, conhecimento, crenças, moral, valores. A cultura compreende dimensões e funções sociais capazes de explicar o modo de vida, a coesão existente em um grupo de pessoas ou sociedade, o equilíbrio no território onde vivem e mesmo a forma como criam suas riquezas e trabalham.

A cultura tem alicerces na tradição e a tradição está entrelaçada com os elementos históricos e os sociológicos. Exemplificado pelas modificações da própria vestimenta do gaúcho, que foram se adaptando ao usuário de acordo com o papel que exercia na sociedade e a sua necessidade. A vestimenta é uma expressão da história, retratando os momentos e identificando o homem diante da história (FAGUNDES, 1985).

Pode-se concluir que a cultura é um processo contínuo de construção e reconstrução que interfere diretamente na identidade. A identidade cultural definida historicamente, por meio da comunicação entre as pessoas, pelas relações sociais, pelos ritos, pelo comportamento coletivo e individual, forma os sistemas de valores e crenças do coletivo.

3.5.2 – A identidade do gaúcho

3.5.2.1 – A formação de uma identidade

Historicamente a formação da identidade gaúcha está relacionada com a ocupação e posse dos territórios físicos. A região sempre foi descrita como uma zona sem dono, onde portugueses e espanhóis circulavam norteados pelos interesses econômicos e de expansão da Coroa portuguesa e espanhola.

Este contexto criou imagens simbólicas de um povo “*fruto da barbárie*”, segundo Ornellas (1999), alimentadas pelo significado original de gaúcho: “*vaqueiros errantes povoando pampas imensos e planos, que procuravam um estancieiro para sua subsistência e um caudilho para a liderança política*” (LOVE, 1975, p.3). De acordo com o autor (1975) os gaúchos não eram vistos como brasileiros, mas sim hispano-americanos, pelos demais brasileiros.

A região sulina apresentava modos de vida diferenciados e divergentes, assim tanto Love (1975) como Ribeiro (2006) afirmam que não existe uma cultura homogênea, mas subculturas, isto é, uma heterogeneidade cultural.

Para Ribeiro (2006) são três os componentes principais da formação da identidade do sul do Brasil, os *matutos*, lavradores açorianos situados na região litorânea; os *antigos gaúchos*, habitantes dos campos da fronteira rio-platense e da região pastoril de Santa Catarina e Paraná e, os *gringos-brasileiros*, descendentes dos imigrantes europeus e localizados na região central, mas avançando para outras direções.

Os autores focalizam primordialmente a formação da identidade do gaúcho, às características dos portugueses e espanhóis, e posteriormente somam à identidade gaúcha a contribuição dos imigrantes europeus alemães e italianos, no entanto, a significativa presença das diferentes tradições indígenas e dos negros também imantaram à identidade do gaúcho antigo as suas características.

A referência ao gaúcho antigo e gaúcho deve-se ao posicionamento de diversos autores, sobre a reconstrução de uma identidade gaúcha no período de 1860 até 1900, com a exaltação de temas regionais. Especificamente a partir de 1868 o *Partenon Literário*, uma sociedade de escritores e amantes da literatura, mesclou modelos culturais europeus com o ideal positivista da oligarquia rio-grandense. Deste período são as obras de César Lacerda, *O Monarca das Coxilhas* (1867) e *O Gaúcho* de José de Alencar (1870), este último, um olhar de fora e a perspectiva de construção nacional de tipos regionais.

Em 1898 foi fundada a sociedade o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, com o intuito de cultuar as tradições gaúchas. O movimento ao culto do tradicionalismo é retomado por João Carlos D'ávila Paixão Côrtes, *Paixão Cortês* em 1947. Paixão Cortês juntamente com Glauco Saraiva, Barbosa Lessa e Orlando Degrazia, ainda estudantes do ensino médio do Colégio Júlio de Castilhos em Porto Alegre impulsionaram o tradicionalismo, criando as Rondas Crioulas e fundando o primeiro Centro de Tradições Gaúchas em 1948 (FAGUNDES, 1977; MENASCHE, 1993; GOMES, 2009).

3.5.2.2 A contribuição dos Índios

Atribui-se aos tupis-guaranis que viviam próximos às matas e florestas e aos charruas e minuanos, que ocupavam o oeste e sul, a maior contribuição à identidade cultural do gaúcho pelos indígenas aqui estabelecidos.

Os guaranis pelos traços fisionômicos têm como origem a Mongólia e, a tese de Oliveira (2009, p. 27), é que:

“o povo passou pelas ilhas do Japão, depois pelo conjunto das ilhas da Polinésia, mais tarde navegou pelas correntes quentes do Pacífico, e chegou até a América, na altura do Peru, subiu os Andes e desceu pelas nascentes do rio Madeira, margem essas onde se encontram datações arqueológicas de sua presença há 8.000 anos.”

O território do RS, onde se encontram as Missões foi tomada pelos guaranis de outros povos indígenas, como os kaingang, charruas, minuanos e guenoas principalmente.

Os guaranis, segundo Oliveira (2009) tinham o hábito de pescar e comer peixes, eram muito bons navegadores, em face de viverem próximos a grandes rios. O prestígio era característica principal da identidade cultural, assim realizavam festas nas quais convidavam tanto os mais próximos, como os mais distantes, também era o prestígio que determinava a participação deste povo nas guerras. Os caciques com prestígio eram capazes de arregimentar um contingente de oito mil guerreiros. Em épocas de conflitos, o cacique de maior prestígio centralizava as ações bélicas, mas em períodos de paz os diferentes agrupamentos agiam de forma independente.

Segundo o autor, o status de liderança era estabelecido por ligações de reciprocidade e parentesco entre os agrupamentos. A natureza do guarani era forte e com potencial ao trabalho e à resistência. Eram agricultores com tendência ao sedentarismo, ao contrário dos charruas e minuanos, que eram nômades e caçadores.

A agricultura pelas condições favoráveis onde se localizavam as Missões jesuíticas e pela característica agrícola dos guaranis desenvolveu-se com plantações de milho, mandioca, batata doce e erva mate, além das introduzidas como o trigo, cevada, arroz, cana de açúcar, algodão e fumo. O uso da erva mate entre os índios era utilizada pelos pajés, para adivinhações e diagnósticos. Atividades 'agroindustriais também foram constatadas com os registros sobre a elaboração de perfumes de flores (laranjeira, roseira, jasmim, rosmaninho, cravo, alfazema, angélica, cominho dos prados e coentro).

A organização social original dos guaranis e a desenvolvida com os jesuítas proporcionaram a compreensão de um povo de ações conjuntas, onde o mutirão era prática comum para o alcance de resultados. Esta constatação indica que o individualismo não pertence à cultura guarani.

Os índios minuanos e charruas apresentavam características distintas dos guaranis e eram essencialmente nômades e caçadores, ditos “os *primeiros gaudérios, sementes dos futuros gaúchos*” (OLIVEIRA, 2009, p. 185).

Enquanto os charruas aliaram-se com os espanhóis, os minuanos eram aliados dos portugueses. Viviam em pequenos grupos, o que os levou a desenvolver a capacidade de não esgotar os recursos. Em seus mantimentos carregavam o que era necessário, limitando o tamanho dos grupos. Em suas atividades controlavam todas as etapas de produção, com o objetivo primordial de atender as necessidades básicas da família. A agricultura que desenvolveram baseava-se na sazonalidade do local onde se encontravam. Hábeis construtores de canoas, também se deslocavam pelos rios (BECKER, 2006; SCHMITZ, NAUE, BECKER, 2006; OLIVEIRA, 2009).

Para Albornoz (2000; 2008), os charruas e minuanos eram tidos como ferozes pelos inimigos. Os charruas eram altos e morenos, quase negros, enquanto os minuanos eram de porte mais baixo e de pele mais clara.

A característica nômade e caçadora dos charruas e minuanos foi transformada com a introdução do gado nas áreas que ocupavam. Com destreza e agilidade transformaram-se em hábeis capturadores de gado. Habitantes do campo, a ótica do determinismo geográfico oferece um olhar complementar à personalidade destes indígenas. Isto é, o gosto natural pelas atividades do campo transformaram os charruas e minuanos nos melhores peões que os estancieiros poderiam desejar. (BECKER, 2006; SILVA, 2009).

A liberdade dos campos, conforme Goulart (1978),

“a alegria espontânea das volteadas, a semiociosidade dos galpões e os alaridos de guerra, deveriam ter contribuído muito para que o índio se afizesse admiravelmente a este gênero de vida que tão de perto recorda a sua antiga existência de liberdade no meio da faina exuberante de uma natureza opulenta e pródiga” (p. 178).

Para o autor, as condições das explorações pastoris, tornaram o indígena solidário ao invasor e peão de estância.

A contribuição dos índios à formação da identidade gaúcha percorre os extremos: do sedentário, agrícola e coletivo guarani ao nômade, individualista e caçador charrua e minuano.

3.5.2.3 A contribuição dos Negros

Os negros que aportaram no RS eram procedentes da Guiné, Angola, Cassangue e Congo (SILVA, 2009).

De acordo com Ribeiro (2006) os primeiros negros que chegaram ao Brasil pertenciam a três grupos: Yoruba, chamados de *nagê*, os Dahomey, denominados de *gegê* e os Fanti-Ashanti, conhecidos como *minas*. O segundo grupo era composto, por culturas africanas islamitas, do norte da Nigéria. O terceiro grupo cultural tinha origem em tribos da atual Angola e Moçambique.

A contribuição cultural do negro, conforme o autor foi pouco relevante, uma vez que o destino era ser mão de obra para as plantações de cana de açúcar. No entanto, a passividade do negro é associada a uma ativa persistência no exercício do trabalho como escravo, considerado como um bem e não um ser humano.

Com a finalidade de evitar tumultos e revoltas, impedia-se a concentração de negros de mesma etnia. Apesar da distância provocada entre os negros de mesma origem, rapidamente adaptaram-se, inclusive com a língua, que usavam para se comunicarem entre eles, pois provinham de unidades lingüísticas distintas.

Coube ao negro, trabalhador braçal, *“ser o agente de europeização que difundiria a língua do colonizador e que ensinaria aos escravos recém chegados as técnicas de trabalho, as normas e valores próprios da subcultura a que se via incorporado”* (RIBEIRO, 2006, p. 104).

O negro sobreviveu de forma recôndita e própria, com suas crenças religiosas, reminiscências rítmicas, musicais e culinárias, de acordo com o mesmo autor.

No sul, a atividade pastoril pouco exigente em quantidade de braços, com a organização das estâncias e implantação de lavouras que necessitavam de cuidados mais contínuos, passou a utilizar o negro escravo. A adaptação do negro aos costumes e hábitos dos cavaleiros, logo o situaram entre os melhores domadores, ágeis laçadores e campeiros (ORNELLAS, 1999).

O autor destaca que os inventários da metade do séc. XIX destacam, quando do arrolamento dos bens, os negros campeiros estavam entre os bens de mais alta avaliação; exemplificado pelo escravo de nome Adão, no inventário da Viscondessa de Castro (1814, Porto Alegre) como um bem *“com a qualidade de campeiro, sem preço, por se achar entre as forças rebeldes de Bento Gonçalves...”* (p. 7). É

inegável o valor atribuído à adaptação qualitativa às lidas pastoris dos escravos negros.

O escravo negro abasteceu o mercado de trabalho nas regiões de povoamento antigo, tanto nas lidas urbanas como na agricultura e atividades pastoris, com registro entre os muitos viajantes daquele período. Nas cidades, os escravos-negros eram utilizados nos serviços domésticos, como também nas atividades artesanais. Inclusive ensinavam-se ofícios artesanais, como carpinteiro e outras ocupações úteis (CARDOSO, 2003).

Para Love (1975) apesar da importância do escravo negro como peão de estância e trabalhador das charqueadas, a escravidão não significava “*para o Rio Grande, o grilhão que representou mais ao norte, nas áreas de café e açúcar*” (p. 11). Para Love, a relação do negro no sul foi mais uma relação de peão-patrão ao modo dos países platinos, pois a possibilidade da montaria facilitava a fuga e os conflitos fronteiriços desorganizavam o regime de escravidão.

A contribuição do negro, em situação de escravo e impossibilitado de desenvolver a sua cultura, foi no sentido de mão de obra para o desenvolvimento da economia (CARDOSO, 2003). Culturalmente os ritmos, a culinária e a adaptabilidade são legados à configuração da identidade do gaúcho.

3.5.2.4 A contribuição dos Portugueses e Espanhóis

A dissociação da contribuição dos povos da Península Ibérica (portugueses e espanhóis) nem sempre é viável pela origem comum, pela proximidade na suas trajetórias como povos. A identificação de um ou outro está baseada mais nos interesses pontuais históricos sobre o continente americano, do que efetivamente diferenças abissais.

A presença do lusitano inicialmente foi como soldado, na ação de combates para fixar os limites da Coroa portuguesa.

Os portugueses açorianos e madeirenses que aqui chegaram, caracterizavam-se por um modo de ser pacato, tranqüilo, franco e de espontânea vivacidade. Chegaram como agricultores e com uma bagagem cultural de “*certas tradições de vizinhança e urbanismo*” explicado pelo “*regime de pequenas propriedades e pela natureza do trabalho agrícola*” (ORNELLAS, 1999, p. 10). Todavia muitos abandonaram a agricultura e dedicaram-se as atividades pastoris.

Os portugueses acabaram assumindo o tipo *changador* e *gaudério* do espanhol, adquirindo habilidades no manejo do gado e cavalo. Apesar da pouca lida com cavalos e gado em suas origens e por sua vinda objetivar o desenvolvimento da agricultura de subsistência e em um segundo momento um excedente de agricultura, entre eles haviam ginetes de Ribatejo e Alentejo, segundo Ornellas (1999).

A presença necessária de ações militares para manter as fronteiras do território gaúcho e a concessão de sesmarias, para aumentar a densidade ocupacional desenvolveu o espírito de solidariedade, isto é, a coesão gregária como reação à luta para sobrevivência conforme Love (1975) e Goulart (1978).

De acordo com Holanda (1995), a formação do povo português mais do que o valor da hierarquia trilhou o caminho do prestígio, da tradição ao buscar nas antigas classes dirigentes a assimilação de muitos princípios. O autor pondera que a presunção de fidalguia estava mais nas aparências, pois a verdadeira nobreza dependia da força e capacidade de cada um, “*o círculo de virtudes capitais para a gente ibérica relaciona-se de modo direto com o sentimento da própria dignidade de cada indivíduo*” (p. 37).

A cultura concebida é a dos valores universais e permanentes que também se verifica na negação de uma moral baseada no trabalho. A identidade cultural para os portugueses está na ‘inteireza’, no “ser”, na “gravidade”, no “termo honrado”, no proceder “sisudo” (o grifo é do autor), fato que o afasta de dedicar-se ao aspecto externo material, não é este o exigido por Deus.

É possível identificar nestas colocações o que Max Weber (2001) já colocara em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, valores sociais fortemente estabelecidos pela ética religiosa, mesmo que, atualmente outros aspectos também interferem, a religião continua influenciando o modo de vida e os valores sociais.

O trabalho árduo é algo distante de sua moral sobre o trabalho. No entanto, apesar de a solidariedade ser precária, as relações de sentimentos fortifica-se no ambiente familiar e dos amigos, ou em círculos restritos, fundamentando-se na virtude da obediência. Consubstancia-se o princípio da “*vontade de mandar e a disposição para cumprir*” de acordo com Holanda (1995, p. 39).

Esses valores culturais estiveram presentes na coesão espontânea das lutas para um bem maior e, na plasticidade dos portugueses em se adaptarem às novas condições. O legado foi uma estrutura social baseada na oligarquia dos estancieiros,

no valor do prestígio, na obediência aos líderes políticos, formatados no caldo social e na estreita e fiel solidariedade àqueles que lhes são caros.

A contribuição dos espanhóis, primeiros a povoar as terras do sul, está presente até os dias de hoje no linguajar do gaúcho, entre outras.

O entrelaçamento entre portugueses e espanhóis aconteceu em todas classes sociais, visto o que diz Ornellas (1999, p. 19), “ *Bento Gonçalves casou com uma senhora platina, apesar de viver de armas nas mãos sobre a fronteira e que Domingos Moreira, malgrado a permanente hostilidade nas lindes territoriais, também desposou uma descendente de Castela*” e, como exemplo do marco de fronteiras simbólicas na Campanha gaúcha e de povo de origem ibérica comum, Gumercindo Saraiva, nascido no Brasil, era tido como uruguaio e falava castelhano, era um homem de duas pátrias.

No entanto há de se considerar as origens entrelaçadas refletidas no Brasil e especificamente no RS. Os duelos de superação e domínio de Portugal sobre a Espanha e vice versa refletem-se no sul, tardiamente, para a manutenção de limites pré-estabelecidos e para deter o avanço dos jesuítas espanhóis e o desenvolvimento ímpar provocado com o estabelecimento das Missões. A ação vitoriosa dos portugueses bandeirantes limitou a expansão das ações jesuíticas e colaborou para o estabelecimento das estâncias de sesmarias, como marco de apropriação das terras portuguesas (LOVE, 1975; GOULART, 1978; CAGGIANI, 1983).

O sucesso das Missões e a fácil penetração dos espanhóis legaram heranças como o *changador* e o *gaudério*, este último muitas vezes resultado da união do índio com o espanhol. Para Ornellas (1999), a influência espanhola na identidade cultural do gaúcho é explicada com a invasão moura na Península Ibérica, especificamente com a presença dos árabes, sírios e berberes na Espanha.

Os berberes maragatos, de origem cristã, localizaram-se em Castilha e posteriormente foram protegidos pelos reis católicos da Espanha, quando perseguidos pelos Califas Islãs. Originalmente os berberes dominaram o litoral superior da África e caracterizavam-se pela habilidade com o cavalo e uso do arco e flecha.

Os oito séculos dos mouros, na Península Ibérica deixaram marcas em Portugal, Leão, Castilha, Navarra e Aragão. Estudos realizados na Espanha os associam ao povo maragato estabelecido no país. E são estes maragatos que se

expandem pela América na busca da aventura “*errante como o seu consangüíneo berbere, pois, como este ama com deleite o cavalo, a lança e a tenda*” de acordo com o registro de Ornellas (1999, p. 107).

3.5.2.5 Os imigrantes europeus

A presença de outras origens não lusitana e espanhola iniciou com a política de atração de imigrantes europeus para o povoamento de terras do sul do Brasil, como pequenos proprietários ou como trabalhadores nas fazendas do sudeste.

A representação social idealizada do Brasil com a pequena propriedade era uma forma de atender os anseios dos camponeses europeus em processo de subproletarização. Os imigrantes alemães, italianos e poloneses, este último o terceiro maior grupo não português que se dirigiu ao RS, deslocavam-se com o objetivo de se tornarem patrões de si mesmos, grande maioria realizavam seus sonhos (GRITTI, 2004).

A população do RS em 1930, de acordo com o Relatório de obras públicas de Porto Alegre mostra a presença das diversas etnias presentes, observado no gráfico 2.

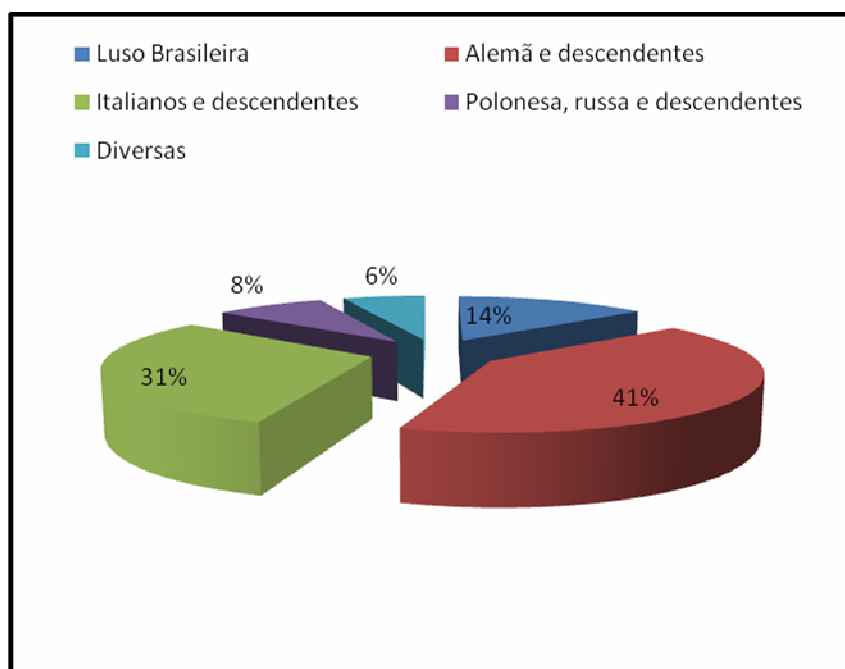


Gráfico 2. População e grupos étnicos no RS-1930.

Fonte: Relatório de Obras Públicas. Porto Alegre, 1930; Gritti (2004).

A contribuição dos imigrantes europeus, inicialmente alemães e italianos, dá-se nos costumes familiares essencialmente patriarcais, na religiosidade e na comemoração das datas festivas; cultivam a convivência social em torno das igrejas e dos grandes salões comunitários.

Aos imigrantes alemães devemos as festas do Kerb (três dias e três noites de festa na consagração das igrejas), as casas no estilo enchaimel, o jogo do bolão, a popularização do teatro de fantoches, a salsicha, o chucrute, a chimier, o café colonial com suas cucas e tortas, o requeijão, o xote ou chote carreirinha e várias canções (SAVARIS, 2008).

De acordo com Silva (2009) os alemães eram apegados ao trabalho, excelentes combatentes militares e dotados de alto espírito de disciplina, fatores que colaboraram para o desenvolvimento social e econômico.

Os italianos no RS vieram em grupos familiares, fato que colaborou para a preservação dos hábitos, dos costumes e dos dialetos italianos no meio gaúcho.

O imigrante italiano tinha forte sentimento religioso com suas festas religiosas e seus capitéis, contribuíram com os pratos típicos como a polenta, as massas, os embutidos a base de porco, queijos, manteiga, o pão de trigo e muitas saladas. As uvas e os vinhos, típicos da região de colonização italiana, são práticas de origem implantadas na “nova terra”. O jogo da mora, os jogos de cartas com baralho espanhol como a “bisca”, o “trissete”, o “quadrilho” e a “escova”, o jogo da bocha, o “filó” e as cantorias caracterizam os elementos de socialização dos imigrantes italianos (SAVARIS, 2008).

Os italianos eram muito apegados à pátria e dotados de capacidade para o trabalho. Estatisticamente os casamentos mistos e as altas taxas de natalidade colaboraram para o crescimento econômico, segundo Silva (2009).

Os imigrantes europeus no intuito de entrosamento adquiriram hábitos da identidade gaúcha consolidada no momento que aqui aportaram.

Formou-se um mosaico étnico-cultural que, atualmente, representa o estado gaúcho. É o resultado de um processo gradativo, com a interferência de grupos étnicos diversos que adentraram em certas porções do território e em determinados períodos históricos.

No quadro seguinte elaborou-se um resumo das contribuições dos povos que conformaram a identidade do gaúcho rio-grandense.

Povos	Herança cultural
-------	------------------

Índios guaranis	Prestígio, reciprocidade e parentesco, potencial ao trabalho, resistentes, agricultores com tendência ao sedentarismo, cultivo de produtos nativos, ações coletivas (mutirão), a língua guarani (usada no Paraguai), gosto e estima pela fala, o agir mais lento no ritmo da natureza, predominância do sangue tipo O, a religiosidade e o misticismo, domínio de ervas medicinais,
Índios charruas	Caçadores e nômades, com forte relação de ajuda com os guaranis, cavalarianos temíveis, lanceiros e laçadores e boleadores excelentes.
Índios minuanos	Caçadores, nômades e bons pescadores, criaram adaptações em épocas de alagamentos, os cerritos.
Portugueses	Caracterizam-se pela vivacidade; são trabalhadores, liberais, hospitaleiros, generosos, alegres, expressivos, caridosos, inimigo da vida militar; têm profunda religiosidade e fidelidade às tradições e à família.
Espanhóis	Changadores, forte influência das raízes mouras da Península Ibérica, aventureiros. Unem-se às índias e numerosos mestiços livres povoam a região.
Negros	Facilidade de adaptação. Difusores da língua portuguesa. Crenças religiosas. Religiosidade. Ritmicidade musica. Culinária.
Imigrantes europeus	Dedicação ao trabalho. Convivência social e festividades em centros comunitários. Religiosidade. Hábitos alimentares. Jogos de lazer. Danças

Quadro 13. A contribuição dos povos à formação do gaúcho.

Fonte: Barbosa (1985); Baguet (1997); Graell (1998); Ornellas (1999); Albornoz, 2000, 2008; Becker, 2006; Schmitz, Naue, Becker, 2006; Oliveira (2009); Gomes(2009); Silva (2009).

3.5.2.2. A identidade do gaúcho: referencial construído e reconstruído

Ao se analisar a matriz elaborada do sujeito histórico, estabelecido como referencial dos habitantes do Estado identifica-se um “tipo-social-ideal”, o *gaúcho*.

O tipo-social-ideal é um híbrido. É de caráter carismático em sua gênese, pois é venerado pelo poder heróico,

“Acima de tudo estava a liberdade dos pagos, ... Todo o seu íntimo mostrava o mesmo ardor de sempre, uma vontade decisiva de luta, de encontros decisivos, engrandecendo-se, cada vez mais, em favor da

causa revolucionária que abraçara, desde o dia em que abandonou, por tempo incerto, a sua estanciola, no município de Bagé. O sangue da revolução, o ideal de uma liberdade absoluta, anunciada pelos arautos gauchescos, de pago em pago, de coxilha em coxilha, de serra em serra, emancipando o torrão querido da vontade prepotente do Império que estendia seus braços de ferro em ferro até a última linha das fronteiras do sul, ...”(CALLAGE, 2000,p. 26).

O ideal carismático está associado às fronteiras da liberdade diante do Império prepotente e à defesa das fronteiras físicas. Conforme Martins (2001) o drama fronteira envolve principalmente as regiões limítrofes do Uruguai e Argentina,

"Periferia e fronteira estão fadadas a compartilhar desditas, desvantagens. Mas não só isso. Devido à condição de marginalidade, tendem a usufruir de uma liberdade impossível para populações próximas da lei e da ordem. Dessa conjunção, emerge uma ideologia vigorosa, guiada pela intuição popular de luta por valores liberais e libertários. Assim, os habitantes dessas terras identificaram-se e passaram a ser vistos como contestadores, com tendências autonomistas (p. 22).

O componente do ideal tradicional é incorporado na medida em que a concessão das sesmarias consolida uma autoridade legitimada pelos feitos heróicos, materializa a posse da terra, determina efetivamente as fronteiras, legitima as lutas e os sistemas agrários vigentes.

Sociologicamente, é preciso compreender que o homem, mesmo nas fases primitivas,

“... o primeiro componente é absolutamente predominante, e não deverá se esquecer de que este, nas fases posteriores de sua evolução, continua a exercer influência constante (e influência decisiva). Toda ação “tradicional” e boa parte do “carisma”, enquanto germe de “contaminação” psíquica e, por isso, portador de “estímulos de desenvolvimento” sociológicos, estão muito próximas, com transições imperceptíveis, daqueles processos apenas biologicamente explicáveis, não suscetíveis de interpretação ou apenas fragmentariamente interpretáveis, quanto aos motivos” (MAX WEBER,1999, p. 11).

O tipo ideal, marco referencial da identidade do gaúcho, para Fagundes (1977) foi definido como tipo ainda na metade do século XVIII. Não se constituindo em um tipo racial, mas o resultado de uma premente necessidade econômica – o aparecimento do homem capaz de se aventurar nas vacarias, para caçar o gado chimarrão.

A necessidade européia era o couro e a graxa, faltava o homem que fosse caçar os animais e extrair o que desejavam comprar. “A necessidade forçou a solução: surgiu o gaúcho” de acordo com Fagundes (1977, p. 7).

Estudar o gaúcho e a Campanha rio-grandense, segundo Golin (1987) não se revela no pressuposto de que existe um mundo cultural distinto da realidade. No âmbito da cultura e do que é concreto, verifica-se um entrelaçamento e a primeira, nem sempre, é um falseamento da verdade. Para o autor, mesmo o indivíduo miserável não deixa de refletir a sua pobreza na sua cultura, adota da tradição o inerente a sua condição. Isto é, a realidade e o modo de compreendê-la são manifestadas de distintas formas.

Para Gomes (2009), os gaúchos surgem entre duas matrizes, isto é, “*são homens violentos e desagradáveis ou fiéis e corajosos, especialmente os que são recrutados para servirem as tropas farroupilhas*” (p. 95). A autora continua, referindo-se aos chamados regionais, tratados como continentalistas ou patrícios e os relaciona com o posicionamento político, e os rio-grandenses assumidos como uma versão ampliada dos filhos do Rio Grande. Semanticamente, os textos do séc. XVII e XVIII tratam o gaúcho como um ignorante e marginal, enquanto o rio-grandense aparece como um indivíduo inserido politicamente e que serve a sua pátria.

Há também uma distinção verificada pela autora, quanto a quem se refere ao gaúcho. Quando o gaúcho é conhecido pelo rio-grandense, é chamado de peão. Sendo o peão o indivíduo que executa as lidas do campo. Entre si as pessoas se referem como guascas, rio-grandenses, monarcas, continentalistas ou patrícios. E a autora complementa:

“habitus foi a categoria escolhida para explicar as diferenças entre os papéis sociais no interior da sociedade rio-grandense, por sua capacidade de articular práticas sociais e atitudes mentais, visando responder adequadamente à formulação colocada por Bourdieu de que a identidade social reside na diferença, e a diferença é construída em relação ao que estiver mais próximo, o próximo que se constitui na ameaça” (p. 107).

Esta é uma colocação relevante para a análise do comportamento dos produtores, em face, da importância das decisões tomadas, na tentativa de resgatar, manter ou adaptar-se ao novo, passível de ameaças.

Para Golin (1998), identificado o momento histórico que provocou a desvinculação da sociedade contemporânea da matriz tradicional, a crise de identidade estaria solucionada. A recorrência ao padrão cultural passado “*significa, inelutavelmente, revelar sua visão otimista do universo latifundiário como padronização da identidade rio-grandense*” (p. 91). O resultado é um “*tradicionalismo criador de cultura e a condição humana como uma criação histórica*” (p. 92).

A ideologia do gauchismo foi reforçada com o Partenon Literário, sociedade criada em 1868. A sociedade desenvolveu a biografia de filhos ilustres do Rio Grande e disseminou romances onde os hábitos e costumes do gaúcho eram exaltados. São deste período as obras seminais de Coldre e Fião e Apolinário Porto Alegre.

O gaúcho histórico que deu forma à sociedade foi o indivíduo amoldado ao meio, fundamentado na estância, na igreja e nas milícias. Na estância agregavam-se os parentes, amigos e compadres; na igreja, por meio dos sacerdotes, tinha-se o conselheiro, o guia espiritual e o amigo de todas as horas. O corpo milício era preciso manter devido à proximidade com os castelhanos (BARBOSA, 1985; HEIDRICH, 2000).

Segundo Barbosa (1985), o gaúcho primitivamente era o índio errante e maltrapilho, acompanhado sempre pelo cavalo e os arreios eram cama e poncho nas necessidades. Andar a pé era uma desonra. A valentia destemida na guerra ou outra peleia qualquer caracterizava o gaúcho.

Mesmo com a evolução do gaúcho, ser gaudério, ser político, exaltar o pampa, considerar-se 'um sentinela das fronteiras' imantou-se nos valores culturais do homem do Rio Grande.

O modelo de resistência como sentinela, como contestadores conformou um homem que acredita no impossível como horizonte de possibilidades. E, mitos de identidade nacional e do território pampeano, como *Martin Fierro*, subsistem contrabandeando "*uma poderosa carga de amortecimento social*", que gera desvios, princípios e "*defralgra novos processos de significação, ou seja, seguem incitando o cruzar de fronteiras*" (LOIS, 2004, p. 50).

A literatura do RS e platina sempre foi um veículo relevante para a fixação das raízes, fato que gera um processo contínuo de adaptação e readaptação dos valores culturais, que ancorados no olhar ao passado revive mitos (MARTINS, 2001; MASINA, 2004; GOMES, 2009).

O gaúcho era o indivíduo que se deslocava por territórios sem cerca, autônomo na produção e apropriador dos meios de trabalho, como o cavalo e os arreios, era uma categoria social livre. A liberdade residia no fato de poder abandonar o trabalho e não passar fome, de não trabalhar sob condições indesejáveis, segundo Maestri (2006). O autor explana que o peão desgostoso com o trabalho "*perdia as contas e perdia-se nos campos, onde abatia,*

semiclandestinamente, reses para alimentar-se” (p. 7), o couro era retirado, vendido e transformado em moedas na guaiaca.

A liberdade do peão explica os salários altos que recebiam e a população flutuante que se movia pela campanha, de acordo com Maestri (2006).

Do cavalo à introdução do gado, pelo índio que aqui existiu, pelos imigrantes de distintas origens, pelos campos que se encontravam no horizonte, assim foi conformado o gaúcho. O modo de vida, aliado às condições favoráveis de subsistência inculcaram a característica ideológica de escolhas de acordo com a própria determinação.

A palavra ‘*gaúcho*’ surgiu em crônicas por volta de 1770, superando os significados anteriores e proporcionando uma nova adaptação, lembrando que estava presente na Argentina, Uruguai e Rio Grande em face das condições semelhantes de “*terreno, ecologia ambiental e vocação para o gado e multiplicação dos cavalos*”, conforme Braz (2002). Em uma região sem fronteiras, ora portuguesa, ora espanhola, o termo gaúcho aparece quase simultaneamente no Uruguai (1771), RS (1777/1787) e Argentina (1812) transmutando o gaudério em gaúcho.

Os hábitos dos antigos gaúchos foram absorvidos pelos imigrantes que aqui chegaram, resultando na perda de espaço da cultura de fora para a cultura local. Nesta época muitos gaúchos são vaqueanos que conhecendo a região servem de guias aos viajantes e ao exército pelos pampas do sul; enquanto outros tocam tropas – os tropeiros que são acompanhados pelos carreteiros, transportadores de produtos. São gaúchos que impressionam e influenciam o comportamento dos colonos nos povoados por onde circulam. Principalmente os filhos jovens dos imigrantes, deslumbrados pela figura e valores do gaúcho, querem ser gaúchos (BRAZ, 2002).

O gaúcho é uma identidade formada a partir de uma atividade sócio-econômica, da miscigenação de tribos indígenas, portugueses e espanhóis, dedicados tanto às atividades pastoris como à vida militar. Identidade que recebeu das etnias que aqui se estabeleceram novos elementos formadores, assim o perfil resultante é um indivíduo capaz de atividades agrícolas e pastoris, com o viés aguerrido e nômade dos charruas e minuanos, à temperança do guarani, o espírito aventureiro do bandeirante português, à religiosidade dos espanhóis e italianos, à perseverança dos alemães. São elementos psicológicos de uma identidade

construída, em um primeiro momento e re-elaborada contemporaneamente como forma instintiva de autopreservação.

A cultura do gaúcho, expressa no falar, na música revigorada nos diversos festivais pelo RS e na poesia que versa o hoje no campo do passado identifica uma cultura e valores com normas e padrões de comportamento. É uma cultura que identifica uma apropriação e significação do vivido, que alicerçada numa matriz, sofreu variações e readaptações nos últimos 250 anos, ou seja, desde que surgiu o termo gaúcho.

Com esta revisão compreende-se melhor esta figura do gaúcho com sua inserção nos sistemas agrários bem como a sua forma de construção destes sistemas, pois conforme a literatura, elementos como valores e crenças dos indivíduos determinam diferentes visões e interações do homem e do ambiente, e isto por sua vez tem implicações sobre o processo de tomada de decisão.

CAPÍTULO 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente tese foi construída a partir da combinação de diversos tipos de investigação científica: revisão bibliográfica e documental, pesquisa exploratória para melhor identificar o problema e o contexto da pesquisa e pesquisa descritiva. Isto é, os procedimentos abrangeram uma abordagem qualitativa e quantitativa no desenvolvimento do processo investigativo.

4.1 Metodologia da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados

A busca de respostas às inquietações do problema, processo de tomada de decisão dos produtores rurais, fundamentou-se na pesquisa como uma ferramenta para adquirir conhecimento, como objetivo imediato. E considerando esta pesquisa no âmbito das ciências sociais, “*a consciência dos pressupostos sociais, culturais, políticos e individuais*” (RICHARDSON, 1999, p. 17) estiveram presentes no estudo do desenvolvimento do ser humano no contexto de sua trajetória histórica.

A elaboração metodológica inicial foi o resultado de um processo de indução, pois o ponto de partida foram os dados e observações particulares que alavancaram a busca do conhecimento para garimpar fatores, percepções, motivações e razões não enunciadas cotidianamente pelo universo da pesquisa, objetivando dedicar fatos passíveis de quantificar e com probabilidades ou tendências que ilustrassem o processo decisório e suas conseqüências no desenvolvimento dos produtores rurais e no seu ambiente próximo. Esta fase da pesquisa foi de cunho qualitativo e exploratório.

De acordo com Richardson (1999) “*a ciência não tem o poder de alcançar a verdade ou falsidade. Os enunciados científicos somente podem alcançar graus de probabilidade*” (p. 36); assim a utilização do método dedutivo é uma continuidade no processo de pesquisa para através dos fatos compreender as razões, motivações, fatores que determinam ou influenciam estes fatos. A elaboração dos instrumentos de coleta dos dados e os métodos de análise destes compreenderam a fase quantitativa e descritiva do estudo.

Ao considerar o homem em seu contexto histórico e social, procurar a apreensão da essência dos fenômenos e compreender as relações entre os fatos, a pesquisa insere-se na conjuntura do método dialético.

A pesquisa qualitativa e exploratória foi empregada para “*estabelecer melhor o problema de pesquisa através da elaboração de questões de pesquisa e do*

desenvolvimento ou criação de hipóteses explicativas para os fatos e fenômenos a serem estudados”, de acordo com Mattar (1996, p. 16), Ruiz (2006). E para mitigar a abordagem do ser humano “*como objeto naturalmente natural, possibilitando apreender aspectos relacionados com sua condição específica de sujeito*” (SEVERINO, 2007, p. 118).

A elaboração do design da abordagem qualitativa do pesquisador “*não segue necessariamente um rumo previamente traçado, compostos de etapas claramente delineadas e logicamente seqüenciadas*” segundo Vieira, Zouain (2005, p.125). O que se procura é identificar um tópico de interesse pessoal, que emerge de problemas percebidos. É relevante colocar que os valores do pesquisador são elementos incorporados nas escolhas e no estudo. Definido o problema, o posicionamento da realidade ontológica e epistemológica, se faz necessário determinar o local da pesquisa, no caso o município de Sant’Ana do Livramento/RS. A coleta de dados e informações, na pesquisa exploratória, emerge de forma conjunta com uma observação analítica, priorizando aspectos e padrões de relações (RICHARDSON, 1999; VIEIRA, ZOUAIN, 2005; SEVERINO, 2007).

A investigação na fase exploratória permitiu levantar as informações relacionadas ao processo decisório do produtor rural e seu campo de atuação e abrangência, desta forma segundo Severino (2007), com o registro e análise dos fenômenos ampliou-se a perspectiva de explicação do comportamento decisório.

Na revisão bibliográfica se investigou os temas relacionados sobre: o enfoque das formas de gestão das organizações, a formação histórica do Rio Grande do Sul, a identidade construída e reconstruída do gaúcho rio-grandense, sistemas agrários e a interdependência dos fatores no contexto sistêmico, o contexto da pesquisa, isto é, fronteira oeste do RS e o município de Sant’Ana do Livramento, a peculiaridade da situação fronteira política e fronteira simbólica e as características do produtor rural.

Compreender as motivações e os fatores intervenientes nos processos decisórios dos produtores rurais foi o foco primordial da presente pesquisa. Estudos recentes como de Silva Neto (1994), Torres, Miguel (2003), Miguel et al (2007), Ribeiro (2009) e Andreatta (2009) desenvolveram trabalhos no âmbito do produtor rural pecuarista, categoria predominante na área do presente trabalho, no entanto a abordagem foi no sentido de caracterizar os sistemas agrários, o pecuarista familiar e construir uma tipologia dos produtores rurais.

Os trabalhos acima referidos permitiram avançar no tema proposto e analisar o processo decisório no âmbito do conhecimento da gestão organizacional do produtor rural, identificando características, motivações e razões, bem como estes aspectos influenciam a reprodução social dos produtores de Sant'Ana do Livramento.

As fontes bibliográficas serviram de parâmetros para uma pesquisa documental no arquivo municipal de Sant'Ana do Livramento, bem como para explorar o tema proposto junto aos responsáveis por organizações ligadas ao meio rural, como a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Associação/Sindicato Rural, Sindicato dos trabalhadores rurais, Universidade da Região da Campanha (URCAMP) e docente da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

A sequência metodológica foi uma pesquisa quantitativa descritiva junto aos produtores rurais do município. Os dados obtidos foram processados utilizando-se a estatística descritiva, tanto da planilha Excel do software Microsoft Office, quanto do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 16.

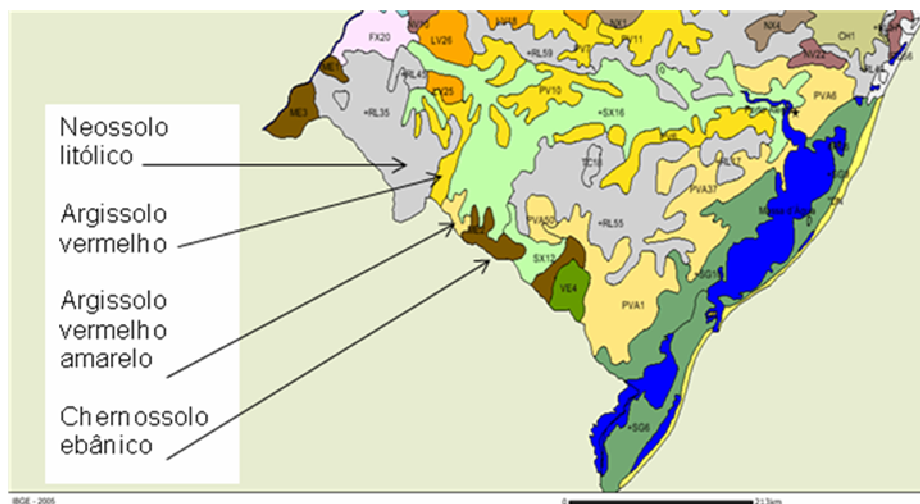
4.1.1 Desenvolvimento da pesquisa

No delineamento do estudo foram adotados passos que permitissem uma compreensão progressiva da ambiente de pesquisa, penetrando na estrutura mais amíúde, *“latente, inclusive não visível ou observável à simples observação ou reflexão, para descobrir suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos evolutivos, tratando de identificar as forças decisivas responsáveis por seu desenrolar característico”* de acordo com Triviños (1987, p. 129).

Assim a *primeira etapa*, exploratória, consistiu em determinar o recorte para o estudo em pauta. Cruz Neto define o campo de pesquisa como o *“recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir de concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação”* (1994, p. 53). Definiu-se o recorte na Fronteira oeste do RS, pelas peculiaridades em seu processo de desenvolvimento, isto é, uma trajetória histórica de ocupação e posse do território para conformar limites políticos, o desenvolvimento do sistema agrário da pecuária de corte seguido por um pujante período de industrialização da carne, lã e grãos, período subsequente de desativação das indústrias existentes com a instalação de uma crise econômica e

social, a realidade recente de instalação de assentamentos de reforma agrária e o desenvolvimento da vitivinicultura e fruticultura. O município de Sant’Ana do Livramento apresenta um elevado número de produtores rurais e um município essencialmente de cultura rural, fundamentado na exploração da pecuária de corte, ovinocultura, pecuária de leite, cultura do arroz, da soja e presença significativa da vitivinicultura.

A diversidade nas atividades e a existência de distintas regiões fisiográficas do município em função das diferentes formações geológicas dos solos (Mapa 5). Outro aspecto peculiar é a situação de fronteira como elemento sistêmico nas decisões realizadas pelos produtores rurais, frente a estreita relação em eventos culturais de conotação rural e de comercialização de insumos e produtos agrícolas.



Mapa 5. Mapa dos solos em Sant’Ana do Livramento.

Fonte: Disponível em <http://mapas.ibge.gov.br/solos/viewer.htm>. Acesso em 11/08/2009.

Elaborado o recorte, na *segunda etapa* foram selecionados alguns líderes do setor rural por representarem a organização de ações coletivas ou associativas, e porque as decisões destes representantes influenciam significativamente os rumos da comunidade ou grupo de pessoas para uma maior ou menor sustentabilidade do desenvolvimento. Justifica-se, pois a liderança é um processo de relacionamento pessoal, no qual se busca influenciar o comportamento de outros para alcançar alguns objetivos em comum satisfatoriamente (FLORES, RIES, ANTUNES, 2006). Na composição desta amostra foi utilizado o que se denominou de *Informantes Qualificados* (IQs) para ampliar a compreensão e percepção na utilização do instrumento de coleta de dados. Os IQs levantaram questões relevantes sobre o tema da pesquisa, inclusive sugerindo sobre os elementos da amostra, em cada

distrito municipal de acordo com as atividades produtivas, corroborando com o que Lakatos e Marconi (2001) denominam de informantes-chaves que pelo conhecimento da realidade contribuem com o planejamento da pesquisa.

Os IQs consultados foram técnicos da EMATER (dois), diretoria da Associação/Sindicato Rural (um), Sindicato dos trabalhadores rurais (um), associação de fruticultores (dois), associação de apicultores (um), responsáveis pela secretaria municipal da agricultura (dois).

A *terceira etapa* foi dedicada à identificação do número de produtores rurais quanto ao seu porte, pequeno, médio e grande e sua localização nos diferentes distritos municipais. Para a consecução do proposto foi utilizado a base de dados do Sistema de Informações Tributárias sobre a Agropecuária do Rio Grande do Sul (SITAGRO), do município. Foi permitido o acesso à nominata de todos os produtores rurais, bem como a área correspondente de cada propriedade. A partir dos dados do SITAGRO, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi possível abranger de forma satisfatória as diferentes áreas do município, aqui expressadas pelos sete distritos municipais (Sede, Upamaroti, Ibicuí, Pampeiro, São Diogo, Espinilho e Cati), que se diferenciam pelas condições de formação geológica, bio-geográficas e socioeconômicas determinantes dos sistemas agrários praticados.

A *quarta etapa* constituiu-se na definição das amostras no universo da população alvo. O número dos elementos das amostras por distrito e tamanho da propriedade segundo os critérios de uma amostra probabilística estratificada. As vantagens da amostra estratificada é que asseguram a representatividade com respeito à (s) propriedade(s) que embasam a classificação das unidades e possibilitam uma melhor comparação e estimação da população; no entanto Richardson (1999) aponta alguns inconvenientes: *“requer informações precisas acerca da proporção dos estratos na população e se não há listas estratificadas, o trabalho pode ser difícil e dispendioso”* (p. 165). As desvantagens apresentadas por Richardson foram mitigadas com a utilização da base de dados do SITAGRO.

Na amostra aleatória estratificada os elementos da população são divididos em grupos chamados estratos baseados em características associadas a cada elemento e se tomam amostras aleatórias simples dentro de cada estrato (ACKOFF,1975; MATTAR,1996; RICHARDSON, 1999; LAKATOS, MARCONI, 2001). Os produtores (168) foram escolhidos aleatoriamente, proporcionalmente de

acordo com o critério de distrito municipal e área, aliado ao critério de captar todos os tipos de produtores rurais predominantes nos critérios anteriores. Na inviabilidade de aplicar o questionário no elemento aleatório escolhido, outro era escolhido de forma aleatória. Em alguns casos alguns elementos da amostra foram determinados de forma intencional pela negativa de responder a entrevista por parte do escolhido aleatoriamente, bem como para abranger as atividades exploratórias existentes em cada distrito: pecuarista de bovinos de corte, ovinocultor, agricultor de grande porte, pequeno agricultor de subsistência, ovinocultor, fruticultor, vitivinicultor, produtor de bovinos de leite.

Para uma abrangência mais representativa da população, foi considerada a estratificação por distritos municipais e área, baseado na proporcionalidade do número de produtores e respectivas áreas, pois a vantagem é o de obter estimativas com maior precisão:

- a) por distrito municipal – Sede, Upamaroti, Ibicuí, Pampeiro, São Diogo, Espinilho e Cati;
- b) por área conforme a categorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Lei. 8.629/93, a chamada Lei Agrária, no artigo 4º, regulamentou o dispositivo constitucional e definiu a pequena propriedade como sendo a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais e média propriedade o imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais. O módulo fiscal foi criado pela Lei nº 6.746/79, que também deu nova redação ao artigo 50 da Lei 4.504/64 (Estatuto da Terra), estabelecendo o cálculo do número de módulos fiscais: “*O número de módulos fiscais de um imóvel rural será obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo módulo fiscal do Município*”, que em Sant’Ana do Livramento é de 28 ha.

O objetivo primordial do planejamento da amostragem e determinação da amostra é “*proporcionar uma boa estimativa de uma característica da população*” segundo Ackoff (1975, p. 114), o autor refere-se à qualificação de boa como a possibilidade de operacionalização e mensuração.

A quantidade de elemento da amostra retirada de cada estrato foi norteadas para ser proporcional às características do estrato: distrito, área e atividades exploratórias do produtor, de forma contemplar todas as extensões presentes em

cada estrato. A acuidade no processo de amostragem foi considerada visando à existência de “*similaridade suficiente entre os elementos de uma população, de tal forma que uns poucos elementos representarão adequadamente as características de toda a população; e que a discrepância entre os valores das variáveis na população e os valores dessas variáveis obtidas na amostra sejam minimizados*”, conforme Mattar (1996, p. 128-9). O resultado do processo de amostragem é visualizado na Tabela 1.

Distritos municipais de S. do Livramento	Pequenas propriedades Menos de 100 ha	Médias propriedades 100 a menos de 500 ha	Grandes propriedades ≤ 500 ha	Totais
1° distrito Sede	33	5	4	42
2° distrito Upamaroti	14	6	5	25
3° distrito Ibicuí	19	5	3	27
4° distrito Pampeiro	18	4	2	24
5° distrito São Diogo	6	4	6	16
6° distrito Espinilho	6	5	5	16
7° distrito Cati	6	6	6	18
Totais	102	35	31	168

Tabela 1. Determinação das amostras por distrito e tamanho da propriedade no município de Sant’Ana do Livramento/RS.

Fonte: Elaborado pela autora.

Determinado o número dos elementos da amostra foram aplicados os questionários. Todos os questionários foram aplicados pelo pesquisador no período de dezembro a fevereiro de 2009, totalizando 168. Em alguns casos, após a explicação da forma de preenchimento, o instrumento de coleta de dados permanecia com o entrevistado, retornando-se de acordo com a conveniência do informante, caracterizando a técnica do questionário de acordo com Lakatos, Marconi (2001).

4.1.2 A unidade de análise

A unidade base de análise foi o produtor rural, uma vez que o processo de gestão é realizado pelo o homem, ser social no exercício de suas atividades de produção e na perspectiva de elaborar estratégias de sobrevivência e reprodução social.

O Estatuto do Produtor Rural define-o no art. 2 como,

“pessoa física ou jurídica que explora a terra, com fins econômicos ou de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável, da aqüicultura, além de atividades não agrícolas que contribuam para o desenvolvimento da agricultura e para o progresso do meio rural, respeitada a função social da terra” (PLS – Projeto de Lei do Senado, Nº 325 de 2006, em discussão).

Os produtores rurais constituem um grupo social onde a interação ocorre por meio de um comportamento intencional de manter uma comunicação efetiva e potencial (ACKOFF, 1975), que Mattar (1996) reforça quando se refere ao perfil psicográfico das pessoas como intimamente relacionados com o conceito de estilo de vida e predisposição a trocas específicas.

4.1.3 Fontes utilizadas para a coleta de dados

As fontes utilizadas no presente estudo acompanharam as necessidades conforme as etapas de delineamento e operacionalização da pesquisa.

Na etapa inicial para determinar o recorte do campo de pesquisa foi utilizado cartas cartográficas e mapa municipal com a distribuição das estradas de acesso. Com a finalidade de localizar os assentamentos rurais existentes e ter acesso ao trabalho com o método de leitura da Paisagem, as informações e dados foram levantados junto aos técnicos do escritório local da EMATER. Posteriormente informações foram coletadas junto aos técnicos da área rural da Prefeitura Municipal e com os técnicos da Secretaria da Fazenda. Estes contatos e informações iniciais corresponderam à fase exploratória da pesquisa.

No processo de continuidade as fontes denominadas IQs serviram para levantar informações sobre as atividades desenvolvidas pelos produtores rurais, dificuldades de acesso, indicação de núcleos produtivos relevantes, descoberta de novas atividades produtivas, acesso documental particulares, entre outros.

No decorrer das etapas subseqüentes as fontes secundárias e as fontes primárias consubstanciaram o desenvolvimento do presente estudo.

A revisão bibliográfica serviu de parâmetro para direcionar e acessar o marco teórico necessário para subsidiar o trabalho. Desta forma procurou-se uma interpretação do fenômeno, considerando o aspecto histórico para apoiar as observações atuais, na tentativa de apresentar uma análise das concepções e perspectivas sobre o tema de forma clara (DESLANDES, 1994; MATTAR, 1996; RICHARDSON, 1999; REA, PARKER, 2002).

Aliado à revisão bibliográfica realizou-se uma investigação documental, com a finalidade de obtenção de dados estatísticos e documentais. Foram acessados dados do IBGE, Fundação de Economia e Estatística (FEE), Secretaria de Planejamento e Gestão/RS, EMATER – S. do Livramento, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Assuntos Agrários de S. do Livramento, Biblioteca Municipal S. do Livramento.

Como fonte de informações o pesquisador utilizou-se da técnica de observação em eventos rurais locais: feiras dos produtores rurais (em cinco eventos), remates de bovinos, ovinos e cavalares (3 eventos), exposições municipais rurais (3 eventos: duas feiras de verão, uma feira de primavera).

4.1.4 Instrumentos de coleta de dados

O questionário teve por função descrever características e mensurar determinadas variáveis do grupo social – produtores rurais. A descrição das características tanto beneficiou a pesquisa em andamento como subsidia outros especialistas interessados, enquanto a medição viabilizou a avaliação de atitudes, motivações e razões, seja de forma individual como do grupo social.

As questões basicamente foram com respostas fechadas, favorecendo a codificação, a resposta pelos informantes com dificuldades de escrever, a facilidade para o preenchimento tanto quando realizado pelo pesquisador como respondido pelo entrevistado. De acordo com Richardson (1999) o questionário com perguntas fechadas limita as alternativas possíveis de respostas, pois o entrevistado restringe-se às escolhas pré-estabelecidas e, outro aspecto é a escolha da mesma alternativa, isto é, sempre a primeira nas questões de escalas de atitudes. Este fato desfavorável foi contornado com a revisão das respostas, pelo pesquisador, no momento das escolhas, bem como a inclusão de mecanismos para dar consistência às respostas.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado para apreender as características do produtor rural e da exploração agrícola do seu estabelecimento, para subsidiar o objetivo maior de análise, o processo decisório.

O questionário foi distribuído em quatro partes (Apêndice A):

- características socioeconômicas e de experiência do produtor, com dez questões;
- informações de suporte às decisões, com sete questões;
- exploração rural no estabelecimento, com doze questões;
- características psicológicas do produtor rural, com quatro questões.

A coleta de dados pelo pesquisador fundamentou-se no que Rea, Parker (2002) indicam como resultado de estudos realizados, “ *um entrevistador com características mais ou menos semelhantes às do entrevistado tenderá a obter informações mais confiáveis, especialmente se elas estiverem ligadas a assuntos considerados delicados pelo entrevistado*”(p.86). Ressalva-se que uma carta de apresentação era entregue anteriormente ao entrevistado, contendo os objetivos e uso dos dados, bem como a preservação da identidade dos respondentes.

4.1.5 O tratamento dos dados

Coletados os dados dos questionários, os mesmos foram revisados e organizados conforme os critérios de amostragem, posteriormente foram codificados, digitados e tabulados eletronicamente.

Inicialmente foi utilizado a planilha Excell do software Microsoft Office para o registro dos dados. Os primeiros relatórios e gráficos foram elaborados no âmbito do instrumento utilizado. Posteriormente empregou-se o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), através de estatísticas descritivas tais como: freqüências simples, realizando cruzamentos de dados, criando novas variáveis para uma análise baseado no referencial teórico.

4.2 O contexto da pesquisa – Sant’Ana do Livramento

O município da presente pesquisa localiza-se na Metade Sul do RS, especificamente na denominada Mesorregião do Sudoeste do RS. Politicamente o município limita-se ao norte, com o município de Rosário do Sul, ao leste com Dom Pedrito, ao oeste com Quaraí e ao sul com a República do Uruguai, especificamente o Departamento de Rivera (Mapa 6). A área total do município é de 6.950,37 Km².



Mapa 6. Localização município de Sant'Ana do Livramento/RS.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Santana_do_Livramento.
Acesso: 11/08/2009.

De acordo com os dados do IBGE (2007), a população estimada total abrange 83.479 habitantes. Do total da população, 90,25 % dos habitantes concentram-se na área urbana e 9,75 % encontram-se está na área rural (IBGE, 2007). Na área rural o número de homens é maior que o de mulheres, invertendo esta situação na área urbana. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD o município apresenta uma densidade de 13,8 hab/ Km².

A Tabela 2 mostra a evolução da população do município nos últimos 40 anos.

ANO	População rural (Hab.)	População urbana (Hab.)
1970	14.289	49.099
1980	9.883	58.222
1991	6.695	73.557
2000	6.394	84.455
2006	8.141	83.479

Tabela 2. Evolução da população rural e urbana de Sant'Ana do Livramento: 1970- 2006.

Fonte: Adaptado Censo e dados estatísticos IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2006).

Em relação à estrutura agrária o total de imóveis é de 3.554, totalizando 590.289,60 hectares (INCRA, 2005). A tabela 3 apresenta a distribuição dos imóveis e áreas no município.

Grande Propriedade		Média Propriedade		Pequena Propriedade		Minifúndio		Não classificado (1)	
Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
406	387.689,0	599	132.960,4	904	51.158,8	1.578	16.722,2	67	1.759,2

Tabela 3. Distribuição do número de imóveis, segundo a categoria de imóvel rural no município de Sant’Ana do Livramento/RS.

Fonte: INCRA/DF/DFC – Apuração especial nº00588 – SNCR – Dez/05

(1) Imóveis rurais que não possuem informações de área explorável ou com Informação de áreas divergentes entre os Formulários Dados sobre Estrutura e Dados sobre Uso.

4.2.1 Origem e formação

A origem do município foi a instalação de um dos dois destacamentos do “Exército Pacificador”, comandado pelo capitão-general D. Diogo de Souza (1º Conde de Rio Pardo), nas margens do rio Ibirapuitã. O destacamento era comandado pelo general Joaquim Xavier Curado (Conde de São João das Duas Barras). No mesmo local também foi instalado o quartel general de D. Diogo de Souza, daí o nome da localidade de “São Diogo”, denominada pelo povo e que se conserva até os dias de hoje, conservado pela tradição.

Segundo Caggiani (1983),

“Os acampamentos militares, naqueles recuados tempos, não eram simples campos de tendas ou barracas, mas devido às condições das tropas e as circunstâncias das lutas, verdadeiros arraiais com galpões, ranchos e outras construções provisórias, em que habitavam as mulheres que acompanhavam os soldados e mesmo famílias dos oficiais, e em que plantavam os seus mostuários os negociantes que seguiam os exércitos.

Como os meios de mobilidade fossem o cavalo para o homem, o muar para as cargas e o boi para as carretas e a artilharia, esses acampamentos ficavam muito tempo em um mesmo local. Quando eram levantados, deixavam muitas vezes remanescentes dos seus ocupantes, sobretudo os ranchos do chamado comércio, que se tinham afreguesado nos arredores. Do mesmo modo que os castros romanos espalharam por toda a Europa sementes de cidades, os

acampamentos sulinos também produziram o mesmo resultado” (p. 7-8).

Assim o povoamento que chegou a ser chamado de “Cidade de São Diogo” foi o povoamento inicial da atual Sant’Ana do Livramento.

Para a consolidação da posse do território, velhos soldados do “Exército Pacificador” receberam doações de sesmarias, entre eles Luciano Pinheiro em 1818. A sesmaria recebida é hoje o atual município.

A Capela que deu origem à povoação foi erguida em terras doadas por Antonio José de Menezes, recebendo o nome de Nossa Senhora do Livramento. Segundo Caggiani (1983), a cidade nasceu sob o signo da estância, tendo sua origem legítima baseada na economia pastoril e sua vida, como nos demais núcleos formados no Brasil, sob os braços da cruz.

A Capela já com o nome de Santa Ana do Livramento, foi elevada à categoria de Freguesia em 7/8/1848 e de Vila, Sant’Ana do Livramento em 10/2/1057. Em 6/4/1976 foi elevada à categoria de Cidade pela Lei Provincial nº 1.013, com juntamente com a cidade de Santa Maria da Boca do Monte.

4.2.2 Considerações físico-geográficas

4.2.2.1 – Bioma Pampa e formação geológica

A campanha gaúcha abarca 40.000 Km² formado por rochas basálticas e sedimentares, especificamente Sant’Ana do Livramento tem sua base física sobre rochas basálticas e sedimentares segundo Silva Neto (1994).

O município de Sant’Ana do Livramento, insere-se no espaço geográfico do bioma dos campos do Rio Grande do Sul, denominado de Bioma *Pampa*, (Mapa 6), termo indígena que significa região plana. O Bioma Pampa engloba o Rio Grande do Sul (RS), o Uruguai e Argentina, formando áreas semelhantes às savanas. No Rio Grande do Sul o Bioma Pampa abrange uma área total de 176.496 Km² ou 17,6 milhões de hectares, isto significa 63% da área do RS, conforme o Mapa de Biomas do Brasil, do IBGE e do Ministério do Meio Ambiente. Calcula-se que cerca da metade da área total está ocupada com a agricultura e a área restante com pecuária.



Mapa 7. Localização do Bioma Pampa no RS.

Fonte: Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=591>.
Acesso em: 4/01/2010.

O Bioma Pampa localiza-se na chamada *Cuesta do Haedo*, formação do Planalto Meridional, com formações de rochas sedimentares e rochas magmáticas (vulcânicas básicas), do período mesozóico conforme IBGE-Diagnóstico Brasil 1990. Abrange 2,07 % do território brasileiro (IBGE, 2004). A origem do Planalto Meridional do Brasil deve-se aos sucessivos derrames abrangendo uma extensão total de um milhão de Km². Fazem parte do Planalto cerca de 50% do território gaúcho. Nesta região encontram-se duas regiões geológicas distintas: a primeira, ocidental, apanha o derramamento basáltico que, mais ao norte, é conhecido com o nome Serra Geral; a segunda, a dos sedimentos, é decorrente da decomposição do escudo rio-grandense, em virtude da ação de antiqüíssimas geleiras, resultando finalmente, em rochas de arenito (RIBEIRO LE, 2009).

4.2.2.2 Solos e relevo

As origens dos solos do município são de rochas efusivas básicas, resultando em arenitos de formação Botucatu. Conseqüentemente os solos de Sant'Ana do Livramento dividem-se basicamente em solos de origem basalto e de origem de arenito. Na região do basalto, cerca de metade da área do município, são comuns os afloramentos rochosos, enquanto na região do arenito existem solos de acumulação

aluvial e os de arenito propriamente dito. O relevo nas duas regiões é plano, apresentando coxilhas e cerros com picos achatados. A paisagem está salpicada de cerros, sendo os de maior elevação o do Itaqui (395 m), da Cruz (392 m) e da Vigia (338m). Existem, também, cerros de menor tamanho como o Cerro de Palomas, próximo ao qual estão estabelecidas as áreas com vitivinicultura, o Registro e o do Marco (linha divisória com Rivera) (Foto 1).



Foto 1. Vinhedos da Vinícola Cordilheira de Sant'Ana e o Cerro de Palomas.

Fonte: Disponível em [Erro! A referência de hiperlink não é válida.](#) 12/12/2009.

Os solos de basalto variam com a presença de 40 a 70% de argila e apresentam uma topografia com no máximo 5% de declividade. São solos de pouca profundidade (10 a 40 cm). A ação das precipitações e temperaturas sobre os minerais expostos nos afloramentos rochosos permitiu o desenvolvimento e disponibilidade de gramíneas e leguminosas (fabáceas) com bom valor forrageiro (SILVA NETO, 1994; TORRES, 2001, RIBEIRO LE, 2009).

A região de basalto é de topografia moldada pela natureza com extensas coxilhas e terreno pedregoso, caracterizado por correntes contínuas de vento que variam de 20 a 30 quilômetros horários. Os solos desta área apresentam deficiência hídrica, pouca profundidade e deficiência de armazenamento de água. A presença constante de ventos os torna mais suscetíveis à erosão, aliado à cobertura menos densa de plantas.

O relevo ondulado e levemente ondulado caracteriza a região do arenito. Os solos são formados a partir de uma litologia arenítica, com características de baixa fertilidade, pouca estruturação e extremamente friáveis (soltos). Recobrimo estes

solos, existe um ecossistema de constituição estépica, com espécies adaptadas às condições edáficas, formando uma cobertura vegetal frágil, rasteira e com baixa cobertura, facilmente perturbável pela ação da erosão eólica e hídrica. A topografia é ondulada e com algumas áreas com declividade de até 15%. A profundidade atinge 100 cm, os solos são pobres e com cobertura de forrageiras de média qualidade. A formação do arenito Botucatu é o resultado de um período de clima desértico com grande deposição de areias sob ação eólica, segundo Silva Neto (1994) e Torres (2001).

Os solos do arenito são altamente suscetíveis aos processos de erosão, intensificados quando de uma pressão de pisoteio alta e uso intensivo com a agricultura sem os devidos cuidados com a conservação destes solos. São solos passíveis de formação de areais quando do cercamento das propriedades e o uso de lotações elevadas. Nas áreas do arenito estão estabelecidas as áreas de vitivinicultura, beneficiadas pelas condições edafoclimáticas favoráveis (TORRES, 2001, RIBEIRO LE, 2009).

Em uma pequena área do município (sudeste), de cerca de 1% do território municipal há a formação de solos muito férteis e com pradarias de ótima qualidade (BENIA et al, 1987).



Foto 2. Mapa de capacidade de uso dos solos de Sant'Ana do Livramento.

Fonte: Ribeiro LE (2009, p. 15).

Legendas:

Categoria cultivável regularmente com culturas anuais (**1**);

Categoria cultivável esporadicamente com culturas anuais (**2**- cultivável durante parte do ano com culturas anuais adaptadas de verão; **3** – não permite o cultivo continuado com culturas anuais);

Categoria que só permite o uso com culturas permanentes (**5** – própria para pastagem nativa, apresenta limitações sérias devido a pequena profundidade do solo que estão situados sobre a rocha; **4** – severas restrições, permite a exploração florestal ou com pastagem nativa.

4.2.2.3 Clima

O clima da região é classificado como temperado chuvoso ou subtropical, com temperatura média anual de 17,4°C, no entanto com uma amplitude significativa entre a temperatura máxima (40,5°C) e a temperatura mínima (- 4,1°C). A formação de geadas no inverno e temperaturas negativas no mês de julho são fatos comuns.

Os registros realizados nos últimos quase 50 anos e com maiores detalhes nos últimos 25 anos em Sant'Ana do Livramento, Ribeiro LE (2009) observou que esta região chove mais no primeiro semestre do que no segundo. O mês de abril apresenta a maior média e agosto registra o menor nível de chuvas e, no período de 15 de dezembro até meados de janeiro ocorre uma redução significativa.

Para o autor,

“as chuvas em nosso meio são originadas (95%) pelo aquecimento da temperatura do oceano Pacífico na costa do Peru e Chile e as nuvens ali formadas são realimentadas com a umidade que desce da floresta amazônica. A convergência atlântica é responsável por apenas 5% da chuva e na maioria das vezes não chega à fronteira oeste deste Estado” (2009, p. 9).

Os registros realizados pelo autor em sua propriedade rural resultaram em uma média de 1.767 mm/ano em 24 anos, no entanto 41% dos anos registrados apresentaram médias inferiores, incluindo os três anos de seca: 2004, 2005 e 2006.

As massas de ar tropical continental provocam uma redução na pluviosidade e sensibilidade à evapotranspiração; assim as plantas do “pampa” meridional oferecem resistência às massas de ar polar e quedas abruptas de temperatura, retardando a germinação de espécies forrageiras nativas de verão (SILVA NETO, 1994; RIBEIRO LE, 2009).

4.2.2.4 Hidrografia

O município possui três rios de maior porte (Quaraí, Ibicuí e Ibirapuitã), nenhum deles fica próximo da área urbana, sendo a água potável proveniente de lençóis freáticos subterrâneos, fragmentos do chamado Aquífero Guarani. Essa água mantém elevados graus de pureza. Conta, ainda, para outros fins com a água de arroios de pequeno e médio porte, cujo volume varia conforme as estações do ano.

A convergência das águas dos arroios e pequenos rios é no sentido do rio Quaraí, localizado na fronteira com o Uruguai, com o rio Ibirapuitã no centro do território do município, com o rio Ibicuí da Cruz ao nordeste, com o Ibicuí da Armada

na fronteira nordeste divisa com o município de Dom Pedrito e ao sudoeste com o rio Upamaroti (Foto 3).

O município de Sant'Ana do Livramento conta com o abastecimento subterrâneo de água em sua sede, considerado de excelente qualidade. São identificadas as microbacias do Rio Quaraí, Rio Ibirapuitã e Ibirapuitã Chico, Rio Ibicuí da Faxina e Passo da Cruz e Rio Ibicuí da Armada e Upamaroty que concentram suas descargas nos meses da primavera, setembro e outubro. As bacias dos rios acima mencionados são configuradas com diversos arroios e sangas.

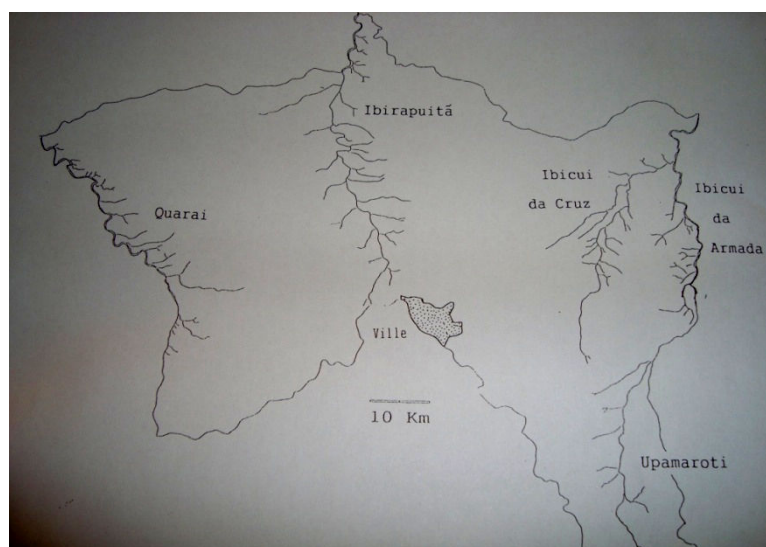


Foto 3. Rede hidrográfica de Sant'Ana do Livramento.
Fonte: Silva Neto (1994, p. 62).

4.2.2.5 Vegetação

A vegetação predominante nos terrenos planos das planícies e planalto gaúcho, de relevo suave ondulado, é de espécies pioneiras campestres que formam um tipo de savana aberta. A vegetação nativa está composta por várias espécies de gramíneas até árvores de médio porte. As matas existentes circundam as margens de rios e arroios.

A composição e qualidade dos campos dependem da fertilidade do solo disponível e conseqüentemente, de sua capacidade de suportar uma produção agropecuária com níveis aceitáveis de produtividade. A composição forrageira dos campos sofreu alterações com o povoamento dos campos para a produção econômica de carne, lã, leite e produção agrícola. Segundo Ribeiro LE (2009), “se atentarmos para a composição botânica no período, veremos que as espécies

perenes foram dando lugar às anuais e estas às espécies menos apetecidas pelos animais até o aparecimento de plantas invasoras que desequilibraram a vegetação nativa” (p. 22).

No estudo de Silveira et al (2005) sobre as pastagens de diferentes solos da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã demonstrou que a pastagem nativa oriunda do solo de basalto superficial apresenta qualidade nutricional superior quando comparado ao Basalto profundo e ao Arenito, demonstrando que a fertilidade do solo determina a qualidade e disponibilidade das pastagens.

Nos solos com campos finos as plantas apresentam pilosidades características de defesa à transpiração, com reservas subterrâneas como bulbos, tubérculos, rizomas e outros. Os gêneros botânicos mais presentes são: *Aristida spp*, denominadas de flechilhas pelos criadores, *Stipa spp*, *Paspalum*, *Pithocactium*. As fabáceas (leguminosas) são dos gêneros botânicos, *Desmodium spp*, *Trifolium*, *Vica spp*. Os solos profundos e com campos mais grossos são ricos em forrageiras como *Andropogon*, *Axonopus*, *Paspalum notatum*, *Brisa* e *Desmodium*. Cabe salientar ainda que o tipo de solo também influencia as floradas nos campos (Gráfico 3), segundo Silva Neto (1994), Torres (2001) e Ribeiro LE (2009).

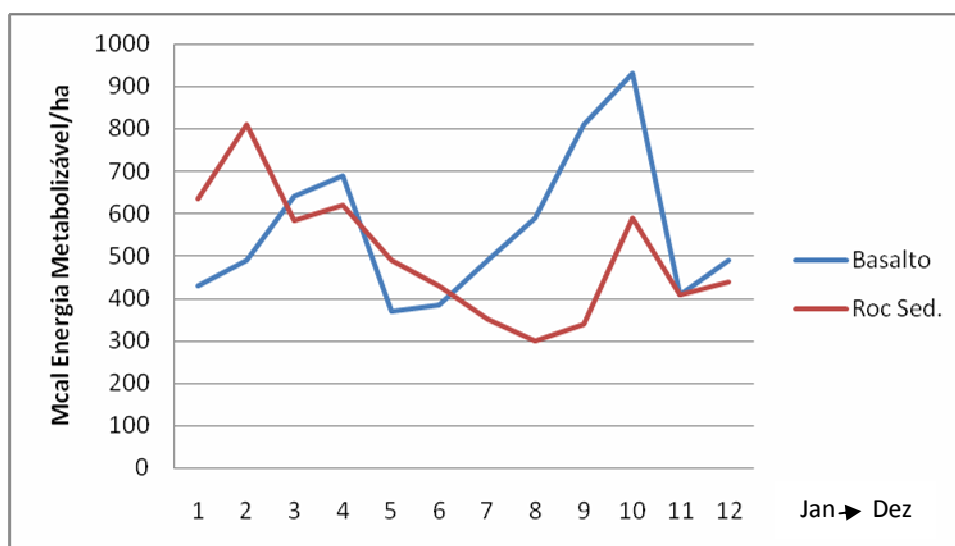


Gráfico 3. Produção de pastagens nativas em Sant'Ana do Livramento.

Fonte: Adaptado de Mohrdieck (1980), Silva Neto (1994).

Para Silva Neto (1994) a manutenção de boas espécies vegetais depende da carga animal, assim os campos com superlotação, com erosão ou recentemente lavrados apresentam acentuada presença de *Aristida spp*, *Vernonia spp* e *Bacharis spp*, consideradas plantas de péssima qualidade forrageira. No caso de campos

espontâneos ocorre uma predominância de espécies de primavera de leste a oeste, com uma concentração de maior disponibilidade forrageira em determinadas estações do ano, o que faz com que os criadores busquem opções para solucionar a deficiência de pastos no período de baixas temperaturas.

É relevante mencionar que no município de Sant'Ana do Livramento existe a Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã (APA do Ibirapuitã) criada pelo Decreto n.º 529 de 20.05.1992 e está situada na parte superior da bacia hidrográfica da qual leva o nome, em áreas de basalto e arenito. No município localiza-se 56,81% da APA, abrangendo 1.810,86 Km² da área municipal, isto é, cerca de 25 %. Na Área de Proteção Ambiental do Rio Ibirapuitã, inserida no Bioma Pampa, ocorrem formações campestres e florestais de clima temperado, distintas de outras formações existentes no Brasil. Caracteriza-se como estepe gramíneo-lenhosa (campo nativo) e floresta estacional decidual aluvial (mata ciliar). A fisionomia é de extensas planícies de campo limpo. Além disso, abriga 11 espécies de mamíferos raros ou ameaçados de extinção, ratos d'água, cevídeos e lobos, e 22 espécies de aves nesta mesma situação. Pelo menos uma espécie de peixe, cará (*Gymnogeophagus* sp., Família Cichlidae) é endêmica da bacia do rio Ibirapuitã.



Foto 4. Localização da APA do Ibirapuitã.

Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Capturado em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUcCategoria.php?abrev=APA> em 2/1/2010.

4.2.3 Sistemas agrários

As atividades do setor rural não acompanham a lógica de produção dos demais setores econômicos, pois o tempo e as condições biológicas de produção são fatores determinantes no âmbito social, econômico e político. O ciclo dos organismos vivos envolvidos no sistema de produção necessita ser respeitado, pois depende do clima, do solo, das condições intrínsecas do organismo vivo e das interações entre estas variáveis. Estas variáveis aliadas aos aspectos econômicos e sociais conduzem às decisões por parte do produtor, que diante de mudanças abruptas ou não, podem inviabilizar as decisões anteriormente tomadas (BACHA, 2004).

A complexidade do cenário nos reporta ao que Silva Neto e Basso (2005) definem como os dois componentes de um sistema agrário: o agroecossistema e o sistema social produtivo. O primeiro refere-se ao ecossistema natural e ao antropizado; o segundo é formado pelos aspectos econômicos, sociais e técnicos que consiste em unidades produtivas qualificadas pela categoria social dos produtores bem como, pelo sistema de produção utilizado.

O município de Sant'Ana do Livramento é abordado na continuidade do presente texto conforme as considerações acima, de Bacha (2004) e Silva Neto, Basso (2005).

A região da Campanha onde se localiza o município de Sant'Ana do Livramento, historicamente, tem sido uma área de contatos culturais. No início eram os índios a pé, depois os índios a cavalo, seguiram-se os luso-brasileiros, os africanos e espanhóis, o cultivo do trigo europeu e do milho americano, a batata doce até a laranja oriental, convivendo o umbu com o exótico cinamomo permeando configurações que se criavam, na mesma medida em que os campos convivem até os dias atuais com a presença ligeira da ema em permeio aos tranquilos rebanhos bovinos.

4.2.3.1 Indígenas

Tem-se conhecimento que eram em pequeno número, os indígenas que viviam na banda oriental do Rio Uruguai e nas regiões próximas, deixando poucos vestígios materiais sobre o seu modo de vida no período anterior à chegada dos colonizadores.

As migrações indígenas mais relevantes foram as dos guaranis e dos minuanos. Os guaranis, vindos do alto Paraná, chegaram à região em duas levadas, uma delas no século IV e a segunda no século X. Aqui chegando atravessaram o rio Uruguai e consta que expulsaram os guainás para a região nordeste do Rio Grande do Sul (RS). Os guaranis estabeleceram-se então em uma faixa do oeste ao leste do RS difundindo seu sistema sócio-econômico baseado na agricultura do milho, feijões, no uso de porongos e da cerâmica e uma pesca na qual dissecavam e defumavam os peixes. Pode-se dizer que com os guaranis houve uma imposição de cultura. Confirmando a presença dos guaranis na região de Sant'Ana do Livramento, identifica-se a toponímia guarani em distritos e regiões que perduram até hoje, como: Upamaroti, Itaquiatiá e Mandubi, entre outros.

Os índios minuanos, grupo dos pampeanos, no século XVII migraram da região localizada entre os rios Uruguai e Paraná para o sul do rio Ibicuí. A área em geral no basalto e no arenito era utilizada para caça de acordo com as especificidades, migrando os indígenas de acordo com suas necessidades, uma vez que a caça, pesca e os cultivos eram para sua subsistência, segundo Torres (2001).

As transformações do sistema agrário indígena ocorreram com a introdução do cavalo. Este fato modificou os processos de utilização dos espaços disponíveis, intensificando e facilitando os deslocamentos, bem como novas formas de relações de cooperação e poder entre os mesmos e com os colonizadores.

4.2.3.2 Dos indígenas a cavalo – missões (1536 – 1780)

Os cavalos abandonados em 1536 na região do rio da Prata multiplicaram-se aos milhares, assim nos anos 1600 são manadas de cavalos selvagens que se encontram na região. Em 1607 os índios já estão adaptados ao uso do cavalo.

Com os povoamentos missionários estabelecidos, de São Nicolau (1626) e de São Miguel (1632), houve uma necessidade de abastecimento de comida. Desta forma os jesuítas providenciaram a vinda de gado da Banda Ocidental do rio Uruguai a partir do ano de 1634, acompanhados de muaras e ovinos. O sistema era de participação coletiva na organização social e o abastecimento regular de carne bovina era fundamental para fixar os povos no local, surgindo desta forma as estâncias coletivas de criação (GOLIN, 2004; OLIVEIRA, 2009).

Os indígenas já haviam transformado significativamente suas vidas com a introdução dos bovinos e cavalares. Estas transformações ocorreram tanto nos

hábitos alimentares, como de locomoção, abrigo e luta. Observa-se que os hábitos alimentares modificaram-se mantendo na dieta as emas, alguns brotos e plantas e introduzido o “churrasco”. O couro passa a substituir a palha. O mais relevante neste rito de passagem é a o cavalo como indispensável ao novo estilo de vida dos índios, tornando-se indispensável para prear o gado e lutar.

As atividades de criação envolviam a coleta do gado que levava cerca de dois meses e considerando que as estâncias eram comunitárias, reuniam-se de quarenta a cinquenta homens para reunir o gado. Os processos de trocas e comercialização eram coordenados pelos jesuítas.

O sistema de produção era baseado no capital circulante (animais) capturado mediante as arriadas. Pode-se considerar um sistema extrativista de cria, recria e engorda determinado pela natureza biológica dos animais e pastagens naturais. O trabalho social acontece durante as arriadas e as vacarias. Nas vacarias onde os animais eram capturados vivos os trabalhadores (*peões gaúchos*) recebiam melhor remuneração pelo fato de ser uma atividade com maiores riscos. Este sistema é identificado com maior intensidade no basalto, fundamentalmente pela melhor qualidade das pastagens e o acesso favorecido pela diversidade de mananciais de água. .

No século 16 e 17, a Coroa espanhola licenciou a introdução de africanos nas possessões americanas, geralmente obtidas por negreiros lusitanos. Os cativos foram comercializados e utilizados na extração de couros, na caça ao gado chimarrão, sendo utilizados como força motriz em carretas. As fazendas foram comumente povoadas por cativos negros que serviam como braço escravizado na produção de couros e charques. É de se estranhar a presença e uso de cativos no sul, uma vez que o local era pouco povoado e mal conhecido, as lidas não exigiam massa de trabalhadores e as atividades eram pouco rentáveis. Todavia, o escravo esteve presente nas diversas atividades produtivas.

Até a instalação das Charqueadas estiveram presentes na sociedade as categorias do indígena, do tropeiro, do estancieiro, do posseiro, do *gaúcho* e do escravo.

A disseminação dos bovinos, muares e ovinos bem como a necessidade de abastecimento de carne para o nordeste do país, proporcionou um novo ciclo com as charqueadas no Rio Grande do Sul.

4.2.3.3 Das charqueadas aos frigoríficos (1780 – 1900)

Pode-se dizer que as vigas mestras da sociedade existente eram as estâncias, a igreja e as milícias. Junto à sede dos grandes fazendeiros que contassem com mais de sessenta pessoas, entre livres e escravos, era construído um altar para o devido serviço religioso (LOVE, 1975; GOULART, 1976; CAGGIANI, 1983;).

Nas cercanias das estâncias estabeleciam-se os parentes, amigos, protegidos, aventureiros, índios e mestiços, determinando as relações sociais. As casas simples na região pastoril eram de barro e cobertas de capim e a alimentação era a carne e o mate. Não eram poucos os estancieiros analfabetos, que usavam chiripá, sendo as botas de garrão de potro muito comuns (FERREIRA FILHO, 1965; BARBOSA, 1985).

O “gaúcho” usava arreios de cavalo, boleadeira, laço, faca como instrumentos de trabalho. Nas propriedades os instrumentos de metal e alguns implementos à tração também eram utilizados, como carretas e carroças. A partir de 1874 já se utiliza arame para divisões de campo, e em 1897 o mesmo passa a ser isento de taxas no Rio Grande do Sul. A esquila manual com tesouras e os banheiros para gado estão presentes em algumas propriedades.

Constituem as categorias sociais predominantes neste período, o peão “gaúcho”, os colonizadores, contratados, agregados, escravos, tropeiros, charqueadores, pecuaristas, agricultores de subsistência e posteriormente de mercado e os primeiros imigrantes e militares. Os posseiros e arrendatários são categorias que surgem devido às grandes extensões de terra. E os militares tornaram-se importantes no contexto, pela concentração do exército luso brasileiro

A distribuição das sesmarias ocorreu sem distinção entre as áreas de basalto e arenito. No basalto dominou a pecuária extensiva e no arenito as áreas com agricultura que se ampliaram pela necessidade de alimentos para a população que crescia, inclusive com o plantio de trigo disseminado pelos colonizadores e jesuítas.

As construções ampliaram-se nas estâncias com a casa da família, galpão (reduto masculino), casa do capataz, mangueiras e currais, troncos, bretes, piquetes (localizado atrás do galpão e onde permaneciam os animais para consumo da estância), postos (ranchos do posteiro) e as casas dos agregados normalmente localizadas próximas de matos e rios, onde eram realizados os cultivos. As divisórias no basalto eram feitas de pedra, enquanto no arenito utilizavam-se madeiras.

A implantação da Charqueada (saladeiro) em Pelotas em 1780 inicia um novo ciclo, onde o couro perde espaço e desenvolve-se o Ciclo do Charque.

O fato de Sant'Ana não ter uma charqueada era motivo de deslocamento das tropas para as charqueadas de Paisandú ou Taquarembó no Uruguai. Quando os preços eram mais favoráveis no Uruguai, era esse o destino das tropas, ou então, eram direcionados para as charqueadas no território brasileiro. A circulação das tropas acontecia de acordo com as vantagens nos preços, segundo Albornoz (2000).

A situação de fronteira permitia relações econômicas de produção local ora abastecendo o norte e nordeste do Brasil, de acordo com a autora, ora atendendo o abastecimento dos consumidores do mar do Caribe e dos estados sulistas dos Estados Unidos, visto o charque ser a alimentação básica dos escravos.

Pelo fato do município localizar-se junto à fronteira do Uruguai e próximo à fronteira da Argentina, como nos demais municípios de fronteira, foram os primeiros a avançar na adoção de práticas tecnológicas avançadas em seus rebanhos influenciados pelos países vizinhos. A introdução do arame é um dos exemplos. Segundo Silva Neto (1994) também criou o trabalho assalariado do aramador, a eliminação dos posteiros e observadores com suas famílias, permanecendo um ou dois posteiros, na maioria solteiros. Verifica-se de acordo com o autor, uma redução de 25% da mão de obra empregada.

Influenciado pelas práticas de manejo dos rebanhos uruguaios, passou-se a utilizar práticas de sanidade e melhora zootécnica dos animais com as raças de origem européia nos rebanhos crioulos. Os agricultores agregados recebiam pequenas áreas dos sesmeiros por serviços prestados. Tornando-se mão de obra de reserva e fiel aos estancieiros, além de fornecerem produtos agrícolas aos sesmeiros (ALBORNOS, 2000; TORRES, 2001).

O aumento da produtividade, a facilidade de transporte, a abundância de mão de obra, a existência de uma situação especialmente favorável à S. do Livramento permitiu aos criadores investirem na exploração. Um dos investimentos foi a introdução de raças bovinas de origem inglesa (Hereford, Shorthorn, Aberdeen Angus e Devon) e a raça Charolês de origem francesa (Normandia). No início do século XX, por meio da compra de reprodutores vindos do Uruguai e Argentina. Posteriormente as importações ocorreram dos países de origem (PESAVENTO, 1978; MARCONTÔNIO, 1987; ALBORNOS, 2000).

É importante relatar que tanto no Uruguai como na Argentina as estradas de ferro foram construídas no sentido das fronteiras. Assim em 1892 o município de Sant'Ana do Livramento contava com a ferrovia Montevideo-Rivera para o escoamento de produtos e aquisição de outros vindos do porto de Montevideo. Em face do exposto a sociedade local tinha um nível de vida econômico e cultural desenvolvido para uma cidade longe da capital (Porto Alegre). Os trilhos da ferrovia nacional chegam somente em 1907. Esta situação sempre proporcionou desde cedo uma integração econômica, produtiva, cultural e social com o Uruguai e Argentina (SILVA NETO, 1994; CAGGIANI, 1983; ALBORNOZ, 2000), (Foto 5).

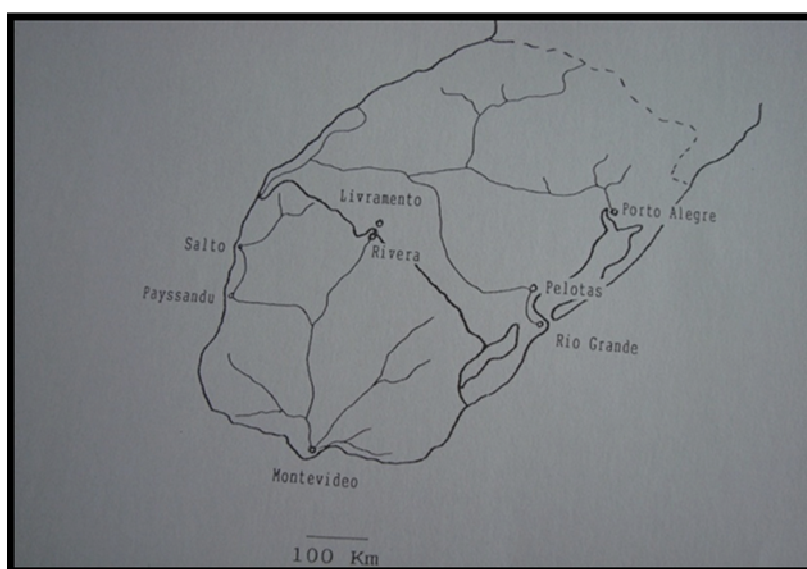


Foto 5. Visualização da rede ferroviária pós I Guerra Mundial.

Fonte: Silva Neto (1994).

A alavancagem para o próximo período de evolução dos sistemas agrários é a instalação em Santana do Livramento da Charqueada (saladeiro) Anaya-Irigoyen, favorecido pelo dinâmico porto de Montevideo.

4.2.3.4 Industrialização (1900 – 1970)

A instalação da charqueada (saladeiro) Anaya-Irigoyen foi por razões políticas, união dos brancos de Rivera (Uruguai) com os republicanos de S. do Livramento. Outro fator favorável era a existência do trem de Rivera para Montevideo desde 1892, bem como o apoio recebido pelas autoridades locais. Em 1903, os uruguaios Pedro Irigoyen e Francisco Anaya, motivados por questões políticas e pela elevada taxa do charque platino, que favorecia o charque gaúcho,

resolveram se estabelecer no país, o maior mercado para o charque. A instalação da charqueada (saladeiro) abriu o caminho para a industrialização da carne. E em 1904 ficou pronta, constituindo-se num complexo agroindustrial de 12.000 m², com sete poços artesianos e luz elétrica, localizado em seis quadras de sesmarias a cinco quilômetros da cidade. A mão de obra qualificada era basicamente de origem uruguaia, conforme Albornoz (2000).

A presença da indústria no meio de produção pecuária proporcionou um acréscimo de renda ao município de 60 % de 1902 para 1905. No ano de 1906 abateu 88 mil cabeças exportando a produção por meio da estrada de ferro uruguaia até o porto de Montevideo, para então ser encaminhado ao Brasil, favorecendo a economia do Uruguai (transporte). Em 1907 era a 2^a maior firma em valor de produção no RS, contando com 410 empregados.

Sant'Ana do Livramento incorporou-se à modernidade com a instalação de luz elétrica em 1906. Apesar de o trem ter chegado a Rivera, pelas mãos dos ingleses em 1892, são os franceses em 1910 que levam a linha de trem até S. do Livramento.

No ano de 1911 já existiam quatro charqueadas em S. do Livramento: Sociedade Industrial e Pastoril, Charqueada São Paulo, Charqueada Bela Vista e a já instalada. Estando no centro da produção pecuária, só perdia para Bagé como centro de abate. Ainda antes da 1^a Guerra Mundial foram instalados equipamentos para a fábrica de carne em conserva, máquinas para fazer as latas de 250 gramas até 3.000 gramas. Albornoz (2000) e Torres (2001) citam que os principais produtos industrializados passaram a ser o *corned- beef*, *boiled- beef* e o extrato de carne.

Neste contexto econômico de acelerado crescimento da pecuária, intensificaram-se os melhoramentos na pecuária do basalto e do arenito. O campo é melhorado com introdução de pastagens já utilizadas no Uruguai e na Argentina, como também práticas de melhoramento dos campos nativos. Em 1922 era significativo o número de propriedades rurais com subdivisões, entretanto as invernadas resultantes chegavam a áreas de 1.016 hectares. Este fato corrobora o predomínio da grande propriedade com criações extensivas. Na área de sanidade animal inicia-se o uso de arsênico para o controle de ectoparasitas, principalmente o carrapato.

Na medida em que o ciclo industrial favorece a economia, os estancieiros adquirem mais terras e o centro urbano cresce pelos aspectos favoráveis

proporcionado pelos meios de comunicação de Sant'Ana do Livramento – Rivera – Montevideo.

Em 1911 ocorre uma expansão do complexo de carne americano no Uruguai, com a aquisição do Frigorífico Montevideo e do Frigorífico Artigas (1917). O primeiro foi adquirido pela Swfit, o segundo pelo consórcio Armour e Morris. E em 1918, o truste da carne contava no Rio Grande do Sul com os frigoríficos do Armour e do Wilson em Sant'Ana do Livramento e do Swfit em Rosário do Sul e Rio Grande. A Charqueada Anaya-Irigoyen foi adquirida pela Companhia Armour, que teve sua inauguração no dia 4 de julho de 1917.

Garantidos pela oferta de gado e uma bem estruturada rede ferroviária na Argentina e no Uruguai, os frigoríficos instalados no município e em Rosário do Sul, se articularam logisticamente com a rede ferroviária e os portos, de tal forma que a linha Montevideo-Rivera terminava na Estação Armour, passando pelo frigorífico Wilson, sendo os trilhos construídos por empresa francesa e custeados pela companhia Armour.

As tropas para o abate eram conduzidas por tropeiros, mas também pelos próprios donos, enquanto os pequenos proprietários tinham seus animais incorporados nas tropas dos grandes estancieiros (TORRES, 2001).

O complexo Armour modificou a fisionomia da cidade, uma vez que a tecnologia de ponta foi utilizada, com máquinas inglesas e americanas. A construção compreendia: planta industrial, um edifício para a gerência, casa para os solteiros e 32 casas para os funcionários casados, clube esportivo, quadras de tênis e campo de golfe. Os americanos também introduziram sua cultura e valores na estruturação do espaço ocupado e nas suas relações com a sociedade local, fato que se confirma com a manutenção do campo de golfe e adeptos do esporte em S. do Livramento.

Os antigos funcionários da Charqueada Anaya e Irigoyen foram contratados pela Companhia Armour e novos foram admitidos totalizando em 1919 cerca de mil operários.

A capitalização dos fazendeiros foi uma conseqüência do crescimento da Companhia Armour, em função da valorização dos rebanhos (matéria prima), concomitantemente a cidade desenvolveu o seu comércio. Em 1937 eram 50 indústrias. Contudo cerca de 40% do capital circulante era da Companhia Armour, configurando-se um poder econômico marchando a par do poder político. Durante

1920-1932, 25 % dos bovinos abatidos no Rio Grande do Sul devia-se aos abates realizados pelo frigorífico da Companhia Armour.

Entre 1940-44 ocorreu o maior volume de abate, reduzidos em 50% nos cinco anos seguintes. O crescimento da pecuária em Sant'Ana do Livramento era acompanhado pelo crescimento da pecuária nos campos de Rivera, já que as grandes propriedades de produção pecuária deste estavam relacionadas diretamente com o contrabando, outra forma econômica de crescimento. Contudo o crescimento local sempre foi fortemente dependente do mercado externo.

Concomitante ao crescimento da pecuária, década de 40, a ovinocultura devido à valorização da lã, tornou-se a atividade custeadora da propriedade de acordo com o trabalho de Nochi (2003) e Silveira (2009), fato que viabilizou os investimentos na pecuária e aquisição de mais terras. O desenvolvimento do mercado internacional de lã deu origem à cooperativa de produtores de lã. Todavia em termos de utilização dos campos, a lotação ovina acima dos limites suportáveis pelos campos, resultou na degradação das pastagens segundo Ferreira Filho (1965), Goulart (1985), Silva Neto (1994) e Torres (2001).

A ovinocultura de lã teve uma grande evolução da produção de quantidade de lã entre os anos de 1949 e 1958. Após este período houve safras com decréscimo de produção, devido a tempestades que ocasionaram a mortandade de grande parte do rebanho ovino santanense. Porém, nas safras dos anos de 1964 e 1965 iniciou-se o período áureo da lã na região, onde se obteve 4 milhões de quilos de lã, sendo 85% destes representados pela produção de Livramento, que atingiu 3 milhões e 400 mil quilos de lã (SILVEIRA, 2009).

Até os anos 50 a pecuária predominou como sistema agrário de produção, com grande número de cabeças abatidas nos frigoríficos. A partir deste momento declina o número de animais abatidos e as cooperativas começaram a ocupar espaços. Foram criadas as cooperativas de produtores de carne (1940), cooperativa de produtores de lã (1944) e em 1950 a cooperativa de grãos. O Lanifício Thomas Albornoz inicia a industrialização da lã em 1962, exportando sob forma de *tops*.

Entre 1940 – 1989 há um crescimento de bovinos e ovinos em S. do Livramento. A superfície pastoril praticamente não evoluiu e a lógica das estâncias desde o século XIX não alterou, pois está fortemente ancorada na disponibilidade imediata de forragens das pradarias espontâneas (Tabela 4).

Itens/ Ano	BOVINOS nº animais	OVINOS nº animais
1940	321.000	360.000
1989	503.000	838.000
% de crescimento do rebanho	65	130

Tabela 4. Evolução do rebanho bovino e ovino de 1940 – 1989.

Fonte: Silva Neto(1994).

Com a indústria de carne bem sucedida os primeiros imigrantes italianos e alemães se estabelecem na região do arenito com agricultura.

No período de crescimento e auge da pecuária, 44% da população concentravam-se no meio rural. Na medida em que as lavouras são mecanizadas (arroz e trigo) e a tecnologia é adotada em diferentes áreas de produção, reduz-se a contratação de mão de obra.

No basalto concentra-se a pecuária mais desenvolvida, com rebanhos para o aproveitamento de carne baseado em raças de origem européia, bem como, pequenos rebanhos de bovinos para o aproveitamento de leite, ovinos com a finalidade de produção de lã e como animais de consumo nas estâncias e cavalares para o trabalho campeiro e tração. A agricultura do basalto é tanto para a subsistência como para o mercado, com lavouras de arroz nas várzeas, bem como milho, trigo, feijão, pomares e outros cultivos para consumo nas propriedades (hortaliças, batata).

A região do arenito consolida-se como agrícola, com o cultivo de arroz, trigo e milho, principalmente. Nos arredores da sede das estâncias havia cultivos e pequenas criações de subsistência (hortaliças, batata abóbora, galinhas, etc) e pequenos pomares.

Durante o período auge da industrialização da principal matéria prima da região – rebanho bovino, os sistemas agrários no basalto e no arenito estavam baseados na pecuária extensiva de grandes propriedades rurais.

A lavoura arrozeira predominou na agricultura com a drenagem dos campos, melhoramentos na infra-estrutura, construção dos primeiros açudes, barragens, sistemas de bombas para levante hidráulico, uso de tratores, veículos utilitários, energia elétrica e o uso de fertilizantes químicos.

A esquila dos ovinos além das tesouras manuais também era realizada com máquinas a motor. Difunde-se o uso de banheiros para bovinos e se constrói banheiros para ovinos. Verifica-se o uso mais intensivo de pastagens melhoradas e há a introdução de pastagens exóticas. Alguns pioneiros produzem feno.

A inseminação artificial, como prática de melhoramento dos rebanhos, inicia-se no município (pioneiro no país). Em 1961 foi criada a cooperativa de inseminação.

A configuração na região do basalto é de médias e grandes estâncias. Ocorre o plantio de eucaliptos para a sombra e proteção dos animais, para o uso nas locomotivas à lenha e na fornalha dos frigoríficos. As várzeas são arrendadas para as famílias dos imigrantes que cultivam principalmente o arroz. A orizicultura passa a ocupar espaço relevante na economia, concentrando-se na região do arenito e nas várzeas drenadas (SILVA NETO, 1994; TORRES, 2001).

Em 1958 o truste da carne inicia seu trajeto de desativação das plantas frigoríficas (Swfit, Armour e Anglo) no Uruguai. Pelas datas históricas e os registros obtidos (ALBORNOZ, 2000) nesta mesma data a empresa se afasta de suas atividades no município. A fusão Swfit-Armour continua com atividades até 1968. Posteriormente é adquirida pelo grupo Bordon que entra em concordata em 1994.

O ciclo de investimentos do capital estrangeiro chegou ao seu final nos anos 60-70, transformando substancialmente a partir daquele momento o panorama econômico. Como consequência percebe-se mudanças em todos os demais setores, inclusive nos sistemas agrários, na tentativa de reverter os aspectos negativos. A pecuária, tanto no basalto como no arenito, estagnam seu desenvolvimento e posteriormente iniciam ciclos de crises. Em contrapartida os sistemas agrícolas modernizam-se e se ampliam.

4.2.3.5 A diversificação dos sistemas agrários: nova configuração? (1970 até os dias de hoje)

Os fatos como:

- a) a fusão da Swfit e do Armour, constituindo a Swfit-Armour SA Indústria e Comércio (1969), que iniciou um período de trocas de comando do frigorífico e enfraquecimento de investimentos e capital circulante, leva em 1989, à aquisição pelo grupo Bordon da planta frigorífica. No entanto o grupo entra em concordata em 1994, e a

CICADE, cooperativa de carnes com sede em Bagé, assume o comando. Posteriormente o grupo Coradine com atividades também na agricultura, assume com a denominação de frigorífico 3C, com o auxílio de capital público. Mas uma troca entre acionistas do 3C, dá origem ao General Meat Food proporcionando um breve período de sobrevida ao frigorífico. Atualmente os credores (Banco do Brasil entre outros) levaram a leilão a planta do frigorífico, resultando no seu desmanche;

- b) o contexto da crise da lã no mercado internacional também provocou a falência do Lanifício Albornoz (entre 200 a 400 empregados). Além do Lanifício Thomas Albornoz existia a Cooperativa de produtores de lã, a COOLÃS. No momento que a crise se intensificou, a cooperativa fechou e o lanifício reduziu a compra e comercialização. A massa falida do lanifício, antigos funcionários, permaneceu no mercado com reduzida participação. A comercialização passou a ser concentrada nas *barracas* que também comercializam peles de ovinos e couros;
- c) a comercialização do gado para abate, bovino e de ovino, no início do período considerado, fluía igualmente por três caminhos: a comercialização direta com o frigorífico quando da disponibilidade de elevado número de animais e com boa qualidade; a comercialização com agentes comissionados e a última ocorria entre os pequenos produtores que muitas vezes vendiam seu produto a um produtor maior que negociava com o frigorífico ou agente comissionado (TORRES, 2001).
- d) o crédito rural que na década de 70 influenciou principalmente a agricultura com reflexos na pecuária, proporcionou que proprietários de terras sem tradição com agricultura adquirissem maquinário e iniciassem o plantio de arroz e soja. Na pecuária a aquisição de máquinas permitiu a instalação de áreas com pastagens e produção de feno como prática alternativa para o período de inverno.

Estes fatos permitiram constatar que os sistemas agrários, na região do basalto, evoluíram na qualificação e intensidade de sua exploração, mantendo a pecuária extensiva de corte, a ovinocultura de lã e de carne (introduzida na década de 80) e o arroz irrigado. As lavouras de milho continuam, mas com o objetivo de

utilização do grão e da silagem para os bovinos. O feno de pastagens introduzidas e de melhor qualidade (azévem, aveia, cornichão, trevo branco principalmente) tornaram-se até a década de 90 uma prática comum, posteriormente as pastagens não foram renovadas e a fenação diminuiu de intensidade.

A pecuária de corte, sistema extensivo de criação é de ciclo completo na maioria das propriedades, existindo alguns produtores que se especializam em fases do ciclo (cria, recria, terminação). Desde os anos 70 acontece uma melhora genética dos rebanhos, com a introdução de novas raças europeias, com os cruzamentos com raças zebuínas, a intensificação das práticas de monta controlada e inseminação artificial. O aperfeiçoamento genético dos animais introduz nova atividade pecuária: as cabanhas de reprodutores bovinos, ovinos e cavalares.

Uma das elaborações de Silva Neto (1994), sobre o seu estudo em S. do Livramento permitiu a construção de uma tipologia das estâncias existentes. O autor caracterizou quatro tipos de estâncias e projetou mais dois tipos, baseado na intensificação da criação com um manejo zootécnico, um na zona de basalto e outro na zona de rochas sedimentares. O quadro seguinte apresenta a caracterização dos quatro tipos existentes (Quadro 14).

ÍTEM	Estâncias em zona de rochas sedimentares (1)	Estância de bovinos e ovinos em zona de basalto (2)	Estância com ciclo completo em zona de rochas sedimentares (3)	Estância com ciclo completo em zona de basalto (4)
S.A.U.	550 ha (200 a 600 ha)	600 ha (300 a 700 ha)	900 ha (700 a 3.000 ha)	1200 ha (800 a 5.000 ha)
	400 U.A. (0,8 U.A./ha)	480 U.A. (0,8 U.A./ha)	720 U.A. (0,8 U.A./ha)	960 U.A. (0,8 U.A./ha)
	- 365 bovinos (165 fêmeas)	- 320 bovinos (120 fêmeas)	- 600 bovinos (213 fêmeas)	- 650 bovinos (230 fêmeas)
	- 5 ovinos	- 120 ovinos (320 fêmeas)	- 60 ovinos (148 fêmeas)	- 250 ovinos (650 fêmeas)
	- 30 cavalos	- 40 cavalos	- 60 cavalos	- 60 cavalos
PESSOAL	4 UTH	5,4 UTH	5,5 UTH	6 UTH
CAPITAL EXPLORAÇÃO	U\$ 42.500,00 (14%)	U\$ 48.360,00 (13%)		U\$ 55.056,00 (8%)
Efetivo imobilizado			U\$ 53.200,00 (10%)	
Efetivo circulante	U\$ 70.200,00 (22%)	U\$ 75.340,00 (21%)	U\$ 127.151,00 (24%)	U\$ 145.634,00 (21%)
CAPITAL FUNDIÁRIO	U\$ 200.000,00 (64%)	U\$ 240.000,00 (66%)	U\$ 360.000,00 (66%)	U\$ 480.000,00 (71%)
CAPITAL IMOBILIZADO	U\$ 312.700,00	U\$ 363.700,00	U\$ 540.351,00	U\$ 680.690,00
RESULTADOS ECONÔMICOS				
Valor agregado	U\$ 6.140,00	U\$ 8.470,00	U\$ 16.720,00	U\$ 23.250,00
Produtividade	U\$ 1.535,00	U\$ 1.570,00	U\$ 3.040,00	U\$ 3.875,00
Valor Animal/ha	12 U\$	14 U\$	19 U\$	19 U\$
Rendimento Proprietário	U\$ 1.980,00	U\$ 2.770,00	U\$ 10.580,00	U\$ 16.130,00

Quadro 14. Tipologia das estâncias existentes em Sant'Ana do Livramento.

Fonte: Síntese tipologia a partir dos dados de Silva Neto (1994).

UTH – Unidade de Trabalho Homem.

Nas estâncias tipo 1, o rendimento do proprietário é pequeno, mas o autor constatou que são pessoas com atividades urbanas e com outros rendimentos. As categorias animais comercializadas são as vacas de descarte e animais desmamados. Os ovinos representam uma criação de subsistência. Os níveis zootécnicos são baixos (50% de fecundidade, 5% de mortalidade e a idade de abate é de mais de quatro anos).

Nas estâncias tipo 2, o sistema é de criações de bovinos jovens, os ovinos são uma fonte secundária de rendimentos. A grande proporção de ovinos deve-se às condições das pastagens existentes que favorecem a criação. A comercialização de bovinos jovens justifica-se pela flexibilidade de ventres jovens (terneiros desmamadas). Caracteriza-se, de acordo com o autor como uma exploração extensiva.

Nas estâncias tipo 3, o sistema é de ciclo completo e o mais comum no meio. Dedicar-se preferencialmente ao engorde de bovinos. O rebanho e a terra representam 90% do capital imobilizado.

Nas estâncias tipo 4, os ovinos são mais importantes que na zona de rochas sedimentares pela qualidade das pastagens, no entanto o rebanho altera-se de acordo com o preço da lã. A questão posta é o que sucederia com a redução do rebanho ovino, com os campos naturais, quais as práticas de manejo para continuar com bons rendimentos.

As estâncias do tipo 5 e 6 compreendem um número pequeno no universo dos produtores, cerca de 2%, segundo o autor. A intensificação prevista compreende a estocagem das forragens. São criações administradas por técnicos da área agrícola (agrônomos, veterinários, zootecnistas, entre outros) que muitas vezes tem uma fonte secundária de rendimentos.

O tipo 5, conforme proposta do autor, fundamenta-se em práticas de manejo para serem implantadas em um prazo de três anos. Nos dois primeiros anos é importante manter o rebanho e os ventres com boa capacidade reprodutiva. No terceiro ano há um aumento de ventres e por conta do descarte dos primeiros anos, o equilíbrio econômico pode ser percebido.

Contudo outras razões estão envolvidas no processo de intensificação, como a gestão de criações intensivas, o acompanhamento mais freqüente no manejo do rebanho e atenção no processo de comercialização.

As estâncias com agricultura – rizicultura, tipo 6 de acordo com o mesmo autor, com rápido desenvolvimento a partir dos anos 80, tem a vantagem do aproveitamento da resteva da cultura para o engorde de animais. A obtenção de animais prontos para o abate em meses como outubro-novembro constituem um diferencial de época de comercialização, logo com melhores preços.

A área com arroz em S. do Livramento na década de 90 era em torno de 9.000 hectares, na safra de 2008 e 2009 foram plantados 10.300 hectares com uma produção média de 6.860 kg/ha. Esta vantagem diferencial, criações com cultura do arroz somente 5% das propriedades tem condições de implementar em função dos solos (IRGA, 2009).

Em relação ao tipo de solo verifica-se que a região do basalto é a preferencial para a criação ovina, devido à qualidade dos campos. Inicialmente os rebanhos eram de raças para lã (Merino e Ideal), ou no caso do Corriedale selecionada mais para a produção de lã. Posteriormente são introduzidas as raças para carne (Texel) e a raça Corriedale que passa a ser selecionada também para produção de carne. O mercado para a carne ovina, antes utilizada para o consumo nas propriedades rurais, incrementou-se nos últimos 10 anos, incentivando a definição dos rebanhos para a produção de carne, na mesma medida que os rebanhos para produção de lã são reduzidos. Muitos produtores passam a cruzar os rebanhos ovinos para lã com raças para carne, influenciados pela crise no preço da lã e aumento paulatino do consumo de carne ovina. O incremento de rebanhos ovinos para carne ensejou no estabelecimento de um frigorífico (2001-2) para abate de ovinos jovens (principalmente cordeiros).

A exploração da pecuária de leite acontece no basalto com animais de boa qualidade genética, com a instalação de tambos mecanizados. Predominam os animais de raça Holandesa, existindo, todavia tambos com a raça Jersey que além de produção de leite comercializam matrizes leiteiras.

Os equipamentos agrícolas utilizados acompanharam a evolução do mercado, enquanto na pecuária generaliza-se a construção de instalações para o manejo bovino e ovino. Também os campos estão sendo mais subdivididos com cerca comum como com cercas elétricas, facilitando e qualificando o manejo.

A orizicultura predomina pela boa produtividade. As áreas de plantio de arroz estão sendo aproveitadas com pastagens, realizando-se o plantio direto na resteva

da cultura. O manejo destas várzeas de arroz tem permitido a terminação de animais no período de entressafra minorando as deficiências hídricas dos campos naturais.

As mudanças mais significativas constatadas neste período surgem na região do arenito.

A orizicultura introduzida pelos imigrantes alemães e italianos, como arrendatários, ocorreu nas áreas inadequadas para a pecuária. Paulatinamente os arrendatários capitalizaram-se, adquiriram terras e melhoraram as condições estruturais para o desenvolvimento de lavouras economicamente viáveis. A bem sucedida lavoura de arroz, das várzeas ampliou-se às encostas das coxilhas, sendo então necessário *“investimentos em barragens ou sistemas de moto bombas para o levante hidráulico”*, de acordo com Torres (2001, p. 36).

Com o uso intensivo de máquinas nas lavouras de arroz muitas áreas degradaram-se exigindo práticas de conservação. Os solos da região do arenito são de baixa fertilidade, fato que levou desde a introdução das lavouras de trigo e posteriormente de soja e do arroz, a fertilização química destes solos.

A Fruticultura

Na década de 70 novas atividades agrícolas são implantadas na região do arenito: a fruticultura. O que existia até o presente momento era o plantio de pêssegos em áreas próximas a sede do município. A qualidade e produção dos pêssegos levaram alguns produtores a dedicar-se a atividade, em pequenas áreas próximas à cidade, abastecendo o mercado *in natura* local e nos municípios próximos.

Alicerçado nas condições edafoclimáticas favoráveis da região, desenvolveu-se um projeto conjunto da EMATER, da Prefeitura Municipal e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Pelotas para a exploração de espécies de frutíferas: pêra, ameixa e pêssego. A cultura de pêssego pelos resultados satisfatórios foi ampliada e disponibilizou produtos de melhor qualidade ao consumidor local e regional.

A Vitivinicultura

Existem registros orais da Família Remedi, levantados até o presente momento, de plantio de videiras quando da chegada dos primeiros imigrantes italianos na região (CAGGIANI, 1983). A vitivinicultura re-instala-se no município na década de 70 por meio de duas empresas vinícolas: Almadén, pertencente ao grupo

da National Distillers (EUA) e a Livramento Vinícola Ltda, empresa do grupo Hombro do Japão. Ambas as empresas adquiriram suas áreas no arenito.

A vinícola Almadén instalou-se em 1976 na região do Cerro de Palomas e em dois anos implantou cerca de 700 hectares de uvas viníferas. A implantação da indústria foi o resultado de estudos realizados por duas universidades: Universidade de Davis (Califórnia) e Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e pela Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, finalizado em 1973 e indicando a Campanha e o Sudeste do RS como locais favoráveis para o desenvolvimento de viníferas.

De acordo com Ferreira (2005), em estudo sobre as estratégias das empresas vitivinícolas, foram as condições edafoclimáticas a alavanca motivacional dos agentes econômicos para a instalação nesta região da indústria do vinho.

A empresa Almadén tem trocado de donos e em dezembro de 2009 o controle que era do grupo Pernoud Ricard (origem francesa) passou para o grupo brasileiro Miolo Wine Group. Nos últimos vinte anos a empresa reduziu a área de plantio, atualmente cerca de 620 ha, concentrando-se na produção de viníferas tintas, face às novas exigências de mercado.

A Vinícola Livramento Ltda, fabricante dos vinhos Santa Colina, até 2005 estava nas mãos dos mesmos donos. Em 2006 foi vendida à Cooperativa Viti-Vinícola Aliança Ltda de Caxias do Sul. São cerca de 100 hectares com uvas viníferas. Em 2004 outra vinícola, a Cordilheira de Sant'Ana, foi inaugurada junto ao Cerro de Palomas e próxima à Almadén, com 25 hectares plantados. Esta última é de capital nacional.

Estas áreas não são mais as únicas instaladas, já existem alguns produtores individualmente ou associados, cultivando uvas viníferas em áreas de 1 a 10 hectares. A introdução da vitivinicultura, com o beneficiamento da uva e engarrafamento do vinho no município tem proporcionado a retomada de utilização de mão de obra efetiva e contratada. Inseridos dentro do contexto do novo rural, estas pessoas na sua maioria residem na cidade. Passam o dia trabalhando na lavoura e na indústria.

Todos os sistemas de vitivinicultura são sob a forma de *espaldeiras*, objetivando aproveitar o máximo as condições de luminosidade, ventilação e temperatura para potencializar a qualidade do produto final – vinho.

O município conta atualmente com um viveiro de frutíferas (Vallagarina Viveiro de Mudas), inclusive de videiras, resultado de uma parceria de capital

nacional e italiano, bem como com uma associação dos produtores de uva de Sant'Ana do Livramento (ASPROUVA).

A atividade agroindustrial com alto valor agregado oferecido pela indústria do vinho, iniciado com a Almadén, reestruturou a matriz produtiva do município, indicativo de uma reorganização e reordenação do espaço agrário historicamente construído.

A trajetória foi de uma empresa estrangeira criando um novo espaço econômico, novas relações de trabalho e novas dinâmicas como um todo.

A dificuldade foi a mão de obra para o desenvolvimento das atividades de cultivo e industrialização. Inicialmente toda a mão de obra vinha de fora, "da Serra". Posteriormente cursos ministrados pelos técnicos da empresa, Almadén em convênio com a Associação Santanense de Ensino Superior (ASPES, atualmente URCAMP) e Prefeitura Municipal ampliaram a oferta de mão obra para a poda e colheita de uvas. Atualmente a relação estabelecida é de uma mão de obra assalariada, com o aprendizado transmitindo pela empresa, detentora dos recursos de produção.

Os assentamentos rurais

São também na região do arenito que foram instalados desde os anos 90 os assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Banco da Terra, totalizando cerca de 30 assentamentos com áreas em torno de 24 a 30 hectares. De acordo com os dados do INCRA, Superintendência Regional do Estado do Rio Grande do Sul (2007), o primeiro assentamento foi o Cerro do Munhoz (1992) em uma área de 1.577 hectares e com 64 famílias efetivamente assentadas. Em 1996 foram seis assentamentos (São Joaquim, Santo Ângelo, Apolo, Bom Serra, Coqueiro, Jupira/São Leopoldo) em 5.463,4 hectares e 190 famílias. No ano seguinte foram quatro assentamentos (Recanto, Frutinhas, Posto Novo, Santa Rita II) em 2.592,2 hectares e 86 famílias. Entre 1998 e 2007 foram cerca de dezoito assentamentos totalizando 16.624,1 hectares e 618 famílias.

Prevalece nestas áreas a agricultura de subsistência, apesar de alguns poucos terem iniciado o plantio de frutíferas, inclusive uva. No entanto as dificuldades de escoamento da safra, a falta de infra-estrutura para o beneficiamento e uma reorientação política do município para a cadeia leiteira, junto aos assentamentos, reduziu o interesse pelo plantio de viníferas.

Os sistemas agrários presentes na região do *basalto e do arenito* diferenciam-se na razão da capacidade de uso destes solos, na articulação das relações das categorias sociais e na tradição histórico-cultural. As categorias sociais percebidas compreendem os produtores com pecuária e os com agricultura, arrendatários, assentados e as empresas vitivinícolas com ações no contexto rural e os descendentes árabes como categoria urbana influenciando e determinando ações no urbano com reflexos no rural (comércio, meios de comunicação e investimentos no meio rural). Cabe ressaltar o histórico oscilar cambial entre as fronteiras – Brasil e Uruguai, como fator de influência nas decisões urbanas e rurais, em face da intensa troca de produtos agrícolas e pelo comércio de serviços (*free shop*, hotéis, restaurantes) fato mobilizador de uma nova frente de investimentos – pousadas rurais e projetos em turismo rural.

O resultado da evolução dos sistemas agrários com seus matizes, histórico, social, técnico, ambiental revela o curso de ação dos indivíduos em suas decisões. Analisar a orientação dos sistemas decisórios e a hierarquização de objetivos e valores permite vislumbrar as complexidades do processo de tomada de decisão dos produtores nos distintos sistemas agrários

4.2.4 Sant’Ana do Livramento e a condição de fronteira

A condição de fronteira como fonte de perigo ou ameaça está mais no entendimento dos órgãos do governo central, do que no interesse das sociedades que convivem em Sant’Ana do Livramento e Rivera (Uruguai). A razão está na origem comum, na matriz pastoril, na influência jesuítica, na índole do homem ‘gaúcho’.

O que se tem é uma integração de estruturas sociais, culturais, produtivas e até políticas sob a égide de um limite soberano de unidades políticas. A fronteira passa a ser um espaço com significados configurando-se um marco referencial de identidade.

A noção de fronteira é um fenômeno inicialmente de ordem social espontâneo, marco de começo do Estado. Para Kahmann, Masina (2005) é também lugar onde ocorre comunicações entre os Estados políticos. Neste contexto o limite simboliza o fim do controle de uma unidade político territorial. Assim o limite passa a ser uma abstração sujeita a leis internacionais, sem existência material.

Os conceitos de fronteira e limites na “fronteira da paz” (Sant’Ana do Livramento e Rivera) tem proporcionado aproximações históricas na matriz produtiva que continua com a instalação das vinícolas. Isto é, existem vinícolas em Rivera também. No entanto os governos protegem suas indústrias e o que se verifica são ações conjuntas de ordem técnica. A situação repete-se na cadeia leiteira.

Os aspectos positivos em termos de setor rural são as reuniões, seminários, eventos de um modo geral com assuntos comuns, onde as identidades produtivas permitem alavancar possibilidades de qualificação nos sistemas agrários estabelecidos.

Observa-se que Sant’Ana do Livramento beneficia-se da condição de fronteira pelas trocas e afinidades de sua matriz agrária histórica, enquanto os efeitos da reconfiguração da matriz socioprodutiva atual não permite perceber benefícios significativos, pois neste caso as fronteiras políticas, a soberania do Estado está presente impondo leis.

CAPÍTULO 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O desenvolvimento deste trabalho foi orientado pelo conceito e arcabouço do que vem a ser o processo de tomada de decisão, abordado sob a égide das teorias de gestão, decisão e dos sistemas (SIMON,1970; BERTALANFFY,1973) enquanto as atividades agrícolas foram balizadas de acordo com o conteúdo desenvolvido sobre sistemas agrários (DUFUMIER, 1989; SILVA NETO, 1994; CHONCHOL, 1994; MAZOYER, ROUDART, 2001).

A decisão dos produtores rurais foi analisada no delineamento de que existe uma coerência entre as atividades, o meio e o grupo social do qual faz parte. E, a racionalidade decisória é atribuída aos objetivos com prioridades subentendidas, isto é, existe uma hierarquia permeando objetivos, motivações e aspirações operacionalizadas em ações comportamentais com maior ou menor grau de ordem econômica.

A racionalidade limitada compreende a idéia pela qual as escolhas pessoais são determinadas não somente pelos muitos objetivos e características do mundo externo, mas também pelo conhecimento dos decisores, de suas habilidades e inabilidades e conseqüências nas atividades. Fatos que suscitam possíveis cursos de ação, o enfrentamento de incertezas, inclusive de outros intervenientes, bem como a competitividade das necessidades do próprio decisor. A racionalidade do processo decisório que acontece no contexto competitivo das limitações existentes, sendo o comportamento racional algo inerente ao indivíduo, permeado pelo conteúdo de suas memórias e de seus processos que Simon (2000) denomina de “*inner environment*” com decisões no “*outer environmemt*” do qual faz parte e no qual age.

No âmbito dos produtores rurais as decisões materializam-se no próprio campo de atuação. São decisões resultantes da disponibilidade dos recursos existentes, dos objetivos de transformações e das metas que o produtor quer para sua família e ao conjunto de sua propriedade. Outrossim, a percepção individual do decisor está inserida no comportamento decisório, assim justifica-se a investigação mais amiúde da origem e formação do gaúcho e qual o processo de ocupação e povoamento das terras rio-grandenses.

A racionalidade decisória satisfatória (SIMON, 1970) é um ajustamento sistêmico dos objetivos do produtor à situação configurada, no entanto, há ocasiões em que a situação vigente é adaptada ao que se propõe o produtor. O que se

observa é um processo decisório pontual de acordo com as interações dos fatores intervenientes.

Para a concepção do tema pesquisado os produtores foram subdivididos em pequenos, médios e grandes, em relação à área ocupada com sua propriedade. Empregando-se no decorrer do trabalho P, como pequeno produtor, M como o médio produtor e G como o grande produtor. No desdobramento das análises deste capítulo são analisadas as características socioeconômicas do produtor rural, sua experiência decisória, suas características psicológicas na tomada de decisão, a relevância do fator informação nas decisões e as escolhas implantadas nos sistemas agrários. O capítulo é finalizado realizando-se uma análise da identidade cultural e os resultados encontrados.

5.1 Produtor rural

O total de questionários aplicados foi de cento e sessenta e oito, distribuídos nos sete distritos municipais, onde se procurou abarcar as diferenças biogeográficas, tipos de solos e perceber as diferenças entre os produtores em relação à localização de seu estabelecimento. Em cada distrito, de acordo com o discorrido no capítulo quatro (procedimentos metodológicos) distribuiu-se os questionários entre os *pequenos* (P), *médios* (M) e *grandes* (G) produtores, visualizado no Gráfico 4. Adota-se a partir desta etapa nos gráficos e figuras, P para pequenos produtores, M para os médios produtores e G para os grandes produtores.

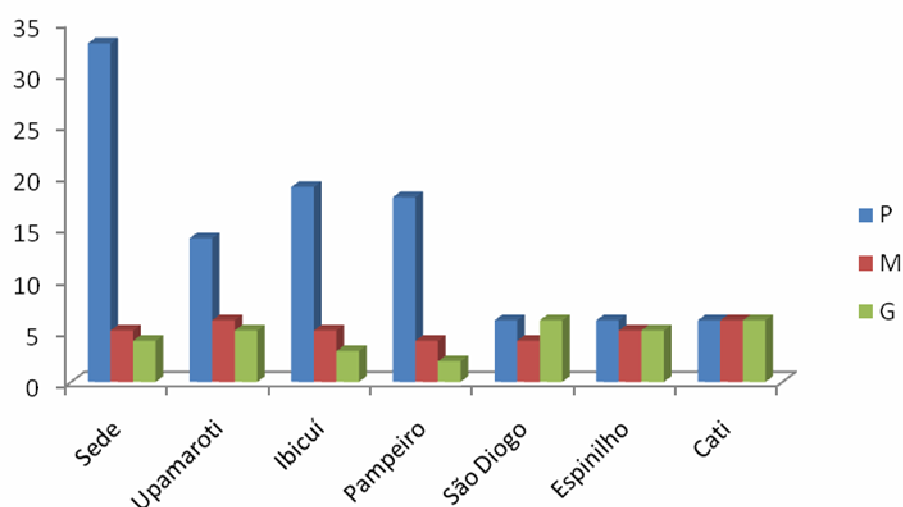


Gráfico 4. Distribuição da amostra dos P, M e G produtores de acordo com o distrito municipal.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Estes dados iniciais revelam uma concentração de pequenos produtores no distrito Sede, justificado pela distribuição de pequenas áreas com atividade voltada à produção de frutíferas, hortaliças e pecuária de leite com consumo na zona urbana do município. No distrito Sede estão os produtores de pêssego principalmente, bem como pequenos produtores de leite que abasteciam a população urbana com leite *in natura*, com entrega domiciliar, até a mudança da legislação proibindo este tipo de comercialização direta. Alguns vitivinicultores também estão estabelecidos no primeiro distrito. Os produtores de hortaliças, no âmbito de uma cadeia curta de comercialização, colocam seus produtos nas feiras dos produtores bem como entregam suas produções em pequenos mercados locais. A rede Walmart (BIG), em sua unidade local, adquire algumas hortaliças e frutas destes produtores.

A agregação de valor nos produtos é incipiente, exceto a elaboração de passas de pêssego, uma tradição cultural local, consumida nas festas de Páscoa em iguarias doces.

No distrito Ibicuí é significativa a presença de pequenos produtores, em função dos assentamentos de reforma agrária localizado neste distrito.

Os distritos São Diogo, Espinilho e Cati revelam uma distribuição similar entre os P, M e G produtores em áreas onde o tipo de solo não permite agricultura em larga escala, pois corresponde à região tradicional da pecuária de corte em campos rasos.

É no distrito do Upamaroti que se encontram os produtores que se dedicam mais à agricultura: soja, arroz, milho principalmente. É uma região abastecida com uma rede de água regular de fontes naturais, bem como os solos são mais profundos permitindo as atividades agrícolas mais intensivas.

5.1.1 As características socioeconômicas

Explora-se no presente tópico as características, idade, local de residência, tipo de exploração, mão-de-obra familiar e escolaridade em relação à concepção decisória dos produtores.

a) Idade

Ao compararmos a faixa etária dos produtores e sua distribuição nos distritos municipais é possível inferir sobre a idade como critério motivador, isto é, como um

fator natural que influencia o ambiente psicológico de decisão, corroborando os estudos de Tauer (1986) com produtores rurais nos EUA.

Os estudos de Driver et al (1990) relacionam o fator idade com a experiência decisória, possibilitando esperar diferenças no processo de tomada de decisão entre o grupo de produtores mais jovens e com menos experiência, com o grupo de produtores de faixas etárias superior e com mais experiência.

Os estudos de Vroom, Pahl (1971) e de Maccrimmon, Wehrung (1986) também se referem ao aspecto idade como fator que interfere na tomada de decisão, os primeiros concluíram que a idade do decisor influencia a qualidade da decisão (decisores mais jovens são mais propensos a riscos), enquanto Maccrimmon e Wehrung concluíram que quanto maior a experiência na atividade exercida, maior é a aversão ao risco.

Os resultados obtidos na pesquisa permitem deduzir que existe uma tendência entre os produtores, considerando a faixa etária dos 20 aos 40 anos, de 26,2% apresentarem menor aversão ao risco, isto é um envelhecimento da população (Gráfico 5). Considerando a faixa etária predominante dos 41 aos 60 anos (47,6%), aliado à constatação que 73,8% da população pesquisada têm idade superior aos 41 anos, espera-se um comportamento de maior aversão ao risco.

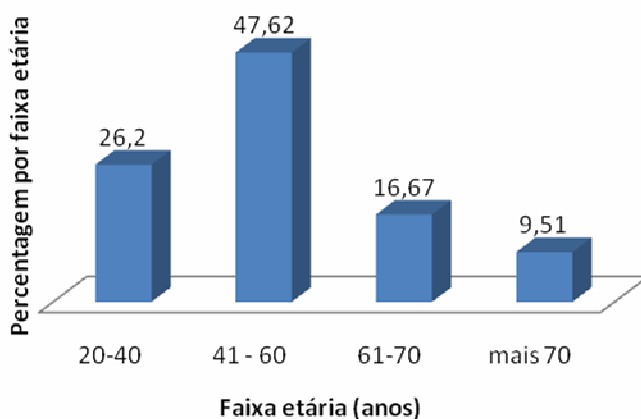


Gráfico 5. Distribuição dos produtores rurais por faixa etária.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

No estudo observou-se que 7,8% dos produtores estão localizados no distrito sede e, enquadram-se na faixa etária dos 41-50 anos; enquanto 6,5% localizam-se no 3º distrito (Ibicuí) e pertencem à faixa etária de 31 a 40 anos. A ocorrência de 9,8% dos *pequenos* produtores no 3º distrito e na faixa etária de 31 aos 40 anos

deve-se à presença dos assentamentos de reforma agrária, constituídos por indivíduos mais jovens.

A presença dos *médios* produtores é similar em todos os distritos municipais, não se registrando produtores na faixa etária dos 20-30 anos.

No grupo dos *grandes* produtores 77,4% tem uma idade superior aos 51 anos, e 45,1 % tem uma idade superior a 60 anos. Segundo os autores acima é um indicativo que estes produtores não estão inclinados à decisões que incorram em riscos à atividade exercida.

Atividade de risco que para Payne (2005) é consequência das regras no processo decisório, imbuídas dos objetivos, valores de referência preferenciais construídos e pelos efeitos das tarefas exercidas, entre outros. Corrobora-se desta forma a presença dos limites cognitivos e dos valores individuais e sociais nas decisões realizadas.

b) Local de residência

O comportamento dos resultados da pesquisa junto aos produtores quanto ao local de residência revela que são os *pequenos* produtores que residem em sua grande maioria no meio rural (R), (Gráfico 6). O resultado espelha a situação econômica dos *médios* e *grandes* produtores que mantêm uma segunda residência na cidade, onde geralmente reside a família. Este fato ocorre desde o início do séc. XX, segundo Albornoz (2000) e Ribeiro (2009) com os produtores estabelecendo as famílias no centro urbano mais próximo e conveniente.

A gestão com o administrador presente de forma constante no ambiente decisional possibilita um maior conhecimento e apropriação das dificuldades pontuais. Para os produtores que têm residência na cidade observou-se que: 18,3% dos produtores permanecem até dois dias no estabelecimento; 69% permanecem de 3 a 5 dias e 12,7% permanecem de 6 a 7 dias. Àqueles que permanecem de 6 a 7 dias estão próximos à área urbana do município. Os dados refletem a rotina destes produtores que normalmente estão na cidade nos fins de semana, permanecendo na segunda feira para atividades junto às instituições bancárias e no comércio que se fizer necessário.

Observa-se que existe um envolvimento efetivo dos produtores com suas atividades, 81,7% permanecem mais de dois dias na propriedade rural.

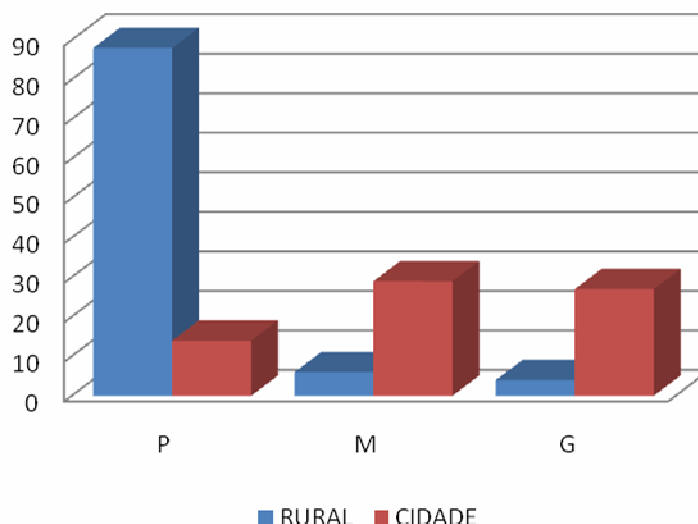


Gráfico 6. Local de residência dos P, M e G produtores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

c) Atividades produtivas

As atividades produtivas, segundo a importância como fonte de renda apresentaram a pecuária de corte tanto para o *pequeno*, como para o *médio* e *grande* produtor, como principal fonte de renda (Gráfico 7).

Em relação ao *pequeno* produtor são confirmados os estudos realizados por Ribeiro (2009) da existência da categoria denominada pelo autor como pecuarista familiar. São *pequenos* produtores “*que se dedicam à bovinocultura de corte em pequenas áreas utilizando a mão de obra majoritariamente familiar*” (p. 25). Para 47,06% dos *pequenos* produtores a pecuária de corte é a principal fonte de renda, enquanto 34% apontam a pecuária de leite. A segunda (37,26%) e a terceira (21,5%) fonte de renda mais citada é a agricultura de subsistência, como o milho, mandioca e batata doce.

Os produtores que declararam a pecuária de corte como principal atividade, não evidenciaram o envelhecimento que Ribeiro (2009) constatou com os pecuaristas familiares. Ao compararmos a idade nos distritos municipais encontrou-se uma distribuição semelhante em seis dos sete distritos. No entanto é no distrito sede que se encontram 25% dos produtores com mais de 70 anos e, 25% dos produtores que se enquadram na faixa etária dos 61-70 anos, fato explicável pela proximidade de recursos na área de saúde.

O cenário percebido junto aos *médios* produtores confirma o tradicional sistema agrário: pecuária de corte e ovinocultura. Assim, 88% declararam como

principal fonte de renda a pecuária de corte e 65,7% responderam como segunda fonte a renda advinda da ovinocultura. No caso dos grandes produtores observa-se um maior número de produtores que se dedicam primordialmente à pecuária de corte, 93,55%. A ovinocultura é apontada como segunda fonte de renda para 65,51% dos produtores, próximo ao índice verificado junto aos *médios* produtores. Entre os *médios* e *grandes* produtores encontram-se os que se dedicam à rizicultura.

A vitivinicultura de maior porte (mais de 100 ha) é desenvolvida por dois produtores, mas são empresas e não produtores individuais. Os demais vitivinicultores são de pequeno porte.

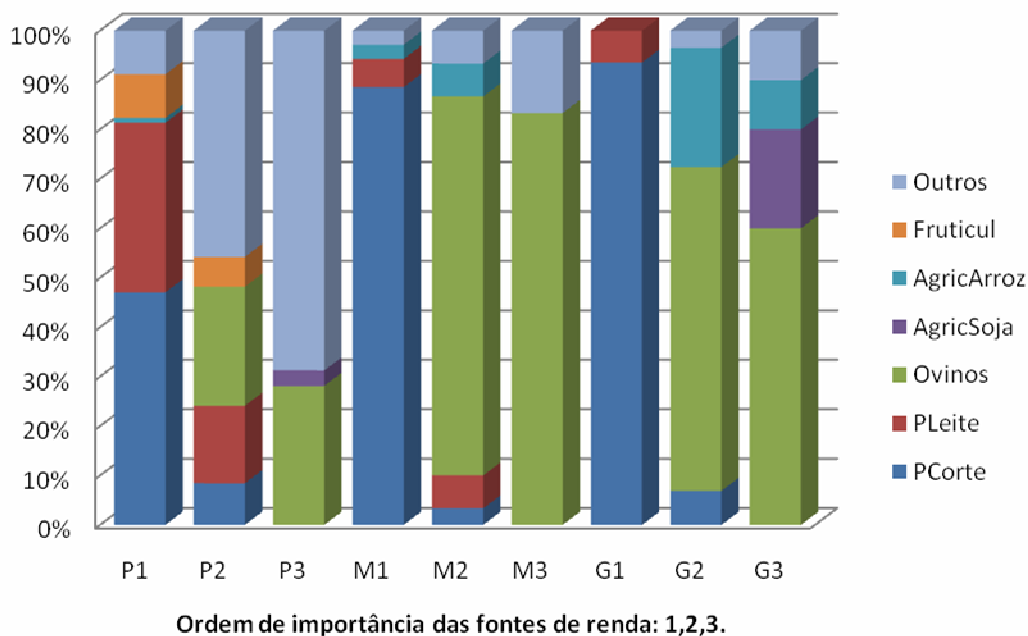


Gráfico 7. As três principais fontes de renda dos P, M e G produtores.

Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

A definição da pecuária de corte como principal fonte de renda confirma o sistema agrário estabelecido desde as estâncias jesuíticas (PESAVENTO, 1994; LOVE, 1975; CAGGIANI, 1983; SILVA NETO, 1994; ALBORNOZ, 2000). O fato, verificado entre as distintas categorias de produtores e tipos de solo, é um indicativo da continuidade da atividade pecuária. Se por um lado é uma lógica histórico-social favorecida pelo ecossistema, atualmente é um aspecto favorável para a manutenção deste, segundo Bunning, Wiles (2009) em seu relatório para a FAO sobre mudanças climáticas e pastagens. De acordo com os autores, o aumento da quantidade de

carbono seqüestrado em pastagens, pode ajudar as populações pastoris a se adaptarem às mudanças climáticas, principalmente pela maior resistência à seca, bem como salvaguardar a biodiversidade dos campos. Especificamente nos campos do bioma Pampa, onde o registro é de mais de 3.000 espécies (OVERBECK et al, 2009), a manutenção e manejo do ecossistema com a pecuária de corte parece ter sido responsável pela mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Todavia o número de espécies do ecossistema não é por si só a razão de manutenção, mas também sua relação com o homem (BOLDRINI, 2009). É a aceitação do significado simbólico da paisagem do pampa no imaginário cultural gaúcho.

Segundo Beach, Connolly (2005) o estoque de conhecimento, para o processo decisório pode ser dividido em três imagens: um cenário que realmente importa (crenças e valores), o conhecimento sobre o que constitui um futuro desejável e o conhecimento sobre como proceder para garantir que o futuro desejado se concretize. No caso dos produtores rurais pesquisados a predominância das atividades, pecuária e ovinocultura, realçam as crenças e valores da sociedade à qual pertencem.

d) Mão de obra familiar

Outro aspecto relevante nos processos decisórios é o entorno das decisões e as interações, onde a família é um dos fatores determinantes. No estudo verificou-se a presença de mão de obra familiar no contexto do estabelecimento. Os resultados visualizados na Tabela 4 apontam para 77,98% das propriedades com a presença da mão-de-obra familiar. O índice é mais elevado entre as unidades produtivas de pequeno porte, 96%. Outro dado relevante verifica-se junto aos *grandes* produtores, onde 70,97% contam com mão de obra de membros da família. Este dado é superior ao verificado entre os *médios* produtores, 42,86%.

A explicação reside para os grandes produtores na presença de filhos com formação profissional ligada às atividades agrícolas nos estabelecimentos rurais.

Na tabela 4 está discriminado o número de estabelecimentos com a presença de mão de obra familiar.

Estabelecimentos rurais	Sim	Não
Pequenos	94	8
Médios	15	20
Grandes	22	9
Totais	131	37

Tabela 5. Presença da mão de obra familiar nos estabelecimentos rurais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Considerando os *pequenos* e *grandes* produtores onde a presença da mão de obra familiar, isto é, o sistema social família está presente, nota-se que as decisões são elaboradas a partir das considerações da família. Esse fato confirma o trabalho realizado por Rushton, Shaudys (1967) com produtores nos EUA.

Um estudo realizado sobre o efeito do conhecimento e motivação nas decisões nas atividades diárias dos produtores rurais na Índia, revelou uma relação positiva em termos de motivação e família, no estabelecimento e manutenção das atividades exercidas (GAUTAM; CHAND; SINGH, 2008).

O gráfico 8 exibe a distribuição do número de pessoas em atividade nos estabelecimentos rurais, com o predomínio de até cinco pessoas nos pequenos e médios estabelecimentos. A alta percentagem de propriedades com até cinco pessoas, corresponde efetivamente aos membros da família como mão de obra.

Nos assentamentos de reforma agrária o número que se registra é de 2 pessoas, o casal, sendo mais comum entre àqueles de idade inferior aos trinta anos, isto é, a plena mão de obra familiar está no exercício das atividades produtivas.

Um número maior que cinco pessoas é verificado predominantemente entre os grandes estabelecimentos que se dedicam à agricultura e/ou estâncias com cabanhas de raças de bovinos de corte.

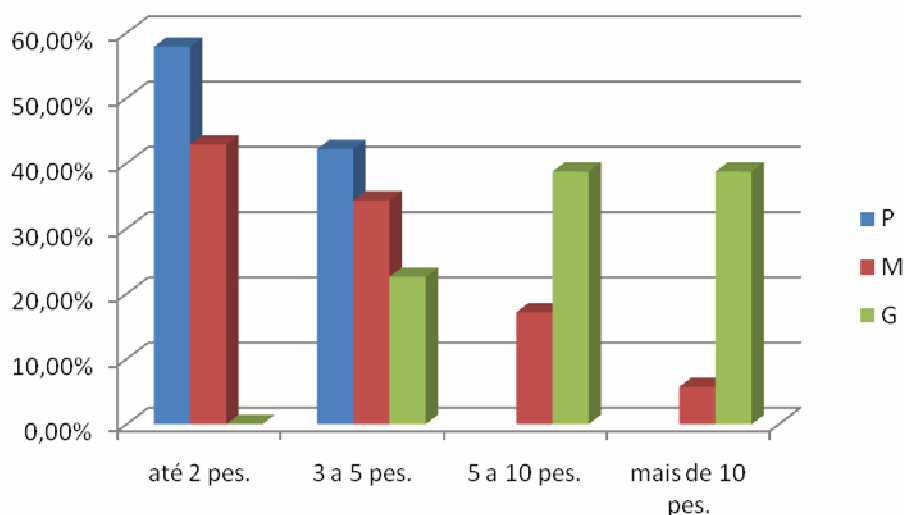


Gráfico 8. Número de pessoas em atividade nos estabelecimentos rurais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

e) Escolaridade

Outro fator importante na consecução das decisões é o nível de escolaridade, componente fundamental do capital individual e qualificação do capital social. A relevância do nível de escolaridade também reside na possibilidade de ampliação dos limites da racionalidade na tomada de decisão. A escolaridade torna o indivíduo mais apto para decodificar as informações (SIMON, 1970; HUFFMAN, 1974; DOYE et al, 2000).

Os dados mostram que é entre os *pequenos* produtores o maior número de pessoas com o 1º Grau completo ou incompleto, cerca de 86,3% e, quando incompleto a média é de 5 anos e meio de estudo. Somente 3 % têm o 3º Grau completo ou incompleto e em áreas profissionais ligadas às atividades rurais.

A situação inverte-se entre os *médios* e *grandes* produtores. Entre os produtores de porte médio, 65,7% têm o 3º Grau completo ou incompleto e, quando incompleto cursaram até 3 anos. É maior o valor entre os *grandes* produtores que têm o 3º Grau completo ou incompleto, 70,9 % (Gráfico 9).

Este fato é justificado, pois existe na cidade uma instituição de ensino superior desde 1976 (Associação Santanense Pró Ensino Superior/ASPES, atual Universidade da Região da Campanha/URCAMP). Atualmente a rede de ensino superior foi ampliada com a presença da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). O baixo grau de

escolaridade entre os pequenos produtores pode ser apontado: pelas más condições das estradas para o deslocamento e acesso às escolas de 1º Grau na região rural, bem como para escolas na sede; baixo número de escolas no meio rural, o ensino de 2º e 3º Grau só existe na sede e o ensino superior que existe desde 1976 é paga (atual URCAMP).

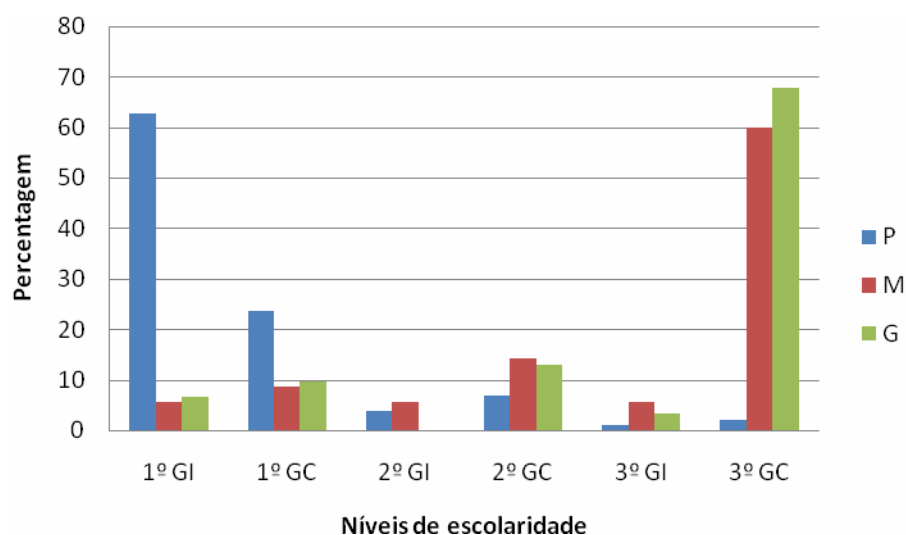


Gráfico 9. Nível de escolaridade dos P, M e G produtores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

No grupo dos *grandes* produtores, 51,6% têm formação profissional ligada à atividade rural, enquanto entre os *médios* produtores é de 42,9%.

5.1.2 Experiências decisórias

Um dos aspectos de avaliação da experiência decisória foi o tempo de administração do estabelecimento rural, encontrando-se os seguintes resultados. Em relação aos *pequenos* produtores, constatou-se que é menor o tempo em que se encontram como gestores na propriedade.

Os dados mostram que uma maior experiência em gestão ocorre entre os *grandes* proprietários, períodos superiores aos 30 anos de experiência na atividade.

Registrou-se uma tendência interessante (Gráfico 10) junto ao grupo de *pequenos* produtores: por um lado um número significativo de produtores com experiência de até 15 anos, fato que se repete na faixa de produtores com mais de 30 anos de experiência. É possível supor que encontramos duas gerações presentes entre os *pequenos* produtores, passível de ser um efeito da amostra utilizada.

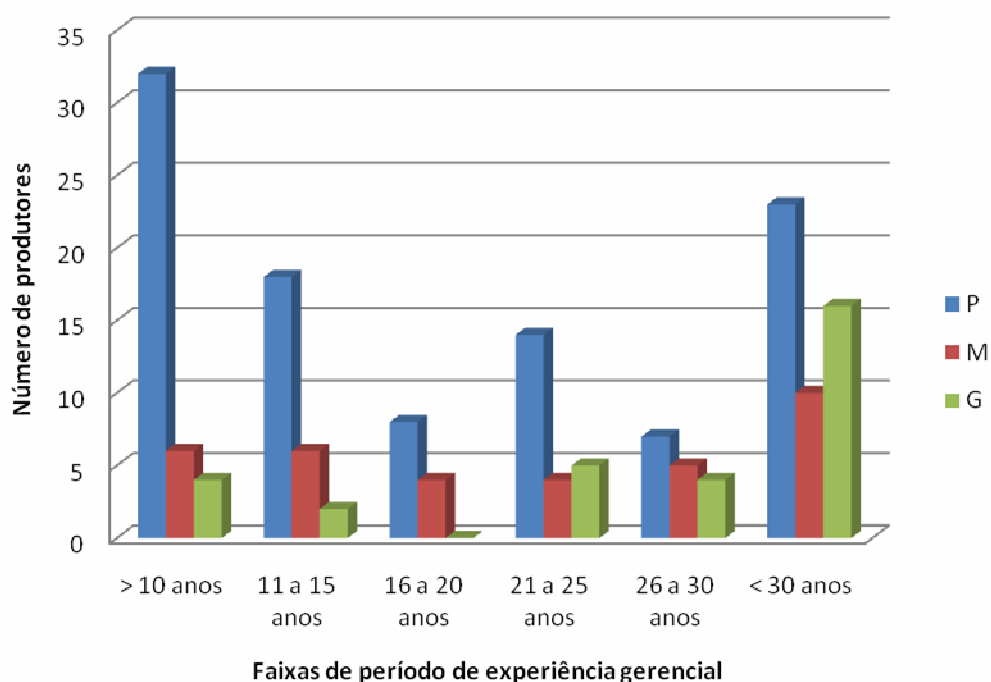


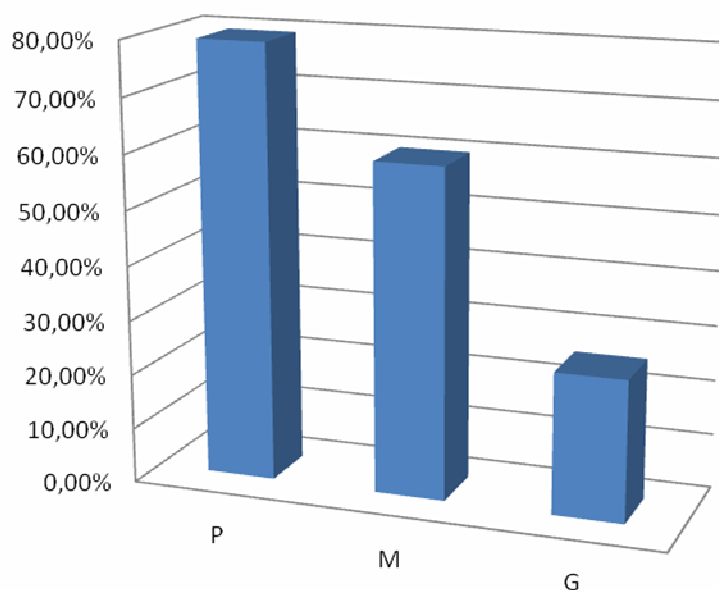
Gráfico 10. Tempo de experiência gerencial dos P, M e G produtores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Os produtores *médios* estão presentes em todas as faixas de experiência gerencial, no entanto é maior o número de produtores na faixa de mais de 30 anos de experiência na atividade.

A experiência gerencial também pode ser adquirida pela cooperação e participação em organizações e movimentos sociais de interesse do produtor. Segundo Tabellini (2007) a expansão de valores e comportamentos de cooperação, fortalece as mudanças e os efeitos de crises no ambiente. As relações informais tendem a ser mais contínuas e possibilitar inter-relações mais fortes, influenciando não só decisões individuais como também as coletivas.

Nesse aspecto é significativo o valor encontrado de não participação. No gráfico 11 é exposto a baixa participação dos *pequenos* produtores (79,41%) e dos *médios* produtores (60%). Estes dados podem indicar uma maior dificuldade decisória frente à organização e disponibilidade dos controles existentes. São os *grandes* produtores que apresentam um menor valor de não participação (25%).



Pequenos (P), Médios (M) e Grandes (G) produtores

Gráfico 11. Nível da não participação em organizações e movimentos sociais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Ao se considerar a participação nas organizações e movimentos sociais observa-se uma maior participação dos *grandes* produtores em cooperativas, empresas, sindicato/associação de produtores e associação de criadores de raça.

A débil participação dos *pequenos* produtores quando ocorre é junto à cooperativa e associação de criadores, especificamente no caso, na cooperativa e na associação de produtores de leite.

A experiência decisória também pode ser potencializada com a participação em atividades de capacitação. Na avaliação específica sobre a participação e frequência em atividades de capacitação confirmou-se uma presença maior por parte dos grandes produtores. Esse grupo de produtores potencializa sua experiência com alto nível de participação (75%) com efetiva procura de capacitação (93,5%).

Entre os pequenos produtores que participam de atividades de capacitação (79,4%), 39,5% o fazem com frequência, enquanto os grandes produtores atingem um índice de 93,6%, com 48,3% o realizando com frequência. Relevante é ponderar sobre os médios produtores que tem um índice de 71,4% de participação em atividades de capacitação, no entanto apresentam o menor índice de frequência nas atividades, 36%.

Os menores índices de freqüência nas atividades de capacitação dos *pequenos* e *médios* produtores, maior contingente populacional de produtores rurais constitui-se em um desafio para implantação de políticas públicas e outras formas de desenvolvimento e capacitação.

5.1.3 Características psicológicas na decisão

No que tange ao modelo mental elaborado como meta a atingir os seus objetivos, os produtores quando questionados sobre o que consideram como um produtor bem sucedido, 78,6 % responderam que é *atingir melhores resultados de produção* (Tabela).

Especificações		Respostas	
		N	% dos respondentes
Produtor Rural de sucesso	Mais Área	57	33,9
	Altos Índices Produção	132	78,6
	Estudo dos Filhos	93	55,4
	Aprovação Família	72	42,9
	Reconhecimento como Produtor	40	23,8
	Aumento Rebanho	63	7,5
	Manter a Herança	66	39,3
	Ensinar a atividade aos filhos	70	41,7
	Participar da comunidade	55	32,7

Tabela 6. Produtor Rural bem sucedido.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Este dado indica que permeia entre os produtores a necessidade intrínseca de bons resultados econômicos na atividade escolhida, para obter altos índices de produção.

Decompondo o universo pesquisado dos produtores em *pequenos*, *médios* e *grandes* produtores os resultados confirmam-se: 18,3%, 23,7% e 22,4% respectivamente, consideram obter altos índices de produção como um produtor rural de sucesso.

É interessante a segunda consideração mais importante, unânime entre todos os produtores, propiciar estudo para os filhos, constatando-se a relevância do aspecto família nas motivações e valores do produtor rural.

Os resultados mostram valores semelhantes entre os produtores, sobre a aprovação da família, manter o negócio recebido por herança e ensinar sua atividade aos filhos. As três escolhas estão inter-relacionadas à família e, no conjunto representam 32,1% das respostas. Se considerarmos a segunda opção registrada, proporcionar estudo aos filhos, o núcleo familiar representa as considerações mais relevantes em relação a ser um produtor de sucesso, cerca de 46,5% (Gráfico 12).

Esses resultados corroboram os trabalhos de Simon (1995), em que muitas vezes os indivíduos identificam o seu bem-estar econômico com o grupo ao qual pertencem. Para compreender o comportamento humano é preciso conhecer o que eles pensam, no que acreditam, o que desejam, o que pretendem operacionalizar prontamente e como estruturam o seu entorno.

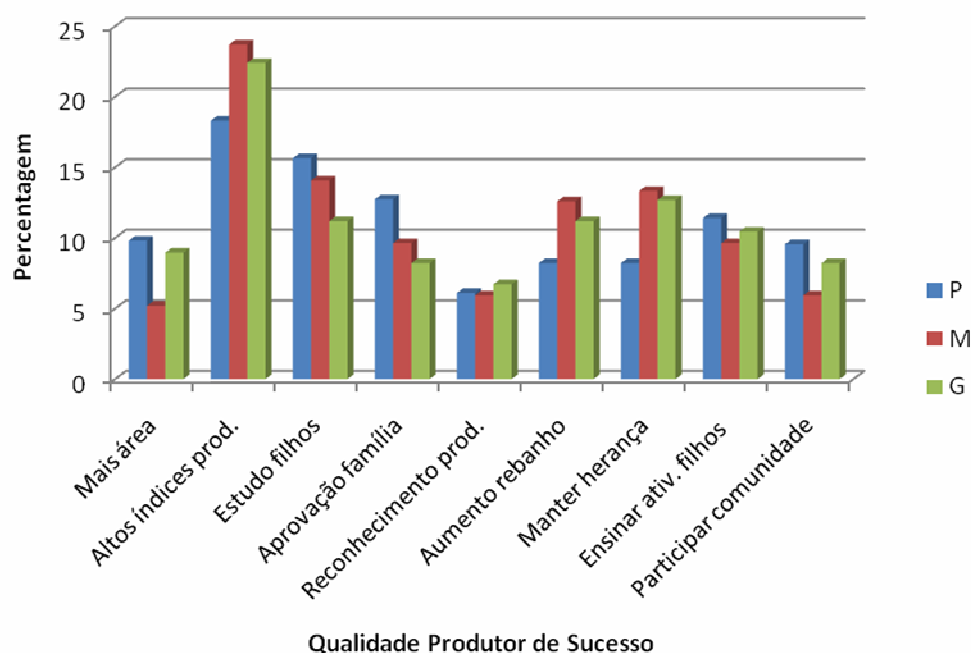


Gráfico 12. Considerações para ser um produtor de sucesso.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Dentro dessa ótica Kliebenstein et al (1980) faz referência aos objetivos individuais interagindo com a complexidade da organização, negócio x família, que

conforma os objetivos operacionais ao coletivo (família), isto é, os membros da família ou a família que dá a forma aos objetivos do negócio.

Os dados encontrados reforçam os dados de Rushton, Shaudys (1967) onde a família é descrita como um sistema social. Para os autores os negócios da empresa são considerados como subsistemas do sistema família.

Questionados sobre sua projeção futura com a família daqui 10 anos, os resultados registram o desejo de ser um empresário rural bem sucedido. Reportando-se ao questionamento anterior (*o que é ser um produtor rural bem sucedido?*), pressupõe-se que o produtor busca altos índices de produção.

Na continuidade da análise dos dados obtidos indicam que o produtor tem satisfação na atividade desenvolvida, pois 56,9 % pretendem ampliar a atividade e 53,3 %, pretendem continuar na atividade e viver no campo (Tabela 7).

Especificações		Respostas	
		N	% dos respondentes
Futuro	Ampliar ativ. e área	95	56,9
	Ser um cooperado	46	27,5
	Mesma ativ.no campo	89	53,3
	Trab. e vivendo na cidade	14	8,4
	Ativ. produtiva diferente, campo	9	5,4
	Empresário rural bem sucedido	112	67,1
	Aposentado viv. na cidade	8	4,8
	Aposentado viv. no campo	44	26,3

Tabela 7. Projeção próximos 10 anos do produtor e a família.

Fonte: pesquisa de campo, 2009.

No gráfico 13 pode-se comprovar que a premissa, ser um *empresário rural de sucesso* é comum para os *pequenos, médios e grandes* produtores.

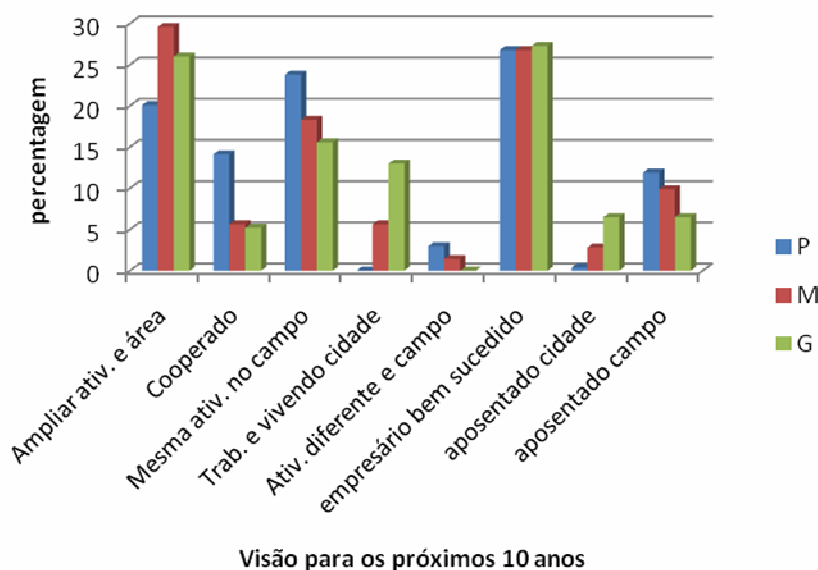


Gráfico 13. Projeção próximos 10 anos: produtor e a família.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Um dos objetivos propostos no presente trabalho foi buscar a identificação das motivações e dos valores norteadores do processo de tomada de decisão dos produtores rurais. Para tanto uma questão fundamental foi a determinação pelos produtores, da hierarquia de motivações, para o desenvolvimento de suas atividades e decisões. Foi solicitado que assinalassem as alternativas por ordem de importância, de 1 a 5, sendo 1º mais importante e 5 o menos importante. As alternativas propostas seguiram as orientações de Gasson (1973), no entanto apresentadas sem a identificação conforme o relatado no capítulo 2.2, teoria de decisão (orientação instrumental, expressiva, social e intrínseca).

Na primeira etapa de análise, os resultados encontrados foram (quadro 15).

Hierarquia	Especificações
Primeira	Transmitir meu negócio para os filhos
Segunda	Satisfação em trabalhar na atividade rural
Terceira	Tradição familiar
Quarta	Prazer na atividade rural
Quinta	Qualidade de vida

Quadro 15. Hierarquia de motivações dos produtores rurais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Os resultados permitem inferir, segundo a orientação para as decisões de Gasson (1973) uma conotação de ordem instrumental como um todo entre os produtores. Interessante ressaltar que embora conste nas alternativas na questão 30 do questionário, *negócio lucrativo* (fator econômico), este não foi elencado por nenhuma categoria de produtores. Entretanto uma interpretação que se pode fazer é que os produtores consideram a situação como elementar e subentendida, ao objetivar *transmitir o negócio meu para os filhos*, pressupondo um resultado econômico em um sistema de livre iniciativa.

Analisado por grupos de produtores o resultado obtido pode ser visualizado no quadro seguinte.

Alternativas Hierarquia	Pequenos produtores					Médios produtores					Grandes produtores				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Transmitir negócio para os filhos	X										X				
Tradição familiar	X	X						X							
Segurança atividade															X
Satisfação em ser proprietário		X													
Satisfação trabalhar na atividade rural						X	X					X	X		
Transmitir modo vida															
Satisfação em ser Independente			X											X	
Negócio lucrativo															
Prazer nas tarefas diárias				X					X						
Ser criativo e original															
Qualidade de vida					X					X					X

Quadro 16. Hierarquia de motivações dos pequenos, médios e grandes produtores rurais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

No quadro acima se constata que os *pequenos* produtores colocam com igual importância como mais importante: *transmitir meu negócio para os filhos* e a motivação da *tradição familiar*. A segunda escolha na hierarquia também apresentou duas opções com relevância similar: *tradição familiar* e a *satisfação em ser proprietário do próprio negócio*. A ordem subsequente foi *satisfação em ser independente* (3), *prazer nas tarefas diárias da atividade rural* (4) e *qualidade de vida* (5).

No grupo dos *médios* produtores o mais importante é a *satisfação em trabalhar na atividade rural*, a mesma opção foi registrada como resposta na hierarquia 2, a motivação por *tradição familiar* (3), o *prazer nas tarefas diárias da atividade rural* (4) e *qualidade de vida* (5) completam a hierarquia de motivações deste grupo de produtores.

Para os grandes produtores, como para os pequenos produtores, o mais importante é *transmitir meu negócio para os filhos*, a segunda motivação está na *satisfação em trabalhar na atividade rural*, a mesma resposta foi a opção de hierarquia 3, *a satisfação em ser independente* (4) e *qualidade de vida* e a *segurança da atividade* (5) são as motivações para desenvolver as atividades rurais.

Relevante é a quinta opção comum para todos os três grupos de produtores, a qualidade de vida.

É fortemente visível uma ligação umbilical, da atividade desenvolvida com a satisfação e o exercício das atividades intrínsecas, bem como o valor atribuído à qualidade de vida. Entre os *pequenos* e *grandes* produtores a similaridade hegemônica de *transmitir o negócio aos filhos*, subentende-se o sucesso econômico para que se possa transmitir aos filhos o negócio.

Outro aspecto interessante é a constatação de que o item *tradição familiar*, atribuído como fator de estagnação, não está presente entre as cinco prioridades motivacionais entre os *grandes* produtores, o que permite deduzir que outros fatores são determinantes na atribuída estagnação entre os produtores de grande porte. No entanto, o item *tradição familiar* é registrado entre os *pequenos* e *médios* produtores como fator motivacional nas decisões tomadas. Ribeiro CM (2009) refere-se ao modo de vida dos pecuaristas familiares, identificados com uma trajetória *histórico-social tradicional*, confirmando-se no presente caso, no grupo pesquisado.

Analisou-se este aspecto, *tradição familiar*, entre as prioridades decisórias nos grupo dos grandes produtores e se obteve os seguintes dados:

- 6,3% colocam como a motivação mais importante (hierarquia 1);
- 6,5% assinalam como segundo critério mais importante;
- 10% registram como terceiro fator mais relevante;
- 12,9% consideram, como o quarto critério e, o mesmo resultado é verificado como quinto decisional mais importante.

Os resultados podem estar refletindo a maior participação e capacitação desse grupo de produtores, conforme dados anteriores, aliado à maior presença de gerações mais jovens na mão-de-obra familiar, participando das decisões.

Com o intuito de avaliar a predominância das orientações decisórias entre os produtores, baseado em Gasson (1973) e levando em conta as principais fontes de renda: pecuária de corte, ovinocultura, pecuária de leite e outros (agricultura empresarial e de subsistência) foram criadas as variáveis instrumental, social, expressiva e intrínseca. Cada variável compreende o conjunto de motivações inerentes a cada variável, de acordo com Gasson (Tabela 8).

Especificações			Decisão				
			Instrumental	Social	Expressiva	Intrínseco	Total
Fontes de Renda	PC e OV	N	20	7	28	5	60
		% Relevância Fonte de Renda	33,3%	11,7%	46,7%	8,3%	100,0%
		Ajuste Residual	-,2	-1,8	2,8	-1,5	
Leite		N	3	1	5	2	11
		% Relevância Fonte de Renda	27,3%	9,1%	45,5%	18,2%	100,0%
		Ajuste Residual	-,5	-,9	,9	,4	
Outros		N	34	24	22	16	96
		% Relevância Fonte de Renda	35,4%	25,0%	22,9%	16,7%	100,0%
		Ajuste Residual	,4	2,2	-3,2	1,3	
Total		N	57	32	55	23	167
		% Relevância Fonte de Renda	34,1%	19,2%	32,9%	13,8%	100,0%

Tabela 8. Fonte de Renda X Orientação no processo decisório

Fonte: Dados Pesquisa, 2009.

Os dados permitem inferir que a tendência na tomada de decisão dos pecuaristas de corte e ovinocultores é de ordem expressiva (46,7%) e instrumental (33,3%), o mesmo ocorrendo entre os produtores de leite, 45,5% e 27,3%, respectivamente.

Aqueles produtores que contam com outras rendas (agricultura) mostram um maior equilíbrio entre as orientações decisórias, instrumental 35,4%, social 25%, expressiva 22,9% e intrínsecas 16,7%. Neste grupo estão incluídos boa parte dos pequenos agricultores que desenvolvem a agricultura de subsistência, daí a

relevância econômica em suas decisões. Contudo as demais orientações decisórias estão muito presentes em seu comportamento.

Os resultados gerais, considerando todos os produtores e relacionando com a tipologia de Gasson (1973) são apresentados na tabela seguinte. Revelam um equilíbrio entre as decisões orientadas economicamente (33,9%) e orientações expressivas (32,7%). Estes resultados são um indicativo para ações futuras, sejam de políticas públicas, projetos de organizações não governamentais e de órgãos ligados à operacionalidade da extensão rural.

Orientação Decisão	Frequência	%	% válida	% cumulativa
Instrumental	57	33,9	34,1	34,1
Social	32	19,0	19,2	53,3
Expressiva	55	32,7	32,9	86,2
Intrínseco	23	13,7	13,8	100,0
Total	167	99,4	100,0	
Total	168	100,0		

Tabela 9. Orientação decisional dos produtores de Sant'Ana do Livramento de acordo com a tipologia de Gasson (1973).

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Outro fator determinante no comportamento decisional é o estilo de decisão. Uma vez que os produtores combinam, a atividade produtiva com os objetivos de vida de maneira sutil, o estilo de gestão é mais adequado considerando as diferentes abordagens para a gestão das explorações agrícolas (FAIRWEATHER; KEATING, 1994). Driver, Mock (1975) consideram que o estilo de decisão está relacionado com a dimensão foco e a quantidade de informações, para tanto apresentam como conclusões de seu estudo quatro estilos: *decisivo*, *flexível*, *hierárquico* e *integrativo*, sendo que a quantidade de informações e ampliação do foco decisório é crescente do primeiro para o último.

Realizou-se duas análises, na tentativa de captar um estilo decisório na amostra pesquisada. Uma análise foi no sentido de detectar estilos decisórios de acordo com os distritos municipais, na tentativa de captar as diferenças biogeográficas e tipos de produção e outra, de acordo com o tamanho dos produtores. Entre os distritos municipais foram observadas semelhanças no estilo de gestão entre o primeiro e quinto distrito. No entanto não se detectou grandes diferenças entre os pequenos, médios e grandes produtores, creditando-se uma

deficiência no instrumento de pesquisa para percepção de diferenças significativas no estilo decisório.

As variáveis, participação em redes sociais para aquisição de insumos, participação em redes sociais para comercialização e assumir mais responsabilidades, foram as que permitiram perceber um estilo de gestão semelhante entre médios e grandes produtores. As demais variáveis não captaram diferenças significativas que permitissem determinar um estilo de gestão. Os resultados revelaram as especificidades individuais quanto à operacionalização na hierarquia de motivações decisórias, mas não permitiram concluir por estilos decisórios definidos e predominantes.

5.2 As informações no processo de decisão

As decisões exigem informações compreensíveis, úteis e disponibilizadas com qualidade para que as escolhas sejam realizadas com uma racionalidade satisfatória (SIMON, 1970; FREITAS, 1993).

A pesquisa revelou na múltipla escolha entre os meios de informação, uma forte inclinação pela televisão, rádio e consulta aos vizinhos.

a) Meios de Informação

O estudo mostrou que 28% preferem a televisão, 22,3%, o rádio e 20% os vizinhos como meio de informação. Os resultados para os demais meios de informação foram: jornal, 13,5%, revistas especializadas, 11,2% e outros (como técnicos e internet), 5%.














































A televisão é o meio de informação preferido pelos *pequenos* e *médios* produtores. Para os *pequenos* produtores os vizinhos são o segundo meio de informação mais procurado (73,5%), muito próximo do acesso informacional pelo rádio (68,6%).






Entre os *médios* produtores o segundo meio de informação mais acessado é o jornal (77,1%), seguido por revistas especializadas da área.

Os *grandes* produtores escolheram o jornal como primeira opção, enquanto a televisão e as revistas especializadas como segundo meio de informação mais acessado.

Analisando o acesso dos meios de informação em relação aos grupos de produtores e distritos municipais foram verificados os seguintes dados (Quadro 17):

- *Pequenos* produtores – no distrito sede a televisão e os vizinhos são os mais consultados, no 2º distrito é a televisão, no 3º distrito são os vizinhos, no 4º distrito repete-se a situação da sede, no 5º, 6º e 7º distritos com menor número de pequenos produtores os meios de informação preferidos são a televisão e o rádio;
- *Médios* produtores – na sede, 1º distrito, a televisão, o jornal e revistas especializadas são os mais consultados, no 2º distrito é a televisão e o rádio, no 3º distrito são mencionados o jornal e a televisão, no 4º distrito os vizinhos e o rádio são os mais consultados, no 5º distrito são a televisão e o jornal, no 6º distrito, com igual importância consulta-se a televisão, o rádio e o jornal, e no 7º distrito o jornal é o mais citado, seguido pela televisão e revistas especializadas;
- *Grandes* produtores – na sede são mais acessados o jornal e as revistas especializadas, no 2º distrito o jornal continua sendo o mais acessado, seguido de igual relevância a televisão e as revistas especializadas, no 3º distrito são três os mais citados com igual importância, o jornal, as revistas especializadas e os vizinhos, no 4º distrito o jornal é mais acessado, no 5º distrito é a televisão e com igual importância o segundo meio citado são o rádio e o jornal, no 6º distrito continua sendo a televisão a mais citada e com igual importância também é mencionado o jornal e as revistas especializadas e finalmente no 7º distrito os dois mais citados são o jornal e as revistas especializadas e o segundo meio de informação mencionado é o rádio. Nesses três últimos distritos é onde há maior concentração dos *grandes* produtores.

Distrito	P		M			G		
	1	2	1	2	3	1	2	3
1º								
2º								
3º								
4º								
5º								
6º								
7º								


 Televisão
 
 Vizinhos
 
 Rádio
 
 Jornal
 
 Rev. Esp.

Quadro 17. Meios de informação dos P, M e G produtores de acordo com os distritos municipais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Entre os *pequenos* produtores, nos distritos com maior população rural e maior proximidade física com os vizinhos, observa-se que os mais acessados são a televisão e os vizinhos. O distrito sede é o exemplo do exposto, inclusive por contar com energia elétrica na zona rural. Esta observação deve-se ao fato que somente ao final de 2008 e início de 2009 que a rede de energia elétrica foi instalada em quase totalidade da zona rural.

No grupo dos *médios* produtores localizados no 4º distrito (Pampeiro), há um maior número de produtores dedicados à agricultura e, os vizinhos são citados como meio de informação. Isto se deve à proximidade física, bem como a necessidade eventual de arrendamento de máquinas agrícolas.

O jornal está presente entre os *médios* e *grandes* produtores revelando o nível de escolaridade e o alto índice de residência fixa da família na cidade. Pelas mesmas razões anteriores percebe-se a utilização de revistas especializadas.

b) Frequência de acesso aos meios de informação

O acesso diário de algum tipo de meio de informação é realizado por 67,86% dos respondentes (Gráfico 14).

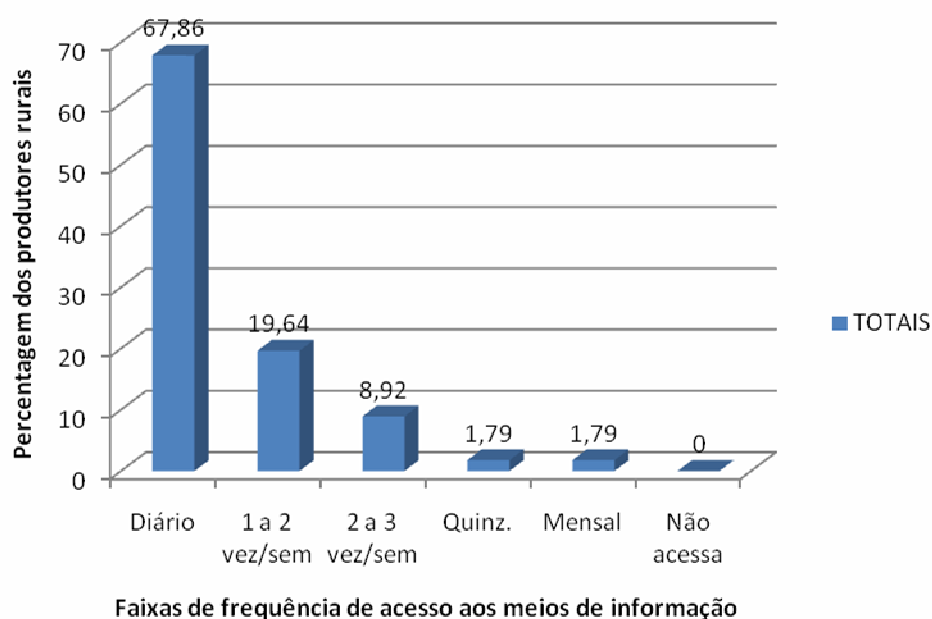


Gráfico 14. Frequência de acesso aos meios de informação pelos produtores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

O gráfico 15 mostra a distribuição da frequência de acesso entre os pequenos, médios e grandes produtores, confirmando que a maioria acessa diariamente algum tipo de informação.

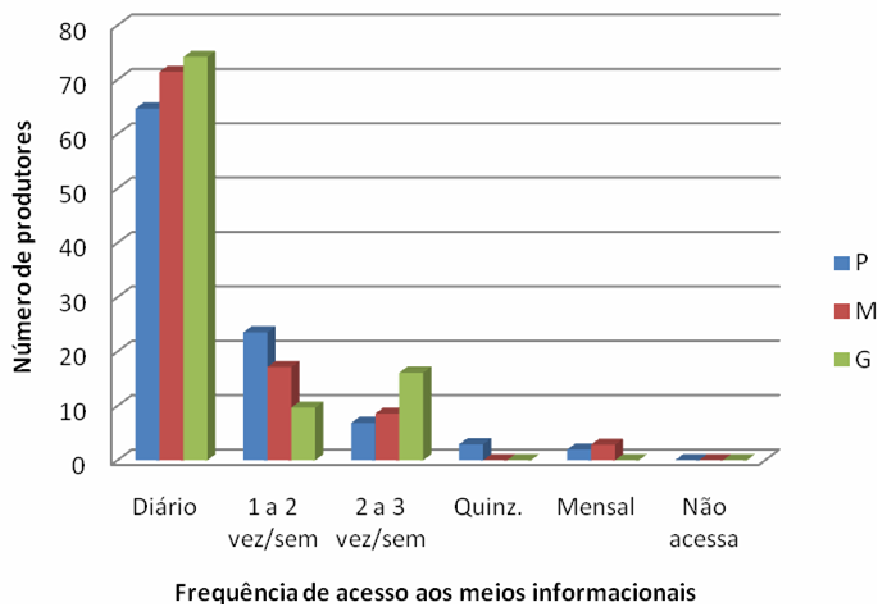


Gráfico 15. Frequência de acesso aos meios de informação dos P, M e G produtores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

c) Fontes de informação

Na escolha das principais fontes de informação, observa-se que entre os *pequenos* produtores a EMATER, os demais produtores e os fornecedores de insumos são escolhidos como fontes fidedignas de informações. No caso da EMATER revela a importância para as políticas públicas de desenvolvimento, pois cabe ao órgão a operacionalização das políticas sob a forma de comunicação e extensão rural.

Os produtores e os fornecedores de insumos são fontes de credibilidade, pois estão identificados com o perfil social e cultural do produtor. Existe também uma estreita relação mútua e um maior conhecimento do ambiente local destas fontes de informação, criando uma maior confiabilidade.

Foi verificado entre os *médios* e *grandes* produtores que o maior índice de acesso como fonte de informação foram os demais produtores.

Os produtores de *médio* porte também citaram os bancos e os fornecedores de insumos com igual importância. No grupo dos *grandes* produtores, além dos seus pares, demais produtores, as outras fontes citadas são o sindicato/associação rural e os fornecedores de insumos agropecuários.

Na tabela 10 está registrada a frequência para todos os respondentes de acordo com as fontes de informações. O resultado aponta como a fonte mais citada

entre os produtores, corresponde aos seus pares *demais produtores rurais*, também alcançaram valores significativos como fontes de informações a EMATER e os fornecedores de insumos.

Fontes de Informações	Respostas	
	N	% de respondentes
FontesINFBancos	53	31,5
FontesINFCoop	35	20,8
FontesINFProd	125	74,4
FontesINFEmater	84	50,0
FontesINFUniver	31	18,5
FontesINFSind	43	25,6
FontesINFForInsumos	79	47,0

Tabela 10. Relevância das fontes de informações.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

d) Controle de despesas e receitas

A existência de controles de despesas e receitas e a forma como é realizado são informações úteis para o gestor tomar suas decisões, embora por si só não explicam outras hierarquias necessárias (GASSON, 1973; TAUER, 1986; JOHNSON, RASKERT, 1995; SUMPISI, AMADOR, ROMERO, 1996; RODRIGUEZ, 1996; WESTRA, OLSON, 1997; HARRISON, O'BRIEN, 1999; CEZAR et al, 2000; FRÁGUAS, 2003).

Apesar de não se contestar que existem controles, ainda se encontram no setor rural resultados que mostram que 16,6% do total de produtores não realizam qualquer tipo de controle de despesas e receitas de suas atividades. Entre os *pequenos* produtores o índice é de 24,5%, enquanto entre os *médios* produtores é de 8,6%. Este fato constata que os princípios de gestão estão ausentes ou deficientes, com sérias consequências na continuidade da sustentabilidade futura destas propriedades rurais. Entre os *grandes* produtores 100% realizam algum tipo de controle de despesas e receitas.

O caderno é o instrumento mais utilizado pelos *pequenos* produtores para realizar os seus registros. O computador como instrumento de registro e controles é mais utilizado entre os *médios* e *grandes* produtores, o mesmo é verificado quanto aos registros contábeis por necessidade legal.

O benefício do uso do computador com o objetivo de maximização de lucros e redução de custos também foi registrado por Rolfe, Gregor, Menzies (2003) com produtores rurais da Austrália.

e) Decisão e informação

Conforme o gráfico 16, nas três categorias as respostas mais freqüentes indicam que as informações exercem influência sobre as decisões, entretanto a opção de não influência se sobressai nos médios produtores, 11,43%.

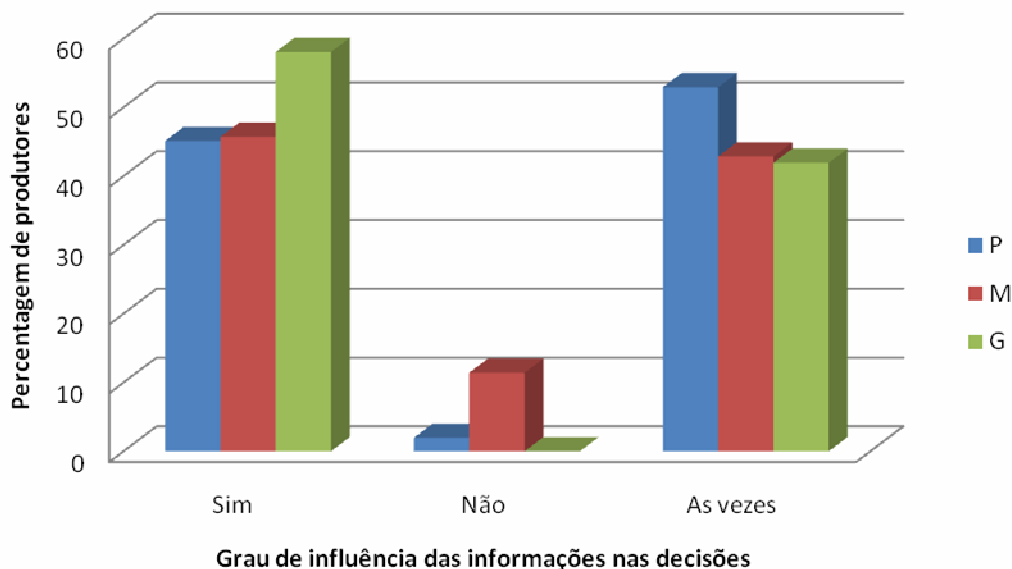


Gráfico 16. A relevância das informações para o processo decisório.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Para os *pequenos* produtores a relatividade das influências é maior que a efetiva influência das informações sobre o processo de tomada de decisão, 52,9% e 45,1%, respectivamente. É entre os *grandes* produtores que as informações influenciam mais as decisões (58%), explica-se, pois é entre esta categoria que existe um forte acesso à revistas especializadas.

As informações são mencionadas por Bowler et al (1996), Westra, Olson (1997), Machado (1999), Cezar, Skerrat, Dent (2000) e Fráguas (2003) como fatores limitantes e relevantes no processo decisório, confirmando neste estudo resultados similares.

5.3 Sistemas produtivos

A abordagem seguinte refere-se à conformação dos sistemas produtivos encontrados no município de Sant'Ana do Livramento/RS.

O contexto cultural específico compreende o que as pessoas fazem em seu operar diário como membros dela. Segundo Maturama Romesín, Dávila Yáñez (2009, p. 171), “ *tudo o que nós seres humanos vivemos, nós o vivemos num viver cultural que adquirimos ao longo de nosso viver na comunidade cultural que nos acolhe desde a nossa aceitação como membros dela ao ser concebidos*”.

Ao examinar a predominância do sistema agrário baseado na pecuária de corte no âmbito do recorte do estudo, encontra-se um conjunto de elementos que mantêm a gênese de suas relações histórico-sociais, determinando as mudanças em torno das relações que se conservaram. A construção e re-construção da identidade do gaúcho demonstraram ser um contínuo sob o eixo original: terra, lutas, gado e as planícies pampeanas.

a) Pecuária de corte

A pecuária de corte confirmou-se como o sistema agrário predominante, com 70,2% dos produtores dedicados à pecuária de corte, 52,5 % com ciclo completo (cria, recria e engorda). A idade média de abate dos animais é de 2,5 a 3,5 anos (46,4%) e 77,4% dos produtores desenvolvem suas atividades com um rebanho sem raça definida.

A tabela 11 discrimina os dados da pecuária de corte no total da população amostrada e conforme os grupos de produtores.

Especificação	Produtores c/ ativ. Pecuária Corte		Pequenos produtores		Médios produtores		Grandes produtores	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Pecuária corte	118	70,2	55	53,9	32	91,4	31	100
- ciclo completo	88	52,4	36	65,5	15	46,8	23	74,2
- engorda	15	8,9	4	7,3	5	15,6	4	12,8
- cria e recria	15	8,9	3	5,6	10	31,3	2	6,5
(1)	-	-	12	21,6	2	6,3	2	6,5
Pecuária corte principal fonte de renda	108	64,3	48	87,3	31	96,9	29	96,8
- ciclo completo	71	65,8	33	68,8	15	48,4	23	79,3
- engorda	12	11,1	3	6,2	5	16,1	4	13,7
- cria e recria	13	12	3	6,2	9	29	1	3,5
(1)	12	11,1	9	18,8	2	6,5	1	3,5

Tabela 11. Importância da pecuária de corte em Sant’Ana do Livramento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

(1) Venda de carneiros e/ou reprodutores.

O índice maior encontrado entre os pequenos produtores de venda de terneiros deve-se à necessidade de liberar a área útil disponível para outras atividades produtivas.

Verificou-se no grupo de *pequenos* produtores – *pecuarista familiar*, que 53,9% dedicam-se a alguma fase do sistema da pecuária de corte e destes 65,4% desenvolvem o ciclo completo (cria, recria e engorda). Os dados corroboram os estudos de Ribeiro (2009, p. 218) a “*relação umbilical com a pecuária de corte*”, e segundo o autor decorrente da ocupação da terra e identidade cultural forjada em uma relação além dos objetivos econômicos.

No aspecto relativo à definição racial como indicativo da orientação produtiva, observa-se no gráfico 17 que 96,59% do rebanho dos *pequenos* produtores não têm raça definida (cruzamentos), entre os *médios* produtores é de 79,41%. No rebanho dos grandes produtores constata-se um maior índice de definição de raça (41,94%), fato evidenciado pela presença de cabanhas (núcleo de criação de raça definida) entre esses produtores.

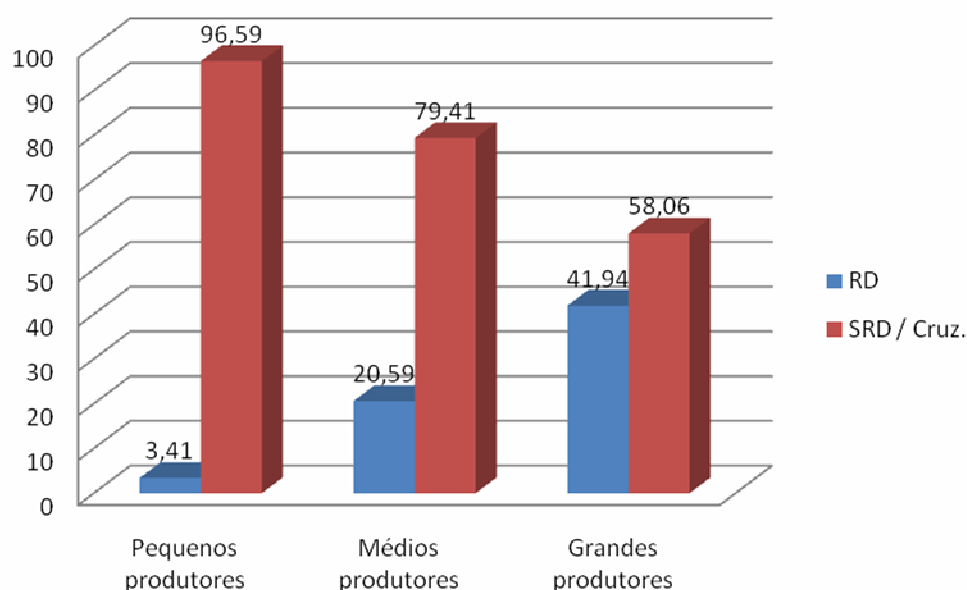


Gráfico 17. Definição racial dos rebanhos de bovinos de corte entre os P, M e G produtores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Em relação à idade média de abate constatou-se que 55,9% dos produtores abatem os animais com uma idade média entre 2,5 a 3,5 anos.

b) Ovinocultura

A produção ovina está presente nos estabelecimentos rurais, independente do porte, consolidando a associação dos bovinos com ovinos.

Os pequenos produtores utilizam com o duplo propósito, renda e consumo. Como consumo a ovinocultura aflora as tradições históricas e culturais, consumindo a carne e aproveitando a pele (pelego). Mais da metade dos produtores criam ovinos (55,5%).

Pelas raças introduzidas e pela tradicional finalidade ovina do município, grande parte do rebanho é para produção de lã. Com a crise do setor da lã (Nochi, 2003), os produtores começaram a cruzar com raças para carne e disponibilizar ovinos com melhor característica para consumo da carne. A raça predominante na região é o Corriedale e os cruzamentos foram realizados com raças para carne, o que determina que 59,8% dos produtores criam ovinos com o propósito de lã e carne.

Entre os produtores que têm sua principal renda oriunda da pecuária de corte (64,3%), cerca de 36,9% têm como segunda renda na propriedade a ovinocultura. Essa mesma relação abordada entre os pequenos produtores constata-se que dos 53,9% que se dedicam à pecuária de corte, 87,3% a tem como principal fonte de renda e como segunda fonte de renda a ovinocultura com 36,3% dos produtores. Entre os médios produtores que desenvolvem a atividade pecuária (91,4%), 96,9% a tem como principal fonte de renda e a ovinocultura como segunda fonte de renda compreende 71,9%. A relação entre os grandes produtores, principal fonte de renda a pecuária de corte e a segunda fonte de renda a ovinocultura é respectivamente de 96,8% e 65,5%.

A associação histórica, econômica e social da bovinocultura de corte com a ovinocultura continua sendo um sistema agrário desenvolvido na região.

c) Pecuária de leite

O maior desenvolvimento da pecuária de leite ocorreu pela implantação de políticas municipais e estaduais de incentivo, bem como pela instalação de uma unidade de resfriamento de leite da empresa Cooperativa Sul – Rio Grandense de Laticínios Ltda (COSULATI) de Pelotas, em 2009. A cooperativa COSULATI também congrega outras cooperativas por meio da intercooperação, uma parceria, da qual faz parte a Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (COOPERFORTE) de Sant’Ana do Livramento/RS.

Os dados mostram que 33% dos respondentes criam bovinos para leite. O índice de 49% é verificado entre os pequenos produtores. A pecuária leiteira, para estes produtores serve como fonte de renda e para a alimentação da família. A produção leiteira do rebanho dos pequenos produtores é em média de 50 a 100 litros/dia, com um rebanho em torno de 10 cabeças por estabelecimento (gráfico 18).

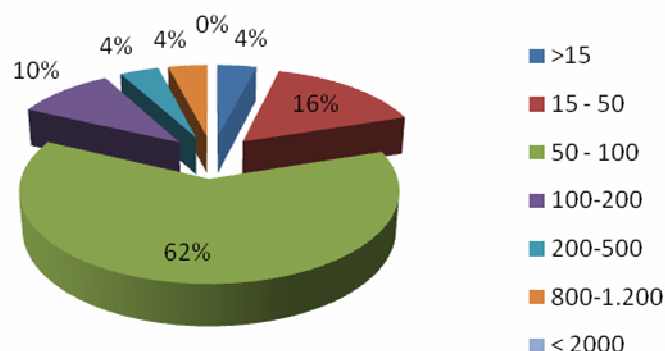


Gráfico 18. Produção diária de leite dos pequenos produtores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

O volume da produção dos médios produtores é acima de 100 litros diários, e 50% dos produtores pesquisados apresentaram um volume superior a 800 litros/dia. Entre os grandes produtores que se dedicam à pecuária leiteira, 50% produzem entre 800-1.000 litros/dia, a outra metade tem uma produção superior a 2.000 litros/dia. Os médios produtores de leite mantêm entre 32 a 65 vacas, enquanto os grandes produtores de leite têm um rebanho de 60 a 130 vacas.

Cabe salientar que todos os produtores de leite, independente do volume produzido, comercializam o produto *in natura*.

d) Agricultura

Do total dos produtores de pequeno porte 81,4% cultivam algum tipo de lavoura. Desses 81,4%, 96,4% dedicam-se a agricultura de subsistência (milho, feijão, mandioca, abóbora, entre os mais citados). São os médios produtores que apresentam o menor índice de cultivo agrícola, 11,4%. Dedicam-se à cultura do arroz e eventualmente à fruticultura. Entre os grandes produtores encontram-se os lavoureiros de arroz, soja e mais recentemente fruticultura/vitivinicultura. Dos 30,7%

que têm lavouras, 25,8% são plantadores de arroz, 6,5% plantam soja e 6,5% algum tipo de fruticultura/vitivinicultura (gráfico 19).

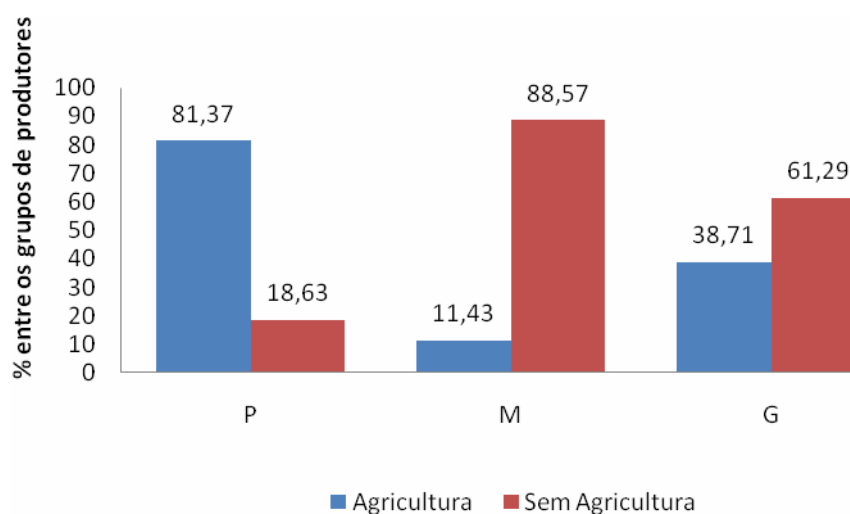


Gráfico 19. Percentagem dos P, M e G produtores com agricultura.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Os índices de mecanização agrícola são altos, 99,4% dos produtores utilizam máquinas próprias, arrendadas ou as duas alternativas anteriores simultaneamente. O uso de máquinas agrícolas entre os produtores é visualizado no gráfico 20. O fato de a lavoura em grande escala estar entre os grandes produtores, é comprovado com o maior índice de maquinário próprio. De um modo geral a agricultura no município é desenvolvida na área de solos mais profundos, originário de rochas sedimentares que permitem a mecanização.

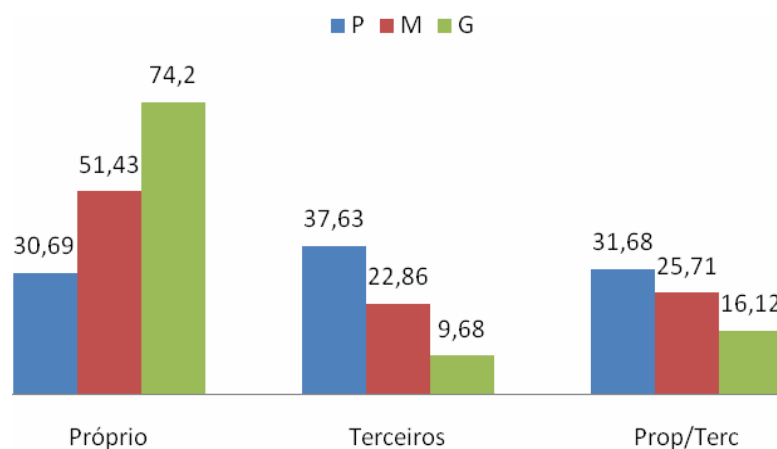


Gráfico 20. Índices de uso de maquinário agrícola entre os P, M e G produtores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

e) Meio ambiente

A conservação de matas nativas, basicamente matas ciliares junto aos córregos e arroios atingiu um valor promissor de 64,3% entre os produtores. No entanto discriminando por categoria dos *pequenos*, *médios* e *grandes* produtores os resultados espelham uma realidade instigante. Segundo as afirmativas dos pequenos produtores, 54,9% tem algum tipo de mata em sua propriedade, enquanto entre os médios produtores é de 80% e entre os grandes o valor é semelhante, 80,7%.

Considerando o volume de assentamentos de reforma agrária, nos quais foi realizada a pesquisa *in loco*, e onde foi possível verificar a baixa presença de matas, espera-se futuramente um índice inferior de presença de matas nesses locais.

No gráfico 21 e tabela 9 verifica-se as principais práticas de conservação ambiental implantadas pelos produtores.

A preocupação com o recolhimento de lixo, isto é, a limpeza do estabelecimento de restos de arames, plásticos e outro lixo não degradável no meio ambiente é altamente promissora (41,9%), principalmente entre os pequenos produtores (54%).

Em relação ao tema colocado, cabe ressaltar que as embalagens de produtos utilizados na pecuária e ovinocultura não apresentam até o momento normas de recolhimento e amparo legal. A legislação pertinente é de responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). As embalagens e restos de produtos de aplicação e uso na agricultura são de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e contam com legislação regulamentada e sistema de recolhimento de embalagens e restos de produto em operação conjunta com a Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF).

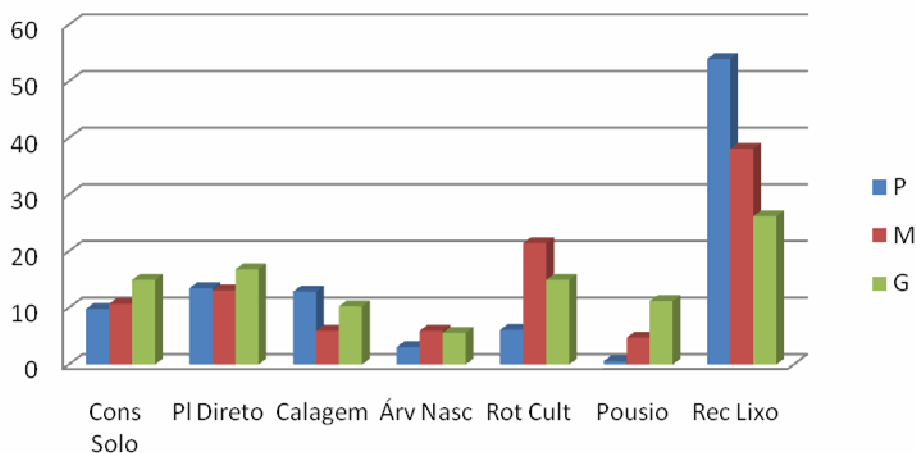


Gráfico 21. Principais práticas de conservação ambiental.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Os dados obtidos, comparando os três grupos de produtores, demonstram a importância dada ao recolhimento de lixo. Índice maior entre os pequenos produtores. Talvez o índice inferior junto aos grandes produtores seja o resultado da não opção de destino das embalagens e restos de produtos utilizados na pecuária.

O grupo dos pequenos produtores apontou como relevante as seguintes práticas de conservação ambiental: recolhimento do lixo, plantio direto, calagem e conservação do solo. Entre os médios produtores os resultados foram: recolhimento do lixo, rotação de culturas, plantio direto e conservação do solo e, no grupo dos grandes produtores a ordem assinalada foi: recolhimento do lixo, plantio direto, conservação do solo e rotação de culturas.

Na tabela 12 considerando todos os produtores, a prática menos citada foi o plantio de árvores em nascentes de água (4,5%).

Práticas de conservação ambiental		Respostas	
		N	% dos respondentes
Praticas	Conservação solo	41	25,0
	Plantio direto	51	31,1
	Calagem do solo	37	22,6
	Plantio árvores nascentes água	16	9,8
	Rotação de culturas	43	26,2
	Pousio	17	10,4
	Recolhimento de lixo	148	90,2

Tabela 12. Práticas de conservação ambiental utilizadas pelos produtores rurais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

f) Fatores limitantes para o desenvolvimento das atividades de produção

São problemas comuns apontados pelos produtores do município as condições das estradas, a dificuldade de obter crédito de custeio e a comercialização dos produtos.

A maior dificuldade relacionada foi às condições de trafegabilidade das estradas, limitação relacionada diretamente com o escoamento da produção e conseqüentemente na comercialização. Quando a produção a ser escoada são animais para abate, o frete alto onera as despesas. E não é raro, o retorno às tropeadas. Tropas são formadas e tropeiros contratados para conduzir os animais até um ponto que viabilize o carregamento dos animais aos frigoríficos para o devido abate. As conseqüências na qualidade dos animais e nas possíveis perdas de peso são inerentes à situação (Tabela 13).

Fatores limitantes para expansão e desenvolvimento das atividades		Respostas	
		N	% dos respondentes
Fatores Limitantes	Estradas	113	68,9
	Comunicação	34	20,7
	Escolas	24	14,6
	Ausência EMATER	16	9,8
	Falta apoio set. Município	66	40,2
	Falta serviços saúde	49	29,9
	Falta ativ. Lazer	22	13,4
	Acesso informações	7	4,3
	Crédito investimento	62	37,8
	Crédito custeio	71	43,3
	Comercialização	70	42,7
	Falta assoc. objetivos comuns	34	20,7
	Falta cursos de capacitação	51	31,1

Tabela 13. Fatores limitantes para a expansão das atividades produtivas dos produtores de Sant'Ana do Livramento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

O gráfico permite visualizar os pontos cruciais detectados com as respostas dos produtores rurais.

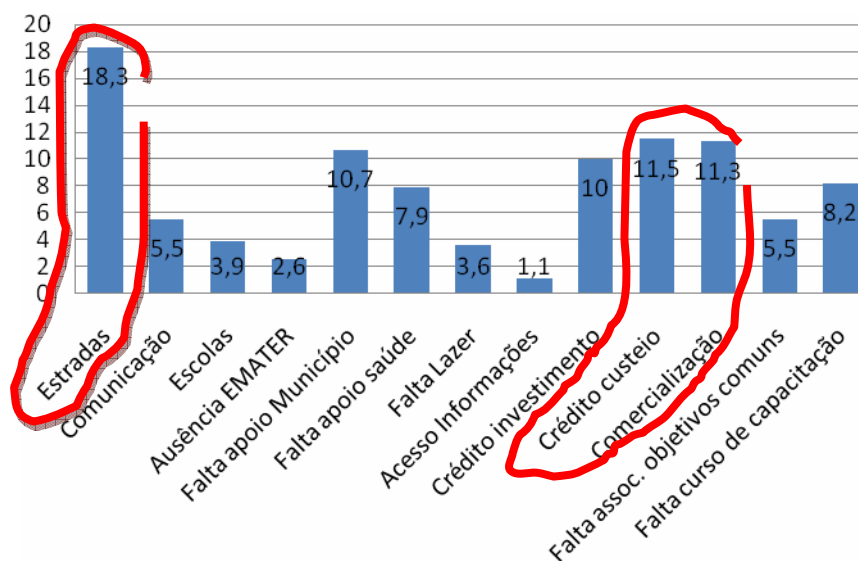


Gráfico 22. Fatores limitantes para expansão das atividades produtivas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

Os dois fatores relevantes levantados pelos produtores, além das condições das estradas, referem-se a falta de crédito para custeio e as dificuldades de comercialização. O crédito de custeio é mais crucial para os pequenos produtores (15,3%). Observou-se que em alguns casos a produção de frutas permaneceu na propriedade por não existir forma de escoamento e comercialização, isto é, as estradas não permitiram a saída do produto da propriedade. E a comercialização não aconteceu por falta de interesse de buscar o produto na propriedade. Resultado: tendência de abandonar a fruticultura.

Um dos fatores registrados entre os grandes produtores como importante foi a comunicação. Contudo revelou-se um problema pontual, no período da pesquisa de campo. Uma das empresas de telefonia com ação na região apresentou problemas, dificultando a comunicação. O problema foi solucionado após três meses.

5.4 Síntese dos resultados

Com o intuito de visualizar os principais resultados obtidos elaborou-se o quadro seguinte. Foram sintetizados os dados referentes às características e aos aspectos encontrados em relação à totalidade dos produtores e discriminados por categoria dos pequenos, médios e grandes produtores rurais do município (Quadro 18).

ÍTEM	Produtores Todos	Produtores		
		Pequenos	Médios	Grandes
Idade	73,8 % mais de 41 anos	93,1% mais de 31 anos	100% mais de 31 anos	77,4% mais de 51 anos
Escolaridade	58,3 % com 1º GC ou I	86,3 % com 1º GC ou I	65,7% com 3º GC ou I	70,9 % com 3º GC ou I
Local de residência	58,3 % rural	86,27% rural	82,86% cidade	90% cidade
Mão-de-obra familiar	77,97%	92,15%	42,86%	70,97%
Tempo de gerência	Mais de 10 anos	2 faixas: até 15 anos e mais de 30 anos	Mais de 30 anos	Mais de 30 anos
Participação em org. e movimentos sociais	34,5%	20,59%	40%	75%
Participam de Capacitação	80,35%	79,41%	71,43%	93,55%
Meios de informação	Televisão	Televisão	Televisão	Jornal
Frequência de acesso	Diário	Diário	Diário	Diário
Fontes de informação	Outros produtores	EMATER	Outros produtores	Outros produtores
Controle de custos	83,4%	75,5%	91,45	100%
Principal fonte de renda	Pecuária de corte	Pecuária de corte	Pecuária de corte	Pecuária de corte
Uso de maquinário agrícola	99,6%	99%	100%	100%
Limitações: localização X atividade de produção	Estradas	Estradas	Estradas	Estradas
Principal preocupação ambiental	Recolhimento do lixo	Recolhimento do lixo	Recolhimento do lixo	Recolhimento do lixo
Principal motivação para a atividade	Transmitir negócio para os filhos	Transmitir negócio para os filhos + tradição familiar	Satisfação em trabalhar na atividade rural	Transmitir negócio para os filhos
Orientação decisória	Instrumental	Instrumental + social	Expressivo	Instrumental
Principal qualidade produtor de sucesso	Altos índices de produção	Altos índices de produção	Altos índices de produção	Altos índices de produção
Projeção cenário futuro: produtor e família	Empresário rural bem sucedido	Empresário rural bem sucedido	Empresário rural bem sucedido	Empresário rural bem sucedido
Estilo de decisão (característica predominante)	Econômico / Expressiva	Consulta à família	Considerar custos e experiências pessoais e dos progenitores	Racional e calculista

Quadro 18. Síntese dos resultados.

Fonte: Elaborado pela autora, 2010

6 CONCLUSÕES

As profundas transformações no rural adquirem significativa relevância no cenário socioeconômico, em vista de sua incumbência primordial de produção de alimentos de forma sustentável. Na mesma medida em que o desenvolvimento rural está anelado aos valores de uma sociedade, valores que se estruturam conforme códigos de emoções e percepções. Manifestando-se em esquemas simbólicos ligados a uma formação social enraizada nas tradições históricas, econômicas e culturais que assumem o papel de interação da sociedade como um todo, refletindo-se sobre as decisões em relação aos meios, aos limites e aos potenciais para o desenvolvimento.

Neste contexto os produtores rurais, agentes do processo de tomada de decisão, controlam e gerem os processos, decidindo sobre o seu bem estar e de sua família, bem como do meio do qual fazem parte. Cabe ao decisor perceber as mudanças nos ecossistemas de produção, as oportunidades e necessidades sociais e econômicas, bem como os impactos advindos de seu sistema de orientação de valores e objetivos.

Para compreensão do processo decisório do presente trabalho partiu-se de premissas centradas nos indivíduos, de orientações que incluem a participação, a diversidade, a consideração da complexidade, da interação das dinâmicas históricas, sociais, econômicas, ambientais de produção, dos processos de aprendizagem, no âmbito de processos de capacitação e auto-estima, com o propósito de melhoramento e sustentabilidade da sociedade e seu entorno.

A identificação das motivações no processo de tomada de decisão envolveu três diferentes níveis de análise: o decisor (individual), do pequeno grupo (família) e/ou da organização. O elo entre o nível de análise e a natureza do sistema de processamento das informações humanas e seu julgamento conforma a racionalidade decisória do produtor. Assim, o conceito de racionalidade limitada aplica-se tanto para o indivíduo como para a organização. Esse fato inclui importantes regras no processo decisório, nas atitudes de risco, nos objetivos, nos valores de referência e nas preferências construídas e operacionalizadas nas tarefas produtivas e sociais.

Considerando o exposto, o presente estudo está fundamentado na compreensão do processo de decisão dos produtores rurais e na percepção que essas decisões envolvem as características dos produtores e suas formas de

relações. O modelo mental decisório destes produtores reflete o seu entorno, isto é, a família, o grupo social, bem como os aspectos regionais da campanha gaúcha e as características do bioma Pampa, pois persiste a predominância e desenvolvimento da pecuária de corte e a ovinocultura com a utilização dos campos nativos como a principal fonte de sustentabilidade das atividades produtivas.

Em relação às atitudes de gestão de riscos, a racionalidade e o conhecimento determinam a análise, a estimativa, a evolução e avaliação dos riscos, as escolhas para o controle, ação e monitoramento (FISCHHOFF, 1975). Neste conjunto de atitudes em relação ao risco, está presente a compreensão e experiência de eventos passados, logo, estão implícitas as regras ou hipóteses de interpretação. Para o produtor rural, o modelo decisório antecipa o mundo ao seu redor, logo as surpresas, o inesperado é subestimado na ordenação e hierarquia das razões para as mudanças.

A abordagem dos sistemas agrários, da teoria de gestão da decisão com ênfase nos aspectos comportamentais, conjugado com as conclusões de Ruth Gasson (1973) sobre os produtores rurais permitiu identificar as características, o comportamento e as tendências esperadas no processo de tomada de decisão dos produtores rurais no recorte empírico do município de Sant'Ana do Livramento/RS.

No âmbito das características dos produtores rurais, o aporte teórico relaciona o grau de risco com a idade, onde os indivíduos mais velhos tomam as decisões que incorram em menores riscos, ou seja, partem de uma avaliação das conseqüências reportando-se a situações anteriores similares. Na população estudada, 73,8% dos produtores têm idade superior aos 41 anos e especificamente, entre os grandes produtores, 45,1% têm uma idade superior aos 60 anos, baseando-se em estudos anteriores que relacionam idade e aversão aos riscos, espera-se uma tendência comportamental decisória de maior aversão ao risco. Considerando-se que são estes produtores que participam de organizações representativas, pressupõe-se que as decisões coletivas que envolvam menores riscos e a adoção de decisões que ofereçam maior segurança predominam em detrimento de oportunidades com menor grau de segurança.

Considerando as decisões o resultado do conhecimento (tácito e empírico), crenças e valores e da capacidade de acessar e interpretar as informações um dos aspectos relevantes é o nível educacional. O nível educacional possibilita uma melhor interpretação das informações e se constitui em um aspecto importante para

realizar mudanças, maior flexibilidade e agilidade decisória, principalmente em situações de mudanças rápidas no cenário político-administrativo. Diante do exposto espera-se que predomine entre os grandes com 70,97% dos membros familiares com nível superior e médios com 65,7% dos membros familiares com nível superior uma maior adaptabilidade às mudanças. No presente estudo, quando se analisa a gestão de risco, percebe-se a influência da dimensão idade no contexto. Os dois grupos têm média de idade superior aos 51 anos e menos propensos às mudanças com conseqüências não conhecidas.

Entre os pequenos produtores percebe-se que existe a possibilidade de incrementar o nível educacional, principalmente com atividades de capacitação, considerando que 38,2% têm uma idade inferior aos 40 anos. No entanto é crítico o dado verificado de não participação dos pequenos produtores (79,41%), aliado ao fato de terem menor nível de escolaridade, uma vez que 86,3% têm apenas o 1º grau completo ou incompleto. Esta constatação exige ações desafiadoras dos organismos políticos e organizações não governamentais para a motivação e capacitação destes produtores. O indicativo para acessar este contingente populacional está na predominância do uso da televisão e dos vizinhos como principais meios de informação.

Embora o nível de escolaridade apresentado pelos médios produtores de 65,7% com o 3º grau (completo ou incompleto), é baixo o nível de participação em organizações e movimentos sociais (40%). Verifica-se também uma baixa participação em atividades de capacitação (28,6%). A justificativa pode estar na atuação dos profissionais de nível superior em suas atividades fora do estabelecimento rural, mas com a manutenção da pecuária e do estabelecimento como um todo por satisfação pessoal em trabalhar na atividade, conforme o resultado obtido na avaliação da hierarquia de motivações (Quadro 15, p.218). A satisfação pessoal em trabalhar na atividade rural foi apontada como a primeira e segunda motivação mais relevante e, a tradição familiar foi escolhida como a terceira motivação mais importante. Dados semelhantes foram encontrados por Andreatta (2009) na análise geral da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul, com dados do período 2003/2004.

Reportando-se à abordagem dos sistemas agrários, julga-se relevante a incorporação da realidade predominante entre os produtores rurais, a incorporação da gênese de suas relações históricas, sociais e econômicas no sistema agrário

predominante: a bovinocultura de corte em campos nativos. A identidade, embora elaborada com subjetividades individuais e coletivas, também é delineada de acordo com o pertencimento a um grupo social ou mesmo pela localização e estabelecimento em determinado espaço territorial. A predominância do sistema agrário e do modo de vida consolida a trajetória histórica, a forma como ocorreu e ocorre a ocupação do espaço agrário, a evolução das técnicas de produção utilizadas, sendo que as experiências e avaliação dos eventos passados são norteadores imbuídos de objetivos e valores que determinam o processo decisório.

Identifica-se a predominância da atividade da pecuária de corte em 70,2% das propriedades rurais e para 64,3% dos produtores é a principal fonte de renda. Entre os pequenos produtores, 53,9% desenvolvem a pecuária de corte e destes, 87,3% a têm como principal fonte de renda. Há semelhança de comportamento no grupo dos médios e grandes produtores, 91,4% e 100%, respectivamente dedicam-se à atividade da pecuária de corte, sendo que para 96,9% dos médios produtores é a principal fonte de renda, enquanto que para 96,8% dos grandes produtores é a principal fonte de renda.

Constata-se que mesmo entre os pequenos produtores a bovinocultura de corte é importante. Com a presença de assentamentos de reforma agrária, esperava-se uma transformação nas relações espaço, tempo e produção. Percebe-se que em termos de tomada de decisão, quanto ao sistema de produção, os produtores sofreram influência da cultura historicamente predominante no local. São pecuaristas familiares que empregam a mão de obra familiar, utilizam-se do autoconsumo tanto de animais como da agricultura implantada (subsistência), comercializam excedentes por meio de uma débil cadeia de comercialização e a extensão das atividades acontece de acordo com as necessidades e preferências da família.

As transformações observadas referem-se às mudanças no sistema de produção direcionado à agricultura de subsistência nos assentamentos de reforma agrária e a paulatina ampliação de atividades ligadas à vitivinicultura e à fruticultura no âmbito dos pequenos, médios e grandes produtores, convivendo com a ampliação das áreas com arroz e soja, onde as condições do solo permitem.

Os entraves para acelerar o desenvolvimento técnico-produtivo da principal atividade do município, em parte são apoiados nas experiências mal sucedidas no passado mais recente das agroindústrias da carne (falência e desativação dos

frigoríficos). O fechamento dos frigoríficos, as restrições nos canais de comercialização, as exigências sanitárias do mercado internacional, a deficiente rede de escoamento da produção no interior do município (67,3% dos produtores apontam as precárias condições das estradas), os preços internacionais do produto, a taxa de câmbio, entre outros foram apontados como fatores restritivos na adoção de tecnologias mais adequadas. E quando se aborda tecnologias mais adequadas de produção está inserido o olhar de sustentabilidade e produção diferenciada para os mercados compradores com exigência de segurança alimentar.

O cenário da pecuária de corte predomina entre os grandes produtores, aliado com a ovinocultura tanto para lã como para carne. O ciclo completo (cria, cria e engorde) é o mais adotado entre os produtores. A utilização de animais com raça definida é maior neste grupo de produtores (41,94%), percebendo-se uma tendência aos cruzamentos com o intuito de oportunizar ganhos baseados nas vantagens proporcionadas. A utilização dos benefícios dos cruzamentos pode estar aliada ao fato de que 70,97% contam com membros da família com formação profissional na área agrícola. A qualificação da informação neste caso é inerente, viabilizando a adoção de técnicas mais produtivas no âmbito do manejo dos campos nativos. Referente às informações, também é entre os grandes produtores que se encontra um maior nível de participação em associações, sindicatos e cooperativas entre outros, (75%) e de participação em atividades de capacitação (93,5%).

A análise dos dados, relativos às características e motivações do processo decisório revela um produtor direcionado aos altos índices de produção (20,4%), no entanto suas decisões são coadunadas com a motivação de dar estudo aos filhos (14,4%) e com similar importância o fato de obter a aprovação da família em suas decisões (11,1%), ensinar suas atividades aos filhos (10,8%) e manter a herança (10,2%). O sistema social família predomina no conjunto de suas motivações (46,5%), conseqüentemente as decisões relativas ao negócio são dependentes do sistema social família, corroborando o observado por Rushton, Shaudys (1967), Kliebenstein et al (1980) e Simon (1995) quando se referem ao bem-estar econômico dos indivíduos quando identificado com o grupo do qual faz parte.

Considerando uma motivação projetada para um horizonte de 10 anos a resposta unânime dos pequenos, médios e grandes produtores foi ser um *empresário rural* bem sucedido (26,7%). Esta escolha é um componente cognitivo de uma atitude moldada na crença de atributos favoráveis. Espera-se que as

atitudes e motivações direcionem as decisões e ações comportamentais. Estes dados são fundamentados pelo fato de 22,8% apontar como motivação a ampliação da atividade e da área explorada e somente 5,3% projetam viver na cidade. Pode-se concluir que existe uma grande satisfação no exercício de suas atividades no meio rural.

Todo processo decisório é o cruzamento e harmonização das necessidades do sistema produtivo com o sistema social família primordialmente envolvido. A identificação das motivações e dos valores de referência nas decisões, norteadores dos produtores pesquisados revelaram uma hierarquia baseada na transmissão dos negócios aos filhos (sistema social família), a satisfação em trabalhar na atividade rural, já constatado em sua projeção futura de permanecer no campo, a tradição familiar (sistema social família), o prazer na atividade rural e a qualidade de vida, demonstrando a forte relação do meio ambiente e a atividade produtiva.

A transmissão dos negócios aos filhos pressupõe a preocupação com a persistência e rentabilidade, enquadrando-se em uma orientação de ordem instrumental, (conforme a classificação de Gasson, 1973).

Adotando a orientação de valores de Gasson (1973), observa-se uma alteração em relação à decisão dos médios produtores. A hierarquia de suas motivações é de ordem social (satisfação em trabalhar na atividade rural e por tradição familiar).

Entre os pequenos produtores a tradição familiar (social) e a transmissão do negócio aos filhos (instrumental) apresentam-se com igual relevância. A tradição familiar pode ser explicada, no âmbito dos santanenses, como o resultado de subseqüentes partilhas de campo que o tornaram um pequeno produtor com fortes laços com a trajetória histórico-social. No âmbito dos assentados rurais pode ser atribuída à origem agrícola de gerações anteriores. Enquanto as decisões de ordem econômica atrelam-se ao objetivo de sobrevivência e perpetuação dos negócios.

Na análise de correlação entre as orientações de valores no processo decisório (classificação de Gasson, 1973), com as principais fontes de renda, uma das variáveis compreende a pecuária de corte e ovinocultura, como principais fontes de renda. As outras duas variáveis referem-se à pecuária de leite e *outros*; onde *outros*, compreende as atividades agrícolas (arroz, soja, fruticultura e vitivinicultura). As conclusões, discriminando os produtores rurais por grupo de atividades desenvolvidas e as principais fontes de renda e relacionando-as com as orientações

decisionais, revelaram que entre os produtores que se dedicam à pecuária de corte e ovinocultura, o conjunto dos critérios e motivações no processo de tomada de decisão são de ordem expressiva (46,7%), secundado com uma orientação de ordem econômica (33,3%).

Os produtores rurais com atividade de pecuária de leite apresentaram um comportamento semelhante aos produtores de pecuária de corte e ovinocultura, são motivados por razões de ordem expressiva (45,5%) e econômicas (27,3%). Neste grupo observa-se uma tendência de considerar as motivações intrínsecas de forma mais relevante que o grupo anterior, 18,2% e, 8,3%, no caso dos produtores de pecuária de corte e ovinocultura.

No âmbito do estudo realizado a pecuária de corte e ovinocultura corresponde as principais fontes de renda entre os grandes e médios produtores, a pecuária de leite é a principal fonte de renda para 34% dos pequenos produtores, para 5,7% dos médios e para 6,5% dos grandes produtores.

Considerando o elevado número de indivíduos com nível de escolaridade alto (nível superior) entre os grandes e médios produtores, conseqüentemente com acesso aos meios de informação mais especializados, segundo a análise dos resultados e norteados com maior ênfase pelos valores expressivos, é de se esperar que os aspectos da manutenção da biodiversidade dos campos nativos sejam uma tendência decisória. Assim como, a adoção e adequação de práticas que permitam maior rentabilidade econômica com a manutenção das características do ecossistema.

A projeção de vantagens futuras vislumbra um desenvolvimento e a exploração de produtos oriundos da região, baseado na sustentabilidade e com condições de implementar projetos de desenvolvimento baseado na segurança alimentar.

Se por um lado, o passado recente cunhou e avaliou este tipo de exploração baseado somente no viés econômico, o trabalho aponta que atualmente a conjuntura posta possibilita um desenvolvimento local levando-se em conta outros aspectos, como as peculiaridades e especificidades regionais, agregando valor e passíveis de resultar em fins econômicos e de desenvolvimento social.

É entre os produtores que se dedicam a algum tipo de agricultura onde se encontra a predominância de motivações econômicas no processo de tomada de

decisão, 35,4%, enquanto as de razões de ordem social (25%) e expressiva (22,9%) adquirem relevância semelhante pelos valores obtidos.

Verificam-se também um valor atribuído à característica fronteira, à identificação comum das tradições gaúchas e ao espaço territorial do bioma Pampa como elementos de semelhanças em relação ao conteúdo histórico, social, ambiental e de sustentabilidade econômica. Estas aproximações são operacionalizadas em ações conjuntas de técnicos, produtores e atores institucionais no sentido de visualizar e entender o bioma Pampa como alicerce comum, independente da separação política. Exemplificado pelas ações conjuntas mais recentes do evento dos Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade (P. Alegre/RS, 2009) e I Seminário Internacional do Programa URB-AL da Comissão européia, projeto: aglomerados urbanos em área protegida-métodos para promover o desenvolvimento socioeconômico da população com a tutela da natureza (Sant'Ana do Livramento/BR-Rivera/ROU, fev/ 2010). Neste último projeto está inserida a existência da área de preservação ambiental, APA do Ibirapuitã (Foto 4, p.180).

A participação de produtores nestes eventos é significativa e explica a relevância que os produtores, cerca de 100%, definem como a quinta motivação mais importante para o desenvolvimento de suas atividades, a *qualidade de vida* (orientação de valores intrínsecos).

Percebe-se a relevância atribuída à qualidade de vida pelo fato de que 69% dos produtores permanecerem de 3 a 5 dias em suas propriedades rurais e que, 56,9%, considerando uma projeção futura de 10 anos, pretende ampliar a atividade, continuar na atividade, implementar atividades diferentes permanecendo no campo mesmo quando aposentados. Conclui-se que existe uma forte relação do espaço vivenciado para a produção econômica com a satisfação de viver neste espaço, comprovando o que Gasson (1973) denominou de valores expressivos dos produtores rurais.

No entanto, considerando o conjunto das atividades produtivas os dados demonstram que a orientação instrumental adquire os valores mais altos entre o total dos produtores (34,1%), enquanto a orientação de valores expressivos vem logo a seguir com 32,9%. Assim é possível inferir que, embora sejam os valores de ordem econômica que estão presentes nas decisões dos produtores, os valores de ordem expressiva (*satisfação em trabalhar nas atividades rurais, ser proprietário*

rural, respeito pelo mérito do seu trabalho, a possibilidade de exercer habilidades e aptidões específicas, a oportunidade de ser criativo e original e a possibilidade de desafios, de realização e crescimento pessoal) são relevantes e moldam o modelo cognitivo decisório dos produtores, com maior ênfase entre àqueles que se dedicam à pecuária de corte, ovinocultura e pecuária de leite.

Na análise dos resultados obtidos constata-se que existe uma transmissão cultural de crenças e valores de uma geração para outra, criando uma estratégia de normas e comportamentos, uma racionalidade decisória. Conseqüentemente o processo de tomada de decisão é moldado pelos aspectos externos (condições físico-geográficas, trajetória histórica, social e econômica), pelos aspectos internos do grupo social do qual faz parte (valores e crenças do sistema social família) e, aspectos individuais (fortemente influenciados pelo processo de socialização). Existe uma similitude no comportamento decisório entre os pequenos, médios e grandes produtores deduzindo-se que existe um amálgama fortemente enraizado no comportamento comum, origens, formação, valores, crenças e modo de vida dos homens e mulheres do campo e segue uma lógica racional identificada com o coletivo.

Quanto à orientação no processo de tomada de decisão conclui-se que não é meramente de ordem econômica, envolve com relevância os aspectos expressivos, sociais e intrínsecos (*qualidade de vida*); ou seja, existe um processo cognitivo racional lógico (econômico) e um processo cognitivo de ordem emocional. E, quando a principal fonte de renda é oriunda da pecuária de corte e ovinocultura o comportamento no processo decisório é de ordem expressiva, o mesmo sucedendo entre aqueles produtores rurais que tem sua principal fonte de renda na pecuária de leite, enquanto as motivações e critérios econômicos são predominantes entre os produtores rurais que se dedicam à agricultura.

No âmbito da contribuição teórica, o presente trabalho foi desenvolvido sob o olhar conjugado da abordagem teórica dos sistemas agrários, considerando o sistema de produção, o sistema social e as relações resultantes, com a teoria de gestão da decisão com base explicativa no comportamento do decisor, em relação às motivações e razões norteadoras do processo de tomada de decisão. Se por um lado a abordagem sistêmica dos sistemas agrários permitiu compreender o determinante histórico-social, não preencheu a base explicativa da gestão nas propriedades rurais quanto às tendências decisórias em face dos sistemas de

produção e da racionalidade no processo de tomada de decisão do produtor rural. Os fundamentos da teoria da decisão permitiram identificar os critérios da racionalidade decisória, suas limitações e potencialidades para fundamentar políticas públicas de desenvolvimento. Na compreensão e análise dos resultados e na elaboração das conclusões foi fundamental o estudo de Ruth Gasson (1973), sobre a tipologia de orientação de valores, no processo de tomada de decisão, dos produtores rurais.

No cenário das políticas públicas fica evidente que é necessário dar atenção à forma como os diferentes instrumentos de política influenciam os valores e crenças dos produtores e o sistema família como um todo, uma vez que independente do grupo de produtores, as motivações relacionadas à família constituem-se em balizador relevante nas decisões realizadas. O esforço político deve ser no sentido de ajustamento aos sistemas de valores, uma interação das políticas com os valores e crenças da população alvo. Este fato sinaliza para políticas territoriais específicas elaboradas não somente com o intuito de aumento de produção e produtividade, mas caminha na direção de políticas construídas com a participação dos interessados (produtores rurais). Se por um lado exige instrumentos de abordagem mais complexos, amplia a possibilidade de êxito das políticas adotadas com conseqüências de melhora econômica e social.

Na perspectiva de continuidade do presente estudo e considerando as limitações da generalização dos resultados, aponta-se para a necessidade de novos estudos que permitam a percepção da diversidade socioambiental e cultural, bem como as implicações no desenvolvimento de outras populações.

REFERÊNCIAS

ACKOFF, Russel L. **Planejamento de pesquisa social**. São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

ALBORNOZ, Vera do P. L. Fronteira gaúcha: Santana do Livramento. **Caderno de História nº. 36**. Memorial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura- Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2008.

ALBORNOZ, Vera do P. L. **Armour- uma aposta no Pampa**. Santa Maria: Ed. Pallotti, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALVES, Eliseu; MARRA, Renner. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**. Ano XVIII. nº 4, Out./Nov./Dez. 2009. p. 3-17.

AMARAL FILHO, Jair. É negócio ser Pequeno, mas em Grupo. In: **Desenvolvimento em Debate: painéis do desenvolvimento brasileiro II**. Org. de Ana Célia Castro. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

ANDREATTA, Tanice. **BOVINOCULTURA DE CORTE NO RIO GRANDE DO SUL: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas**. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural/PGDR. Porto Alegre, 2009.

AREND, Marcelo; CÁRIO, Sílvio A. F. Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglass North. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, Número Especial, p. 63-94, maio 2005.

ARGYRIS, Chris. **Personality and organization: the conflict between system and the individual**. New York: Harper, 1957.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da Região Sul. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, 1994. p. 07-48.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed.; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1985.

BARNARD, Chester. **Organization and management**. Cambridge: Harvard University Press, 1956.

BASS, Bernard M. **Organizational decision making**. New York: Richard D. Irwin Inc, 1983.

BATTERSHILL, M. R. J.; GILG, A. W. Socio-economic constraints and environmentally friendly farming in the Southwest of England. **Journal of Rural Studies**. V. 13, n°2, abril 1997. P. 213-228.

BAZERMAN, M. H. **Processo decisório**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BEACH, Lee Roy; CONNOLLY, Terry. **The psychology of decision making: people in organizations**. Foundations for Organizational Science. California/EUA: Sage Publications, 2005.

BECKER, Ítala I. B. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. **Arqueologia do Rio Grande do Sul**, Documentos 5, 125-148 São Leopoldo: IAP, 2006. Disponível em: <http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf>. Acesso em 28/09/2009.

BENETTI, M. D. Agropecuária na região Sul do Rio Grande do Sul – 1970-90. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, 1994. p. 94-145.

BENIA, H. F. R.; PINTO, O. R.; CARVALHO, P. R. M.; BRATTA, G.; MOLINA, S. M. C.; MAIA, M. A. **Santana do Livramento: situação e perspectivas da agropecuária**. Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Sant'Ana do Livramento, 1987.

BERGEVOET, R. H. M. Entrepreneurial behaviour of Dutch dairy farmers under a Milk quota system: goals, objectives and attitudes. **Agricultural Systems**. V. 80, n°1, abril 2004. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science>. Acesso em 17/07/2007.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1973.

_____. **Teoria dos sistemas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976.

BETHLEM, Agrícola. **Estratégia empresarial: conceitos, processo e administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1998.

BOLDRINI, Ilse. A flora dos campos do Rio Grande do Sul. IN: PATTA, De Valério et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 63-77.

BOWLER, I. et al. The development of alternative farm enterprises: a study of family labour farms in the North Pennines of England. **Journal of Rural Studies**. V. 12, n°3, 1996. P. 285-295.

BRAZ, Evaldo Muñoz. **Retratos do gaúcho antigo: a gênese de uma cultura**. Porto Alegre: Martins Liv. Ed., 2002.

BUCHANAN, L.; O'CONNELL, A. Uma breve história da tomada de decisão. **Harvard Science Management/HSM**. V. 84, nº1, Jan. 2006. Disponível em <http://www.hbrbr.com.br/textos>. Acesso em 20/09/2007.

BUCKLEY, W. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. São Paulo: Cultrix, 1976.

BUNNING, C. N. S.; WILKES, A. Drylands Systems and Climate Change. Relatório Mudanças Climáticas. **FAO**. Disponível em <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/012/i1135e/i1135e00.pdf>. Acesso em 19/01/2010.

CAGGIANI, Ivo. **Sant'Ana do Livramento – 150 anos de História**. Sant'Ana do Livramento: Ed. Associação Santanense Pró-Ensino Superior (ASPES), 1983.

CALLAGE, Roque. **Terra gaúcha: cenas da vida rio-grandense**. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.

CANZANI, José R. F. Assessoria administrativa a produtores rurais no Brasil. Tese. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz/ESALQ/USP. Piracicaba, 2001.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. Cultrix, São Paulo, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARMO, M. S.; SALLES, J. T. A. O. Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. 1998, Florianópolis. **ANAIS**. Disponível em <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sbs3/html>. Acesso em 15/07/2009.

CESAR, G. **O onde de Piratini e a Estância da Música. A administração de um latifúndio riograndense em 1832**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1978.

CEZAR, I. M.; SKERRATS, S.; DENT, J. B. Sistema participativo de geração e transferência de tecnologia para pecuaristas: o caso aplicado à EMBRAPA gado de corte. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, V. 17, nº2, 2000. P. 135-169.

CHECKLAND, Peter. **Systems thinking, systems practice**. Chichester: John Wiley & Sons, 1981.

CHIA, E. et al. Comprender, dialogar, coproducir: reflexiones sobre El asesoramiento em El sector agropecuario. **Agrociencia**. v. VII, n. 1, p. 77-91, 2003.

CHIAVENATTO, I. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **Administração: teoria, processo e prática**. São Paulo: McGraw-Hill Ltda, 1987.

CHONCHOL, J. **Sistemas agrários em América Latina**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1994.

CORNEGIE, Dale. **Como fazer amigos e influenciar pessoas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

CORNÉLIO, Renata Reis. **A formulação da decisão no nível estratégico de uma organização pública: um estudo sobre o processo decisório na SMS-RJ**. Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 1999. Disponível em http://portaldeseres.icict.fiocruz.br/transf.php?lng=pt&script=thes_thesislist&id=FIOCRUZENSF. Acesso em 10/01/2009.

CORREA, Elisa. O modelo slow de produção. **Revista Pequenas Empresas, Grandes Negócios**. Janeiro 2009. Número 240. Disponível em <http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/o..ERT81067-17160.00.html>. Acesso em 21/08/2009.

COSTA, F. P.; REHMAN, T. Exploring the link between farmers' objectives and the phenomenon of pasture degradation in the beef production systems of Central Brazil. **Agricultural Systems**. V. 61, 1999. P.135-146.

CROSSMON, B. D. New knowledge of decision-making process. **Journal of Farms Economics**. V. 40, nº5, 1958. P. 1404-06.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. IN. MINAYO, Maria C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 51-66.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999.

DAFT, Richard L. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora SA, 1999.

DAMIANOS, D.; SKURAS, D. Farm business and the development of alternative farm enterprises: an empirical analysis in Greece. **Journal of Rural Studies**. V. 12, nº3, 1996. P. 273-283.

DAUGASTAD, K.; RONNINGEN, K.; SKAR, B. Agriculture as an upholder of cultural heritage? Conceptualizations and value judgements – A Norwegian perspective in international context. **Journal of Rural Studies**. V. 22, 2006. P. 67-81.

DAVIS, M. W. **Applied Decision Support**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1988.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. IN. MINAYO, Maria C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 31-50.

DIANÓSTICO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BOVINOCULTURA DE CORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/ Instituto de Pesquisas Econômicas (IEPE). Relatório. Porto Alegre: 2005.

DOYE, D. et al. Case studies of farmers' use of information systems. **Review of Agricultural Economics**. V. 22, nº2, 2000. P. 566-585.

DRIVER, Michael J. et al. **The dynamic decisionmaker: five decision styles for executive and business success**. New York: Harper & Row, 1990.

DRUCKER, Peter F. **As Fronteiras da administração: onde as decisões do amanhã estão sendo determinadas hoje**. São Paulo: Pioneira, 1989.

DUFUMIER, Marc. **Sistema de producion y desarrollo agrícola em el tercer mundo**. Santiago: Centro de Investigacion y Promocion Del Campesinato/PIURA, 1989.

FAGUNDES, Antônio R. A indumentária gaúcha. **Cadernos Gaúchos n. 2**. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1977.

FAGUNDES, Antônio R. **A indumentária Gaúcha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

FAIRWEATHER, John R.; KEATING, Norah C. Goals and management styles of New Zealand farmers. **Agricultural Systems**. v. 44. 1994, p. 181-200.

FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul. Disponível em: www.farsul.org.br/resources/anexos/comissao/HistoriadaArroz. Acesso em 15/11/2009.

FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1965.

FERREIRA, Felipe G. **Estratégias de produção das empresas vitivinícolas da Serra Gaúcha investidoras em vitivinicultura na metade sul do Rio Grande do Sul**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FILIPPINI, Francisco. **Metodologias para tomada de decisão a partir de informações qualitativas**. PPCC/UFSC. Dissertação de Mestrado, 2003. Disponível em <http://www.tese.ufsc.br/teses/PGCC0461.pdf>. Acesso em 03/09/2009.

FISCHHOFF, Baruch. Hindsight # Foresight: the effect of outcome knowledge on judgment under uncertainty. **Journal of Experimental Psychology: human perception and performance**. V. 1, nº3, p. 288-299, 1975.

FLORES, A. W.; RIES, L. R.; ANTUNES, L. M. **Gestão Rural**. Porto Alegre: Ed. Dos Autores, 2006.

FLORES, Moacyr. **A Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ediplat, 2006.

FOLLET, Mary Parker. **Profeta do gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1997.

FONG, Candy P. S.; WYER Jr, Robert S. Cultural, social, and emotional determinants of decisions under uncertainty. **Organizational Behavior and Human Decision Process**. V. 90, p. 304-22, 2003.

FONSECA, Pedro C. D. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FONTOURA, Luiz Fernando M. A pecuária empresarial como agente modernizador na região da Campanha. **Segundas Jornadas de História Regional Comparada**. 3 A 6 DE OUTUBRO DE 2005. Porto Alegre – Rio Grande Do Sul. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas>. Acesso em 10/09/2009.

FRÁGUAS, João R. **Identificando os fatores que determinam o sucesso do empresário rural: um estudo de caso**. Florianópolis, 2003. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção.UFSC.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 27 – 92.

FREITAS, H. **A informação como ferramenta gerencial**. Porto Alegre:Ortiz, 1993.

GARCIA, Élen N. O banco de sementes do solo nos Campos Sulinos. In: PATTA, De Valério et al. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 78-87.

GASSON, Ruth. Goals and values of farmers. **Journal of Agricultural Economics**. V. 24, nº3, 1973. P. 521-537.

GAUTAM, U. S.; CHAND, Ram; SINGH, D. K. Effect of motivation and knowledge on decision making and adoption of dairy practices. **INDIAN RESEARCH Journal Ext Edu**. V. 8. May, September, 2008. P. 2-3.

GINKEL, Wendy P. van; KNIPPENBERG, Daan van. Knowledge about the distribution of information and group decision making: When and why does it work? **Organizational Behavior and Human Decision Process**. V. 108, p. 218-29, 2009.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. **A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2004.

- _____. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê Ed. Ltda, 1983.
- _____. **Por baixo do poncho. Contribuição à crítica da cultura gauchesca**. Porto Alegre: Tchê Ed. Ltda, 1987.
- _____. Reflexos entre o gaúcho real e o inventado. In: GONZAGA, Sérgio; FISCHER, Luis Augusto. **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998, p. 91-94.
- GOMES, Carla R. A. de Souza. **De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso – um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)**. Porto Alegre: Editoras Associadas/ Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura de Porto Alegre, 2009.
- GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed.; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1978. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978.
- GOULART, Sueli, CARVALHO, Cristina A. O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em administração. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GRAELL, Francisco. **O passado missioneiro no diário de um oficial espanhol**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.
- GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.
- GUISSO, L.; SAPIENZA, P., ZINGALES, L. Social capital as good culture. Working Paper 13712. **National Bureau of Economic Research**. Disponível em <http://www.nber.org/paper/w13712> . Acesso em 8/01/2010.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton at al. **Território, território: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARRISON, J. L.; O'BRIEN, D. T. Multiple objectives on NSW dairy farms: assigned importance and related satisfaction. **Agribusiness Review**. V. 7, 1999. 11p. Disponível em <http://www.agrifood.info/review/1999>. Acesso em 17/07/2007.
- HEADLEY, J. C.; CARLSON, A. B. Problem solving: the decision process and management behavior. **Journal of Farm Economics**. V. 45, nº5, 1963. P. 1219-25.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. Aspectos culturais e ideológicos da construção da regionalidade gaúcha. In: VERDUM, Alberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce M. A. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 215 – 232.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUFFMAN, W. E. Decision making: the role of education. **American Journal of Agricultural Economics**. V. 56, n°1, 1974. P. 85-97.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Biomas e de Vegetação. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169. Acesso em 10/10/2009.

_____. Censos estatísticos 1970, 1980, 1991, 2000, 2007. Disponível em http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/ e http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo.shtm. Acesso em julho 2009, agosto 2009.

IRGA – Instituto Rio Grandense do Arroz. Disponível em <http://www.irga.rs.gov.br/index.php?action=publicacoes>. Acesso em 20/11/2009.

JAKES, Elliott. **The changing culture of a factory**. London: Tavistock, 1951.

JOHNSON, Glen L. Methodology for studying decision making. **Journal of Farm Economics**. V. 39, n°5, 1957. P. 1215-26.

JOHNSON, J. D.; RASKERT, R. The role of economics and quality of life values in rural business location. **Journal of Rural Studies**. V. 11, n°4, 1995. P. 405-416.

KAHMANN, Andrea C.; MASINA, Léa S. dos S. **Fronteiras, tradição e identidade: um debate a partir da obra contos gauchescos de Simões Lopes Neto, 2005**. Disponível em http://www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/letras/anais_2coloquio/fronteira_tradicao_identidade.pdf. Acesso em 10/11/2009.

KAHNEMANN, Daniel. **Maps of bounded rationality: a perspective on intuitive judgement and choice**. Prize lecture- Prêmio Nobel, 8 dez, 2002. Disponível em http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2002/kahnemann-lecture.pdf. Acesso em 08/09/2009.

KAHNEMANN, Daniel; SLOVIC, Paul; TVERSKY, Amos. **Judgment under uncertainty: heuristics and biases**. Cambridge/EUA: Cambridge University Press: 1991.

KEPNER, Charles H.; TREGOE, Benjamin B. **O administrador racional: uma abordagem sistemática à solução de problema e tomada de decisão**. 2ª Ed., São Paulo: Atlas, 1976.

KERRIDGE, K. W. Value orientation and farmer behaviour – na exploratory study. **Quarterly Review of Agricultural Economics**. XXXI (1), 1978. P. 61-72.

KLIEBENSTEIN, J. B. et al. An analysis of farmers' perception of benefits received from farming. **North Central Journal of Agricultural Economics**. V. 2, n°2, 1980. P. 131-36.

LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

LIKERT, Rensis. **New patterns of management**. Londres: McGraw-Hill Book Company Inc, 1961.

LIU, Wuendy; AAKER, Jennifer. Do you look to the future or focus on today? The impact of life experience on intertemporal decisions. **Organizational Behavior and Human Decision Process**. V. 102, p. 212-25, 2007.

LÖBLER, Mauri Leodir; HOPPEN, Norberto. Diferenças no traçado do processo decisório através da utilização de um SAD multicritério. **XXV Encontro Nacional de Engenheiros de Produção**. Porto Alegre/Rs. 29 out. a 01 nov, 2005. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2005_Enegep0902_0322.pdf. Acesso em 4/01/2010.

LOIS, Élida. Cruzamento(s) de fronteira(s) em *Martín Fierro*. In: CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Pampa e cultura: de Fierro a Netto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Instituto Estadual do Livro, 2004, p. 37 – 50.

LONA, Adolfo Alberto. Rio Grande do Sul: o Rio Grande do vinho. **Jornal Bonvivant**. Garibaldi, jun. 2006. Disponível em: www.jornalbonvivant.com.br. Acesso em 20/01/2009.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LUTHANS, Fred; STEWART, Todd I. A general Contingency Theory of management. **The Academy of Management Review**, Vol. 2, No. 2 (Apr. 1977), p. 181-195.

MACADAR, M. A. **Concepção, desenvolvimento e validação de instrumentos de coleta de dados para estudar a percepção do processo decisório e as diferenças culturais**. PPGA/EA/UFRGS, Dissertação de Mestrado, 1998.

MACCRIMMON, K. R.; WEHRUNG, D. A. **Taking risks : the management of uncertainty**. New York: Free Press, 1986.

MACHADO, João A. D. **Análisis Del sistema información-decisión en agricultores de regadio Del Valle Medio Del Guadalquivir**. Córdoba/España: ETSIAM. Tesis Doctoral. 1999.

MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MARANGONI, Marli C. Tasca. Contos gauchescos e lendas do sul: conflitos nas fronteiras identitárias da infância. **Antares**, nº1, jan-jun 2009, p. 148-167.

MARCH, James G.; SIMON, Herbert A. **Teoria das organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

MARCONTÔNIO, G. **A pecuária Rio-Grandense e sua perspectiva**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1987.

MARQUES, Luiz Alberto Souza. **Construindo a história no cotidiano: memória e identidade como apoio ao ensino de história nas séries iniciais do ensino fundamental - um estudo realizado na região colonial italiana do RGS**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT13-2755--Int.pdf> . Acesso em 15/12/2009.

MARTINS, Maria Helena. Pagos, passagens e incertezas: o drama da fronteira. **Cult** - agosto 2001, p. 22-24. Disponível em: WWW.celpcyro.org.br/v4/documents/pagos_passagens_incertezas.pdf. Acesso em 15/10/2009.

MASINA, Léa. Alcides Maya, Cyro Martins e Sérgio Faraco: tradição e representações do regional na literatura gaúcha de fronteiras. In: CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena, PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Pampa e cultura: de Fierro a Netto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Instituto Estadual do Livro, 2004, p. 95 – 107.

MASLOW, Abraham H. **Maslow no gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de marketing** São Paulo: Atlas, 1996.

MATURAMA ROMESÍN, Humberto; DÁVILA YÁÑEZ, Ximena. **Habitar humano em seis ensaios de biologia-cultural**. São Paulo: Palas Athena, 2009.

MAXIMIANO, Antônio Amaru. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

MAYBERY, D.; CRASE, L.; GULLIFER, C. Categorising farming values as economic, conservation and lifestile. **Journal of Economic Psychology**. V. 26, nº1, 2005. P. 59-72.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MCGREGOR, Douglas. **Os aspectos humanos da empresa**. 2. ed. Lisboa: Clássica, 1970.

MENACHE, Renata. Gauchismo: tradição inventada. **Estudos Sociedade e Agricultura**. V 1, novembro 1993: p. 22-30.

MIGUEL, L. A. et al. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. **Estudo e Debate**. Lageado/RS. Ed. UNIVATRES, v.14, nº2, 2002. p. 95-125.

MINTZBERG, H.; RAISINGHANI, D.; THERIET, A. The structure of unstructured decision process. **Administrative Science Quarterly**. 1976, 21. P. 246-75.

MORIN, Edgar. A inteligência da complexidade. Rio de Janeiro: Fundação Peirópolis, 2000.

MOTTA, Fernando C. P, VASCONCELOS, Isabella F. G. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MOTTA, Fernando C. P. O Behaviorismo na teoria das organizações. **Revista Administração de Empresa**. Rio de Janeiro, 10(2): 97-113, jul./set., 1970.

NEDEL, Letícia Borges. Regionalismo, Historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos. **Nos 90**. Porto Alegre, v 11, n. 19/20, p. 347-389, jan./dez. 2004.

NOCHI, Enio D. **Os efeitos da crise da lã no mercado internacional e os impactos sócio-econômicos no município de S. do Livramento – RS- Brasil**. Mestrado em Integração e Cooperação Internacional. CERIR, Universidad Nacional de Rosario – Argentina. Dissertação, 2001.

_____. Os efeitos da crise da lã no mercado internacional e os impactos sócio-econômicos no município de Sant'Ana. do Livramento. IN: RIBEIRO, Claudio Marques et al. **Desenvolvimento Regional e Cadeias Produtivas**. Bagé: LEB/EdiUrcamp, 2003, p. 145 – 180.

NONAKA, I. A dynamic theory of organizational knowledge creation. **Organization Science**. V. 5, nº1, Feb. 1994. P. 14-36.

OLIVEIRA, José Roberto de. **Pedido de perdão ao triunfo da humanidade: a importância dos 160 anos das missões jesuítico-guarani**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

OVERBECK, Gerhard E. et al. Os campos sulinos: um bioma negligenciado. In: PATTA, de Valério et al. **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 26-41.

PATRICK, G. F.; BLAKE, B. F.; WHITAKER, S. H. Farmers' goals: uni-or multi-dimensional? **American Journal of Agricultural Economics**. V. 65, nº2, 1983. p. 315-320.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da Decisão: as mudanças de paradigmas e o poder de decisão**. São Paulo: Makron Books, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Charqueadas, Frigoríficos e criadores – Um estudo sobre a República Velha Gaúcha**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUC, 1978.

_____. Cultura e representações, uma trajetória. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 45-58, jan./dez. 2006.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PINHEIRO, Sergio L. G. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: uma oportunidade de mudança da abordagem *hard-systems* para experiências com *soft-systems*. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n.2, abr./jun. 2000.p. 27-37.

POLANY, M. **The tacit dimension**. New York: Publisher Garden City, 1967.

PORTO, Victor H. da F. Sistemas Agrários: uma revisão conceitual e de métodos de identificação como estratégias para o delineamento de políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 20, n. 1, p. 97-121, jan./abr/ 2003.

PRADO Junior, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 79-104, julho de 2003.

QUENEMOEN, M. E. The management factor in commercial agriculture: the influence of values and goals. **Journal of Farm Economics**. V. 47, nº5, 1965. p. 1440-42.

RAPOPORT, Anatol. Aspectos matemáticos da análise geral dos sistemas. In: BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria dos sistemas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976. p.. 21-46.

REA, Louis M.; PARKER, Richard A. **Metodologia da pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

REVERBEL, Carlos. **O gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata**. Porto Alegre: PM Editores Ltda, Coleção Universidade Livre, 1986.

RHEAULT, Jean Paul. **Introducción a La teoría de lãs decisiones: con aplicaciones a la administración**. México: Editorial Limusa, 1975.

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural/PGDR. PORTO ALEGRE, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Luiz Enio M. **Observações sobre pastagens da Fronteira oeste do Rio Grande do Sul**. Sant'Ana do Livramento: GP Pampeana, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ROCHA, Luana G. de; MONTICELLI, Gislene. Sítios arqueológicos da região sul do Rio Grande do Sul: os "Cerritos". **ANAIS X Salão de Iniciação Científica – PUC**, 2009, p. 1301-1303.

RODRIGUEZ DELGADO, Rafael. System Dynamics in a G.S.T. Framework. The 1986 International Conference of the System Dynamics. Sevilha 22–24 out. Disponível em <http://www.systemdynamics.org/conferences/1986/proceed/delga511.pdf>. Acesso em 30/10/2009.

RODRIGUEZ OCAÑA, A. **Propuesta metodológica para el análisis de la toma de decisiones de los agricultores: aplicación al caso del regadio extensivo cordobés**. Córdoba/España:ETSIAM. Tesis Doctoral. 1996.

ROLFE, J.; GREGOR, S.; MENZIES, D. Reasons why farmers in Australia adopt the internet. **Electronic Commerce Research and Application**. V. 2, 2003. P. 27-41.

ROSNAY, J. de. **El macroscopio: Hacia una visión global**. Points:Francia, 1978.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 2006.

RUSHTON, W. T.; SHAUDYS, E. T. A systematic conceptualization of farm management. **Journal of Farm Economics**. V. 49, nº1, 1967. P. 53-63.

SÁ BRITO, Severino. **Trabalhos e costumes dos gaúchos**. Porto Alegre: ERUS, s/data.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, 1987.

SAVARIS, Manoelito. **O GAÚCHO – uma visão moderna**. Disponível em: <http://www.chasquepampeano.com.br/materia.php?id=15>. Acesso em 10/1/2009.

SCHEIN, Edgar H. **Organizational culture and leadership**. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; NAUE, Guilherme; BECKER, Ítala I. B. Os aterros dos campos do sul: a tradição vieira. **Arqueologia do Rio Grande do Sul**, Documentos 5, 101-124. São Leopoldo : IAP, 2006. Disponível em: <http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf>. Acesso em 28/09/2009.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. O mundo da caça, da pesca e da coleta. **Arqueologia do Rio Grande do Sul**, Documentos 5, 13-30. São Leopoldo: IAP, 2006. Disponível em: <http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf>. Acesso em 28/09/2009.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani. **Arqueologia do Rio Grande do Sul**, Documentos 5, 31-64. São Leopoldo: IAP, 2006. Disponível em: <http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/documentos/documentos05.pdf>. Acesso em 28/09/2009.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluratividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SENGE. Peter M. **A Quinta Disciplina**. São Paulo: Editora Best Seller, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

SILVA NETO, Benedito, BASSO, David. Aplicação da Teoria dos Sistemas Agrários para a análise da agricultura do Rio Grande do Sul. IN: SILVA NETO, Benedito, BASSO, David. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 17 - 23.

SILVA NETO, Benedito. **Lês potentialites de L'Agriculture familiale dans une region de grands domaines D'elevage extensif – contribution à la réflexion sur la reforme agraire dans L'Etat du Rio Grande do Sul (Brésil)**. Tese. Institut National Agronomique Paris-Grignon. Paris, 1994.

SILVA NETO, Benedito.; BASSO, David. (Coord.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí : Ed. Unijuí, 2005.

SILVA, Benedicto. **Taylor e Fayol**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SILVA, E. M. da. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890). In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Org). **RS: Economia & Política**. Série Documenta 2. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1979.

SILVA, Sarah C. A. **Gente Sul-riograndense: a formação do Rio Grande do Sul sob o olhar das relações raciais. IV encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional.** 13 – 15 de maio 2009, Curitiba. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/SarahAmaral.pdf>. Acesso em 20/09/2009.

SILVEIRA, Mariana. **Fatores estratégicos no desenvolvimento de rebanhos ovinos para produção de lã fina na Cabanha Mlaneira.** TCC. Universidade da Região da Campanha/URCAMP. Sant'Ana do Livramento. 2009.

SILVEIRA, Vicente C. P. et al. Qualidade da pastagem nativa obtida por diferentes métodos de amostragem e em diferentes solos na Apa do Ibirapuitã, Brasil. **Ciência Rural.** v.35 n.3. Santa Maria, May/June 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782005000300014. Acesso: 10/09/2009.

SIMON, Herbert A. **O comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

_____. On the concept of organizational goal. **Administrative Science Quarterly.** V. 9, nº1, 1964. P.1-12.

_____. Rationality in political behavior. **Political Psychology.** V. 16, nº 1, 1995. P. 45-61.

_____. Rationality in psychology and economics. **The Journal of Business.** V. 59, nº 4, 1986. P. 209 -224.

_____. Bounded rationality in social science: today and tomorrow. **MIND & SOCIETY.** V. 1, 2000. P. 25-39.

SUBRAMANIAN, V. Fact and value in decision making. **Public Administration Review.** V. 23, nº4, 1963. P. 232-37.

SUERTEGARAY, Dirce M. A.; SILVA, Luís Alberto Pires de. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. IN: PILLAR, Valério De Patta et al. **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília: MMA, 2009. p. 42 – 59.

SUMPSI, J. M.; AMADOR, F.; ROMERO, C. On farmers' objectives: a multi-criteria approach. **European Journal of Operational Research.** V. 96, 1996. P. 64-71.

TABELLINI, Guido. The scope of Cooperation: values and incentives. **Working Paper n. 328. 2007.** Disponível em <http://www.igier.uni-bocconi.it>, <ftp://ftp.igier.uni-bocconi.it/wp/2007/328.pdf>. Acesso em 12/12/2009.

TAUER, L. W. Risk preferences of dairy farmers. **North Central Journal of Agricultural Economics.** V. 8, nº1, 1986. P. 7-15.

- TAYLOR, Frederick W. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1990.
- TENBRUNSEL, A. E. et al. Cognições em organizações. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **HANDBOOK de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2009.
- THOMPSON, James D. Modelos de organização e sistemas administrativos. In: BERTALANFFY et al. **Teoria dos Sistemas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976. p. 47-62.
- TOLEDO, Victor M.; ALARCÓN-CHAIRES, Pablo; BARÓN, Lourdes. Revisualizar lo rural: um enfoque socioecológico. **Gaceta Ecológica**. n° 62, 2002, p. 7-20.
- TOLEDO, Victor M.; ALARCÓN-CHAIRES; Pablo, BARÓN, Lourdes. Revisualizar lo rural desde uma perspectiva multidisciplinaria. **Polis: Revista acadêmica de La Universidad Bolivariana**, n° 22, 2009. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=508904>. Acesso em 20/10/2009.
- TOOGOOD, M. D.; **BIOFACT**. National Report for the United Kingdom. April 2003. University of Central Lancashire. 36 p.
- TORRENTGUY, Teófilo O. V. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- TORRES, J. E. H.; MIGUEL, L. A. D. A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a análise socioeconômica na pecuária familiar no município de Santana de Livramento/RS. **Série Realidade Rural**, Porto Alegre, v. 34, p. 47-78, 2003.
- TORRES, Jorge E. H. **A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a caracterização e análise sócio-econômica da pecuária familiar no município de Sant'Ana do Livramento/RS**. Monografia. UFRGS/PGDR. Porto Alegre. 2001.
- TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa Qualitativa. In: **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987
- VERHELST, T. **O direito à diferença - identidades culturais e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- VIACAVA, K. R.; PEDROZO, E. A. A sustentabilidade do sistema agroindustrial de acácia negra: motivações e percepções acerca da certificação FSC. In: Sociedade

Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Londrina - PR. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/6/752.pdf>. Acesso em 15/12/2009.

VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VROOM, V.; PAHL, B. Relationship between age and risk taking among managers. **Journal of Applied Psychology**. V. 55, 1971. p. 399-405.

WALLACE, M. T.; MOSS, J. E. Farmer decision-making with conflicting goals: a recursive strategic programming analysis. **Journal of Agricultural Economics**. V. 53, nº1, 2002. p. 82-100.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2001.

WESTRA, J.; OLSON, K. Farmers' decision process and adoption of conservation tillage. **Department of Applied Economics. University of Minnesota**. Staff Paper p. 97-9. 1997. Disponível em <http://ideas.repec.org/s/wop/minnas.html> e <http://www.apec.umn.edu/>. Acesso em junho 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES PRODUTORES DE SANT’ANA DO LIVRAMENTO

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DE EXPERIÊNCIA DECISÓRIA DO PRODUTOR
1. IDADE: _____ anos.
2. GRAU DE ESCOLARIDADE <input type="checkbox"/> 1º Grau incompleto (primário) ___ ano <input type="checkbox"/> 1º Grau completo (primário) <input type="checkbox"/> 2º Grau incompleto ___ ano <input type="checkbox"/> 2º Grau completo (ginásio/magistério) <input type="checkbox"/> 3º Grau incompleto ___ ano <input type="checkbox"/> 3º Grau completo (faculdade)
3. SUA FORMAÇÃO ESTÁ LIGADA À ATIVIDADE AGROPECUÁRIA? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> engenheiro agrônomo <input type="checkbox"/> médico veterinário <input type="checkbox"/> técnico rural <input type="checkbox"/> engenheiro florestal <input type="checkbox"/> zootecnista <input type="checkbox"/> outro: _____ <input type="checkbox"/> NÃO
4. LOCAL DE RESIDÊNCIA. <input type="checkbox"/> propriedade rural <input type="checkbox"/> cidade
5. SE MORA NA CIDADE, QUANTOS DIAS SÃO NECESSÁRIOS SUA PRESENÇA NA PROPRIEDADE RURAL? _____ Dias.
6. QUANTO TEMPO ADMINISTRA SEU ESTABELECIMENTO? _____ Anos.
7. SUA PRINCIPAL RENDA É: <input type="checkbox"/> pecuária de corte <input type="checkbox"/> pecuária de leite <input type="checkbox"/> ovinocultura <input type="checkbox"/> agricultura: <input type="checkbox"/> soja <input type="checkbox"/> arroz <input type="checkbox"/> fruticultura <input type="checkbox"/> outros _____
8. QUANTAS PESSOAS ESTÃO ENVOLVIDAS NAS ATIVIDADES DE SEU ESTABELECIMENTO RURAL? _____ Pessoas.
9. ALGUM FAMILIAR TRABALHA NO ESTABELECIMENTO RURAL? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

10. PARTICIPA DA DIRETORIA DE:

- Movimento social cooperativa empresa rural sindicato/associação rural
 associação de criadores e/ou agricultores sindicato trabalhador rural

INFORMAÇÕES DE SUPORTE ÀS DECISÕES**11. TEM ACESSO A QUE TIPO DE MEIO DE INFORMAÇÃO SOBRE OS ASSUNTOS DE INTERESSE RURAL ?**

- rádio TV jornal revista especializada vizinhos

12. COM QUE FREQUÊNCIA ESCUTA/ACESSA AS INFORMAÇÕES AGRÍCOLAS?

- diariamente 1 a 2 vezes por semana 2 a 3 vezes por semana
 quinzenalmente mensalmente

13. JÁ PARTICIPOU DE ALGUM CURSO, SEMINÁRIO OU DIA DE CAMPO?

- SIM : as vezes freqüentemente sempre
 NÃO

14. AS INFORMAÇÕES INFLUENCIAM SUAS DECISÕES?

- SIM NÃO AS VEZES

15. QUAIS AS TRÊS PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÕES PARA AS SUAS ATIVIDADES RURAIS?

- Bancos Outros produtores EMATER
 Universidade Cooperativa Sindicatos
 Fornecedores de insumos (vendedores de fertilizantes /sementes/ máquinas)

16. REALIZA CONTROLES DE CUSTOS DE PRODUÇÃO EM SUA ATIVIDADE?

- SIM NÃO

17. PARA O REGISTRO DE SUAS DESPESAS E RECEITAS UTILIZA:

- registro livro contábil registro em cadernos computador

EXPLORAÇÃO RURAL NO ESTABELECIMENTO

<p>18. SISTEMA E PRODUÇÃO DA PECUÁRIA DE CORTE: () ciclo completo (cria, recria, engorda) () engorda () cria e recria</p>
<p>19. IDADE DE ABATE DOS ANIMAIS É DE: () menos de 2 anos e meio () 2,5 a 3,5 anos () mais de 3,5 anos</p>
<p>20. O REBANHO GERAL APRESENTA: () raça definida () cruzamentos</p>
<p>21. SISTEMA DE PRODUÇÃO LEITEIRA COM PRODUÇÃO: _____ litros por dia.</p>
<p>22. NÚMERO DE VACAS EM LACTAÇÃO É DE: _____ vacas.</p>
<p>23. SUA ATIVIDADE COM A OVINOCULTURA TEM POR FINALIDADE: () lã () carne</p>
<p>24. SUA ATIVIDADE AGRÍCOLA CONCENTRA-SE: () SOJA ---- Colheita última safra _____ sacos/ha. () ARROZ ---- Colheita última safra: _____ sacos/ha. () outros: _____ ----- Colheita última safra: _____ sacos/ha.</p>
<p>25. EM SUAS ATIVIDADES UTILIZA: () maquinário próprio () maquinário próprio e de terceiros () maquinário de terceiros</p>
<p>26. EM SUA PROPRIEDADE EXISTE ALGUMA MATA NATIVA? () Sim () Não</p>

27. ASSINALE COM UM X O QUE REALIZA EM SUA PROPRIEDADE.

- () práticas de conservação do solo (taipas, terraços, curva de nível)
- () o plantio direto
- () a calagem do solo
- () plantio de árvores nas nascentes de água
- () rotação de culturas ou de pastagens
- () pousio
- () recolhimento do lixo no campo (arames, sacos plásticos)

28. A LOCALIZAÇÃO DE SUA PROPRIEDADE NO MUNICÍPIO É UM FATOR RELEVANTE NA ESCOLHA DE SUA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO?

- () SIM
- () NÃO

POR QUÊ? _____

29. QUAIS OS PROBLEMAS QUE VOCÊ IDENTIFICA COMO LIMITANTES PARA A EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES. ASSINALE COM UM X.

- () estradas
- () comunicação (telefone, rádio, ônibus, outros)
- () escolas
- () ausência da EMATER
- () dificuldade de apoio dos setores municipais
- () falta de ações públicas à saúde nos Distritos
- () ausência de atividades de lazer
- () o acesso às informações
- () crédito para investimento
- () crédito para custeio
- () comercialização dos produtos/safras
- () ausência de associações de produtores para objetivos comuns
- () cursos de capacitação

CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS DO PRODUTOR

30. ASSINALE COM UM X POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA DE 1 A 5 AS MOTIVAÇÕES PARA DESENVOLVER AS SUAS ATIVIDADES DE PRODUTOR RURAL.

- transmitir meu negócio para os filhos
- tradição familiar
- segurança da atividade
- satisfação em ser proprietário do negócio
- satisfação em trabalhar na atividade rural
- transmitir um modo de vida para as próximas gerações
- satisfação em ser independente
- negócio lucrativo
- prazer nas tarefas diárias da atividade rural
- oportunidade de ser criativo e original
- qualidade de vida ao ar livre, vida no campo

31. ASSINALE COM UM X O QUE CONSIDERA COMO UM PRODUTOR BEM SUCEDIDO.

- aumentar a área do estabelecimento
- aumentar o rebanho
- ter altos índices de produção
- manter o negócio recebido por herança
- dar estudos para os filhos
- ensinar a sua atividade aos filhos
- ter aprovação da família
- participar na comunidade
- ser reconhecido pelos outros produtores rurais

32. COMO PRODUTOR RURAL COMO VOCÊ SE VÊ JUNTO COM SUA FAMÍLIA DAQUI A 10 ANOS?

- ampliação da atividade e da área de produção
- como cooperado em uma cooperativa ou associação de produtores
- na mesma atividade e vivendo no campo
- trabalhando e vivendo na cidade
- com atividade produtiva diferente do que faz, mas vivendo no campo
- empresário rural bem sucedido
- aposentado, vivendo na cidade
- aposentado, vivendo no campo

33. Estilo de Decisão. Assinale com um <u>X</u>.					
Ítems	Sempre	Muito Frequente	Frequente	Pouco Frequente	Nunca
Sou uma pessoa racional (razão / calculista)					
Sou uma pessoa emocional (emoção)					
As decisões são baseadas em números (custos e receitas)					
Uso minha experiência para decidir					
Considero a experiência de meus pais nas decisões					
A opinião de outros são consideradas em minhas decisões					
A maioria das decisões é para resolver situações do presente					
Volto atrás em minhas decisões					
Consulto a minha família nas decisões					
Uso informações para decidir					
Participo de dias de campo e troca de experiência					
Decido sozinho					
Cabe ao Governo meu insucesso					
Uso redes sociais para compra de insumos					
Uso redes sociais para comercializar a safra					
Acompanho o resultado das decisões					
Minha atividade é de risco					
Exerço liderança					
Ambiciono assumir mais responsabilidades					
A capacitação melhora as decisões					

APÊNDICE B – Síntese dos fatores limitantes ao desenvolvimento das atividades rurais de acordo com os produtores rurais de Sant’Ana do Livramento/RS.

Tabela 1 – Frequência dos fatores limitantes

Especificações		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
FatoresLimitantes	FatLIMEstradas	113	18.3%	68.9%
	FatLIMComunic	34	5.5%	20.7%
	FatLIMEscolas	24	3.9%	14.6%
	FatLIMSemEMATER	16	2.6%	9.8%
	FatLIMSetMunicípio	66	10.7%	40.2%
	FatLIMSáude	49	7.9%	29.9%
	FatLIMSemLazer	22	3.6%	13.4%
	FatLIMAcessoINF	7	1.1%	4.3%
	FatLIMCédINV	62	10.0%	37.8%
	FatLIMCrédCusteio	71	11.5%	43.3%
	FatLIMComercial	70	11.3%	42.7%
	FatLIMSemAssocProd	34	5.5%	20.7%
	FatLIMCursosCapac	51	8.2%	31.1%
Total		619	100.0%	377.4%

APÊNDICE C – Síntese da hierarquia de motivações decisoriais dos produtores rurais de Sant’Ana do Livramento/RS.

Tabela 1 – Frequência da principal motivação – hierarquia 1.

Especificações		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
Hierarquia1	HIERNegFilhos	50	29.8%	29.9%
	HIERTradFam	31	18.5%	18.6%
	HIERSegurança	5	3.0%	3.0%
	HIERSatisProp	21	12.5%	12.0%
	HIERSatisAtiv	34	20.2%	20.4%
	HIERTransmitir	1	.6%	.6%
	HIERSatisInd	4	2.4%	2.4%
	HIERNegLucr	3	1.8%	1.8%
	HIERPrazerAtiv	5	3.0%	3.0%
	HIERQualidVida	14	8.3%	8.4%
Total		168	100.0%	100.0%

Tabela 2 – Frequência da segunda motivação – hierarquia 2.

Especificações		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
Hierarquia2	HIERNegFilhos	18	10.7%	10.7%
	HIERTradFam	27	16.0%	16.1%
	HIERSegurança	12	7.1%	7.1%
	HIERSatisProp	29	17.2%	17.0%
	HIERSatisAtiv	36	21.3%	21.1%
	HIERTransmitir	5	3.0%	3.0%
	HIERSatisInd	8	4.7%	4.8%
	HIERNegLucr	8	4.7%	4.8%
	HIERPrazerAtiv	15	8.9%	8.9%
	HIERCriativo	5	3.0%	3.0%
	HIERQualidVida	6	3.6%	3.6%
Total		169	100.0%	100.0%

Tabela 3 – Frequência da Terceira motivação – hierarquia 3

Especificações		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
Hierarquia3	HIERNegFilhos	20	12.0%	12.0%
	HIERTradFam	32	19.3%	19.3%
	HIERSegurança	7	4.2%	4.2%
	HIERSatisProp	28	16.9%	16.9%
	HIERSatisAtiv	30	18.1%	18.1%
	HIERTransmitir	4	2.4%	2.4%
	HIERSatisInd	27	16.3%	16.3%
	HIERNegLucr	3	1.8%	1.8%
	HIERPrazerAtiv	11	6.6%	6.6%
	HIERCriativo	1	.6%	.6%
	HIERQualidVida	3	1.8%	1.8%
Total		166	100.0%	100.0%

Tabela 4 – Frequência da quarta motivação – hierarquia 4

Especificações		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
Hierarquia4	HIERNegFilhos	15	8.9%	8.9%
	HIERTradFam	9	5.4%	5.4%
	HIERSegurança	6	3.6%	3.6%
	HIERSatisProp	15	8.9%	8.9%
	HIERSatisAtiv	22	13.1%	13.1%
	HIERTransmitir	8	4.8%	4.8%
	HIERSatisInd	24	14.3%	14.3%
	HIERNegLucr	11	6.5%	6.5%
	HIERPrazerAtiv	39	23.2%	23.2%
	HIERCriativo	10	6.0%	6.0%
	HIERQualidVida	9	5.4%	5.4%
Total		168	100.0%	100.0%

Tabela 5 – Frequência da quinta motivação – hierarquia 5

Especificações		Responses		Percent of Cases
		N	Percent	
Hierarquia5	HIERNegFilhos	11	6.6%	6.6%
	HIERTradFam	7	4.2%	4.0%
	HIERSegurança	10	6.0%	6.0%
	HIERSatisProp	7	4.2%	4.2%
	HIERSatisAtiv	5	3.0%	3.0%
	HIERTransmitir	12	7.2%	7.2%
	HIERSatisInd	20	12.0%	12.0%
	HIERNegLucr	10	6.0%	6.0%
	HIERPrazerAtiv	30	18.0%	18.0%
	HIERCriativo	10	6.0%	6.0%
	HIERQualidVida	45	26.9%	27.0%
Total		167	100.0%	100.0%

APÊNDICE D – Síntese da hierarquia das motivações decisoriais de acordo com os pequenos, médios e grandes produtores rurais de Sant’Ana do Livramento/RS.

Tabela 1 – Frequência da principal motivação entre os grupos de produtores rurais – hierarquia 1.

Classificação	Especificações	Responses		Percent of Cases	
		N	Percent		
grande	Hierarquia1	HIERNegFilhos	13	40.6%	41.9%
		HIERTradFam	2	6.3%	6.5%
		HIERSegurança	3	9.4%	9.7%
		HIERsatisProp	2	6.3%	6.5%
		HIERsatisAtiv	9	28.1%	29.0%
		HIERsatisInd	1	3.1%	3.2%
		HIERPrazerAtiv	2	6.3%	6.5%
	Total		32	100.0%	103.2%
médio	Hierarquia1	HIERNegFilhos	11	31.4%	31.4%
		HIERTradFam	3	8.6%	8.6%
		HIERSegurança	1	2.9%	2.9%
		HIERsatisProp	5	14.3%	14.3%
		HIERsatisAtiv	12	34.3%	34.3%
		HIERPrazerAtiv	1	2.9%	2.9%
		HIERNegLucr	1	2.9%	2.9%
		HIERQualidVida	1	2.9%	2.9%
	Total		35	100.0%	100.0%
pequeno	Hierarquia1	HIERNegFilhos	26	25.7%	25.7%
		HIERTradFam	26	25.7%	25.7%
		HIERSegurança	1	1.0%	1.0%
		HIERsatisProp	14	13.9%	13.9%
		HIERsatisAtiv	13	12.9%	12.9%
		HIERsatisInd	3	3.0%	3.0%
		HIERPrazerAtiv	2	2.0%	2.0%
		HIERNegLucr	2	2.0%	2.0%
		HIERQualidVida	13	12.9%	12.9%
		HIERTransmitir	1	1.0%	1.0%
	Total		101	100.0%	100.0%

Tabela 2 – Frequência da segunda motivação entre os grupos de produtores rurais – hierarquia 2.

Classificação	Especificações	Responses		Percent of Cases			
		N	Percent				
grande	Hierarquia2	HIERNegFilhos	1	3.2%	3.2%		
		HIERTradFam	2	6.5%	6.5%		
		HIERSegurança	4	12.9%	12.9%		
		HIERsatisProp	3	9.7%	9.7%		
		HIERsatisAtiv	7	22.6%	22.6%		
		HIERTransmitir	3	9.7%	9.7%		
		HIERsatisInd	3	9.7%	9.7%		
		HIERNegLucr	4	12.9%	12.9%		
		HIERPrazerAtiv	2	6.5%	6.5%		
		HIERCriativo	1	3.2%	3.2%		
		HIERQualidVida	1	3.2%	3.2%		
			Total	31	100.0%	100.0%	
médio	Hierarquia2	HIERTradFam	3	8.6%	8.6%		
		HIERSegurança	4	11.4%	11.4%		
		HIERsatisProp	4	11.4%	11.4%		
		HIERsatisAtiv	11	31.4%	31.4%		
		HIERTransmitir	2	5.7%	5.7%		
		HIERsatisInd	1	2.9%	2.9%		
		HIERNegLucr	2	5.7%	5.7%		
		HIERPrazerAtiv	6	17.1%	17.1%		
		HIERCriativo	2	5.7%	5.7%		
			Total	35	100.0%	100.0%	
		pequeno	Hierarquia2	HIERNegFilhos	17	16.5%	16.7%
				HIERTradFam	22	21.4%	21.6%
HIERSegurança	4			3.9%	3.9%		
HIERsatisProp	22			21.4%	21.1%		
HIERsatisAtiv	18			17.5%	17.1%		
HIERsatisInd	4			3.9%	3.9%		
HIERNegLucr	2			1.9%	2.0%		
HIERPrazerAtiv	7			6.8%	6.5%		
HIERCriativo	2			1.9%	2.0%		
HIERQualidVida	5			4.9%	4.4%		
	Total			103	100.0%	100.0%	

Tabela 3 – Frequência da terceira motivação entre os grupos de produtores rurais – hierarquia 3.

Classificação	Especificações	Responses		Percent of Cases		
		N	Percent			
grande	Hierarquia3	HIERNegFilhos	3	10.0%	10.0%	
		HIERTradFam	3	10.0%	10.0%	
		HIERSegurança	1	3.3%	3.3%	
		HIERsatisProp	5	16.7%	16.7%	
		HIERsatisAtiv	6	20.0%	20.0%	
		HIERTransmitir	3	10.0%	10.0%	
		HIERsatisInd	5	16.7%	16.7%	
		HIERPrazerAtiv	4	13.3%	13.3%	
	Total	30	100.0%	100.0%		
médio	Hierarquia3	HIERNegFilhos	5	14.7%	14.7%	
		HIERTradFam	12	35.3%	35.3%	
		HIERSegurança	2	5.9%	5.9%	
		HIERsatisProp	5	14.7%	14.7%	
		HIERsatisAtiv	4	11.8%	11.8%	
		HIERsatisInd	1	2.9%	2.9%	
		HIERPrazerAtiv	1	2.9%	2.9%	
		HIERNegLucr	1	2.9%	2.9%	
		HIERCriativo	1	2.9%	2.9%	
		HIERQualidVida	2	5.9%	5.9%	
			Total	34	100.0%	100.0%
		pequeno	Hierarquia3	HIERNegFilhos	12	11.8%
HIERTradFam	17			16.7%	16.7%	
HIERSegurança	4			3.9%	3.9%	
HIERsatisProp	18			17.6%	17.6%	
HIERsatisAtiv	20			19.6%	19.6%	
HIERTransmitir	1			1.0%	1.0%	
HIERsatisInd	21			20.6%	20.6%	
HIERPrazerAtiv	6			5.9%	5.9%	
HIERNegLucr	2			2.0%	2.0%	
HIERQualidVida	1			1.0%	1.0%	
	Total			102	100.0%	100.0%

Tabela 4 – Frequência da quarta motivação entre os grupos de produtores rurais – hierarquia 4.

Classificação	Especificações	Responses		Percent of Cases			
		N	Percent				
grande	Hierarquia4	HIERNegFilhos	1	3.2%	3.2%		
		HIERTradFam	4	12.9%	12.9%		
		HIERSegurança	3	9.7%	9.7%		
		HIERsatisProp	2	6.5%	6.5%		
		HIERsatisAtiv	4	12.9%	12.9%		
		HIERTransmitir	2	6.5%	6.5%		
		HIERsatisInd	6	19.4%	19.4%		
		HIERNegLucr	1	3.2%	3.2%		
		HIERPrazerAtiv	5	16.1%	16.1%		
		HIERCriativo	1	3.2%	3.2%		
		HIERQualidVida	2	6.5%	6.5%		
		Total	31	100.0%	100.0%		
		médio	Hierarquia4	HIERNegFilhos	6	17.1%	17.1%
HIERTradFam	2			5.7%	5.7%		
HIERSegurança	1			2.9%	2.9%		
HIERsatisProp	3			8.6%	8.6%		
HIERsatisAtiv	2			5.7%	5.7%		
HIERsatisInd	4			11.4%	11.4%		
HIERNegLucr	2			5.7%	5.7%		
HIERPrazerAtiv	10			28.6%	28.6%		
HIERCriativo	4			11.4%	11.4%		
HIERQualidVida	1			2.9%	2.9%		
Total	35			100.0%	100.0%		
pequeno	Hierarquia4			HIERNegFilhos	8	7.8%	7.8%
				HIERTradFam	3	2.9%	2.9%
		HIERSegurança	2	2.0%	2.0%		
		HIERsatisProp	10	9.8%	9.8%		
		HIERsatisAtiv	16	15.7%	15.7%		
		HIERTransmitir	6	5.9%	5.9%		
		HIERsatisInd	14	13.7%	13.7%		
		HIERNegLucr	8	7.8%	7.8%		
		HIERPrazerAtiv	24	23.5%	23.5%		
		HIERCriativo	5	4.9%	4.9%		
		HIERQualidVida	6	5.9%	5.9%		
		Total	102	100.0%	100.0%		

Tabela 5 – Frequência da quinta motivação entre os grupos de produtores rurais – hierarquia 5.

Classificação	Especificações	Responses		Percent of Cases	
		N	Percent		
grande	Hierarquia5	HIERNegFilhos	1	3.2%	3.2%
		HIERTradFam	4	12.9%	12.9%
		HIERSegurança	5	16.1%	16.1%
		HIERsatisProp	2	6.5%	6.5%
		HIERsatisAtiv	2	6.5%	6.5%
		HIERTransmitir	4	12.9%	12.9%
		HIERsatisInd	1	3.2%	3.2%
		HIERNegLucr	4	12.9%	12.9%
		HIERCriativo	3	9.7%	9.7%
		HIERQualidVida	5	16.1%	16.1%
		Total	31	100.0%	100.0%
médio	Hierarquia5	HIERNegFilhos	5	13.9%	14.3%
		HIERTradFam	1	2.8%	2.9%
		HIERSegurança	4	11.1%	11.4%
		HIERsatisProp	1	2.8%	2.9%
		HIERsatisAtiv	2	5.6%	5.7%
		HIERTransmitir	2	5.6%	5.7%
		HIERsatisInd	2	5.6%	5.7%
		HIERNegLucr	3	8.3%	8.6%
		HIERQualidVida	12	33.3%	34.3%
		HIERPrazerAtiv	4	11.1%	11.4%
		Total	36	100.0%	102.9%
pequeno	Hierarquia5	HIERNegFilhos	5	5.0%	5.0%
		HIERTradFam	2	2.0%	2.0%
		HIERSegurança	1	1.0%	1.0%
		HIERsatisProp	4	4.0%	4.0%
		HIERsatisAtiv	1	1.0%	1.0%
		HIERTransmitir	6	6.0%	6.0%
		HIERsatisInd	17	17.0%	17.0%
		HIERNegLucr	3	3.0%	3.0%
		HIERCriativo	7	7.0%	7.0%
		HIERQualidVida	28	28.0%	28.0%
		HIERPrazerAtiv	26	26.0%	26.0%
Total	100	100.0%	100.0%		

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)